



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

LAUREN HANEL LANG TABOLKA

**DO CAMPO À AÇÃO: CONVERGÊNCIAS DO FEMINISMO
NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC)**

ERECHIM

2021

LAUREN HANEL LANG TABOLKA

**DO CAMPO À AÇÃO: CONVERGÊNCIAS DO FEMINISMO
NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC)**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFFS - Erechim, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas, Linha de Pesquisa Saberes, Processos e Práticas Sociais, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cassio Cunha Soares

ERECHIM

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D

CEP: 89802-210

Caixa Postal 181

Bairro Jardim Itália Chapecó – SC

Brasil

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Tabolka, Lauren Hanel Lang

Do campo à ação: convergências do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) / Lauren Hanel Lang Tabolka. -- 2021. 210 f.

Orientador: Doutor Cassio Cunha Soares

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2021.

1. Feminismo. Feminismo camponês e popular. Movimento de mulheres camponesas. Perspectivas descoloniais. I. Soares, Cassio Cunha, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LAUREN HANEL LANG TABOLKA

**DO CAMPO À AÇÃO: CONVERGÊNCIAS DO FEMINISMO
NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Esta dissertação foi defendida e aprovada pela banca em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Cassio Cunha Soares - UFFS

Profa. Dra. Thais Janaína Wenczenovicz– UFFS

Profa. Dra. Laeticia Medeiros Jalil – UFRPE

À minha mãe, a maior representação feminista que já conheci, por me ensinar, com seu exemplo e amor, o árduo caminho de ser mulher.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família. Sem o apoio de vocês, seja entendendo minhas ausências, seja partilhando minhas angústias, nada disso seria possível. Mãe, pai, conseguimos! A professora primária e o técnico em contabilidade têm três mestres!

Ao Leandro, que, durante este tempo, foi mais que companheiro, tendo exercido a paternidade com maestria... e Alice e Julia, nunca deixem de acreditar que são capazes de fazer tudo o que quiserem, porque vocês são!

À UFFS, por abrir suas portas para o ensino público e de qualidade, proporcionando que eu pudesse, hoje, concluir este curso.

Aos meus professores, sou extremamente grata por seus ensinamentos, abrindo meus caminhos a novos olhares.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cassio, por não desistir de mim! À banca de qualificação e defesa, pelas contribuições ao presente estudo.

Ao MMC, por lutar por mulheres únicas e trabalhadoras, meu agradecimento e reconhecimento! O trabalho do Movimento é, sem dúvidas, incrível!

Os patriarcas brancos nos disseram: 'Penso, logo existo'. Contudo, a mãe negra dentro de cada um de nós – a poeta dentro de cada um – sussurra em nossos sonhos: 'Sinto, logo posso ser livre'. Aprendam a usar o que sentem para se mover em direção à ação. A mudança, tanto pessoal como política, não acontece em um dia nem em um ano, mas nas escolhas do dia a dia, na maneira como a nossa vida testemunha aquilo em que dizemos acreditar, que nos empoderam. Seu poder é relativo, porém é real. E, se vocês não aprenderem a usá-lo, ele será usado contra vocês, contra mim, contra nossas crianças. A mudança não começa nem termina com vocês, pois o que vocês fazem com a própria vida é um elo absolutamente vital dessa corrente. O testemunho do cotidiano é um retalho que falta à trama do futuro. (LORDE, 2020, p. 52).

RESUMO

A presente dissertação de mestrado, intitulada *Do campo à ação: convergências do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)*, pretende identificar perspectivas e convergências do feminismo e suas diversas apresentações a partir de um movimento popular de mulheres, o MMC. Para o delineamento da dissertação, foram utilizadas fontes documentais que constituem documentos oficiais do MMC. As categorias analíticas encontram-se no decorrer do texto: capitalismo, patriarcado, mulheres camponesas, feminismo e o movimento de mulheres. Este estudo insere-se na Linha de Pesquisa n. 1, Saberes, Processos e Práticas Sociais, do Programa de Pós-Graduação. No decorrer do trabalho, analisa-se a relação entre o campo e o capitalismo e a forma como a mulher está situada no campesinato. Em um segundo momento, trata-se da história das mulheres ligadas a movimentos feministas, para, em seguida, relacionar o MMC, por meio de dois de seus documentos, com a perspectiva descolonial, avaliando-se convergências e afinidades com o feminismo camponês e popular. As mulheres camponesas organizaram-se e buscam construir outras formas de viver na sociedade, a partir de suas experiências, na tentativa de resistir e enfrentar o sistema capitalista de base patriarcal, racista e sexista.

Palavras-chave: Feminismo. Feminismo camponês e popular. Movimento de Mulheres Camponesas. Perspectivas descoloniais.

ABSTRACT

This Master's Thesis entitled *From the field to action: convergences of feminism in the Peasant Women's Movement (MMC)* intends to identify perspectives and convergences of feminism and its various presentations from a popular women's movement, the MMC. For the design of the dissertation, documentary sources were used, which constitute official documents of the MMC. The analytical categories are found throughout the text: capitalism, patriarchy, peasant women, feminism and the women's movement. The writing observes the research line n. 1 of the graduate program: Knowledge, Processes and Social Practices. In the course of this work, the relationship between the countryside and capitalism, and how women are situated in the peasantry is analyzed. In a second moment, it deals with the history of women linked to feminist movements, to further relate the MMC, through two of its documents, with a decolonial perspective, evaluating convergences and affinities with peasant and popular feminism. Peasant women organized themselves and sought to build other ways of living in society, based on their experiences, in an attempt to resist and face the patriarchal, racist and sexist base capitalist system.

Keywords: Feminism. Peasant and popular feminism. Peasant Women's Movement. Decolonial perspectives.

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AIMTR-SUL	Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Sul
AMMTR-SUL	Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul
ANMTR	Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANMC	Associação Nacional de Mulheres Camponesas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLOC	Coordenadora Latino-Americana de Organizações Camponesas
CNPAS	Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FIPSS	Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMA	Organização de Mulheres Agricultoras
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eixos de ação do feminismo comunitário	92
Figura 2 - Bandeira do MMC	116
Figura 3 - Capa da cartilha Movimento de Mulheres Camponesas: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação.....	121
Figura 4 - Capa da cartilha Feminismo Camponês e Popular	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mapa conceitual dos feminismos	101
Quadro 2 - Ações e movimentos articulados pelas mulheres rurais (1980-2017) ...	112

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAPITALISMO, CAMPESINATO E MULHERES	22
2.2 A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE MODERNA: PATRIARCADO E CAPITALISMO	22
2.2 CAMPO E CAPITALISMO	31
2.2.1 Campo, capitalismo e mulheres	34
2.2.2 Conceito de campesinato e a formação do campesinato no Brasil	39
2.2.3 A família camponesa no Brasil	50
2.3 MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL	53
2.3.1 Mulheres camponesas e lutas por direitos no campo	55
3 (DES)COLONIALIDADE E FEMINISMO	63
3.1 A COLONIALIDADE E O PARADIGMA DESCOLONIAL	63
3.2 O FEMINISMO E UM POUCO DE SUA HISTÓRIA	73
3.2.1 Breve histórico do feminismo no mundo	74
3.2.2 Um pouco da história do feminismo no Brasil	76
3.3 ONDAS DO FEMINISMO?	80
3.4 ALGUMAS CORRENTES DO FEMINISMO	84
3.4.1 O feminismo negro	85
3.4.2 O feminismo comunitário	89
3.4.3 O feminismo indígena	93
3.4.4 O feminismo camponês	95
3.4.5 O feminismo descolonial	98
4 MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS	108
4.1 PRIMEIROS ENSAIOS DE MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO E A CONSOLIDAÇÃO DO MMC	108
4.2 ANÁLISE DO DISCURSO E DOCUMENTOS OFICIAIS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS	119
4.2.1 Aproximações metodológicas	119
4.2.2 Caracterização dos documentos oficiais do MMC selecionados	121
4.2.2.1 Texto de base - Movimento de Mulheres Camponesas: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação	121
4.2.2.2 Cartilha: Feminismo camponês e popular	122

4.3 UMA INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO MMC	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS.....	143
ANEXO A - Movimento de Mulheres Camponesas: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação	160
ANEXO B - Feminismo camponês e popular	170

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros ensaios do presente trabalho aconteceram cercados de um momento histórico ímpar: em janeiro de 2020, foi declarada uma pandemia mundial, provocada pelo coronavírus (covid-19). Tal situação afetou os estudos, o convívio, o acesso aos materiais e recursos físicos. Ainda assim, ou melhor, por esse motivo, este estudo foi desenvolvido respeitando-se os novos protocolos e diretrizes sanitárias: distanciamento social, restrição de aglomerações, uso obrigatório de máscaras e higienização frequente das mãos. Esse fato impactou, ainda, na metodologia escolhida para o trabalho, que precisou limitar-se ao acesso a materiais impressos e digitais, afastando qualquer possibilidade de pesquisa de campo. Se poderiam ser feitas entrevistas por meio digital? Sim, a resposta é óbvia. Contudo, de que forma acessar aquelas mulheres camponesas sem recursos, ainda, aos meios de comunicação digital? Assim, optou-se, então, por uma metodologia que não excluísse as menos favorecidas.

Os crescentes casos de contaminação, seguidos de aumentos exponenciais do número de óbitos, “estremeceu” a todos, não havendo como negar que a ansiedade habitual que acompanha o desenvolvimento de uma dissertação aumentou consideravelmente. As mulheres, já assoberbadas de atribuições, passaram a ser, também, professoras de seus filhos. As crianças (tais como as minhas filhas, de 8 e 10 anos) passaram a receber instrução escolar em casa, por meio de plataformas digitais, utilizando as ferramentas de trabalho de seus pais. Assim, o que já era um desafio, passou a ser uma missão: conciliar casa, trabalhos, filhos, escola remota e escrita da dissertação, tudo isso em meio a uma pandemia.

Cabe salientar que tratar de movimentos de mulheres, em especial de mulheres camponesas, é, sem sombra de dúvidas, cercar-se de certas limitações: a história escrita, em grande parte, reduziu o espaço das mulheres, que se viram, há muito, registradas como coadjuvantes no processo histórico. Os diferentes movimentos sociais que culminaram na estrutura da sociedade atual, mesmo com configurações diversas, partilharam da ideia de que as mulheres não eram personagens importantes o suficiente para que fossem tratadas como autoras, sendo relegadas a um papel secundário.

Esse “secundarismo” restringiu uma parte significativa desses sujeitos ao âmbito doméstico, especialmente daquelas mulheres que tinham alguma vinculação

com o trabalho no meio rural. Em virtude de uma aparente “conveniência” pré-determinada pelos homens, as mulheres passaram a cumular o trabalho no campo com o cuidado com os filhos.

Não há como iniciar um estudo de base feminista sem revisar o enredo histórico das mulheres e não há, da mesma forma, como dissociá-lo da constituição familiar. O entendimento da estrutura familiar, na qual a mulher, além do seu trabalho, acumula funções de serviço doméstico e cuidado com os filhos, é de suma importância para a compreensão histórica da exploração e opressão femininas. (CISNE, 2018, p. 91). Não considerar o trabalho doméstico como trabalho, por não ser remunerado, é parte das circunstâncias que levam a considerar, ainda atualmente, o trabalho remunerado “mais importante” que o trabalho não remunerado.

Percebeu-se, assim, que os processos exploratórios de mulheres, que começaram no âmbito familiar, ultrapassaram as fronteiras do lar. Nos fundamentos capitalistas, a invisibilização do trabalho doméstico feminino passou a tomar forma e, de um modo “naturalizado” (ou não contestável), transformou o patriarcado em economia rentável. Não remunerar o trabalho doméstico é uma das características do processo de globalização, iniciado com a colonização. Na esclarecedora explanação de Quijano (2005, p. 117),

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça¹, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica: o eurocentrismo.

O colonialismo foi, e continua sendo, instrumento de dominação europeia sobre as novas terras conquistadas, mesmo após o término do processo de colonização. A partir da conquista forçada das propriedades, e especialmente pela colonização da América Latina, havia o interesse de conquistar os povos, tornando-os submissos ao colonizador. Para tanto, os colonizadores enfraqueciam os costumes dos povos colonizados, enaltecendo e valorizando os seus próprios costumes. De forma gradual,

¹ Nas notas finais do artigo, Quijano apresenta a ideia de raça como “uma invenção”, já que não possui nenhuma relação com a biologia humana. A associação de *raça* a adjetivos depreciativos de indivíduos com fenótipos diversos dos considerados “superiores” ressaltou a cultura eurocêntrica sobre os demais povos, objetivando o fortalecimento da colonialidade do ser.

anulavam-se a cultura, a história, a constituição dos seres daquele território e, dessa forma, inseria-se a cultura do colonizador sobre a cultura nativa. A justificativa do colonizador era a de tornar os povos “civilizados”, já que não consideravam válidas outras culturas que não fossem aquelas europeias.

Diversas foram as formas de colonialidade associadas ao processo de colonização: colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser. Talvez a menos evidente, entretanto, tenha sido a colonialidade de gênero (uma das ramificações da colonialidade do ser), em que se observou nitidamente a supremacia do homem sobre a mulher, com base simplesmente no gênero sexual. Com base nesse modelo exploratório, a mulher passou a ser preterida na família, no meio social e no âmbito do trabalho. Dessa forma,

Configuraram assim um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente. Isto é, não apenas por seu lugar e função como partes subordinadas de uma totalidade, mas também porque sem perder suas respectivas características e sem prejuízo das descontinuidades de suas relações com a ordem conjunta e consigo mesmas, seu movimento histórico dependia desse momento em diante de seu pertencimento ao padrão global de poder. (QUIJANO, 2005, p. 118).

Os primeiros indícios de agrupamentos de mulheres que se uniram em oposição à ordem pré-estabelecida, objetivando uma construção de modelos alternativos da vida em comunidade, remonta ao período feudal europeu. (FEDERICI, 2017). Para melhor esclarecer esse conturbado período de transição, a autora demonstra, a partir de uma detalhada análise histórica, criticando limitações de Marx e Foucault², que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista é sustentáculo da própria formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais.

² Inúmeras são as referências da autora às restrições dos textos de Marx e Foucault em relação à participação histórica das mulheres. Segundo ela, Marx trata a acumulação primitiva como um processo fundacional, revelando que as condições estruturais (de exploração feminina, embora não trate disto de forma explícita) tornaram possível a sociedade capitalista. Nos seus estudos, deixou de mencionar que o trabalho doméstico (e não pago) das mulheres e o fato de controlarem o seu ciclo reprodutivo são formas de exercer a acumulação primitiva. Na crítica a Foucault, refere que sua teoria da história da acumulação primitiva omite histórias extremamente relevantes sobre as mulheres, relatando uma disciplinarização dos corpos por meio do estudo da loucura e da sexualidade. A seu ver, se Foucault tecesse essas observações em seus escritos, inevitavelmente, a conclusão do seu estudo seria diversa, uma vez que omitiu a importância do processo de caça às bruxas na Europa Medieval e Moderna, para o tipo de construção de gênero subalterno que o feminismo passou a representar na modernidade.

Nos primeiros passos do capitalismo, suas bases foram construídas por meio de importantes instrumentos de exploração feminina, intrinsecamente ligados ao desenvolvimento e à sustentação e consolidação do novo modelo de exploração e, não é demais lembrar, “no processo de acumulação capitalista, [...] as mulheres foram as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho”. (FEDERICI, 2017, p. 6).

Para compreender a história das mulheres na constituição do capitalismo, torna-se importante analisar as mudanças introduzidas no processo de reprodução social e, especialmente, de reprodução da força de trabalho. (FEDERICI, 2017). A análise da estrutura societária capitalista, o papel das mulheres na produção de capital e na própria reprodução, com vistas a introduzir as formas de estruturação das sociedades camponesas, é parte do estudo aqui proposto.

O descontentamento das mulheres, nesse processo, é marcado por mobilizações em busca de pautas que lhes são específicas, ou seja, de base feminista. Observe-se que existe toda uma argumentação para distorcer e deturpar (além de enfraquecer) o que significa o feminismo. As mulheres que levantam a bandeira feminista são classificadas como descuidadas com seu corpo, suas roupas, seu cabelo e com a higiene pessoal, sendo vistas como uma ameaça à ordem “natural” segundo a qual os homens são superiores, sendo percebidas como querendo, de todo modo, tomar o lugar deles. Além disso, o feminismo atentaria contra a ordem “natural”, ligada a preceitos religiosos, especialmente os pregados pela Igreja Católica, que teria determinado papéis diferentes para o homem e a mulher: ao homem, prover o lar, gerir a família e ter total controle da mulher e da prole; à mulher, cuidar da casa, da alimentação e da criação dos filhos.

Feminismo tem a ver com liberdade, respeito e expressão da subjetividade de mulheres que não aceitam sistemas de hierarquização e dominação. Além disso, não é um bloco monolítico ou homogêneo, pois assume diversas facetas e ramificações e traz um universo complexo de análise. A título de exemplos, citamos o feminismo negro, feminismo indígena, feminismo radical, feminismo liberal, feminismo marxista, feminismo anarquista (anarcofeminismo), transfeminismo, feminismo descolonial, feminismo camponês, entre outros. De maneira geral, o feminismo (estabelecido por meio dos movimentos feministas) tem diversos alinhamentos, mas um só objetivo: a busca de igualdade entre mulheres e homens, eliminando o sexismo, o racismo e o patriarcado. Destacamos com maior propriedade o feminismo camponês e o

feminismo descolonial, já que esses têm íntima relação com o objeto do presente estudo.

Dentro dos movimentos feministas, destacamos a contribuição das mulheres camponesas no desenvolvimento de ações que impeçam a desigualdade e a exploração e levem à resistência. No Brasil, diversos movimentos feministas consolidaram-se nos estados, a partir da década de 1980 (no processo de redemocratização pós-ditadura), mas não havia um que, especificamente, tratasse das demandas das mulheres camponesas, estruturado a nível nacional. As demandas das mulheres camponesas eram secundárias àquelas dos movimentos rurais, que idealizavam, principalmente, a propriedade rural.

A estruturação de diversos movimentos regionais levou à consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O MMC nasceu como movimento autônomo, com atuação específica junto às mulheres do campo. Se, historicamente, a sociedade de base patriarcal relegou às mulheres lugares e papéis tidos como secundários, se comparadas aos homens, as mulheres camponesas são ainda mais excluídas, seja do acesso ao estudo e ao conhecimento, seja de seus próprios direitos sociais como cidadãos. Pesquisa realizada pelo MMC, na região Missões I, no Rio Grande do Sul, mostrou que 80% das mulheres pesquisadas, militantes do MMC, possuíam somente até cinco anos de escolarização. Dessas, 92% tiveram de deixar de estudar porque precisaram trabalhar para contribuir para o sustento da família³.

Essa “subordinação” foi nitidamente percebida no trabalho da pesquisadora, que, desde 2006, como servidora do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), trabalha diretamente ligada ao atendimento ao público, com o protocolo e a análise de benefícios. De forma mais evidente nos pedidos de aposentadoria rural, as mulheres, em sua maciça maioria, apresentavam-se como “acompanhantes” da figura masculina (em geral, o marido ou, na falta dele, de um homem de referência: filho ou irmão): eles procuravam a autarquia para saber quais documentos apresentar na data do pedido e estavam, geralmente, com a posse da documentação quando do requerimento. Respondiam às perguntas feitas às mulheres e, inclusive, sentavam-se em frente ao servidor/atendente, como se o benefício fosse deles. Às vezes, o único ato praticado pela requerente era o da assinatura do pedido. Na maior parte das vezes, o benefício de titularidade da mulher era requerido pelo homem e, presume-

³ Dados coletados diretamente do site do MMC. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

se, seria ele quem administraria os valores recebidos. A representatividade dessas mulheres, ligadas ao campo, era feita pelos sindicatos, mas, a nível regional, estavam vinculadas ao MMC. Estava, então, escolhido o objeto de estudo.

Talvez o mais difícil seja, especialmente, o fato de buscar apresentar o presente trabalho sem um provável – e esperado - envolvimento pessoal. Temo, entretanto, que isto não seja possível: como mulher, mãe e trabalhadora, nenhuma oportunidade de dar voz às mulheres deve ser desperdiçada. Acredito que a luta pelos direitos das mulheres, ou melhor, a luta pelo acesso aos direitos das mulheres é longa, árdua e está longe de chegar ao limite. Por isso, o presente trabalho traz contribuições sobre esse tema, visto ser real a necessidade de contextualizar a história dessas mulheres, para, por meio da análise pelo viés descolonial, buscar afinidades e convergências entre o feminismo camponês e o feminismo descolonial.

Com esta pesquisa, objetivou-se, de alguma forma, contribuir para alargar as discussões em torno da temática do feminismo, representado pelas mulheres camponesas e, por que não, da própria história das mulheres que lutam pelo reconhecimento de sua importância no processo produtivo e social e pela igualdade nas relações de gênero.

Como recorte histórico para o trabalho, estabeleceu-se como marco o século XX e, por contar com atuação a nível nacional, analisou-se o Movimento de Mulheres Camponesas. Tratar do lugar de diferença transpõe fronteiras geográficas e mostrou-se bastante incisivo e representativo da condição da mulher em contextos coloniais, principalmente, por ser o Brasil um país de matriz colonial. Dessa forma, por meio de perspectiva e embasamento históricos, buscou-se compreender a formação do movimento das mulheres camponesas (sua estrutura e função, seus objetivos e desafios), buscando relações com a descolonialidade feminista, bem como os efeitos dessa descolonialidade no movimento. Para tanto, foram utilizados documentos oficiais do Movimento, que se encontram disponíveis no *site* oficial do MMC.

Buscamos relacionar como as camponesas percebem seu pensamento, por meio dos seus próprios registros escritos, inter-relacionando-os com algumas das diversas apresentações do feminismo, tais como o feminismo camponês e popular. Entender como se estabelece a relação entre essas categorias feministas, somada à compreensão das camponesas como sujeitos da luta feminista e quais as características do feminismo camponês que constroem, é o que nos motiva neste estudo. O foco deste trabalho são as inter-relações entre o feminismo camponês e o

feminismo popular (baseando a análise em uma perspectiva descolonial), a partir da análise de documentos oficiais do MMC. Para tanto, partimos do seguinte objetivo: identificar convergências entre o feminismo camponês e popular e o Movimento de Mulheres Camponesas, por meio de uma perspectiva descolonial. Entendemos que descolonialidade pode ser uma constante nas representações do movimento e suas características tendem a se evidenciar tanto nos documentos escritos como nas premissas e diretrizes do Movimento. Para cumprir o objetivo proposto, elencamos como objetivos específicos: a) estabelecer o lugar das mulheres no patriarcado formado pelo capitalismo; b) investigar o feminismo, por meio do viés descolonial, com algumas de suas categorias, bem como apresentar o MMC; e c) analisar documentos oficiais do MMC para identificar se o feminismo ali relacionado converge com o feminismo camponês e popular, por meio da Análise de Discurso.

Do ponto de vista metodológico, e com a finalidade de cumprir os objetivos propostos, o presente trabalho está embasado em perspectivas teóricas que apresentam relações de convergência com os fundamentos e as diretrizes do MMC. Suprindo o requisito da interdisciplinaridade⁴, como fundamento do programa do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, são abordadas as grandes áreas do conhecimento em sociologia, história e antropologia. Para tanto, em relação aos procedimentos técnicos, este estudo consiste em pesquisa bibliográfica, com a apresentação de alguns dos referenciais que tratam do capitalismo/patriarcado, mulheres, feminismo e estudos descoloniais ligados ao Movimento de Mulheres Camponesas. A situação de pandemia não permitiu que fosse realizada pesquisa de campo junto ao MMC; ainda assim, apresenta-se um estudo coerente e aprofundado e, quanto ao referencial analítico, utiliza-se a metodologia entendida como Análise de Discurso (AD).

Conforme Orlandi (2009, p. 15), a análise do discurso objetiva “conhecer melhor aquilo que faz o homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se”. Sendo o MMC o objeto do presente trabalho, a análise relaciona a linguagem (estudo dos documentos oficiais do Movimento) e a exterioridade (por meio da representação oficial que o grupo social – mulheres camponesas -, criador do Movimento, faz de si mesmo. Em síntese: a análise do discurso “preocupa-se em compreender os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso”.

⁴ Para Francischett (2005, p. 9), interdisciplinar consiste em “desinstalar-nos de nossas posições acadêmicas tradicionais, das situações adquiridas e a abrir-nos para perspectivas e caminhos novos”.

(CAREGNATO, 2006, p. 684). Neste trabalho, a autorrepresentação do MMC é analisada à luz da perspectiva descolonial, buscando-se aproximações e convergências entre o feminismo camponês e o feminismo descolonial.

Na pesquisa bibliográfica, são utilizados diversos teóricos, cujos estudos têm relação íntima com o tema pesquisado, destacando-se Silvia Federici, Françoise Vergès, Grada Kilombo, María Lugones, Aníbal Quijano, entre outros, além dos documentos oficiais do MMC, disponibilizados em sua página oficial na rede mundial de computadores (www.mmcbrazil.com.br).

Partindo da contextualização histórica das mulheres em sociedade, o primeiro momento do trabalho aborda a relação entre o capitalismo, o campo e as mulheres, com base nos estudos de Silvia Federici. Tratamos de como a formação do capitalismo implicou uma rearticulação de regimes patriarcais preexistentes em outras sociedades, ou seja, de funcionalidades que estavam sendo construídas pelo capitalismo dentro do campo. Para tanto, estudamos conceitos e teorias do campesinato, elucidando como as mulheres rurais situaram-se dentro do capitalismo.

Em um segundo momento, tratamos brevemente da história do feminismo e da popularização de uma classificação em ondas, com base em Lear e Walker, para, em seguida, relacionar algumas categorias feministas, que servem para análise dos dados.

Em um terceiro momento, é abordada a consolidação do campesinato na América Latina e no Brasil, retratando-se como ocorreu a nacionalização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Por meio da metodologia de análise do discurso, são analisados trechos de dois documentos oficiais do MMC, publicados em 2007 e 2018 (momentos sociais e políticos distintos, em que se evidencia, inclusive, o apoio – ou falta de apoio – governamental para a publicação). Tais documentos evidenciam a forma como o MMC apresenta-se e se faz ver perante os outros sujeitos sociais. Analisando o caráter autônomo, feminista e socialista desse movimento, identificam-se possíveis convergências entre o MMC e o feminismo, em especial o feminismo camponês e popular.

Os principais desafios das mulheres camponesas encontram guarida na busca de igualdade de tratamento relacionada a gênero, classe, trabalho, identidade e relações de poder. Essa identidade tem sido negada, desvalorizada e impedida, histórica e socialmente, pelo patriarcado e pelo capitalismo. A partir dessa perspectiva, vale refletirmos sobre como a mobilização e a organização social das

mulheres camponesas impacta nesse sistema, enfraquecendo-o, de forma a estimular a conscientização dos povos na perspectiva de uma luta de classes e de massas. Presume-se que esse deva ser o eixo principal de uma luta política e social de movimentos de grupos subalternizados por uma sociedade solidária, igualitária e com justiça social. Busca-se identificar se os diferentes aspectos que cercam as formulações políticas descoloniais podem promover, aos poucos, a afirmação de identidades, levando à valorização da mulher camponesa e atribuindo-lhe direitos; isso implica, também, a valorização do trabalho, dos saberes, da cultura e do valor social e econômico que isso significa para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade como um todo.

2 CAPITALISMO, CAMPESINATO E MULHERES

Nós mulheres fomos violentadas desde crianças. [...] Negaram-nos o direito de estudar, de ser uma mulher, de participar da vida social. Éramos vistas como objeto; violaram nossas ideias, até de ver que tudo isto era natural, que ser mulher era ser dominada pelos pais, pelos irmãos e depois pelo marido. [...] Por nós descobrimos que tudo era violência. (HEREDIA; MENASHE; WOORTHMANN, 2006, p. 32).

2.2 A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE MODERNA: PATRIARCADO E CAPITALISMO

Se o presente estudo tem um escopo feminista, não há como dissociar a estrutura patriarcal⁵ com a hierarquia capitalista ocidental atualmente vivenciada. Conforme o entendimento de Lerner (2019), tendo por base a família, as religiões, a escola e as leis, foi o patriarcado⁶, formação social que sucedeu ao feudalismo na Europa, que manteve e sustentou a dominação masculina. Quanto a esse aspecto, Bourdieu (2017, p. 45) afirma que

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social.

Por meio da ideologia ligada à forma mais abrangente de patriarcado, naturalizaram-se comportamentos segundo os quais as mulheres deveriam, por exemplo, apenas exercer o trabalho doméstico, sem qualquer remuneração, reforçando a ideia de que as mulheres seriam seres “naturalmente inferiores”. De acordo com Vergès (2020, p. 5),

⁵ Neste estudo, consideramos como matriarcado qualquer sistema social em que as mulheres controlam a vida pública e, mais precisamente, aqueles em que as mulheres têm poder sobre os homens, incluindo o domínio público e as relações exteriores (não sendo consideradas as decisões que incluem somente o âmbito doméstico, mas aquelas que se refletem na vida em comunidade). Não se incluem, nessa definição, aquelas sociedades em que as mulheres compartilham poder com os homens, em alguns aspectos da vida, nem aquelas em que atuam como substitutas dos homens (tais como as sociedades monárquicas, em que eventualmente – e raramente – uma mulher ascende ao trono).

⁶ A formação do capitalismo implicou uma rearticulação de regimes patriarcais preexistentes em outras sociedades. Dessa forma, determinou-se uma reorganização social na observância daqueles dispositivos de dominação que estavam sendo construídos pelo capitalismo.

É neste sentido que os esforços das teorias feministas materialistas são fundamentais, pois reposicionam o problema da reprodução social, seja na dimensão biológica (aí localizado todo o trabalho da maternidade), seja no trabalho doméstico não remunerado.

Historicamente (e de maneira geral), a dominação e hierarquia patriarcais, protagonizadas pelos homens na sociedade, foram decorrentes da dominação que eles, inicialmente, exerciam, em âmbito doméstico, sobre as mulheres do próprio grupo. Essa subordinação familiar deu-se, principalmente, por meio de força e dependência econômica e social, sustentando o que mais tarde veio a culminar na dominação e hierarquia sobre outras pessoas, para além do grupo familiar.

Essas análises partem da premissa de que a definição “[...] de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida”, conforme Saffioti (2020, p. 48). Sob a percepção feminista⁷, de modo geral, o gênero corporifica-se na “[...] construção social do masculino e do feminino, por isso a exata compreensão do patriarcado passa pelo [...] regime de dominação e exploração das mulheres pelos homens”. (SAFFIOTI, 2015, p. 48).

No ocidente cristão, boa parte do que estamos acostumados a compreender como exploração feminina, no transcorrer do tempo (e muito em virtude da matriz colonial), decorre de as mulheres terem sido classificadas, genericamente, como “respeitáveis”, se estivessem vinculadas a um homem (pai, se ainda solteira, ou marido), ou “não respeitáveis”, caso não estivessem vinculadas a um homem. Para Butler (2019), “a crítica feminista deve compreender como a categoria das ‘mulheres’ [...] é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação”, sendo uma dessas, notavelmente, aquela estabelecida sob a égide do patriarcado. Quanto ao gênero, especificamente, a autora esclarece:

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo [...]. Resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2019, p. 21).

⁷ No presente estudo, necessário destacar que nos detivemos, por questões didáticas, ao feminismo ligado a questões camponesas. Por esse mesmo motivo, sendo o tema central da pesquisa o movimento das mulheres camponesas e as implicações da (des)colonialidade no movimento, não haveria como debater, satisfatoriamente, todas as ramificações ligadas ao feminismo. Essas ramificações (ou categorias) são tratadas com brevidade, a título de ilustração.

Scott (1995, p. 4), nas suas observações, percebe o patriarcado como “[...] uma forma de organização social em que as relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade”.

Lerner (2019) questiona acerca dos motivos que levam as mulheres a se comportar com uma aparente “cumplicidade” histórica, na preservação do sistema patriarcal. Um desses motivos e fundamentos, conforme a autora, diz respeito à sobrevivência do mais forte, justificando que “[...] a distribuição desigual de riquezas e privilégios na sociedade patriarcal, como alternativa para o patriarcado, diz respeito à definição do patriarcado” (Lerner, 2019, p. 40), o que corroborou para que a posição social das mulheres com base no papel “intrinsecamente” definido pelo caráter biológico fosse, de fato, inerente à sobrevivência da sociedade.

Pode-se presumir, pelo menos nos primórdios da humanidade, que a divisão sexual do trabalho tivesse fundamento na reprodução humana. Tal justificativa, com o aprimoramento das técnicas de labor, transforma-se em fenômeno histórico, já que surge de um fato determinado biologicamente – o gestar, mas perpetua-se, em termos culturais, ao longo do tempo – o cuidar (Lerner, 2019). Portanto, ter filhos e criar filhos foi, inicialmente, conveniente e funcional, já que as mulheres desempenhavam funções compatíveis com a maternidade, mas, conforme a sociedade transformou-se, chegando aos tempos atuais, não são cabíveis as mesmas justificativas.

Na visão de Federici (2017), que também entende a estruturação da sociedade baseada no sistema patriarcal⁸ (e observa os moldes patriarcais ainda presentes na atual constituição das sociedades envolvidas), firma-se o surgimento do patriarcado do salário na passagem do período do feudalismo para o sistema do capital na Europa, tornando a terra uma via de acumulação. Isso se expressa a partir

[...] dos requisitos da acumulação primitiva e da primeira política capitalista que trata explicitamente do problema da reprodução da força de trabalho. Porém, mesmo antes do auge da teoria mercantilista, na França e na Inglaterra, o Estado adotou um conjunto de medidas pró-natalistas, que, combinadas com a assistência pública, formaram o embrião de uma política reprodutiva capitalista. Aprovaram-se leis que bonificavam e penalizavam o celibato [...]. Foi dada uma nova importância à família enquanto instituição chave que assegurava a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 156).

⁸ A autora situa seus estudos na Europa, com reflexos nas colônias e países colonizados.

Com base nas premissas capitalistas, Federici relata, historicamente, a caça às bruxas que, na sua essência, traduziu-se na necessidade de controlar o corpo feminino em resposta aos interesses do capitalismo que despontava. Isso porque, na época (entre os séculos XV e XVII, de forma mais evidente na Europa), mulheres que detinham conhecimento dos ciclos reprodutivos e métodos de contracepção eram, também, classificadas como bruxas. Como a mão de obra era necessária, mais do que nunca, nos ensaios de expansão do capitalismo, qualquer tentativa de controle de natalidade deveria ser repreendida. Houve, assim, uma quebra do controle da função reprodutiva, somada a um procedimento intenso e vigilante sobre as mulheres, transformando seus úteros “[...] em território político, controlado pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista”. (FEDERICI, 2017, p. 163).

Pontua também Federici (2017) que, para garantir que os trabalhadores e trabalhadoras futuras se mostrassem aptos, dispondo dessa mão de obra para o mercado de trabalho, fez-se necessária uma adaptação da família aos interesses do sistema que emergia. Nesse sentido, os ideais patriarcais familiares de submissão das mulheres e de exploração do corpo para procriação encontram correspondência no sistema patriarcal, que, na seara capitalista, buscou justificativas econômicas para permanecer em vigor. Se, até então, as mulheres procriavam para produzir homens com o intuito de levar adiante o nome da família e seu patrimônio, além de servir aos deuses ou senhores, tendo a força de trabalho masculina como essencial, na sistemática capitalista, a procriação tem como fundamento principal o aumento da força de trabalho, demandando, dessa forma, a transformação do corpo das mulheres em “máquina de trabalho” (Federici, 2017, p. 119), servindo como instrumento para

[...] a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como instituição mais importante para a apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres. (FEDERICI, 2017, p. 175).

Marx introduziu o conceito de *acumulação primitiva* no final do tomo I de *O capital* (capítulo XXIV), como parte da gênese do capitalismo. Para ele, a acumulação primitiva tinha como finalidade caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas. Em seus estudos, ressaltou que o declínio do feudalismo europeu deu lugar a uma nova ordem estrutural, baseada na separação

entre o produtor e o meio de produção. Dessa forma, passa-se a ter, como base do processo capitalista, a expropriação da base fundiária do produtor rural e do camponês, de acordo com Marx (1988).

Na constituição da acumulação primitiva⁹, Marx destacou que houve, por meio dos senhores feudais, a expulsão violenta dos camponeses dos feudos, que, até então, tinham permissão para explorar pequena área de terras e exercer atividades laborais para os senhores, em troca de pagamento. De um lado, sem meios de prover a própria subsistência, os trabalhadores, que somente detinham a sua força de trabalho, passaram a vendê-la para garantir sua sobrevivência. De outro lado, o capitalista detinha os meios de produção (ou seja, passou a deter integralmente a propriedade), bem como o dinheiro.

Federici (2017), em sua análise, entende a acumulação primitiva estabelecida por Marx por meio da integração de dois fatores: a) o capitalismo somente pôde desenvolver-se com uma concentração prévia de capital e trabalho; e b) a fonte da riqueza capitalista é gerada pela dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção.

Contra-pondo-se, parcialmente, à teoria marxista, Federici (2017) observa que o capitalismo não figurou como agente *libertador* do trabalhador, tendo, pelo contrário, criado uma forma de exploração mais brutal e traiçoeira, “na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração”. (FEDERICI, 2017, p. 119). Para a autora, Marx

[...] subestimava a importância das atividades reprodutivas e dos efeitos destrutivos do machismo e do racismo e por confiança no caráter ‘progressista’ da ciência e da indústria como produtoras das condições materiais para a transição ao comunismo. (FEDERICI, 2021, p. 2).

Uma das questões centrais lançada nas leituras de Federici (2021) sobre Marx é a falta de análise das atividades que reproduzem a vida e a força de trabalho na configuração do capitalismo. Para ela, embora Marx tenha denunciado as desigualdades de gênero¹⁰ e o controle patriarcal sobre a vida das mulheres (especialmente na família burguesa), ignorou, na constituição capitalista, a

⁹ Os escritos de Marx sobre o tema estão profundamente vinculados à crise do feudalismo e ao estabelecimento do capitalismo na Europa, devendo ser analisados sob essa referência temporal/geográfica.

¹⁰ Gênero, para Marx, na leitura feita por Federici (2021), refere-se às relações de poder entre mulheres e homens e ao sistema de regras pelo qual são constituídas e impostas.

importância do trabalho da mulher, criando um campo fértil para discussões sobre discriminação sexual e para análise dos regimes laborais e das hierarquias criadas pelas relações raciais e de gênero. Para a autora, Marx analisa a produção capitalista material, mas sem considerar, contudo, aspectos políticos e sociais decorrentes dessa relação de produção. O aspecto social de maior relevância, para ela, é a análise de Marx não considerar o trabalho feminino como construtor da nova sistemática capitalista.

Nesta situação de consolidação capitalista, Federici (2017) entende que, independente de classe social, é prática corrente, na família, o marido ser o representante do poder para o Estado, porque possui as vias de produção – o trabalho-, o que se traduz como assalariado. A mulher, por sua vez, mesmo com sua força de trabalho, tem seu salário pago ao marido, o que a sujeita aos homens, configurando a prática já referenciada denominada de patriarcado do salário. (FEDERICI, 2017, p. 176).

Segundo Saffioti (2015, p. 46), a partir de então, a família não mais representa “[...] a unidade de produção com um papel produtivo específico, geralmente organizado nas relações patriarcais específicas que prevaleciam na sociedade agrária prévia”. Todavia, o caráter marcante da opressão de um gênero sobre o outro permanece e intensifica-se, deixando somente de se mostrar como “[...] um sistema independente que seguia uma lógica autônoma por conta desta transformação da família de uma unidade de produção a um lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado”. (SAFFIOTI, 2015, p. 46). Logo, firma-se a concepção de que “[...] a opressão de gênero tenha existido bem antes do advento do capitalismo, isso não significa que as formas que assumiu tenham sido sempre as mesmas”. (SAFFIOTI, 2015, p. 46).

Nesse contexto, o capitalismo marca seu surgimento

[...] em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no plano superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerava; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizadas da função produtiva, ou seja, situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 2015, p. 67).

Nessa perspectiva, várias são as conclusões alcançadas por estudos sobre as implicações que concernem à relação de estrutura entre o patriarcado e o capitalismo. Os questionamentos que englobam versões partem da análise de que gênero e relações sexuais constituem um sistema autônomo que se combina ao capitalismo e remodela as relações de classe, enquanto é, ao mesmo tempo, modificado pelo capitalismo em um processo de interação recíproca. A versão mais atualizada dessa teoria inclui as relações raciais, também consideradas como um sistema de relações sociais autônomas interconectadas com as relações de gênero e classe¹¹. Para Federici (2021, p. 54), a teoria de Marx, embora descreva problemas envolvendo questões de gênero, deixa de fazer análises a esse respeito, limitando-se a considerar uma tendência patriarcal na interpretação de que o trabalho reprodutivo feminino seja considerado “atividade natural, instintiva, quase biológica”.

Tal versão, segundo expõe Arruza (2015, p. 36), pode ser observada a partir de “[...] uma compreensão das relações de classe como definidas unicamente em termos econômicos. É apenas através da interação com o patriarcado e com o sistema de dominação racial que elas adquirem um caráter extraeconômico”. A mesma autora pontua, seguindo esse conceito, uma construção mediada pela comprovação de que, nas sociedades em que o capitalismo é venerado, não se instala a probabilidade de se criar um “sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo”, visto que as relações patriarcais persistem e

[...] não são parte de um sistema separado. Em outras palavras, esta tese não reduz cada aspecto da opressão para simplificá-la a uma consequência mecânica ou direta do capitalismo, nem busca oferecer uma explicação baseada somente em termos econômicos. (ARRUZA, 2015, p. 37).

Essa concepção unitária traz em seu bojo a constituição de uma das formas de patriarcado sob a percepção da divisão sexual do trabalho, instalando condições em que se evidencia a opressão e a exploração de um sexo sobre o outro, resultando em transformações e permanências. As transformações ocorrem a partir do caráter subordinador, sendo que a permanência traduz-se em sutilezas que permitem a

¹¹ As diversas formas de imposição de poder e dominação impostas pelos homens às mulheres, tanto rurais quanto urbanas, podem ser analisadas pela interseccionalidade entre raça, classe e gênero, pois estão diretamente vinculadas ao sistema patriarcal e eurocêntrico instituído pelo colonialismo. A dominação colonial impôs formas de controle da subjetividade, da cultura e do conhecimento e esses papéis sociais hierárquicos perpetuam as relações de dominação que se mantêm até hoje. Essas hierarquias de gênero, raça e classe criam a divisão sexual (e racial) do trabalho. (QUIJANO, 2005). Sob a ótica do feminismo, são debatidas no decorrer do presente estudo.

continuidade da opressão e exploração. Nesse direcionamento, necessário compreender “[..] como a dinâmica de acumulação de capital continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem expressar estes mecanismos em termos estritamente econômicos ou automáticos”. (ARRUZA, 2015, p. 38).

O patriarcado, percebido assim, por via de papéis sexuais, mostra uma maneira de produção capitalista que se vale de diferentes culturas e classes para se perpetuar e traz embutido novas percepções de frentes “[...] às vezes equivocadas, às vezes acertadas; nesse quadro, entre perdas e retomadas, a opressão ganha a maioria das batalhas, embora sempre se levantem vozes, solitárias ou coletivas, de mulheres (e, mesmo que minoritárias, até de homens) para combatê-la”. (SOUZA, 2015, p. 476).

As narrativas de Souza (2015) consideram que o panorama pré-industrial foi marcado pela divisão sexual do trabalho. No entanto, o espaço para o labor era o mesmo, sendo as práticas exercidas em um ambiente em que não havia a separação entre homens e mulheres. No campo, as mulheres faziam o seu trabalho na terra, na cozinha e criavam os filhos nos povoados. Contudo, as transformações econômicas influenciaram a vida em sociedade, condicionando uma diferenciação entre o trabalho doméstico, observado como feminino e efetivado por mulheres, e o trabalho não doméstico, realizado por homens. As modificações no trabalho trazem, assim, alterações na estrutura da família, afetando os casamentos e o número de filhos do casal.

Federici (2021) entende que Marx não analisou a questão do trabalho doméstico, sua relevância e seu impacto no sistema de acumulação primitiva porque acreditava que, com o desenvolvimento industrial, o número de mulheres empregadas nesse setor, inevitavelmente, aumentaria.

Isso significa que, apesar de Marx condenar as relações patriarcais, ele nos deixou uma análise sobre capital e classe que é conduzida do ponto de vista masculino – aquele do ‘trabalhador homem’, o trabalhador industrial assalariado predominantemente branco, em nome do qual a Primeira Internacional foi constituída, cujo interesse ele presumiu ser representativo de todos os setores do proletariado. (FEDERICI, 2021, p. 51).

Com o surgimento da indústria capitalista, produzem-se novas relações econômicas essenciais ao seu desenvolvimento, assim como se elaboram novos formatos de relações pessoais, o que implica mudanças relevantes na vida das mulheres. Nesse direcionamento, a desestruturação da família camponesa serve de

palco para que se instale a família nuclear (quando deixa o trabalho no campo e passa a exercê-lo nas cidades). No entanto, o caráter mais significativo

[...] do modo de produção capitalista, que nesse período conhece um grande impulso, é a de revolucionar constantemente os meios de produção como condição para existir. Em consequência disto, a forma de organização em indústrias domésticas se tornou insuficiente para atender a procura que crescia junto com os novos mercados e foi suplantada. Assim, como as indústrias domésticas não supriam mais as necessidades do capital, essas perdiam o seu caráter de manufatura familiar e assumiam, cada vez mais, o caráter de trabalho executado por mulheres, pois permitiam que essas exercessem o trabalho pago, a gerência da casa e os cuidados com os(as) filhos(as), isto é, que continuassem a exercer suas obrigações de gênero, enquanto os homens se deslocavam para um local de trabalho, fora da casa. (SOUZA, 2015, p. 478).

A saída dos homens para o trabalho assalariado, promovido pelo setor da indústria, parte da premissa de que o homem proveria o sustento de todos, o que estabelece uma relação de dependência financeira em uma escala de opressão cada vez maior sobre as mulheres. Assim, se, em um período anterior à industrialização, a família dependia da terra (e do trabalho do homem na terra), agora, mulheres e crianças passam a depender do homem.

[...] tal dependência é exercida de formas diversas, conforme a classe social à qual o homem pertence: o patrão detém e exerce o poder sobre a totalidade da vida como um todo, pública e privada; o trabalhador detém o poder sobre a vida privada, que exerce contra a mulher e filhos. (SOUZA, 2015, p. 480).

Para Federici (2017, p. 232), portanto,

[...] a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente 'a parte não remunerada do dia de trabalho' e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. [...] Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos.

Estabelecido o papel mais geral histórico reservado às mulheres, na formação do sistema de dominação capitalista, em âmbito social e econômico, cabe aprofundar de que forma, dentro dessa nova configuração, o campo criou articulações e sistemáticas dentro dos núcleos familiares rurais, como vemos a seguir.

2.2 CAMPO E CAPITALISMO

O trabalhador do campo é figura que, independentemente do modo de produção de referência (feudal, escravocrata, capitalista) amolda-se e apresenta características singulares. Embora não perca sua matriz – o sustento por meio da produção agrícola –, mantém a base na unidade de produção familiar.

Essa apresentação híbrida e altamente maleável deixa pouca margem às definições absolutas sobre categorias sociais presentes no campo. Segundo Abramovay (1998, p. 35), “campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo”.

Para compreender essa classe de trabalhadores, ligados ao meio rural, é preciso, então, associá-los a um processo histórico de adaptação. No sistema capitalista, os trabalhadores do campo¹² foram considerados (em diversos estudos sobre a projeção capitalista) como “resquício” do modo de produção feudal. Como tal, não teriam lugar no modo de produção, estando fadados à extinção, especialmente as pequenas propriedades camponesas.

Estes estudos basearam-se, principalmente, nas imprecisas conclusões marxistas sobre o lugar do campo: Marx não teceu conclusões nítidas, em seus escritos, sobre o lugar do campo no processo de constituição do capitalismo, já que não se enquadravam na nova sistemática.

Recorrendo-se aos teóricos clássicos, o conceito de campesinato é observado na obra *A questão agrária*, de Karl Kautsky (1980), devendo ser lido com ressalvas, inclusive, pela conjuntura social e econômica sobre a qual foi escrito (início do século XX), tendo baseado seus estudos campesinos na situação agropecuária que vivenciava na Alemanha. Para ele, as famílias camponesas da Idade Média eram caracterizadas por produzirem gêneros alimentícios para o próprio consumo, além de construir suas casas e fabricarem boa parte dos utensílios domésticos, tecerem grosseiramente suas roupas, entre outras atividades que proporcionavam maior autonomia e segurança diante das adversidades naturais, sociais e políticas.

As terras distanciavam-se muito dos centros urbanizados, o que obrigava os camponeses a desenvolverem uma grande autonomia dentro das propriedades. Em

¹² No decorrer do estudo, tratamos de outras especificações ligadas ao campo, como as designações de camponês e agricultor familiar.

épocas de lavouras fartas, o excedente era comercializado nas feiras, para aquisição de produtos que, em geral, não eram produzidos nas propriedades. É de se ressaltar que a obra de Kautsky foi escrita vislumbrando-se outro momento histórico, acompanhando a teoria de Marx, momento em que o campesinato era visto como uma classe miserável e retrógrada, que somente atrapalhava o desenvolvimento do capitalismo.

Em contraponto à tentativa conceitual de classificação do camponês estabelecida por Kautsky, com base na interpretação marxista, Alexander Chayanov entende que a economia camponesa pode ser objeto de um conhecimento racional e positivo. (ABRAMOVAY, 1998, p. 33). O modelo básico de Chayanov pode ser entendido como uma análise microeconômica interna das unidades camponesas, desenvolvido por meio de suas observações em território russo, nas primeiras décadas do século XX, quando procurou desvelar as contradições do campesinato no âmbito do avanço capitalista sobre o campo¹³.

Segundo ele, cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros de que se compõe e de suas idades, estabelecendo-se dentro da relação *trabalho e consumo*. A grande diferenciação da teoria de Chayanov foi considerar as sociedades camponesas como unidades econômicas familiares não assalariadas (Ferreira, 2006), entendendo que a existência camponesa apoia-se sobre um conjunto de condições que o próprio desenvolvimento social, econômico e político tende a eliminar.

Percebe-se a dicotomia na categorização do trabalhador do campo, seja em Marx, seja no próprio sistema capitalista, seja em relação ao tempo ou ao lugar de referência. Essa dificuldade de enquadramento reside nos questionamentos lançados por Abramovay (1998, p. 35) sobre o lugar econômico do campesinato: “se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário”. A impossibilidade seria definir com clareza a natureza e a origem de seus rendimentos, não havendo, portanto, como definir sua “espécie” em Marx.

Em termos práticos, o que se visualizou foi que a modernização da agricultura tinha como perspectiva básica aumentar a produtividade, ampliar o lucro do capital com menor custo possível, obedecendo-se à lógica capitalista aplicada aos demais

¹³ Tais quais as observações de Kautsky, as de Chayanov e, posteriormente, Tepicht também devem ser lidas com ressalvas, em virtude de se referirem a um grupo social e a um período determinados.

setores produtivos. Assim, observou-se que as culturas que mais se destacaram no âmbito capitalista foram aquelas que tiveram maior mecanização da produção.

Com essa nova configuração, de mecanização do trabalho em âmbito rural, os trabalhadores passaram a exercer suas atividades de forma sazonal e, substituindo-se o trabalho fixo e criando-se insegurança quanto à garantia de trabalho, renda e moradia, foram invisibilizados quanto à perspectiva de proteção de direitos.

No processo de dominação colonial (que se observa com mais proximidade na América Latina), o capitalismo não destruiu integralmente as comunidades nativas. Após a sua dominação pela força, utilizava as formas de produção dessas comunidades para fazê-las produzir mercadorias, ou então transformava seus produtos em mercadorias, fazendo-as circular no seio da economia capitalista industrial. Assim, o capitalismo submeteu os colonizados aos seus interesses comerciais, transformando-os em colônias dos impérios capitalistas, extraindo excedentes para a acumulação primitiva do capital.

Da mesma forma que não se pode confundir a ocorrência de trabalho livre com relações capitalistas de trabalho, é preciso verificar que também não ocorre no Brasil – exceto em condições muito pontuais – um regime de copropriedade da terra, o que caracteriza a propriedade de tipo feudal. Diferentemente da propriedade compartilhada feudal, o que há no Brasil, desde o início da colonização, é, justamente, o caráter acessível da propriedade da terra.

Ainda que Marx (1988) tenha, de certo modo, incompatibilizado o regime capitalista com o regime de escravidão/servidão, é possível deduzir que, no caso brasileiro, este foi determinante no modo de acumulação primitiva, eis que vinculado à constituição das relações sociais capitalistas de produção. O regime de exploração de mercadorias nas colônias (pela mão de obra escrava) serve como suporte para a constituição do capitalismo. Segundo Oliveira (2007, p. 20),

A primeira etapa do desenvolvimento do capitalismo não foi necessariamente uma etapa em que predominaram as relações especificamente capitalistas de produção, mas sim uma etapa principalmente de produção de mercadorias. Com a mercadoria, o capitalismo ganha dimensão mundial, ou seja, dissemina-se por lugares diferentes, momentos distintos (mas articulados) de um processo único: o processo contraditório de sua expansão.

No Brasil, percebeu-se, no final dos anos 1980, uma mundialização do capital na agricultura, fazendo-o avançar sobremaneira nos setores de produção de alimento. O capital não se expandiu no campo brasileiro utilizando-se, unicamente, do trabalho

assalariado, mas valendo-se, também, de outras formas de trabalho, para que fosse possível gerar novas formas de capital. Esses novos segmentos compõem, mais tarde, a complexidade de relações de trabalho no campo que abrangem categorias como meeiro, parceiro, arrendatário, extrativista, boia-fria, diarista, etc.

Assim, o processo de instauração do capitalismo no campo brasileiro, conforme Oliveira (2013)¹⁴, apresentou-se em duas linhas principais: a) o latifúndio permeado de formas camponesas, que se transforma, com maior lentidão, em empresa capitalista; e b) a pequena exploração de caráter camponês-familiar independente.

Talvez a explicação mais nítida para haver tantas peculiaridades vinculadas ao campo no capitalismo seja o fato de que os produtores rurais (especialmente aqueles que detêm propriedades menores e destinam a sua produção ao consumo e à venda do excedente) *permaneceram na posse dos meios de produção*. Segundo Monerat (2017, p. 56), “a relação econômica entre campesinato e capital é, em especial, aquela em que os agricultores se constituem como fornecedores de matérias-primas, o que se articula à própria dinâmica do capital”.

Para Wanderley (2003), o capitalismo que se desenvolveu no setor agrícola brasileiro jamais se libertou de sua vinculação com a propriedade da terra. Dessa forma, a modernização da agricultura é responsável por determinar o “lugar” social do campesinato na sociedade brasileira ao longo da história. O desenvolvimento da agricultura utiliza tanto o trabalho assalariado como o não-assalariado, mas articulados dentro das configurações do capitalismo.

Vemos, a seguir, a relação entre o campo e as mulheres na estruturação do capitalismo.

2.2.1 Campo, capitalismo e mulheres

Determinada a relação entre o campo e o capitalismo, surge a pergunta: qual é o papel que cabe às mulheres rurais no capitalismo?

No entendimento de Siliprandi (2009), os estudos tradicionais sobre a agricultura familiar e o campesinato descrevem as famílias ligadas ao trabalho rural como ideais de complementaridade de papéis e de tarefas entre os sexos e as gerações, ou seja, romantizando a realidade da constituição familiar no campo.

¹⁴ Ver referências também em Gorender (2013).

Del Priore (2009) relata que, em determinadas sociedades (como algumas formações camponesas), comportamentos de submissão e subserviência eram exigidos das mulheres em relação aos homens, e, caso não fossem cumpridos, geravam o direito a um tipo de castigo. Por muitos séculos (e até hoje), grande parcela das mulheres camponesas sujeitou-se às situações que lhes eram impostas, em razão da necessária sobrevivência. No ambiente do lar, as camponesas europeias buscaram adequar-se e dar sentido à vida, mesmo sendo subordinadas ao homem. Assim, “[...] o casamento como mecanismo de ordenamento social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamento, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhe apenas e lentamente o papel de mãe devotada e recolhida”. (DEL PRIORE, 2009, p. 133).

O espaço rural, segundo Ferreira (1989), traz nítida a divisão sexual do trabalho, evidenciando qual o trabalho do homem e qual o da mulher. Logo, atributos como força, capacidade intelectual, delicadeza, paciência e rapidez podem ser observados como itens necessários para a realização de tarefas que concernem ou ao sexo masculino ou ao feminino, o que condiciona a divisão por sexo no trabalho¹⁵ à sua função na sociedade.

Se, historicamente, instituiu-se na sociedade capitalista a divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres as tarefas domésticas e aos homens as atividades produtivas, na prática, sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução, enquanto os homens mantiveram-se, até hoje, pelo menos enquanto maioria, apenas na esfera da produção. (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 19).

A mulher, nos espaços rurais, apresentou-se submissa aos membros familiares, principalmente, à autoridade do pai, o que se estendeu não apenas aos trabalhos de produção como às posturas que tangem às relações sociais, com o aval das instituições sociais estatais e da igreja. (BRUMER, 1996). Nessa perspectiva, vêm à tona as observações de Castro e Lavinias (1992), quando se remetem ao sentido de patriarcado a partir da efetiva dominação do sexo masculino, que se desenha em um sistema de dominação sexual e que, para Saffioti (2015), mostra-se em um formato de real dominação em várias situações que marcam a existência cotidiana. Quando se trata das mulheres, identifica-se uma forma nitidamente exploratória, a partir do

¹⁵ A justificativa divulgada para a divisão sexual do trabalho consistia na atribuição de força física ao homem superior à das mulheres.

instante em que se avalizam as más condições de trabalho e os salários irrisórios (estes recebidos fora do âmbito familiar; em casa, não havia – e ainda não há – qualquer remuneração pelo trabalho doméstico).

Nesse mesmo sentido, Sampedro (1996) salienta que são as instituições, tanto estatais como religiosas¹⁶, que permitem que se perpetue a forma de poder desigual entre o sexo feminino e o masculino, o que submete a mulher a uma condição submissa e subalterna na estrutura da vida em sociedade. No meio rural, esse poder dominador mostra-se de forma mais severa e controlada no espaço familiar e comunitário, em especial, quando compete à função das mulheres, por meio da moral sexual e familiar. Os qualificadores femininos, vistos como a destreza, a minúcia e a rapidez, são considerados talentos inatos e não adquiridos, dons naturais e não culturais, ensinados por meio “[...] de um aprendizado (na profissão de futura mulher), quando eram meninas, depois mediante uma formação contínua (trabalhos domésticos)”. (KERGOAT, 1986, p. 83).

De acordo com Cinelli e Jahn (2011), as camponesas vivem em um meio que percebe os seres sociais em relações desiguais de poder, mantendo-se sob o olhar patriarcal. Para Brumer (2004), essas mulheres, na sua vida cotidiana de labor, são afetadas pela desvalorização do seu trabalho pela sociedade e pela família, pois, ainda que exerçam várias atividades, encontram-se subordinadas ao sexo masculino, tendo seu trabalho considerado apenas como auxílio, mesmo que seja idêntico e, às vezes, tenha mais atribuições do que o homem.

Carneiro (1995) afirma que, mesmo havendo essa divisão das atividades, em que a mulher é observada como invisível (ou melhor, invisibilizada), o trabalho da mulher camponesa tem atuação relevante na produção agrícola. Registros mostram que, já na Idade Média, as mulheres participavam de espaços públicos, exercendo funções que eram de seus maridos, que saíam para guerrear em conflitos. Dessa maneira, elas acumulavam tarefas que abrangiam desde o cuidado dos filhos até a produção de alimentos, marcando a divisão sexual do trabalho nos espaços públicos, que, até então, eram dos maridos, e nos privados, que dizem respeito ao núcleo familiar e à manutenção da propriedade. Ainda que separados simbolicamente, esses

¹⁶ Deve-se recordar, nesse caso, a estruturação e hierarquização da Igreja Católica, que afastou a união conjugal dos sacerdotes, visando impedir a divisão de bens para cônjuges e a transferência por meio de heranças. Assim, o patrimônio da igreja permaneceria em sua propriedade, já que os sacerdotes, sem relações conjugais, não tinham acesso aos bens.

espaços são ocupados pelas mulheres, com sua ajuda no desempenho produtivo, o que é assumido após o casamento e que se desvela em uma posição a que elas se subordinam, decorrente da relação matrimonial e não de relação laboral.

Dietrich e Severo (1993), nas referências de Federici sobre o capitalismo, destacam que as mulheres, especialmente no campo, foram “tomadas como comum”, salientando que houve um movimento de exclusão das mulheres, ainda que não generalizado, seja dos registros históricos, seja da sociedade, seja do núcleo do trabalho ou das decisões, com severa importância na instauração do capitalismo.

Federici (2019, p. 126) destaca que as terras comunais tinham relevante função social, sendo fundamentais para a “reprodução de muitos pequenos fazendeiros ou lavradores”. Nesses locais, era permitido pescar, caçar, fazer coleta de frutos e manter pequenos animais. Eram locais de interação social, onde eram tomadas decisões coletivas, especialmente importantes para as mulheres, que, por meio do uso desses locais, extraíam parte de sua subsistência, autonomia e sociabilidade. As terras comunais serviam para as mulheres como local de troca de notícias, conselhos e onde poderiam, de forma livre, “formar um ponto de vista próprio sobre os acontecimentos da comunidade”. (FEDERICI, 2019, p. 127). As terras comunais pereceram quando do cercamento, a partir da privatização da terra.

Ainda segundo Dietrich e Severo (1993), para a expansão do capitalismo, seria necessário destituir eventual poder das mulheres rurais, submetendo-as à esfera privada e doméstica. O privilégio do domínio de determinadas pessoas, em sua maioria mulheres, sobre os elementos da natureza, permitindo seu controle sobre a reprodução, a cura, a abundância, etc. era interpretado como rejeição ao trabalho e como insubordinação, caracterizando a resistência às novas formas de poder.

Desencantar esse conjunto de crenças e simpatias era necessário para permitir a acumulação por meio da exploração do trabalho. A magia explica fartura e escassez a partir de ciclos ou da sorte, enquanto, no espírito capitalista, a fartura vem do trabalho árduo, dentro de uma lógica racionalista. (DIETRISCH; SEVERO, 1993). Como explicar, racionalmente, fenômenos sem dados concretos?

Para Federici (2019, p. 27), “cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva”, o que incluiria, além da guerra, saques em escala global, a degradação das mulheres e a contínua expulsão dos camponeses da terra. Ela acrescenta, ainda, que a caça às bruxas, na Europa, teve maior número de vítimas entre as camponesas,

debilitando o campesinato europeu, quando a comunidade camponesa sucumbia ao impacto da privatização da terra, do aumento dos impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social.

A autora, em crítica à teoria de Marx, afirma que a acumulação primitiva capitalista¹⁷ teve a influência de uma série de fenômenos, entre os quais: a) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; b) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; c) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. (FEDERICI, 2019, p. 26).

Bengoa (1993, p. 36) compartilha da crítica de Federici ao trabalho de Marx, já que ele nunca considerou “todo o trabalho realizado nos lares, basicamente pelas mulheres, e absolutamente necessário para reproduzir a força de trabalho”. Dessa forma, o trabalho doméstico e de cuidados, que incluem também o trabalho das mulheres camponesas, foram excluídos do seu conceito de mais-valia.

De igual modo, no capitalismo rural, as acusações de bruxaria, em sua maioria, eram feitas às camponesas pobres, enquanto os acusadores eram “abastados e prestigiosos membros da comunidade, muitas vezes seus próprios empregadores ou senhores de terra, ou seja, indivíduos que formavam parte das estruturas locais de poder”. (FEDERICI, 2019, p. 308). Não raro, esses acusadores tinham laços estreitos com o Estado.

Essas mulheres, ao recorrerem a poderes “não convencionais”, minavam o poder das autoridades e do Estado, “dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social, e, possivelmente, para subverter a ordem constituída”. (FEDERICI, 2019, p. 314). Para Dietrich e Severo (1993), o pensamento mágico, bem como os saberes femininos, ligados à observação empírica da terra e de seus ciclos, assim como os ciclos do próprio corpo da mulher, “têm em si uma lógica própria de causa e efeito que vai de encontro ao pensamento racionalista característico do espírito capitalista”. (DIETRISCH; SEVERO, 1993, p. 318).

¹⁷ Para Marx, a acumulação primitiva é examinada do ponto de vista do proletariado assalariado masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, excluindo a participação das mulheres do processo de consagração do capitalismo. Federici (2019) entende que Marx não chegaria às conclusões que chegou, se houvesse observado a história do ponto de vista das mulheres. Ele também não percebeu a importância estratégica do trabalho reprodutivo, em todas as dimensões (trabalho doméstico e sexual, procriação), para a reprodução da mão de obra e como terreno de luta da classe trabalhadora.

Enquanto o privilégio do domínio sobre elementos da natureza, geralmente pelas mulheres, era interpretado como resistência às novas formas de poder, no espírito capitalista, a fartura vem do trabalho árduo, dentro de uma lógica racionalista. (DIETRISCH; SEVERO, 1993). Nesse sentido, para a expansão capitalista, era preciso anular o vínculo das mulheres com a terra, submetendo-as à esfera privada e doméstica.

Assim, seria possível que as novas estruturas de dominação pudessem negociar diretamente com o homem assalariado, na constituição capitalista. Era o homem o detentor da propriedade e aquele que representava a força de trabalho. O trabalho das mulheres na atuação da economia de autoconsumo, na pequena economia de mercado e no trabalho do lar, destinado a prover condições de sobrevivência para os trabalhadores, quando não invisibilizado, era secundarizado.

Para entender o papel que a mulher rural representou na constituição do capitalismo, é necessário compreender a divisão sexual do trabalho. Essa compreensão pauta-se na utilização das diferenças biológicas sexuais para demarcar as configurações econômico-sociais. Assim, a divisão de tarefas entre sexos, ao longo do tempo, passa a configurar-se como um sistema de hierarquização e segregação de gênero.

A partir desse entendimento, compreende-se que relações de gênero no trabalho perpassam a histórica subjugação da mulher aos espaços privados e ao trabalho doméstico, e que vêm acompanhado da privação dos espaços públicos de trabalho. Dessa sistematização, o trabalho doméstico feminino permanece desvalorizado e invisibilizado e sustenta gratuitamente a reprodução ampliada da vida, porque são elas que sustentam em grande parte os trabalhos mais direcionados ao cuidado e aos trabalhos de produção de alimentos para autoconsumo. (MENDES; RETTORE; SIQUEIRA, 2017, p. 15).

É essa lógica capitalista, instaurada pela acumulação primitiva, que traçou novas relações no campo, especialmente no que se refere à forma de exploração do trabalho e à constituição familiar.

2.2.2 Conceito de campesinato e a formação do campesinato no Brasil

Para apresentar os principais conceitos ligados ao campesinato, iniciamos com os sentidos dados pelo dicionário da língua portuguesa aos termos *agricultura*, *agricultor familiar* e *camponês*. *Agricultura* significa a atividade que tem por objetivo a

cultura do solo para produzir vegetais úteis ao homem e/ou para a criação de animais/lavoura; *agricultor familiar* tem como significado o lugar em que o cultivo da terra é realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra, essencialmente, o núcleo familiar, e, por fim, *camponês* significa aquele que vive ou trabalha no campo.

No estudo das relações humanas, por outro lado, percebe-se que o *camponês* é um sujeito político que pratica relações sociais baseadas em diversas formas de organização do trabalho: familiar, associativa, comunitária, cooperativa e outras formas solidárias de agrupamento. No capitalismo, o campesinato encontra-se funcionalmente ligado às lógicas de reprodução do capital, notadamente quando o camponês torna-se parte integrante do atual sistema capitalista.

Costa e Carvalho (2016, p. 23) definem o campesinato como “o conjunto de famílias camponesas existentes em um território”. Para eles, as famílias camponesas seriam

aquelas que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos [...] mediante produção rural [...] de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado da alocação. (COSTA; CARVALHO, 2016, p. 23).

Wanderley, por sua vez, afirma:

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2014, p. 26).

Por apresentar diferentes características em cada modo de produção referido historicamente (servidão, feudalismo, socialismo, escravidão, por exemplo), o campesinato moldou-se ao sistema econômico-social vigente, de acordo com elementos próprios extraídos dos contextos espacial e temporal em que se apresentava. Essa apresentação híbrida e altamente maleável deixa pouca margem às definições absolutas sobre categorias sociais presentes no campo. Segundo Abramovay (1998, p. 35), “campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do

capitalismo”. Desse entendimento também partilha Shanin (2005, p. 2), ao considerar que

Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico (na realidade, apenas analiticamente é possível dividir ‘o diacrônico’ e ‘o sincrônico’ nos fenômenos sociais). Enfim, o termo ‘camponês’ pode ser usado, e tem sido usado, como mistificação.

Shanin (2005) determina seis grupos de características, com vistas a classificar o campesinato, dado seu caráter pluriconceitual:

- a) Em relação ao trabalho: características de trabalho familiar, com controle dos meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional;
- b) Em relação à política: tem-se considerado características de similitude do grupo em diferentes regiões e países do mundo, o que poderia sugerir uma tendência de organização política dos camponeses;
- c) Em relação a normas comportamentais: perceberam-se padrões em normas e cognições típicas e muito semelhantes em grupos bastante afastados, influenciando formas de produção e de vida social;
- d) Em relação à organização social: há similitude de características de organização social e de seu funcionamento;
- e) Em relação à organização familiar: há uma dinâmica social específica da sociedade camponesa, que dita o ritmo da vida, conforme o transcurso do ano agrícola;
- f) Em relação à estrutura social: há padrões fundamentais que são genéricos e específicos dos camponeses.

As múltiplas apresentações do campesinato brasileiro impedem um conceito estanque e engessam, da mesma forma, sua categorização, em virtude da diversidade de povos, dos tipos de exploração agropecuária e da grande extensão territorial. Brancaleone (2015) destaca que não há um conceito universal que possa ser atribuído a este sujeito. Para ele, devem ser consideradas “as distintas realidades possíveis de manifestação da realização do polo ‘sociedade/cultura’ (em relação ao seu oposto, a ‘natureza’), bem como suas respectivas modalidades de organização do trabalho/produção vinculados”. (BRANCALEONE, 2015, p. 192). Martins aponta que

[...] o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é um desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. (MARTINS, 1981, p. 17).

Tal formação diversificada teve início nas *plantations*¹⁸, em que se estabeleceram as primeiras formas de dominação do trabalho. Os camponeses¹⁹, em contrapartida ao regime de exploração da força de trabalho, passaram a estabelecer pequenos núcleos no interior das fazendas, sob a forma de colonato. Fora das fazendas, os camponeses passaram a tentar se estabelecer de forma autossuficiente, sendo denominados de caboclos ou caipiras. De forma pejorativa ou até mesmo para desestimular que essas formas de trabalho se expandissem, as novas categorias foram associadas com falta de ambição e preguiça (visto que objetivavam somente a produção para o consumo, sem gerar acumulação). Na visão de Velho (2009, p. 107),

O fato principal, no entanto, para o país como um todo, é que embora houvesse casos em que a repressão da força de trabalho não fosse evidente, era estruturalmente o traço dominante. Para os indivíduos, em termos gerais, o preço de não estar ligado a ela era a marginalidade. Certas áreas para além da fronteira econômica efetiva tornaram-se, a não ser por fugazes momentos de expansão bandeirante que gradativamente desapareceram, um *locus* para esses marginais, e em o sendo constituíam um aspecto paradoxal, mas complementar (tal como na Rússia) do sistema de repressão da força de trabalho.

Com o surgimento de um processo de decadência, ocasionado também pela falta de absorção da mão de obra originada do próprio crescimento demográfico nas *plantations*, o crescimento das formas marginais de campesinato intensificou-se, principalmente, na região nordeste. Os camponeses cultivavam produtos para o próprio consumo, além de prestar serviços nas *plantations* em épocas determinadas, como de plantio ou colheita. Com a expansão da coleta da borracha, oriunda da Revolução Industrial, parte da mão de obra migrou para a região amazônica, que, quando da estagnação do mercado da borracha (pela falta de mercado ocasionada

¹⁸ As *plantations* foram um sistema econômico-agrícola, cuja base era a monocultura, que vigorou no Brasil colonial. Nesse sistema, os latifúndios monocultores tinham foco na exportação dos produtos e, no caso brasileiro, nas culturas de cana de açúcar, café e algodão.

¹⁹ A definição de camponês, nesse período histórico, remetia aos trabalhadores das *plantations* que, por doação ou concessão, cultivavam um pequeno pedaço da área da *plantation*. De qualquer forma, a atividade principal era o trabalho na *plantation*, pouco lembrando uma produção camponesa.

pelo final da primeira Grande Guerra), passou a constituir parte das cidades. O campesinato marginal também aumentou.

Com a expansão demográfica oriunda do excedente das *plantations* nordestinas, houve a migração para as *plantations* cafeeiras, principalmente, na região de São Paulo. Para Velho (2009, p. 112), os senhores de terra nordestinos passaram a recorrer a “formas de imobilização da força de trabalho em que ela mesma produzisse para o seu autoconsumo, sobretudo em períodos desfavoráveis”. Tal fato contribuiu para o final da escravidão, já que se poderia explorar o trabalho dos camponeses de outras formas: dívidas, doação de pequenos lotes de terra e, sobretudo, violência. De qualquer modo, qualquer aglomerado de pessoas que trabalhassem para si mesmas²⁰, sem elos com o sistema dominante e ostentando uma forma nítida de resistência, não era aceito, sendo, às vezes, combatido de forma armada.

O campesinato brasileiro estabeleceu-se, portanto, de forma próxima à marginalidade e em áreas periféricas (seja em relação às *plantations*, seja em relação às cidades). Por volta de 1850, passou a existir determinação legal no sentido de que não era possível a propriedade por meio da posse, sendo obrigatória a aquisição por meio de um título de compra de terras devolutas, limitando o acesso das terras pelos camponeses.

Por conseguinte, associando-se mais ou menos imediatamente aos grandes empreendimentos econômicos, no decorrer da colonização e da institucionalização do país politicamente autônomo da Coroa portuguesa, condições diferenciadas de constituição do campesinato foram se consolidando: no interior e ao redor da plantation; nas ilhas de povoamento que cristalizaram vilas e vilarejos de apoio a outras alternativas da economia mercantil; nos núcleos espalhados por beira dos rios navegáveis, por onde escoavam borracha, especiarias e ouro; pela imigração de estrangeiros para, na condição de colono ou produtor tutelado, reproduzir, pela soma de subunidades de produção, as fazendas canavieiras ou cafeeicultoras; ou para se aglutinarem em povoados ou colônias, agora imigrantes dotados de unidades autônomas de produção, meios pelos quais consolidaram o campesinato parcelar do Sul e do Sudeste do Brasil. (NEVES; SILVA, 2008, p. 311)

No Brasil, Fernandes (2008) esclarece que o capitalismo e o campesinato estão envolvidos em dois paradigmas, denominados *paradigma da questão agrária* e *paradigma do capitalismo agrária*. O paradigma da questão agrária

²⁰ O quilombo é um exemplo muito consistente dessa forma de resistência.

tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade. (FERNANDES, 2008, p. 390).

O paradigma da questão agrária tem, segundo Souza (2017), dois desdobramentos que o caracterizam: de um lado, o *proletarista*, que tem como ênfase as relações capitais de trabalho, entendendo o fim do campesinato como resultado da territorialização do capital no campo; e de outro, o *campesinista*, com ênfase nas relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital.

Por sua vez, o paradigma do capitalismo agrário, nas lições de Fernandes (2015), possui duas vertentes: a tendência da agricultura familiar, que acredita na integração ao capital (ou seja, para sobreviver, o camponês produz conforme a necessidade imposta pelo capital); a vertente do agronegócio, que vê a agricultura familiar como residual.

Fernandes (2008) esclarece que, embora no paradigma do capitalismo agrário não se neguem as classes sociais e as conflitualidades das disputas por políticas de desenvolvimento, essas são passíveis de serem ignoradas. Nesse paradigma, não há interesse na satisfação dos interesses da classe social – camponês –, mas sim na manutenção e expansão capitalista no campo. Em síntese, “para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato”. (FERNANDES, 2008, p. 390).

Na relação capitalismo/campesinato, Brancaleone (2015, p. 194) considera duas concepções:

a) que o desenvolvimento do capitalismo leva a um movimento de proletarização do campesinato (ainda que não necessariamente a uma transição forçada, completa e fatal), onde figura a importância, no caso dos países coloniais, da formação de um proletariado agrícola e rural cujo modo de vida não emula as mesmas características do trabalho assalariado urbano; b) e onde quer que resista e subsista, o modo de vida e produção camponês está inserido de modo subordinado, em maior ou menor grau, às dinâmicas de reprodução globais do capitalismo, podendo, em determinadas circunstâncias, assumir feições mais ou menos antissistêmicas, que por sua vez poderiam ser potencializadas e estimuladas por movimentos associativos intercamponeses e pela aliança ou colaboração com a classe operária ou trabalhadores urbanos.

O entendimento de Neves e Silva (2008) acerca do campesinato, esclarece que

a condição camponesa não é uma essencialidade, mas um modo de organização de produção e de vida social segundo valores referenciais, elaborados também pela convivência em espaços de interculturalidades, as alternativas de integração social são constituintes das configurações possíveis e expressões da diversidade situacional. Em consequência, são aspectos fundamentais para se pensar as diferenciadas trajetórias possíveis. Em certos processos, destacam-se as conjunturas mais ou menos favoráveis à expansão desse modo de produzir e de consumo mercantil dos produtos que os camponeses podem oferecer. Em outros, ressaltam-se os contextos mais ou menos favoráveis à mobilização política para a organização de estratégias de luta visando a redefinir os modos de constituição e reconstituição na posição; e também processos de expropriação do acesso aos meios de produção e imposição ou aberturas para escolha do assalariamento. (NEVES; SILVA, 2008, p. 312).

Para os fins do presente trabalho, consideramos o campesinato como uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor, anteriormente referenciado, ressaltando um caráter não essencialista, compartilhando do conceito de Neves e Silva (2008, p. 60),

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

A pluralidade de relações camponesas e a multiplicidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar nomeou, inicialmente, essa categoria de modo sazonal: caipira, em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara, no litoral paulista; colono ou caboclo, no Sul. Conforme a forma de acesso à terra, nomeou-se o camponês, inicialmente, como posseiro, parceiro, foreiro, arrendatário, pequeno proprietário, meeiro, etc. (MARQUES, 2008).

Santos, M. (2012) entende que o campesinato, no Brasil, constituiu-se de diversas categorias distintas, com afinidades comuns: escravos (fugidos ou libertos), colonos estrangeiros, indígenas, trabalhadores emigrantes, povos extrativistas, assentados, etc. Assim,

o campesinato brasileiro é formado por camponeses/as que nasceram e sempre viveram do trabalho rural, nas suas terras ou de outros, também dos que tendo ou não suas terras, precisaram vender sua força de trabalho ao empresário agrícola para garantir a sobrevivência de suas famílias e por camponeses/as que há muito estavam na cidade e estão voltando via reforma agrária. (SANTOS, M., 2012, p. 51).

Wanderley (1996, p. 8), compartilhando de tal entendimento, considera que

o 'modelo original' do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse.

O Estado renomeou o camponês como *agricultor familiar*²¹, como sendo pertencente à estrutura definida como agricultura familiar, aglutinando, assim, diversos agentes sociais. Com características próprias, advindas da especificidade territorial e política, o agricultor familiar pautou suas lutas na busca pelo reconhecimento de direitos territoriais (fortemente representado pela busca da efetivação da reforma agrária), direitos sociais e legitimação da posse por grupos definidos (indígenas, quilombolas, etc.). Não é demais ressaltar, tal qual o entendimento de Neves (2005), que essa denominação revela interesses ideológicos em sua concepção, assim dizendo:

Este termo representa [...] a cristalização de investimentos políticos e posturas ideológicas, que hoje orientam polarizações formuladas no campo político de concorrência por redefinição das formas de redistribuição de recursos públicos estatais. (NEVES, 2005, p. 90).

A atual definição legal de agricultor familiar está estabelecida na Lei nº 11.326/2006, que apresenta, em seu Art. 3º, os critérios de enquadramento na categoria, os quais devem ser atendidos simultaneamente:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

²¹ A expressão *agricultor familiar*, no Brasil, originou-se na formação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), quando do reconhecimento da importância da agricultura familiar pelo governo brasileiro, no ano de 1995. O surgimento do PRONAF foi marcado por uma política de crédito a juros reduzidos, que privilegiou, de forma inédita, uma faixa de agricultores com menos recursos econômicos, desvinculando-os dos grandes produtores, que se haviam beneficiado, desde a modernização conservadora promovida pelo regime militar, de taxas de juros subsidiadas.

Essa definição leva em consideração área de terras, existência de empregados, renda e trabalho familiar, não abrangendo outras especificações, como localização da propriedade, tipo de exploração rural, auxílio eventual de terceiros, complementação de renda por outras atividades, etc. No entendimento de Wanderley (1996, p. 2), “o ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”, complementando que

Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês ‘adormecido’ de que fala Jollivet), na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão. (WANDERLEY, 2003, p. 48).

Ainda segundo Wanderley (1996), a agricultura camponesa consolida-se na relação propriedade, trabalho e família, traduzindo-se na “expectativa de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência”. (WANDERLEY, 1996, p. 4).

Santos, M. (2012), sobre o agricultor familiar, entende que o Estado, após lutas travadas pelos camponeses e pelas camponesas do Sul, passa a atender parte das demandas, instituindo “políticas de distribuição de terras baseada na colonização de terras do Estado e na política de assentamentos de reforma agrária”. (SANTOS, M., 2012, p. 51).

Em suma, o agricultor familiar caracteriza-se por ser titular da propriedade, ainda que não proprietário (posseiro, arrendatário, comodatário, assentado, etc.), sendo a família a responsável pela força de trabalho, não havendo diferenciação com o conceito de camponês (que é geral e abrangente, conforme vimos acima).

Analiticamente, para nosso estudo, tomamos como sinônimo o camponês e o agricultor familiar, visto que ambos se inter-relacionam com uma questão nominalista e de identidade política. Com essa compreensão, e com base nos teóricos referenciados, é possível extrair uma conceituação própria do que se entende serem as características deste sujeito social denominado *camponês*. Assim, entende-se, neste estudo, o campesinato como modo de produção social com predomínio do trabalho familiar (e, portanto, com controle dos meios de produção), fundado em uma agricultura de subsistência, baseada em relações de caráter intercultural, partilhando-

se do entendimento de Wanderley (2009) sobre a associação entre camponês e agricultor:

Que fique claro, desde já, que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis. Nesse sentido, o adjetivo familiar visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio. (WANDERLEY, 2009, p. 40).

A partir do entendimento de que camponês é categoria abrangente, podemos afirmar que, na inclusão dos indígenas, quando da chegada dos portugueses ao Brasil, já se estava estabelecendo o campesinato. Entretanto, para os fins deste trabalho, delimitamos como marco temporal o século XX²², em que foram vistos, de forma mais nítida, os agrupamentos, as mobilizações e, conseqüentemente, os conflitos que levaram o campesinato a destaque.

No Brasil, a formação do campesinato guarda especificidades, já que se apresentou, com maior visibilidade, no interior de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. A categoria ganha destaque, no decorrer dos anos 50, quando as Ligas Camponesas militam frente à grande concentração de terras e à extrema desigualdade social vivenciadas, sendo isso considerado, conforme Jalil (2013), o principal marco da história do campesinato brasileiro.

Entre os anos 50 e 60, vários movimentos regionais, de menor visibilidade, agruparam-se e deram origem às ligas camponesas, movimentando o campo nordestino e ganhando projeção nacional: constituíram-se de associações de trabalhadores rurais, que tinham finalidade, prioritariamente, assistencial, especialmente médica e jurídica, protegendo os agricultores em relação a contratos lesivos e abusivos. As Ligas lutavam “contra o aumento dos dias de serviço, da conversão do foreiro em assalariado e das restrições à roça do morador da usina”. (MARTINS, 1981, p. 56).

²² Entendemos que a demarcação das terras indígenas, a constituição dos quilombos e outros movimentos sociais tiveram grande impacto na constituição do que hoje se entende por campesinato, mas o recorte do presente trabalho não abrange a análise dessas experiências.

A tentativa de entrada dos trabalhadores rurais no cenário político levou à criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), unificando e centralizando as diversas organizações sindicais. O golpe militar, em 1964, restringiu e enfraqueceu o movimento, já que diversas lideranças ligadas ao movimento foram perseguidas e exiladas. Ainda, na década de 70 e início de 1980, as diversas configurações de trabalhadores ligados ao campo geraram conflitos dentro do próprio movimento.

Esse descontentamento de parte dos trabalhadores, que não viam os seus objetivos abrangidos pela CONTAG, levou à criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, e, no ano de 1984, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, no sul do país.

As mulheres, por sua vez, compartilhando do mesmo descontentamento, mas com pautas mais ligadas à mulher agricultora, também iniciaram um processo de mobilização. Nas palavras de Jalil (2013, p. 37),

Por outra parte, há um movimento de surgimento, dentro do movimento sindical, de temas e questões que não se reduzem mais à contradição de classe, mas que demandam um tratamento diferenciado e que se manifestam no confronto interno que as mulheres passam a promover para desnaturalizar, dentro do universo sindical, as relações de dominação masculina nas estruturas e na determinação de agendas e reivindicações.

Chama especial atenção o crescimento da violência nos anos 80, decorrente do aumento da pressão social feita pelos camponeses em sua luta pela terra. A chamada modernização da agricultura estava gerando também seu oposto: como contradição da modernização conservadora, aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses.

Com o fim do período ditatorial, as diversas entidades representativas ganharam fôlego e passaram a fazer articulações, com a instituição da Assembleia Constituinte, fazendo com que, no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, fossem incluídas diversas reivindicações ligadas ao meio rural.

Esse “fôlego” dado pela Constituição fez nascer outros movimentos, com pautas mais específicas e definidas (questões ambientais, de gênero, reforma agrária, etc.), que, até então, não haviam sido incluídas no debate político. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é parte dessa luta do campesinato brasileiro e, sem dúvidas, o “mais visível” desses movimentos, por ter uma organização mais sólida, de abrangência nacional.

O grande “separador de águas” das mulheres trabalhadoras rurais, sem dúvidas, foi a inclusão de direitos trabalhistas e previdenciários, que, até então, eram somente reconhecidos a mulheres trabalhadoras urbanas. Esse marco temporal ocorreu com a Constituição Federal de 1988, mas somente com a regulamentação, em 1991²³, é que efetivamente uma mulher agricultora pôde, finalmente, concretizar esses direitos.

A partir de 1995, com a criação da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, ocorrida no 6º congresso da Contag, houve a institucionalização da categoria dentro das estruturas da Confederação. Essa relativa visibilidade espalhou-se pelos diversos movimentos regionais de mulheres, que passaram a ver a mulher como sujeito, ainda que relativamente. A estruturação das mulheres leva, mais tarde, a articulações que culminam com a estruturação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), objeto de estudo mais detalhado no decorrer do presente trabalho.

2.2.3 A família camponesa no Brasil

O projeto moderno de sociedade (considerando-se o período posterior à Revolução Francesa) marca, de forma significativa, o desenvolvimento de alguns aspectos organizadores da família, centrada no núcleo conjugal, com grande influência das religiões, no mundo ocidental. Não há como negar que os movimentos religiosos (como, por exemplo, o Concílio de Trento, apesar de ter finalidade diversa) impactaram na configuração da família como constituída pelo matrimônio e pela prole decorrente deste.

Essas referências europeias, entretanto, não encontram correspondência com a constituição familiar dos camponeses brasileiros. Para Cruz (2013, p. 99),

A família camponesa configura-se como um agente de formação não só em nível dos valores, mas também no nível profissional, uma vez que a unidade produtiva familiar é responsável, em primeira instância, pela formação de sua própria força de trabalho. A forma e o conteúdo da educação familiar camponesa são materializados a partir da articulação de variáveis diversas que dizem respeito à sua estrutura e às relações sociais estabelecidas, à

²³ No Brasil, a aposentadoria da mulher agricultora foi instituída legalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, a regulamentação ocorreu somente em 1991, com a edição da Lei nº 8.213, que estabeleceu os critérios de acesso ao benefício.

relação com a terra e ao trabalho agrícola, bem como às condições econômicas etc.

De forma geral, ressalvadas as particularidades de cada local, onde adquirem características e configurações mais íntimas, famílias camponesas seriam todas

[...] aquelas que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos [...] mediante produção rural [...] de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado da alocação. (COSTA; CARVALHO, 2016, p. 23).

Nas famílias camponesas, percebe-se que o trabalho é um elemento importante, já que passa a constituir parte da vivência dos filhos desde tenra idade. Os filhos auxiliam os pais em atividades como buscar água, ajudar no plantio, bem como em outros serviços que os encaminham a ficar, futuramente, à frente do trabalho familiar, enquanto as filhas permanecem sob os cuidados da mãe e participam dos trabalhos domésticos, cuidando dos pequenos animais e prestando auxílio eventual na lavoura. As famílias, que, no campo, confundem-se com unidades econômicas,

apresentam a particularidade de serem compostas por indivíduos vinculados por laços independentes das necessidades dos processos produtivos, isto é, são as relações de parentesco que delimitam os membros que podem ser mobilizados para as mais variadas tarefas. Tais unidades são contrapostas às empresas capitalistas, compostas por assalariados recrutados segundo as necessidades de rentabilidade monetária do montante de dinheiro investido – princípios bem diferentes dos que regem relações entre indivíduos que também fazem parte das mesmas unidades de consumo. (GARCIA JR; HEREDIA, 2009, p. 225).

O trabalho é parte do cotidiano familiar, uma vez que, nas unidades camponesas, todos podem desempenhar algum tipo de trabalho, exceto os muito jovens, muito idosos ou enfermos. No Brasil, conforme Garcia Jr. e Heredia (2009, p. 224),

a oposição casa-roçado, casa-sítio, casa-lavoura, ou mais genericamente casa-campo, surge como central na ordenação das práticas de consumo e de reprodução física dos membros do grupo doméstico e na mediação com a mobilização do trabalho de seus membros e dos recursos que adquirem.

Na agricultura familiar camponesa, a opressão está vinculada diretamente à estrutura de família, em que as mulheres e os jovens são considerados coadjuvantes na produção da família, embora essa construção apareça na superficialidade como

uma complementaridade de funções. Assim, as tarefas domésticas compreendem os cuidados com a casa, com os filhos e as filhas, com o marido e ainda com a produção do quintal – considerado, no ambiente rural, como extensão da casa–, com os pequenos animais, o beneficiamento de alimentos, entre outras tarefas. Desse modo, muitas das tarefas realizadas pelas mulheres geram renda monetária e não monetária, contribuindo para a segurança e soberania alimentar da família, mas continuam sendo vistas como atividades improdutivas ou como “ajuda” da mulher no sustento da família, cujo provedor principal parece ser o homem. (SANTOS, M., 2012).

Na esfera familiar, o trabalho é percebido como um ato educativo, em que os pequenos aprendem, desde muito cedo, a ser e a produzir. Segundo Cruz (2013, p. 100),

O trabalho na companhia dos pais proporciona o ensinamento do ofício de camponês, mas possibilita, ainda, o aprendizado da cultura da comunidade, o fortalecimento da identidade dos sujeitos mais novos e os valores com os quais decidirão os caminhos que irão seguir quando chegar a hora de escolher suas próprias direções. A vida é construída com muito trabalho, assim como o trabalho é produtor de uma vida cheia de significado e de saberes.

A quantidade de filhos constituía-se em fator determinante na constituição da família camponesa, já que um dos principais problemas era “garantir a existência de força de trabalho suficiente para fazer frente às necessidades presentes e futuras”. (BOSCHILIA, 2008, p. 3). Se famílias pouco numerosas eram um problema, pela falta de mão de obra, aquelas muito numerosas também partilhavam do entrave. Nestas, quando consideradas famílias mais pobres e numerosas, alguns filhos homens eram enviados para regiões em que a mão de obra era escassa, para conseguir trabalho; no caso das filhas, eram enviadas para trabalharem como domésticas. Nas famílias mais abastadas, por outro lado, as filhas permaneciam com o grupo familiar até o casamento.

[...] o que se observa é que este tipo de família (organizada em torno da relação privilegiada entre pais/filhos que compartilham uma casa comum, servindo de ambiente espacial - território - para o exercício de várias práticas), convive com um processo de emergência (ou de atualização) de modelos familiares multifacetários, o que alude à existência de uma dinâmica social que preside (e transforma) a constituição e reprodução das relações de familiares, alterando, inclusive, tanto as funções e os arranjos internos como certos padrões socialmente instituídos. (SALLES, 1992, p. 121).

De acordo com Salles (1992), a família camponesa, para se reproduzir, tem, necessariamente, que produzir e consumir não só produtos em seu sentido restrito, mas, também, meios de vida, em seu sentido amplo, incluindo nestes os de natureza cultural e simbólica. É porque as relações familiares camponesas envolvem tanto o parentesco (e as redes de convivência), como também a constituição de identidades (de gênero, culturais), resultando em uma configuração híbrida, que depende tanto da comunidade analisada, quanto do grau de pertencimento da família. Pode-se entender que

[...] a família camponesa é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e uma unidade de consumo. Todos os seus membros produzem em conjunto, obedecendo a uma divisão sexual e etária do trabalho, e todos consomem o que foi produzido. Daí a dificuldade dos economistas em calcular, com base nas categorias da economia capitalista, a renda da família camponesa, já que o que é produzido serve, ao mesmo tempo, para o autoconsumo e para comercializar e, assim, adquirir o que não produzem. Sabemos que o fruto do trabalho é compartilhado por todos, conforme suas necessidades. (ANDRADE, 2007, p. 448).

A produção familiar moderna continua a apresentar um sistema composto por unidades de produção familiares e seus balanços entre trabalho e consumo constituem elemento importante de sua dinâmica. Ela convive com os assédios da modernização agrícola, com a necessidade de se modernizar, por meio de setores economicamente importantes e das tecnologias disponíveis no mercado. Por outro lado, vivencia uma relação extremamente assimétrica em um campo social que envolve a grande agricultura e o Estado. O risco, nesse caso, é desqualificar sua produção, retirar as visões sobre os processos internos e empobrecer a discussão sobre a importância da produção familiar moderna. A mulher não está imune a esse impacto externo, conforme veremos a seguir.

2.3 MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL

Até meados de 1980, a mulher ligada ao meio rural estava intimamente subordinada à condição familiar e conjugal: ainda que lutasse lado a lado com o cônjuge, sua luta era a luta da família, na qual não havia espaço para evidenciar a participação da mulher no processo produtivo familiar.

Nesse sentido, Brumer (2004) traz à tona o campesinato brasileiro, que se expressa na oposição entre casa e roçado. Ao pai, chefe da família, cabe o roçado,

mas à mulher, quando também trabalha nesse espaço, somente cabe-lhe o termo “ajuda”, sem ser reconhecido o seu trabalho produtivo, que, ainda que seja realizado nos quintais, é visto como extensão de tarefa e função femininas.

Em sua dupla jornada de labor, somam-se, ainda, o cultivo e a venda de produtos como ovos, natas, queijos, pães; e a renda obtida, geralmente, é destinada aos maridos. Em concordância, Hirata e Kergoat (2007) acrescentam que a mulher camponesa, embora realize essa jornada dupla diária, não perfaz remuneração alguma, sendo que, muitas vezes, até desconhece os fins da sua produção, que é repassada ao marido. Silva, I. (2013, p. 165) entende que

A categoria-chave utilizada é o trabalho, entendido não só como um simples dispêndio de força física e mental, mas como atividade que envolve, além deste dispêndio, um conjunto de significados permeados em representações presentes em todas as esferas da vida.

No campo, talvez mais perceptível do que em outras categorias sociais, visto que se confunde com as relações familiares, o trabalho rural causa e reflete o conjunto das relações sociais. A divisão de trabalho, segundo a qual os homens trabalham na lavoura e as mulheres “auxiliam eventualmente” ou fazem trabalhos de menor esforço físico, é fruto de representações sociais. Na maior parte dos casos, independente da categoria analisada no campesinato, as mulheres têm uma justaposição de jornadas, fazendo o trabalho doméstico, cuidando dos animais e realizando o trabalho na lavoura, enquanto ao homem cabe somente o trabalho na lavoura. No caso de cultivo de produtos, “as mulheres participam de todas as tarefas do processo de trabalho agrícola, ou seja, preparam a terra, plantam, carpem e colhem”. (SILVA, I. 2013, p. 168).

Essa situação de sobrecarga da mulher não acarreta, contudo, uma igualdade política e social ao seu marido. Muito pelo contrário, dentro desse regime familiar patriarcal, Saffioti (2015) expõe a marginalização da vida social da mulher camponesa, que se vê privada de eventos sociais dos mais variados (à exceção de festas religiosas, por exemplo, nas quais à mulher é permitido, inclusive, participar da organização).

Nesse mesmo sentido, há a contribuição de Santos (2016, p. 53), esclarecendo que

A organização e a divisão do trabalho no meio rural dão-se, ainda, em uma extensão entre o ambiente doméstico e a unidade produtiva, numa relação de continuidade entre consumo e produção, absorvendo mulheres, homens, crianças e idosos, com base principalmente na divisão sexual do trabalho. A centralidade da figura masculina neste processo de produção coloca homens na esfera produtiva e mulheres na esfera reprodutiva, reafirmando papéis sociais baseados na identidade de gênero socialmente atribuída.

Sabendo que o modo de produção camponês segue uma racionalidade que difere da lógica de produção dos mercados, à medida que se produz para a reprodução, e tendo em vista que são as mulheres as maiores responsáveis pelos trabalhos de cuidado, mais diretamente ligados à reprodução ampliada da vida, evidencia-se o protagonismo feminino diante das lutas por terras. Não só nos movimentos camponeses que existem atualmente no Brasil, mas também em diversos outros lugares do mundo, a luta das mulheres camponesas pelo acesso e uso das terras de formas anticapitalistas está muito ligada à uma luta que busca trazer de volta a centralidade da reprodução da vida para o projeto de sociedade que se almeja: em oposição ao modo de produção capitalista, cuja centralidade é a reprodução do capital.

2.3.1 Mulheres camponesas e lutas por direitos no campo

Buarque (2002) traz relatos históricos indicando que foi a mulher que, primeiramente, teve contato com a agricultura, quando plantava verduras, enquanto cuidava do lar e da família. Assim, “[...] a agricultura familiar é herança de uma atividade basicamente feminina [...] instituída pelas mulheres nos espaços vazios dos grandes latifúndios”. (BUARQUE, 2002, p. 4). No entanto, esse pioneirismo²⁴ é de pouco valor para reconhecer o trabalho feminino, que é percebido somente como ajuda ao trabalho agricultor masculino.

A falta de reconhecimento do sexo feminino quanto ao trabalho camponês deve-se à ideologia que paira sobre a ordem de o homem ser considerado o “mais apto” a realizar as tarefas da propriedade. Tal fato deve-se à pressuposição de que o sexo frágil e fraco é o feminino, que necessita ser amparado e cuidado, por lhe faltar capacidades para efetuar tarefas que exijam esforço físico e prática de raciocínio, passando a ideia da mulher vitimada.

²⁴ O surgimento da agricultura por intermédio das mulheres deve ser objeto de outro estudo, para que, com maior propriedade e profundidade, a ele se possa dar a devida e merecida atenção.

Consequentemente, há um descaso que a condiciona como trabalhadora, sem acesso à terra e a políticas públicas que tangem à agricultura familiar, ao direito de se aposentar e a se sindicalizar. (AMORIM; FIÚZA; PINTO, 2015). Sobre a divisão social do trabalho no campo, parte-se de dois princípios: “a separação; que define trabalhos destinados a homens e trabalhos destinados à mulher; e a hierarquização, onde o trabalho do homem vale mais que um trabalho de mulher”. (SANTOS, F., 2012, p. 104).

O acesso à terra também é um dos fatores que implica negação de direito às mulheres, principalmente em situação de herança de patrimônio fundiário. Mesmo que, por via legal, tenham direito à titularidade da propriedade, muitas vezes, há impedimento em razão dos valores e costumes das comunidades, uma vez que o executor das políticas do setor agrícola é do sexo masculino, sendo chefe de família e responsável pela unidade de produção. (SUÁREZ; TEIXEIRA; CARVALHO, 1994).

Carneiro (2001) relata que os lotes que, geralmente, as mulheres herdavam apresentavam pouca ou quase nenhuma atividade produtiva, o que lhes impossibilitava a prática da agricultura. Os pais, por sua vez, na maior parte das vezes, doavam em vida a herança para o filho herdeiro, no intuito de evitar prováveis atritos após suas mortes. Ao sexo feminino somente cabia a assinatura no documento que tratava da doação e, mesmo que a partilha fosse feita após a morte dos pais, a parte das mulheres era passada por venda ao filho do sexo masculino, que era o sucessor. A venda não representava ganho para as mulheres, pois era apenas uma forma de legalização da transação diante das leis brasileiras.

Dessa forma, mesmo que se percebam submissas e subordinadas ao poder masculino, pouco se desenha, pelas mulheres, um movimento de mudar o *status quo*, o que, na observância de Gouveia (2003), concorre para restritas probabilidades na construção da cidadania e emancipação feminina. Os costumes cultivados pela agricultura familiar têm o pai como o ente poderoso, para, não só estruturar a produção, como também a complexidade das relações que ali acontecem. É por essa via que se compõe a hierarquia, de formato rígido quanto aos lugares a serem ocupados, aos valores que se regem em oportunidades e benefícios.

Gouveia assegura, ainda, que as mulheres são consideradas invisíveis nos processos de produção a partir das relações que envolvem o patriarcalismo. Logo, não são elas “[...] que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribui um lugar menor” (Gouveia, 2003, p. 46), o que, nesse sentido, mostra outro

entendimento da realidade, bem como das formas de como vencer as situações desiguais. A mulher torna-se, assim, segundo Brumer e Giaccobo (1990), invisível, por não desempenhar o mando no espaço agrícola.

Essa falta em reconhecer a atuação do sexo feminino na agricultura familiar processa-se no pensamento dos homens e também no das mulheres, sedimentando uma cultura de socialização que, de acordo com Outhwaite e Bottomore (1996), se traduz em processos que induzem à adoção de padrões comportamentais, de normas e valores que se reportam ao mundo social. Para Bourdieu (2017), esses padrões internalizam-se também nas mulheres, podendo ser chamados de *habitus*²⁵, caracterizando-se pela ação individual dentro do mundo. Significa, assim, que as mulheres camponesas agem por princípios que são determinados pelo meio social, ou seja, pelo meio em que vivem.

Conforme Castells (2001), despontam mudanças na sociedade contemporânea em relação à família, cujo intuito é diminuir as desigualdades entre homens e mulheres, por meio da inserção feminina no mercado de trabalho, no acesso à educação, na política, o que produz alterações nas relações familiares. Tal ocorre, também, de forma extremamente sutil, segundo as observações de Muraro (2002), com a mulher camponesa, que firma a construção de sua identidade, após muitas contradições e muitos conflitos que vivenciam no espaço familiar, sob a égide patriarcal.

Essas pequenas mudanças na visibilidade da mulher impulsionaram as mulheres a unirem esforços na busca por reconhecimento e igualdade. Com as inclinações de agrupamentos destinados a buscar direitos que eram exclusivos dos homens, as mulheres fundaram movimentos com vistas a garantir igualdade em trabalho, decisões, benefícios. Também, é por meio desses movimentos que as mulheres começam a refletir sobre a desigual cultura patriarcal que as coloca em posição submissa, como incapazes e inferiores.

Uma das formas encontradas para que essa desigualdade deixe de existir é estruturando-se coletivamente, suleadas pelo contato com teorias e práticas feministas, buscando resistir à cultura até então imposta. Nessas posturas, as

²⁵ *Habitus* é um conceito originalmente tratado por Bourdieu no contexto escolar, a partir de uma reflexão crítica sobre o papel da escola na reprodução social. Para ele, *habitus* é a ação individual no mundo, consistindo de princípios geradores que o homem carrega dentro de si e que foram dados pelo meio social.

mulheres revelam-se em práticas diversas, pois muitas, devido ao pouco acesso, participam desses movimentos sem mesmo nem ter ideia do que é feminismo, o que, aos poucos, lhes é permitido construir, ao assumir uma identidade feminista para enfrentar a cultura patriarcal, quer de ordem individual ou coletiva. (MURARO, 2002).

Muraro (2002) aduz que, na postura individual, aos poucos, cada mulher militante pode ser sujeito de sua própria vida e dona de seus desejos e vontades, o que implica exercer, na família, o poder de decidir, por exemplo, o que diz respeito à produção, ainda que tal seja decisão exclusiva do homem. Nesse sentido, enfrenta o patriarcado e aprende a ter voz e vez, na esfera familiar e social, o que pode ser exemplificado pela produção de alimentos saudáveis e pela necessidade do “melhor pedaço de terra e não [d]aquele que é de difícil acesso e pouca produtividade”. (MURARO, 2002, p. 36).

No entanto, Gebara (2002) aponta essa postura feminista com ressalvas, por condicioná-la, ainda, como utópica. Nesse sentido, refere:

Propomos uma reapropriação do nosso poder, de nosso poder roubado. Não se rouba só casa. Não se rouba só terra, se rouba poder. Rouba-se poder quando se convence outros que eles não têm o mesmo poder. Isto é roubo, diminuição. Nós, mulheres, não queremos entrar na estrutura da diminuição [...] queremos nos reapropriar de um poder que nos constitui. (GEBARA, 2002, p. 67).

Como referência a estas lutas das mulheres no campo, especialmente na América Latina, podemos relacionar uma história intimamente vinculada à colonização. A América Latina atravessou um processo de colonização que provocou o extermínio de populações inteiras, destruindo culturas milenares, para satisfazer a expansão de domínio dos colonizadores europeus, sobre a base do convencimento de que a visão do mundo e da natureza dos povos originários eram inferiores.

As mulheres foram, conforme Conte (2013, p. 54), “as vencidas, estupradas, procriadoras à força, caçadas no mato, amansadas para posterior casamento, obrigadas ao cristianismo católico”, principalmente, por deter, com maior propriedade, conhecimentos sobre natureza, agricultura, multiplicação de sementes e domesticação de pequenos animais, além de serem conhecedoras da medicina por meio da natureza e da culinária. Ainda, segundo a autora, parte dos levantes foram desencadeados pela disputa de “terra e território”, pois esses são “fatores fundamentais que fazem parte da identidade do povo campesino, pois é por meio deles que se possibilita a própria (re)produção da vida/cultura”. (CONTE, 2013, p. 59).

Como forma de ilustrar a gravidade e dimensão da opressão sofrida, diversos grupos de mulheres levantaram-se contra este regime exploratório. O processo de colonização foi o primeiro movimento de luta, visto que as sociedades colonizadas não recepcionaram a colonização de forma pacífica. Inobstante, para fins deste estudo, destacamos as lutas feministas camponesas na América Latina, no século XX, que, segundo Ianni (1985), são frequentemente decisivas para a história social dos povos latino-americanos.

Destacam-se, conforme Rubbo (2012) e Ianni (1985), os seguintes movimentos sociais:

- a) Revolução mexicana (1910), em que se buscava, dentro de outras lutas, a reforma agrária;
- b) Revolução boliviana (1952), em que se buscavam melhores condições de vida para a população;
- c) Revolução cubana (1959), cuja luta foi pela destituição da ditadura de Fulgêncio Batista e pela libertação do país do domínio econômico dos Estados Unidos;
- d) Revolução nicaraguense (1979), cuja luta foi pela destituição da ditadura de Anastasio Somoza;
- e) Guatemala (1944-1954), em que, também, lutou-se pela destituição de governo ditatorial (de Jorge Ubico), na busca por reformas político-econômicas, especialmente trabalhistas e agrárias;
- f) Ligas camponesas (Brasil²⁶) (1954-1964), em que se debateram ações políticas no campo, em busca da reforma agrária, sendo este um dos movimentos que impulsionaram, também, a criação do MMC;
- g) Peru (1957-1965), cuja luta foi por terras e contra a concentração fundiária;
- h) Chile (1970-1973), “onde contradições sociais no campo exerceram acentuada influência no processo político nacional”, conforme Ianni (1985, p. 16);
- i) Bogotá (1989 a 1992), movimento contra as festividades de 500 anos do início do processo de colonização;
- j) Bolívia e Equador (1990): marcha indígena pelo território e pela dignidade, pelo direito à terra;

²⁶ Adiante serão relatadas as lutas das mulheres camponesas no Brasil, de forma mais específica.

- k) Chiapas/Bolívia (1994): movimento pela reapropriação dos recursos naturais, promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN);
- l) Equador (2000): promovido pelos povos originários contra a “dolarização” da moeda, políticas de privatização e outras medidas econômicas e sociais;
- m) Cochabamba/Bolívia (2000 e 2005): movimento pela reapropriação da água, promovido pelos povos originários.

Embora, geralmente, deflagradas por uma causa mais específica, de acordo com Rubbo (2012, p. 100), “a crescente desnacionalização da economia dos países, os tratados de livre comércio, a interferência dos organismos multilaterais em aliança com as políticas governamentais [...], o aumento das tarifas dos serviços públicos” são exemplos de lutas dos movimentos dos camponeses na América Latina de forma permanentemente. Soma-se a isso a defesa pela reforma agrária, os impactos do modelo industrial de produção agrícola nas mudanças climáticas e no aquecimento global, a questão da soberania alimentar, ou seja, pautas ligadas ao direito à propriedade, defesa do meio ambiente, sustentabilidade, políticas sociais, resgate da cultura e representação política.

De acordo com Wanderley (2009), o meio rural foi inserido nos debates acadêmicos de forma mais incisiva a partir de 1960, havendo dois grandes momentos dessa presença: de 1964 a 1985, no período da ditadura militar, quando o Estado passa a fomentar o capitalismo agrário, reprimindo os movimentos sociais e a reforma agrária; e a partir de 1985, no período de redemocratização, em que há uma rearticulação dos movimentos sociais ligados ao campo, que passam a se reestruturar a partir de novas pautas. Trataremos do período pós-ditadura, já que foi a partir desse marco que aconteceram as organizações formais da maior parte dos movimentos sociais ligados ao campo (e às mulheres).

As mulheres agricultoras começaram a se mobilizar ainda nos anos 70, em organizações como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na busca da “luta pela terra e pela democratização do meio rural” (Jalil, 2009, p. 93), ou seja, questionando sua condição social. Conforme Aguiar (2016, p. 264),

as CEBs ocuparam um lugar estratégico na trajetória política de muitas mulheres, justamente por estarem dispostas na transição entre a esfera privada (religião) – associada, numa perspectiva de gênero, à presença feminina – e a esfera pública (política), identificada, tradicionalmente, como um espaço masculino.

Ainda segundo a autora, as CEBs não impunham restrições à participação das mulheres, o que possibilitou representarem um lugar estratégico na trajetória política de muitas agricultoras, “ao inculcar nelas o desejo de participar das lutas sociais e das mobilizações por melhores condições de vida, e a ideia de que possuíam direitos a reivindicar, as CEBs aproximaram as mulheres”. (AGUIAR, 2016, p. 264).

A possibilidade de poder alçar, com representatividade, questões que estavam restritas aos meios domésticos fez surgir o que Pinilla (2019, p. 89) destacou como “explosão de diversas formas de luta das mulheres no campo associada ao movimento de resistência dos trabalhadores rurais na década de 1980”. Ao longo do crescimento da participação de mulheres no movimento sindicalista rural, na década de 1980, houve o crescimento, também, em muitos estados, do movimento autônomo de mulheres rurais, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

Nessa década, surgiram o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMASC), em 1984, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPM-P), em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), em 1985, a Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/FETAGRO), em 1985, a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), em 1986, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), em 1987, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), a Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais-Sul, em 1988, e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT), em 1990. (DEERE, 2004). Alguns destes movimentos iriam estruturar, (como veremos), um movimento nacional de mulheres rurais – o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), objeto deste estudo.

Nesse contexto, Jalil (2009) destaca a criação, em 1995, da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns sindicatos de trabalhadores rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A título de ilustração, para não extrapolar os limites do trabalho proposto, trazemos o exemplo de Aguiar (2016), como a IV Conferência Mundial da Mulher, que marcou o início da articulação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), cujo lançamento oficial ocorreu no dia 8 de março de 2000, *sob o lema: 2.000 boas razões para marchar*, impulsionando ações programadas de caráter nacional. Ainda, foram realizadas cinco Marchas das Margaridas (2000, 2003, 2007, 2011 e 2015), manifestações da Via Campesina em 2006 (do qual participou ativamente o MMC); houve também o I Encontro Nacional do MMC, em 2013, o III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), em 2014, entre outros, realizados a nível nacional ou a nível regional.

Essas lutas das mulheres pela reapropriação de um poder que lhes é atribuído e que lhes foi roubado, ampara-se nas considerações de Freire (1987), ao referir que os oprimidos, ao tomarem conhecimento de que sofrem opressão no mundo em que vivem, pretendem superar esse sofrimento, a partir de uma forma de libertação que também liberte o opressor, calcando-se na premissa de que, ao não mais se deixarem dominar, o dominador tem de assumir uma função por meio da qual possa debater e decidir de forma compartilhada, em uma percepção de companheiro, sem ser dono. Essas tentativas de libertação podem ser entendidas pela perspectiva descolonial, abordada no próximo capítulo.

3 (DES)COLONIALIDADE²⁷ E FEMINISMO

“Fizeram-se ‘feministas’ por força da necessidade, porque no decorrer do processo descobriram a opressão de gênero; viram-se cerceadas, porque eram mulheres, no seu mais elementar direito de expressão e articulação. (SILIPRANDI, 2009, p. 11).

3.1 A COLONIALIDADE E O PARADIGMA DESCOLONIAL

Como anteriormente referido, com o processo de acumulação primitiva, houve a ascensão capitalista, tendo as Américas servido de suporte econômico do novo modelo de dominação europeu. A exploração das colônias abrangeu não só as riquezas naturais, mas também os povos nativos, que tiveram tratamento exploratório e foram submetidos a um regime de escravidão. Segundo Korol (2006, p. 201),

La conquista y colonización de América promovió la hegemonía de una cultura racista, legitimadora del saqueo de nuestros recursos naturales, de la devastación de nuestros territorios, del genocidio de nuestros pueblos, y de la imposición de una visión del mundo sobre las muchas existentes en estas tierras.²⁸

Quijano (2014) esclarece que as relações sociais e de poder que erguem o sistema-mundo²⁹ moderno e produzem a América enquanto território sob domínio europeu estruturam-se em torno de dois eixos fundamentais: a classificação da população mundial a partir da ideia de raça e a articulação de todas as formas de controle do trabalho. E complementa: “En primer lugar, es cierto que la experiencia del poder capitalista mundial, eurocentrado y colonial/moderno, muestra que es el

²⁷ *Descolonial* e *decolonial* são termos utilizados como sinônimos, quando inseridos nos textos traduzidos pelo grupo de estudos *Modernidad/Colonialidad (M/C)*, principalmente, no que se refere às traduções de escritores argentinos. Contudo, considerar ambos como sinônimos não é entendimento unívoco dos estudiosos do tema, visto que *decolonial* seria a contraposição à “colonialidade”, enquanto *descolonial* seria uma contraposição ao “colonialismo”. (MIGNOLO, 2017). Utiliza-se, neste trabalho, o termo decolonial como sinônimo de descolonial, dando-se preferência ao segundo, ciente da divergência epistemológica sobre o termo. Para Holanda (2020, p. 17), a supressão da letra “s” “marcaria a diferença entre a proposta de rompimento com a colonialidade em seus múltiplos aspectos e a ideia do processo histórico de descolonização”.

²⁸ Em livre tradução: A conquista e colonização da América promoveu a hegemonia de uma cultura racista, legitimadora do saque de nossos recursos naturais, da devastação de nossos territórios, do genocídio de nossos povos e da imposição de uma visão de mundo sobre as muitas existentes nestas terras.

²⁹ O conceito de sistema-mundo foi desenvolvido por Immanuel Wallerstein e baseia-se, principalmente, na divisão internacional do trabalho, de forma a classificar o mundo em países centrais, semiperiféricos e periféricos.

control del trabajo el factor primado en este patrón de poder: éste es, en primer término, capitalista”.³⁰ (QUIJANO, 2014, p. 294).

Buscando entender o conceito de colonialidade, e, em um segundo momento, o paradigma descolonial, é necessário traçar a distinção entre colonialismo e colonialidade, matrizes conceituais para o descolonialismo. O colonialismo consiste na invasão de um território, por uma determinada sociedade, no qual já está estabelecida uma sociedade nativa. Por meio da força (física, política, militar), subjuga-se esta população, impondo-se a cultura do invasor, em detrimento das características próprias daquele povo. Essa população subjugada é, então, obrigada a explorar as riquezas do “novo território”, por meio da sua força de trabalho.

O colonialismo perpetuou-se com a imposição de autoridade de uma cultura sobre outra – no caso, da cultura europeia sobre a indígena-, com vistas à perpetuação da soberania política e econômica, expressando-se no domínio político, territorial, econômico e no controle das matérias-primas. No entendimento de Lander (2005, p. 10), “com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário”.

A cultura da população colonizada é alvo de anulação pela cultura do colonizador, que lhe impõe a sua própria como única aceitável. Quijano (2005) é referência nos estudos que versam sobre colonialismo/colonialidade, elencando duas correlações-chave ligadas à colonialidade: capital/trabalho e europeu/não europeu. Essas intersecções levam à problematização relacionada à raça.

A colonialidade, por sua vez, é entendida como uma dimensão simbólica do colonialismo, que reitera as relações de poder que se desprenderam da prática e dos discursos sustentados pelos colonizadores, para perpetuar a exploração dos povos colonizados (ou seja, mantendo as características do colonialismo mesmo após a independência do colonizado).

A colonialidade, então, se refere à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante. Se o colonialismo termina, a colonialidade se propaga de diferentes formas ao longo do tempo. (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR., 2017, p. 19).

³⁰ Em livre tradução: Em primeiro lugar, é verdade que a experiência do poder capitalista mundial, eurocêntrico e colonial/moderno, mostra que o controle do trabalho é o fator primordial neste padrão de poder: este é, antes de tudo, capitalista.

A categorização por raças aplicada à colonização considerava a classificação por critérios físicos como suporte e justificativa à exploração, estabelecendo a classificação racial como critério único para a categoria hierárquica. Quijano (2005) classifica essa categorização como *colonialidade do ser*, já que se refere, especificamente, à classificação social por “raça”. Dialogando também com Quijano, Mignolo (2007, 2014) destaca a diferença entre o colonialismo e a colonialidade, conceituando a primeira como a tomada empírica propriamente dita dos territórios (terras) e a segunda à colonização do imaginário e do saber (povos).

Colonialidade, no entendimento de Quijano (2005), traduz-se em algo que ultrapassa as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização, tendo seu surgimento ligado à colonização. Assim, a colonialidade configurou-se como “algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização”. (ASSIS, 2014, p. 614).

Assim, podemos tentar resumir afirmando que a colonialidade está também voltada à produção e aplicabilidade do conhecimento e ao controle das formas de pensar e de viver. Podemos fazer, então, mesmo que por mera didática, uma divisão que contempla três esferas principais de atuação da colonialidade. Pensar, num primeiro momento, em uma esfera econômica-política (a colonialidade do poder); num segundo momento, numa esfera epistemológica (a colonialidade do saber) e, numa terceira, a colonialidade do ser, voltando-nos a uma reflexão mais ontológica. (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR., 2017, p. 21).

A *Colonialidade do poder*, por sua vez, pode ser entendida como relacionada ao controle do trabalho, ou seja, com reflexos diretos na economia. Em sentido amplo, os processos de classificação social estão intimamente relacionados com a questão de poder na sociedade, pois se referem aos lugares que os indivíduos devem ocupar no controle das dimensões básicas estruturais. Essas dimensões são construtos sociais e tendem a se naturalizar quando há perspectivas de reprodução e manutenção de um determinado padrão de poder.

Quijano (2005) determina como colonialidade do poder este padrão de controle, hierarquização e classificação da população mundial que afeta todas as dimensões da existência social e que tem no conceito de raça seu eixo estruturante. A colonialidade do poder está ligada à denominação do que hoje se conhece como

América³¹. Brancaleone (2015, p. 25), na leitura dos escritos de Mignolo, refere que “o capitalismo e o sistema-mundo moderno/colonial surgiram *a partir e com a* incorporação do continente americano”.

Segundo Mignolo (2010), a colonialidade do poder apresenta-se por meio de cinco categorias: o controle da economia; o controle da autoridade; o controle do gênero e da sexualidade; o controle da subjetividade e do conhecimento; e, na orientação de Lander, o controle da natureza e dos recursos naturais. Esta categorização determina o nível de exploração dos povos nativos, e, conforme Porto-Gonçalves e Quental (2012, p. 137),

O extermínio de populações inteiras, a escravidão, a servidão, a (des)possessão de terras, a exploração das riquezas naturais, encontram-se nos fundamentos das relações sociais e de poder que instituem América, Europa e o sistema-mundo moderno que se ergue.

Até a chegada dos colonizadores, havia a divisão do mundo em três continentes: Europa, África e Ásia, tomando-se por base a divisão do território. Com a conquista da América, Quijano estabeleceu três eixos principais de classificação social do novo padrão mundial de poder: trabalho, raça e gênero. Para Porto-Gonçalves e Quental (2012), diferenças fenotípicas (cor do cabelo, pele, olhos, forma do cabelo) passam a diferenciar colonizados e colonizadores, “europeus e não-europeus”. Em consequência disso, passou-se a estabelecer relações de superioridade e inferioridade pautadas em diferenças biológicas.

As diferenças biológicas desenvolveram classificações étnicas, por parte dos colonizadores, como índio, negro e mestiço (abrangendo, nessas categorias, todas as diferenciações culturais e fenotípicas dos povos que ali habitavam). A invenção eurocêntrica da América foi determinante na classificação dos povos colonizados por meio do conceito de raça, que, embora não exista cientificamente, conforme entendimento de Porto-Gonçalves e Quental (2012), transforma o racismo em fenômeno social real (e atual). A partir dessas bases criadas na colonização, a população das Américas e do mundo foi classificada por este novo padrão de poder

³¹ O conceito de América – e, posteriormente, América Latina – é uma construção semântica com implicações políticas, econômicas, epistêmicas e éticas que surgiu e se impôs em detrimento de conceitualizações e denominações originárias desse mesmo continente, e uma análise mais detalhada merece ser efetuada com mais propriedade, não sendo o objeto do presente estudo.

européu, padrão que é “naturalizado”³², criando identidades novas, hierarquias, papéis sociais. Lugares que antes eram definidos geograficamente passam a ser definidos por meio da classificação de raça.

Colonialidade do saber configura-se na construção da estrutura de poder de saberes, ciências, filosofias, literaturas, religiões, entre outros, quando considerados como inferiores ou “não saberes”, já que produzidos “por uma raça ou classe inferior”. Para Landier (2005, p. 3),

para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.

Quijano (2005, p. 126) define a colonialidade do saber como “uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos”, ou seja, toda e qualquer forma de dominação do conhecimento, de forma que outros conhecimentos sejam deixados de lado.

A *colonialidade do ser*, por sua vez, é derivada da colonialidade do poder e configura-se pela imposição dos conhecimentos das potências colonizadoras aos colonizados, moldando os sujeitos. Se a colonialidade do poder remete à política, a colonialidade do saber remete à cultura e a colonialidade do ser remete ao sujeito. Na concepção de Mignolo (2004, p. 315), portanto, “a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do ser”. Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder trata da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado, a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. Essa classificação origina a categorização como colonialidade do ser, já que se refere, especificamente, à classificação social por “raça”.

Conforme aponta Fanon (2008), tanto a inferiorização quanto o sentimento de superioridade são construções socioculturais impostas na colonização – e não essências humanas –, que passam a fazer parte da colonialidade do ser mantida após

³² Essa naturalização não pode ser entendida de maneira pacífica e nem sequer generalizada. Os povos indígenas foram sumariamente dizimados em função da não aceitação dessa forma de subordinação, imposta pelo colonizador europeu. Essa aparente naturalização também é uma interpretação colonial.

o período colonial. Para ele, por exemplo, o negro é construído como negro. Para Maia e Melo (2020, p. 232),

A ideia de raça pode ter surgido em razão das diferenças fenotípicas, mas tem como principal função promover a classificação de superioridade de um povo em relação ao outro, e para legitimar a subordinação do povo considerado inferior, os colonizados.

A partir de Quijano, outros pensadores descoloniais desenvolveram conceitos que tomam a colonialidade como ponto de partida. Um desses conceitos é a *colonialidade de gênero*, que reflete uma forma de preconceito do homem sobre a mulher e de mulheres sobre outras mulheres. Dentro destas epistemologias, revela-se importante a interpretação de Gonçalves (2018) sobre os estudos de Maria Lugones, que entende que, quando o sistema colonial utiliza-se de estratégias e práticas discursivas para colonizar os povos nativos (homens e mulheres), o faz por uma perspectiva de gênero, que está ligada, no entendimento de Pertile (2020, p. 309),

ao controle do sentir do corpo e das significações sobre ele, como também aos papéis sociais entre os gêneros; e o controle da subjetividade e do conhecimento está relacionado à forma de percepção da realidade, e em como ocorre a construção do conhecimento e se instituem padrões estéticos.

Para Lugones (2008), diferentemente do entendimento de Quijano, segundo o qual não há uma separação de raça/gênero na colonialidade do poder, na colonialidade de gênero, há que se controlar condutas, determinar normas para que se tenha bem claro como podem ser homens e mulheres pertencentes à América Latina. Para a autora, o eixo da colonialidade não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero. Kilomba defende, em relação a gênero/raça, que

Esse encontro revela como 'raça' e gênero são inseparáveis. 'Raça' não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da raça. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de 'raça' e na experiência do racismo. O mito da mulher negra disponível, o homem negro infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de 'raça' interagem. (KILOMBA, 2019, p. 35).

Tonial, Maheirie e Garcia Jr (2017) entendem que a colonialidade de gênero expressa-se através de várias denominações (que, pelo que uso reiterado, reforçam

e mantêm as condutas colonialistas): patriarcado, machismo, sexismo, heteronormatividade e outros. Segundo Garcia (2011, p. 19),

O conceito de gênero é a categoria central da teoria feminista. Parte da ideia de que o feminino e o masculino não são fatos naturais ou biológicos, mas sim construções culturais. Por gênero entendem-se todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e até mesmo o caráter que se exigiu que as mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres. Gênero não é sinônimo de sexo. Quando falamos de sexo estamos nos referindo à biologia - as diferenças físicas entre os corpos - e ao falar de gênero, as normas e condutas determinadas para homens e mulheres em função do sexo.

Lugones (2008) problematiza a questão de gênero nos contextos coloniais porque defende que, apesar de os colonizadores usarem essa dicotomia hierárquica, que é homem/mulher no momento do exercício de uma suposta “missão civilizatória”, nunca foi intenção incluir *os colonizados* nas categorias humanas.

Dessa forma, a colonialidade de gênero consolidou-se com o processo de colonização e, a partir dele, permitiu condutas de violência que não eram experimentadas pelas mulheres. Quando há referência ao termo *homem*, por exemplo, a autora refere que somente há correspondência com o grupo dominante da categoria: homem branco, heterossexual; se há referência à mulher, deduz-se: mulher branca, heterossexual. Então, onde ficariam os homens negros, se tomado apenas o sujeito *homem*? Onde ficaria a mulher negra, se tomado apenas o sujeito *mulher*? Para ela,

la interseccionalidad entre raza, clase, género y sexualidad con el objetivo de entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color, es decir, mujeres no blancas víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género³³. (LUGONES, 2008, p. 73).

Tomar o entendimento de gênero na perspectiva colonial torna-se imposição. Para Adichie (2014, p. 32), “o problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero”.

³³ Em livre tradução: A interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade, com o objetivo de compreender a preocupante indiferença que os homens manifestam diante da violência que é sistematicamente infligida às mulheres de cor, isto é, às mulheres não brancas vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero.

Compreendendo a colonialidade de gênero como produto do processo da colonização, Oyěwùmí (2021), destaque nos estudos de gênero, traça um paralelo entre a compreensão de gênero no ocidente e em sociedades iorubás, localizadas na Iorubalândia (Nigéria), local de onde é natural. Para ela, o gênero é uma construção social ocidental, originada no determinismo biológico, que decorre da análise de duas categorias em relação hierárquica, ou seja, mulher/homem, macho/fêmea, marido/esposa.

A autora tece algumas considerações sobre a construção da categoria *gênero* no ocidente:

1. As categorias de gênero são universais e atemporais e estão presentes em todas as sociedades, em todos os tempos. Muitas vezes, a ideia é expressa em um tom bíblico, como se sugerisse que 'no princípio era o gênero'.
2. O gênero é um princípio organizador fundamental em todas as sociedades e, portanto, é sempre proeminente. Em qualquer sociedade, o gênero está em todo lugar.
3. Há uma categoria essencial e universal, 'mulher', que é caracterizada pela uniformidade social de seus membros.
4. A subordinação das mulheres é um universal.
5. A categoria 'mulher' é pré-cultural, fixada no tempo histórico e no espaço cultural, em antítese a outra categoria fixada: 'homem'. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 16).

Dessa forma, na cultura ocidental, as explicações biológicas “parecem ser especialmente privilegiadas em relação a outras formas de explicar diferenças de gênero, raça ou classe”. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 26). Na cultura iorubá, por outro lado, antes da imposição ocidental da classificação de gênero nas comunidades, esta era feita pela *senioridade*, ou seja, definida pela idade. Assim, a identidade social era relacional e não essencializada, fazendo com que a posição das pessoas mudasse constantemente em relação a quem estavam interagindo.

Ainda segundo Oyěwùmí, a colonialidade de gênero expressa-se na necessidade, de quem está no poder, de reafirmar sua superioridade por meio de traços biológicos. Segundo ela, nos povos ocidentais, a valorização do corpo (e o valor de sua representação social) é oriunda do sentido da visão. “A diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é um testemunho dos poderes atribuídos ao ‘ver’”. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 27). Nos povos iorubás, por outro lado, há uma multiplicidade de sentidos, e estes estão centrados na audição: se, na cultura ocidental, o sujeito do olhar é passivo, na cultura iorubá, interage: o som e a fala traduzem-se em comunicação entre os sujeitos.

Oyěwùmí destaca que o idioma iorubá é isento quanto a gênero e, em relação à língua inglesa, várias categorias não têm correspondente em livre tradução. Por exemplo, não há palavras iorubás que correspondam a filho, filha, irmão ou irmã, já que nomes iorubás não têm especificidade de gênero. Como exemplo, cita *ọkọ*, que, no idioma ioruba, é categoria sem gênero, podendo significar tanto marido como esposa. Ela complementa, afirmando que

O gênero não é uma propriedade de um indivíduo ou de um corpo em si mesmo. Até mesmo a noção de identidade de gênero como parte do eu repousa sobre um entendimento cultural. Gênero é uma construção de duas categorias em relação hierárquica entre si e está embutido nas instituições. (OYĒWÙMÍ, 2021, p. 82).

A colonização deixou profundas lacunas nos registros dos povos colonizados. O exemplo da cultura iorubá só foi possível após um resgate histórico importante de Oyěwùmí, já que a maior parte dos escritos iorubás eram feitos por pesquisadores ocidentais, que “liam” os costumes, tradições e estrutura social *em comparação* com as sociedades ocidentais. A autora estende essa crítica a outros povos não ocidentalizados (não somente na África), por considerar que as manifestações ocidentais da condição humana são “a própria condição humana”, destacando que

Não é que as pessoas africanas não devam ler o que bem entenderem – na verdade, precisamos ler muito a fim de podermos enfrentar os desafios impostos pelo capitalismo global do final do século XX. O ponto é que os fundamentos do pensamento africano não podem repousar nas tradições intelectuais ocidentais, que têm como uma de suas características persistentes a projeção dos africanos como o Outro e nossa consequente dominação. (OYĒWÙMÍ, 2021, p. 54).

Outro exemplo de não classificação da sociedade por gênero está nos relatos de Mead (1969) sobre as comunidades *Arapesh*, *Tchambuli* e *Mundugumor*, em que, obedecendo sua história e suas crenças, optou-se por uma classificação em que

todas as energias da cultura foram dirigidas para a criação de um único tipo humano, independente de classe, idade ou sexo. Não há divisões entre classes etárias em relação às quais se considerem adequados motivos e atitudes morais diferentes. [...] Assim como não há entre eles ideia de grau que declare alguns de posição social elevada e outros baixa, tampouco há ideia de diferença sexífera que proclame a necessidade de um sexo sentir diversamente do outro. (MEAD, 1969, p. 274).

Referências escritas à não classificação da população em virtude do gênero tendem a ser raras, já que um dos pressupostos da colonização baseia-se em reprimir,

deturpar e anular a cultura dos povos colonizados. O resgate da cultura nativa, geralmente, é feito por pesquisadores que estão empenhados em descolonizar a história deste povo.

Como forma de “resposta” a esta interiorizada noção de colonialidade, surge sua antítese, com a perspectiva descolonial. Neste caso, a descolonialidade é uma “resposta necessária tanto às falácias e ficções de promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade”. (MIGNOLO, 2017, p. 13).

Trabalhar com base em uma perspectiva interseccional que articule etnia, classe e raça e gênero, para falar de colonialidade, tem sido um dos desafios na América Latina, porque a questão da diferenciação racial oriunda do processo de colonização tem predominado. (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR., 2017, p. 21).

Aqui cabe destaque ao conceito (amplamente debatido) de epistemologia do sul, cunhado por Boaventura de Souza Santos (Santos; Meneses, 2009), o qual faz referência à diversidade epistemológica do mundo. Com uma relação paralela ao sul geográfico, Santos entende o Sul como o conjunto de regiões que foram submetidas ao colonialismo europeu e que, com exceções (Austrália e Nova Zelândia), não tiveram o mesmo desenvolvimento das regiões colonizadas ao norte global.

A ideia central é, como já referimos, que o colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas próprias dos povos e/ou nações colonizados. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. (SANTOS; MENESES, 2009, p. 13).

No caso da descolonialidade, percebemos afinidades com o feminismo, conforme retratado por Oliveira (2016, p. 1024),

A permanente abertura para o diálogo com outras análises já instituídas, buscando encontrar as junções e as disjunções com as práticas descolonizadoras, seria, precisamente, o que diferencia o feminismo descolonial. O descolonial poderia ser definido mais como um pensamento em fluxo contínuo que uma teoria fechada, ou, ainda, um pensamento concreto.

A seguir, apresentamos, brevemente, as contribuições do feminismo para esse debate.

3.2 O FEMINISMO E UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Começamos esta seção apresentando como os fatos que cercam o movimento feminista implicaram, de forma negativa, o modo como ele é visto e interpretado, ainda, na atualidade. Como já referido no capítulo sobre o capitalismo, o fato de que e como as mulheres foram preteridas na estrutura social e econômica diz muito sobre como o feminismo apresenta-se.

O que o senso comum pretendeu, objetivando a manutenção do *status* de poder e superioridade, foi desmerecer a representação e importância das mulheres no trabalho, na família, na vida em sociedade. Não se pode, portanto, deixar de privilegiar uma visão histórica nas reflexões feministas, pois é nestas representações/acontecimentos que se pode desconstruir os pré-conceitos ligados ao feminismo.

Desde o final do século XIX, o movimento feminista tornou-se popular como sinônimo de emancipação das mulheres, principalmente, associado à busca do direito ao voto e à participação política. Na acepção de Sánchez (1999, p. 234), “el feminismo es un movimiento social y político que tiene un proyecto de sociedad diferente de la patriarcal. La gestión unilateral del mundo por parte de uno solo de los dos representantes de la especie humana toca a su fin”.³⁴

Para ela, esse movimento social e político, que começou, formalmente, no final do século XVIII e pressupõe a tomada de consciência das mulheres, como um grupo ou coletivo humano, da opressão, dominação e exploração a que foram e são submetidas por parte do grupo de homens, no seio do patriarcado, em suas diversas fases históricas de modelo de produção, é o que faz as mulheres moverem-se à ação³⁵.

O surgimento do feminismo tem algumas características peculiares: as mulheres que buscavam a representação política eram aquelas que já podiam exercer atividades em sociedade e que alçavam algum grau de equivalência com uma classe masculina também determinada. As feministas eram, predominantemente, brancas, de classes sociais elevadas, e pressupunham uma igualdade a um grupo também

³⁴ Em livre tradução: O feminismo é um movimento social e político que tem um projeto de sociedade diferente da patriarcal. A gestão unilateral do mundo por um dos dois representantes da espécie humana está chegando ao fim.

³⁵ Aproprio-me desse entendimento, com raiz no patriarcado, para estruturar as referências contidas neste trabalho, especialmente àquelas ligadas ao feminismo e aos movimentos de mulheres.

determinado de homens: aqueles que também já tinham algum grau de representatividade. Não era a busca de direitos *das mulheres*, e sim *de algumas mulheres*, que buscavam direitos equivalentes *a um grupo determinado* de homens (brancos, de classe média e heterossexuais).

3.2.1 Breve histórico do feminismo no mundo

As lutas de mulheres iniciaram-se muito antes de receberem a alcunha de feministas ou de militarem em um movimento denominado como feminista. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, no século XVIII, substituiu o uso de produtos artesanais de produção unitária por outros, produzidos em máquinas e em série, para os quais se utilizava mão de obra assalariada, menos especializada e sem necessidade de grande força muscular.

Conforme Rodrigues *et al.* (2015), na Inglaterra (e em outros países da Europa), as indústrias têxteis recrutavam a mão de obra mais barata: das mulheres e das crianças. O entendimento de que os homens eram responsáveis pelo sustento da família, sendo a renda das mulheres apenas complementar, “permitia” pagar menos pelo mesmo trabalho que um homem desempenhava. Diversas eram as tentativas de greve, com pouca adesão feminina e praticamente nenhuma masculina, mas, rapidamente, eram dispersadas. Esse período foi de grande impacto no campo, onde as máquinas substituíram parte da mão de obra, que migrou para as cidades, em busca de trabalho nas novas indústrias.

Nas últimas décadas do século XIX, as mulheres - inicialmente na Inglaterra – organizaram-se para lutar por seus direitos, estabelecendo como pauta popular o direito ao voto. A possibilidade de criar uma identidade política, no governo e nas lideranças, que era exclusiva dos homens, levou à busca pelo direito à representação política, à educação, à autodeterminação, à propriedade legal e ao direito de transmitir a herança. As *suffragetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações, em Londres, que ocasionaram muitas prisões e, como forma de protesto, fizeram greves de fome. Ainda que não fossem as precursoras do movimento, foram as que mais ganharam visibilidade na luta feminista.

Não houve uma linearidade temporal na busca da conquista do voto. Enquanto, na Europa, as ativistas conseguiram que, em 1918, o *Representation Of The People Act* fosse aprovado, concedendo o direito de voto a todas as mulheres acima de 30

anos que possuíssem uma ou mais casas, na África do Sul, esse direito foi alcançado apenas em 1993 e, em 2011, na Arábia Saudita. No Brasil, o direito ao voto pelas mulheres foi uma luta que não partiu do movimento de massas. Em 1932, Getúlio Vargas, então presidente, noticia o direito de voto às mulheres, seguindo-se um período de regimes autoritários e políticos no Brasil, que limitaram a atuação das feministas no país, tendo ganhado articulações mais publicizadas a partir de 1960.

No restante do mundo, do mesmo modo, segue-se um período sem grandes mobilizações ou reconhecimentos (exceto os que ocorreram de maneira mais pontual), no qual se estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”. Essa definição consta do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949.

Na década de 60, surge, nos Estados Unidos, o movimento *hippie*, com o *slogan* intitulado *Paz e Amor*, contrariando os valores morais e de consumo norte-americanos. Na Europa, estudantes protestam contra a ordem acadêmica há séculos estabelecida, tendo esse movimento acontecido simultaneamente pelo mundo. Ainda, nos Estados Unidos, populariza-se a utilização da pílula anticoncepcional, com respaldo da comunidade médica. Iniciam-se debates sobre independência e sexualidade, condições de exploração pelo sexo e funções reprodutivas. A possibilidade de usar um método contraceptivo legalmente proporcionou às mulheres a possibilidade de planejamento de suas gestações, levando em consideração trabalho, estilo de vida e questões financeiras. (PEDRO; PINSKY, 2012).

Como consequência das mobilizações protagonizadas em dezenas de países, a Organização das Nações Unidas decretou o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher” e a cidade do México foi escolhida para realizar a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres. De 1976 a 1985, a ONU estabeleceu, com base nessa conferência, a *Década da Mulher*, por meio de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), propiciando a abertura de um processo de aprendizado envolvendo deliberação, negociação, definição de objetivos, identificação de obstáculos e revisão dos progressos realizados.

Na década de 90, conferências oportunizaram debates e multiplicaram o acesso à informação, tais como a *Conferência Mundial sobre Direitos Humanos*, realizada na Áustria, em 1993, e a *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*, realizada no Egito, em 1994. Destaca-se a *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, realizada na China, em 1995, que incluiu pautas ligadas ao combate

contra a violência à mulher, além de incluir o debate internacional sobre a discussão de gênero. (OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

Segundo Gomide (2016, p. 38), “os movimentos feministas passaram a privilegiar o espaço da cultura, demandando políticas pelo reconhecimento de identidades e das diferenças, de forma apartada de um projeto mais amplo de transformação político-econômico e de justiça distributiva. O acesso à informação e aos novos recursos tecnológicos proporcionaram ao movimento feminista pautas mais específicas (organizam-se o feminismo liberal, indígena, descolonial, camponês, anarquista, radical, negro, igualitário, da diferença, ecofeminismo, transfeminismo, etc.), que passaram a deter história e particularidades próprias.

3.2.2 Um pouco da história do feminismo no Brasil

No Brasil, em 1832, ocorreu a primeira publicação feminista essencialmente brasileira: Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), ou, como ficou conhecida, Nísia Floresta, publicou *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, em que tratou, especialmente, dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho, exigindo que elas fossem consideradas seres inteligentes e cidadãs e, portanto, merecedoras de respeito. Esse brado bibliográfico marcou a literatura brasileira, sendo o precursor na defesa de direitos das mulheres à educação.

A proibição do tráfico negreiro, a partir de 1850, acelerou a luta pela libertação dos escravos. O declínio das fazendas de café e dos engenhos de açúcar cedeu espaço a novas formações nos meios urbanos, com estímulo ao desenvolvimento das cidades, à ampliação dos meios de transporte e do comércio e à formação de mão de obra assalariada, com maior ênfase depois da Proclamação da República. A causa abolicionista mobilizou as mulheres, que se organizaram em grupos para a defesa da causa: Sociedade de Libertação (27/03/1870), Sociedade Redentora (10/07/1870), Ave Libertas (20/04/1884). (TELES, 1999).

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, as mulheres destacaram-se no jornalismo. Conforme Balestieri (2017), em 1852, foi fundado o “Jornal das Senhoras”; em 1873, o jornal “O Sexo Feminino” (mudando para “O Quinze de Novembro do Sexo Feminino”, em 1889); entre 1888 e 1897, circulou a revista “A Família” e, em 1889, circulou o boletim “A Mensageira”, todos eles editados, publicados ou subsidiados por mulheres.

A abolição da escravatura não significou libertação, nem para os negros (a quem eram destinados os piores trabalhos), nem para os imigrantes (que trabalhavam nas fábricas sem direitos mínimos ou remuneração correspondente). Conforme Teles (1999), em 1906, tecelões de uma fábrica em Jundiaí/SP entraram em greve por melhorias salariais. Três operárias publicaram um manifesto no jornal *Terra Livre*, denunciando as condições de exploração. Aos operários, foi concedida a jornada de trabalho de 8 horas diárias; as mulheres permaneceram com 9 horas e meia.

Em 1910, houve a criação do Partido Republicano Feminino (na busca pelo direito feminino ao voto), dando lugar, ao final do mesmo ano, para a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, sob a liderança de Bertha Lutz, que se espalhou pelo país na década de 20. Conforme Pinto (2003), a criação do partido representou uma “ruptura”, já que era um partido político composto por pessoas sem direitos políticos, cuja atuação somente ocorreria fora da ordem estabelecida. Cabe lembrar que, na Constituição de 1891, “a mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos”. (PINTO, 2003, p. 16).

No ano de 1918, Maria de Lurdes Nogueira liderou, no Brasil, o surgimento da Liga Comunista Feminina e, em 1920, houve a fundação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, por Maria Lacerda de Moura. (BALESTIERI, 2017). Segundo Balestieri (2017, p. 18), “Maria tratou de assuntos que eram tabus em sua época como a educação sexual dos jovens, a virgindade, o amor livre, o direito ao prazer sexual, o divórcio, a maternidade consciente e a prostituição”. Já em 1952 realizou-se a 1ª Assembleia Nacional de Mulheres, pela defesa dos direitos da mulher, presidida por Nuta Bartof James, tendo a 2ª Assembleia ocorrido no mesmo ano, em Porto Alegre. (TELES, 1999).

Aliado a outros eventos, o movimento feminista reestrutura-se, configurando-se seu caráter libertário, movendo-se pela questão das relações de poder entre homens e mulheres e almejando uma nova forma de relacionamento entre homem e mulher, pautado na possibilidade de autonomia da mulher na relação.

Enquanto o movimento *hippie* acontecia pelo mundo,

o Brasil colheu os frutos da intensa polarização política entre a direita e a esquerda ocorrida entre as décadas de 1950 e 1960: em 1964 ocorreu o golpe militar que deu início a um período de cassação de direitos políticos, censura, repressão e morte. (BALESTIERI, 2017, p. 19).

No Brasil, na contramão deste período mais libertário que ocorria em outras partes do mundo, ocorreu uma outra dinâmica: durante os primeiros anos da década de 60, a música despontava, e a renúncia do presidente Jânio Quadros, substituído por Jango, impediu um golpe de estado. (NASCIMENTO, 2016). Em 1963, nesse cenário político instável, realizou-se o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, na busca de salário igual para trabalhos iguais, bem como da aplicação efetiva das leis sociais e trabalhistas a favor da mulher. (TELES, 1999).

Em 1963, diversas mobilizações destacaram dois segmentos diversos: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e a “classe média”. O golpe militar, instituído em 1964, teve seu ápice no ano de 1968, com o AI-5, dando ainda mais poderes ao presidente. (NASCIMENTO, 2016). Nesse período, as mulheres lutaram contra a ditadura, sendo repreendidas tanto pelos militares quanto por homens que também lutavam contra a ditadura, que consideravam as mulheres “um desvio pequeno-burguês”. (BALESTIERI, 2017, p. 19). A ditadura militar instaurada intensificou o conservadorismo e a violência, bem como a censura.

O Ano Internacional da Mulher foi um ponto de referência fundamental para uma reconfiguração no movimento feminista no Brasil, por ter propiciado, em uma conjuntura política altamente repressiva, uma oportunidade e um espaço de reunião e mobilização. Nesse período, destacou-se a Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, realizada no Rio de Janeiro, de 30 de junho a 6 de julho de 1975, cuja pauta era composta de debates sobre a situação jurídica da mulher, o trabalho feminino, aspectos psíquicos e psicológicos da feminilidade, a educação e os papéis sexuais, a imagem da mulher nas artes e nos meios de comunicação.

Nesse momento, grupos que já vinham se reunindo informalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, desde a primeira metade dos anos 1970 — compostos por mulheres de diferentes gerações, de formação universitária e pertencentes a camadas sociais privilegiadas -, estabeleceram contato pela primeira vez, na perspectiva de aproveitar a cobertura e a proteção de um organismo internacional para promover a questão da mulher no Brasil.

De acordo com Sarti (2004), o período de maior expressão das mulheres em organizações autônomas ocorre com a chegada dos anos 80.

Nos anos 1980, o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As idéias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (SARTI, 2004, p. 42).

Assim, com o processo de redemocratização, graças ao fim do período ditatorial,

o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. (PINTO, C., 2010, p. 17).

Em 1985, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)³⁶ serviu como acesso da sociedade civil à formulação e ao monitoramento de políticas públicas. O movimento feminista ganha força, unindo-se com outros movimentos sociais, como o movimento contra o racismo, fortemente influenciado pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. A redemocratização influenciou a insurgência de novas pautas e demandas no debate popular, impactando na análise da Constituinte de 1988, o que fez com que a Constituição Federal Brasileira seja uma das que mais garante³⁷ direitos para as mulheres no mundo.

Na década de 1990, a principal luta do movimento feminista foi contra a violência doméstica, culminando, com apoio popular, na criação da Lei Maria da Penha³⁸. Os movimentos feministas ganharam especificidades e multiplicidades e suas pautas ficaram mais adequadas aos contextos dos grupos, sendo que a maior parte dos movimentos estruturou-se formalmente a partir de então, com pautas sobre violência, gênero, trabalho, propriedade, reconhecimento e outros. Para Sarti (2004, p. 42),

³⁶ Criado pela Lei nº 7.353/85, o Conselho tem como finalidade formular e propor diretrizes para a ação governamental voltada à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle das políticas de igualdade de gênero, tendo em sua composição representantes da sociedade civil, dos movimentos sociais e do governo.

³⁷ Garantir não é executar: várias proposições são, ainda, apenas previsões legais.

³⁸ Lei nº 11.340/2006.

O tempo demonstrou que a ideologia feminista, como proposta de construção de uma nova subjetividade feminina e masculina, defrontava-se com conflitos e tensões nas relações que não se resolviam tão facilmente como se desejava, por incidir sobre questões de ordem inconsciente.

Assim, em respeito à pluralidade de movimentos feministas no Brasil, notadamente após o processo de redemocratização dos anos 80, aliado às novas tecnologias, que possibilitaram o acesso aos meios de comunicação e informação, não trazemos à pauta as organizações de base mais específica. Tratamos com maior propriedade do movimento feminista que é objeto deste estudo, o MMC.

3.3 ONDAS DO FEMINISMO?

Como forma de nomear momentos de grande mobilização feminista, tornou-se prática, na academia, a divisão do feminismo em *ondas*. Foi Martha Weinman Lear, ao escrever um artigo ao jornal *The New York Times*, em 1968, quem primeiro referenciou o movimento feminista em ondas. No artigo, intitulado *A segunda onda feminista*, a autora fez referência à luta das mulheres pelo direito ao voto, entre o final do século XIX e o início do século XX, como a primeira onda do feminismo. Também, anunciou a segunda onda (já estabelecida ou em estabelecimento). Em 1992, Rebecca Walker publicou o ensaio *Tornando-se a terceira onda*, referindo a insurgência de uma terceira “fase”.

Assim, tornou-se prática comum, nos estudos feministas, a utilização de uma divisão do feminismo em ondas, a partir de diversos pontos: questionando as protagonistas, o local de início, em que tempo histórico foi identificada, quais os objetivos e o tempo de duração de cada uma. Também, esta forma de identificação considera apenas as pautas gerais, assim, invisibilizando todas as outras lutas e demandas relacionadas àquele período. Apresentamos um breve resumo das pautas de cada onda, considerando a divisão feita por Lear e Walker³⁹, com a qual também compartilha Garcia (2011).

³⁹ Peço licença para apresentar a classificação do feminismo em ondas, pela conveniência teórica a respeito, reservada a posição pessoal da pesquisadora, que discorda de tal classificação, por referir as origens do feminismo com base na visão eurocentrada. Como exemplo, temos as mulheres indígenas que já haviam se rebelado, desde o início da colonização, quanto à dominação e segregação, a luta das mulheres abolicionistas contra a escravidão, além da caça às bruxas, denunciada por Federici (2019), entre os séculos XVI e XVII, revelando o extermínio de milhares de mulheres que resistiam às normas impostas e não cooperavam para criação do sistema capitalista. A separação em ondas, tal como está descrita academicamente, privilegia alguns movimentos em detrimento de outros.

Pode-se estabelecer como pauta relacionada à *primeira onda*, além do sufrágio, a luta pela isonomia. Os temas de discussão e as reivindicações das feministas eram bastante diversos e diziam respeito à autodeterminação sexual, ao acesso a algumas profissões e a melhorias das condições de trabalho assalariado. Também, militavam pelo acesso à educação formal e a um currículo escolar que não fosse voltado às atividades domésticas, à reforma do direito matrimonial (que subjugava as esposas aos maridos, permitia a expropriação dos bens das mulheres pelos esposos, um tratamento desigual diante do adultério e impossibilitava o divórcio, etc.), entre outros. (BITTENCOURT, 2015).

Na primeira onda, evidenciaram-se Olympe de Gouges (1748-1793), na França, que, em 1789, fez críticas à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, publicando uma versão do mesmo documento para o feminino, intitulado *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, e Mary Wollstonecraft (1759-1797), que publicou a obra *Uma vindicação dos direitos da mulher*, em 1792. No Brasil, a primeira onda estabeleceu-se no século XIX, quando, em 1832, Nísia Floresta publica *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. (MATOS, 2010).

O fim da primeira onda e início da chamada *segunda onda do feminismo* é marcado pela publicação de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, em 1949. (CISNE, 2018). Nessa fase, as feministas tinham como pauta a questão da violência social e doméstica que as mulheres sofriam, afirmando que essa questão deveria ser tratada pela esfera pública em busca de soluções. Portanto, a segunda onda inicia-se trazendo reflexões relacionadas às condições das mulheres em âmbito doméstico e social e, além disso, passaram a levantar questionamentos relacionados aos papéis de gênero.

As reivindicações da segunda onda do feminismo pautaram-se, também, pela busca de direitos ligados ao corpo e à sexualidade, liberdade de expressão, participação no mercado de trabalho e educação igualitárias. (PEDRO; PINSKY, 2012). Isto porque, em decorrência das duas grandes guerras, milhares de mulheres passaram a ocupar postos de trabalho que eram, até então, predominantemente masculinos, como bombeiras, metalúrgicas, mecânicas e em áreas de produção de alimentos, têxtil e outras.

De acordo com Pedro e Pinsky (2012), no Brasil, reivindicava-se, também, participação em sindicatos, direitos das empregadas domésticas, saúde e segurança das mulheres no trabalho e políticas contra o assédio sexual de chefes e colegas.

Aqui, o momento de eclosão das ideias feministas características da segunda onda coincide com a luta pela redemocratização brasileira, durante a ditadura militar, iniciada em 1964. Algumas dessas reivindicações brasileiras não foram atendidas de forma satisfatória, nem na época, nem até a atualidade⁴⁰.

Destacam-se, na segunda onda, a americana Betty Friedan, que, baseando-se nos estudos de Beauvoir, publica, em 1963, *A mística feminina*, em que apresenta depoimentos de mulheres com vistas a vivências em âmbito doméstico. Kate Millet, também estadunidense, publicou *Política Sexual*, no qual fez uma análise histórica das relações entre os sexos e da relação de poder prevalente nas culturas, além de Gloria Jean Watkins, Heleieth Lara Saffioti, Joan Scott, Nancy Fraser, Juliet Mitchell, entre outras. (BITTENCOURT, 2015).

Ao que se chamou de *terceira onda* do feminismo, os estudos e as pesquisas feministas enriquecem e passam por grandes transformações, pois, nesse momento, o próprio movimento passa a ser questionado. Ao perceberem que as pautas do movimento destinam-se, quase que exclusivamente, à representação de mulheres brancas e de classe média, as feministas da terceira onda questionam a exclusão das demais mulheres, não incluídas nessas categorias. Esse é o momento de ganho de autonomia e destaque de certos grupos dentro do movimento feminista, como os de mulheres negras, lésbicas ou trabalhadoras rurais.

A terceira onda influenciou as bases para o feminismo negro, em que se buscou quebrar o racismo causador de inferioridade social e divisor de causas feministas, buscando-se, além de repreender a opressão contra gênero e raça, abordar questões de desigualdade de gênero. É, também, nesse período que se ressaltaram as causas envolvendo homossexuais e mulheres transexuais. Destacam-se, nessa fase, várias autoras como Susan Bordo, Elizabeth Grosz, Judith Butler e Donna Haraway. (BITTENCOURT, 2015).

No Brasil, a terceira onda do feminismo foi marcada por reflexões e debates interdisciplinares, especialmente nas escolas, sobre desigualdades entre os gêneros, a partir do Plano Nacional da Educação, de 2014. Durante essa onda, os debates sobre o feminismo negro e o surgimento do movimento interseccional apresentam-se como forma de sistematizar o ponto de vista das mulheres negras, assumindo, para

⁴⁰ Como exemplo, destacam-se as empregadas domésticas, que tiveram sua jornada de trabalho e outros direitos trabalhistas e previdenciários reconhecidos apenas com a promulgação da Lei Complementar nº 150, de 01 de junho de 2015, que entrou em vigor em 01 de outubro do mesmo ano.

além de questões de gênero, um compromisso com a mudança social, abarcando, em suas lutas, outras categorizações. Destacam-se, no país, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamilia Ribeiro. (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021). O debate inter-relaciona-se com a interseccionalidade, afirmando-se na relação estrutural entre racismo, sexismo e violências correlatas.

A *quarta onda* do feminismo tem início por volta dos anos 2000 e traduz-se no interesse do feminismo associar-se ao uso de meios de comunicação digitais (“redes sociais”), sendo definida pelo uso da tecnologia, entendendo que “os *sites* de rede social modificaram a forma do ativismo se organizar, tornando-o mais rápido e eficiente, pois as feministas não precisam mais ocupar o mesmo espaço físico para construir suas reivindicações e seus movimentos”. (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021, p. 69). Na contestação da misoginia, são usadas redes “sociais” como *Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e Tumblr*, além de *blogs*.

Para as militantes dos movimentos sociais, um aspecto importante do uso e da popularização das tecnologias digitais diz respeito à possibilidade de transportar militâncias locais a níveis globais, dando-lhes visibilidade e construindo novas redes de relacionamentos. (ROCHA, 2017) e, até mesmo, possibilitar a troca de experiências e conquistas de outros movimentos análogos. Para Holanda (2020, p. 12),

A marca mais forte deste momento é a potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala. Nesse quadro, o feminismo eurocentrado e civilizacional começa a ser visto como um modo de opressão alinhado ao que rejeita uma branquitude patriarcal e informado na autoridade e na colonialidade de poderes e saberes.

No Brasil, a quarta onda do feminismo é caracterizada “a partir de três traços principais: a mobilização construída e divulgada na internet, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos”. (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 3).

Entendemos que a divisão temporal e material do feminismo comporta reservas: as pautas em que baseiam cada onda não são alcançadas para que se passe para a próxima; não há atividade entre uma onda e outra, como se o feminismo permanecesse, nesse ínterim, de forma neutra; em uma mesma onda, atuam movimentos feministas com demandas bem diversificadas; e, por fim, não há linearidade temporal, territorial ou mesmo de pautas (como veremos na próxima seção), que possa, de forma determinada, estabelecer inícios e finais das ondas do feminismo.

3.4 ALGUMAS CORRENTES DO FEMINISMO

O feminismo, enquanto movimento político coletivo, cujas demandas por reconhecimento e legitimação pressupõem estratégias de (trans)formação contínuas, enfrenta, de tempos em tempos, impasses que estão relacionados à sua existência no presente e continuidade no futuro. Nas palavras de Harding (1993), o feminismo multiplicou-se em categorias porque

Tudo aquilo que tínhamos considerado útil, com base na experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher. (HARDING, 1993, p. 8).

Os diversos movimentos feministas estruturaram-se por divergirem, em alguns (ou muitos) pontos, com os objetivos e ideais de um determinado grupo feminista. Como exemplo, temos a divergência em relação a pautas únicas (tais como sobrepôr perspectivas teóricas e estratégicas em lutas culturalmente distintas; tratamento “folclórico” a mulheres ligadas ao meio rural; racismo e discriminação dentro do próprio grupo), pelo que as mulheres passam a se identificar com uma parcela mais alinhada à sua pauta de luta. Para Harding (1993),

não passa de delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma de ‘ciência normal’ com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. As categorias analíticas **devem** ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais. (HARDING, 1993, p. 11, grifo da autora).

Cordeiro (2004) entende que as diversas categorias identitárias provocam e arejam o feminismo, já que problematizam a própria categoria mulher, tornando-a alvo de reflexões teóricas e disputas políticas. Santos, M. (2012), por sua vez, relata que a atribuição de papéis dominantes ao homem e de submissos às mulheres são construções sociais, tal qual a divisão sexual do trabalho.

Para entender a situação social, política, identitária, familiar desse grupo invisibilizado – mulheres camponesas -, há que se analisar outros agrupamentos de mulheres que também correspondem a setores populares. Se o feminismo tem por escopo a igualdade de direitos entre homens e mulheres, em quais intersecções da teoria feminista percebe-se a relação com o objeto de estudo?

Na tentativa de compreender essa conjuntura, no presente trabalho, a abordagem está mais relacionada à conceituação⁴¹ dos feminismos negro, comunitário, indígena e descolonial. Essas diferentes percepções sobre o feminismo, diversas das correntes feministas europeias, estão mais estreitamente vinculadas ao ativismo feminista na América Latina, por comporem setores populares subalternizados, marginalizados e precarizados, tendo íntima relação com o objeto deste estudo, o Movimento das Mulheres Camponesas.

Assim, busca-se utilizar elementos desses feminismos em contexto, na tentativa de identificar, no discurso de mulheres periféricas, marginalizadas, uma classificação comum de reivindicações, de formas de agir, que possam indicar possíveis convergências com um feminismo “popular”.

3.4.1 O feminismo negro

Como a pauta do feminismo, até meados de 1980 (momento da mobilização que veio a consolidar o feminismo negro), somente abrangia reivindicações particulares - mulheres brancas lutando por políticas que não vinham ao encontro dos interesses das mulheres negras –, era necessário que essas mulheres lutassem por seus objetivos particulares. As mulheres negras, ao não se conformarem com a situação de submissão e desvalor que vivenciaram, desde o período da colonização, passaram a se mobilizar para a organização de um movimento identitário. Essa estruturação das lutas das mulheres negras foi identificada como *feminismo negro*.

Mulheres negras, por não serem nem brancas nem homens, passam a ocupar uma posição muito difícil dentro de uma sociedade patriarcal de supremacia branca. Nós representamos um tipo de ausência dupla, uma Outridade dupla, pois somos a antítese tanto da branquitude quanto da masculinidade. (KILOMBA, 2019, p. 124).

Sobre esta outridade, baseando-se no entendimento de Kilomba (2019), cabe destacar a forma como são vistos os sujeitos, hierarquicamente, em uma sociedade patriarcal de supremacia branca: o homem branco como superior aos homens negros e às mulheres; as mulheres brancas como superiores às mulheres e homens negros; a mulher negra como inferior tanto em relação à mulher branca quanto em relação ao

⁴¹ O objetivo é trazer relações entre feminismos de grupos populares e o objeto do estudo: a pesquisa aprofundada de cada viés exige outro momento de estudo.

homem negro. Assim, a mulher negra é subjugada tanto em relação ao sexo quanto em relação à raça. Para Gonzalez (2020, p. 127),

A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos movimentos étnicos é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas.

Partilhando desse entendimento, Lorde (2020, p. 33) afirma, sobre a diferenciação das mulheres e das mulheres negras, que

Certamente existem diferenças muito reais entre nós, de raça, de sexo, de idade, de sexualidade, de classe, de visão de mundo. Porém, não são as diferenças entre nós que nos afastam, que destroem o que temos em comum. É, em vez disso, nossa recusa em examinar as distorções que emergem de suas designações equivocadas e do uso ilegítimo que se pode fazer dessas diferenças quando não as reivindicamos nem as definimos por nossa conta.

O feminismo negro auxilia na compreensão do racismo como elemento estruturante das relações sociais e, com isso, ajuda a compreendê-lo como elemento estruturante das relações sociais e a entender como isso impacta e reflete na vida das mulheres negras, contribuindo para elucidar formas de exploração e dominação, decorrentes da condição específica de ser mulher negra.

O feminismo negro afirma o lugar de sujeito das mulheres negras e constrói para estas um espaço próprio de reflexão, debate, conhecimento, autoconhecimento e auto-organização. Um espaço para poder falar o que se sente abertamente, refletir juntas, elaborar as próprias pautas e atuar como sujeito político coletivo. (FERREIRA, 2019, p. 12).

Em seus estudos, Carneiro (2011) argumenta que o pensamento feminista negro tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossa sociedade. De acordo com a autora, o racismo estabelece “a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas”. (CARNEIRO, 2011, p. 3). Ela ainda questiona o gênero como variável teórica e aponta que o racismo determina as hierarquias na sociedade. “Sobre as mulheres negras, não recai apenas a tarefa de enfrentamento a

uma sociedade cuja opressão é baseada na hegemonia masculina, mas recai na necessidade de se enfrentar a opressão de raça e cor”. (PINILLA, 2019, p. 34).

Conforme Collins (2019), a epistemologia gestada pelas mulheres afro-americanas, em conjunto, assegura a legitimidade da sua teoria social crítica por abranger três distinções: a) as mulheres negras como coletividade marcada por opressões interseccionais agenciam a sua própria autodefinição; b) reagem coletivamente ou individualmente ao sistema de dominação patriarcal, heterossexista e racista; e c) elaboram um ponto de vista coletivo.

No Brasil, o feminismo negro é um dos movimentos que mais tem ganhado visibilidade, em virtude da efetiva atuação, dando uma maior representatividade ao conjunto das mulheres negras brasileiras (longe, porém, de uma efetiva igualdade). Muito se pode atribuir a Lélia Gonzalez, militante do feminismo negro, brasileira, que questionou o caráter elitista e racista do feminismo hegemônico. Suas contribuições já vêm demonstrando o reconhecimento do racismo e da discriminação social como produto das desigualdades experimentadas pelas mulheres. Igual destaque merece Maria Beatriz Nascimento, historiadora e poeta negra que se dedicou ao movimento negro, mas que, somente após sua morte, em 1995, teve um maior reconhecimento de seus escritos. (BATISTA, 2016). Conceição Evaristo, por meio de seus contos e poemas, discorreu sobre a situação de inferioridade dos negros, retratando situações pessoais e outras fictícias, tendo seus escritos extrema relevância par ao movimento feminista negro. (MACHADO, 2014).

Sueli Carneiro problematizou o racismo negro, de forma mais evidente, em *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. (CARNEIRO, 2011). Seus estudos baseiam-se na desconstrução do mito da democracia racial, com a utopia de uma sociedade construída em padrões de igualdade e democracia, não somente em relação às mulheres, mas, principalmente, às mulheres negras. Djamila Ribeiro partilha da fundamentação de igualdade de Sueli Carneiro e retrata, em *Quem tem medo do feminismo negro?* (Ribeiro, 2018), concepções e resultados do processo de discriminação racial.

Entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980, surgiu, dentro do movimento feminista negro, o *feminismo interseccional*⁴² (termo oriundo da palavra

⁴² “Interseccional” é uma definição surgida dentro do feminismo negro. Traz consigo a ideia de superação de um feminismo branco e de classe média, conjugando elementos identitários como raça,

“intersecção”, ou seja, convergência ou cruzamento), desenvolvido no contexto do movimento feminista negro, o qual constatou que tratar as questões de gênero isoladamente das questões raciais tinha como efeito a negligência de pautas específicas, tanto dentro do movimento antirracista quanto dentro do movimento feminista. Vergès (2020) destaca a interseccionalidade como conjunto de categorias que se interconectam (gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, entre outras), estando, intimamente, relacionada a uma crítica ao capitalismo.

O conceito de feminismo interseccional diz respeito aos estudos feministas “da diferença”, dos quais se extrai que a interseccionalidade seria o estudo “de como a sobreposição ou a intersecção de identidades sociais, particularmente das identidades minoritárias, são diretamente relacionadas aos sistemas e estruturas da dominação e da discriminação”. (LORDE, 2019, p. 17). Fraser (2009, p. 34) esclarece que

Rejeitando a primazia das classes, as feministas socialistas, as feministas negras e as feministas antiimperialistas também se opuseram aos esforços de feministas radicais em situar o gênero naquela mesma posição de privilégio categorial. Focando não apenas no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade, elas foram precursoras de uma alternativa ‘interseccionista’ que é amplamente aceita hoje.

A pauta do feminismo negro caracteriza-se, enquanto movimento social, de forma estrutural, na denúncia do sexismo, que posiciona a mulher de forma subordinada na sociedade, com o agravante do racismo, interseccionado, também, por outros marcadores sociais.

Esses tensionamentos propostos pelas mulheres negras, a princípio, causaram grande desconforto tanto nos movimentos de mulheres feministas brancas quanto nos movimentos negros e nas instituições mistas nas quais essas mulheres integravam; isso porque o atravessamento das categorias gênero e raça colocava essas mulheres em sub-representação nos dois casos. (ASSIS, 2019, p. 12).

Davis (2016) destaca-se dentro do movimento feminista interseccional, por problematizar o estabelecimento de nexos causais entre capitalismo, sexismo e racismo. Para ela,

gênero, classe, sexualidade, etc. O conceito de interseccionalidade foi sistematizado pela feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw, inaugurado por ela em artigo publicado em 1989, *Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas*. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

Com a chegada do século XX, um casamento ideológico sólido uniu racismo e sexismo de uma nova maneira. A supremacia branca e a supremacia masculina, que sempre se cortejaram com facilidade, estreitaram os laços e consolidaram abertamente o romance. (DAVIS, 2016, p. 127).

A interseccionalidade é apenas uma das possibilidades de análise que levam em conta marcadores sociais. Por esse mesmo fundamento, está sendo utilizada por outras áreas de conhecimento científico, geralmente envolvendo gênero e mulheres. Inicialmente, vinculada a gênero e sexo, atualmente, está voltada a temas como sexualidade, identidade de gênero, geração e outros.

Segundo Hooks (2017, p. 62), a necessidade de um movimento interseccional justifica-se porque

Dentro del movimiento feminista, algunas mujeres de clase privilegiada que nunca antes habían estado involucradas en luchas de liberación de izquierdas tuvieron que aprender a enfrentarse a la lucha de clases y a los desafíos planteados por mujeres menos privilegiadas, así como desarrollar en el proceso la capacidad de ser asertivas y de afrontar los conflictos de distintas formas. A pesar de los debates constructivos, muchas mujeres blancas privilegiadas siguieron actuando como si el feminismo les perteneciera y ellas tuvieran que encabezarlo.⁴³

Nas palavras de Akotirene (2019, p. 11), a interseccionalidade apresenta-se como forma de “abarcas as vivências e intersecções a que está submetida uma pessoa, em especial, a mulher negra”. Assim, significaria um “posicionamento do feminismo negro frente às opressões da nossa sociedade cisheteropatriarcal branca e de base europeia, desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única”. (AKOTIRENE, 2019, p. 11).

3.4.2 O feminismo comunitário

O feminismo comunitário ou “*feminismocomunitario*”⁴⁴ surge como movimento estruturado no contexto de resistência das organizações populares e dos movimentos

⁴³ Em livre tradução: Dentro do movimento feminista, algumas mulheres de classe privilegiada, que nunca antes haviam se envolvido nas lutas de libertação de esquerda, tiveram que aprender a enfrentar a luta de classes e os desafios colocados pelas mulheres menos privilegiadas, bem como desenvolver no processo a capacidade de serem assertivas de enfrentarem os conflitos de diferentes formas. Apesar dos debates construtivos, muitas mulheres brancas privilegiadas continuaram a agir como se o feminismo pertencesse a elas e elas tivessem que liderá-lo.

⁴⁴ Para Paredes e Guzmán (2014, p. 59), os dois termos são aceitos: “*Usamos indistintamente, feminismo comunitário como también feminismocomunitario, es porque no estamos adjetivando ni apellidando al feminismo, la comunidad es la propuesta y la comunidad somos también nosotras*”.

indígenas da Bolívia, alcançando visibilidade em 2003⁴⁵, ano que é tido como referência para o fortalecimento do campo popular na disputa por uma refundação do Estado Boliviano e de uma nova Constituição Plurinacional (ainda que seu surgimento remonte ao período colonial). Nesse contexto, as indígenas bolivianas, ao refletirem sobre o papel que teriam nesta etapa de luta popular, fundaram o que veio a se denominar como feminismo comunitário. (BARBOSA, 2019).

O Feminismo Comunitário se posiciona em uma crítica teórico-epistêmica ao pensamento filosófico euro-ocidental ou euro-ocidentalizado em duas perspectivas: na abordagem dicotômica colonial, que legitima dualidades analíticas para uma interpretação do processo civilizatório, por exemplo, no par 'civilizado-incivilizado', 'pré-moderno', entre outras categorizações que têm assumido um papel hegemônico na conformação de um pensamento social, de uma teoria universal, e que não tem abertura ao diálogo com outras racionalidades e posições de sujeitos. (BARBOSA, 2019, p. 215).

A definição de feminismo, conforme Paredes (2014, p. 76, tradução nossa), estabelece que “feminismo é a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer período da história que se tenha rebelado frente ao patriarcado que a oprime”. Com isso, pretendem uma identificação com outros feminismos, ainda que o feminismo hegemônico ocidental não considere a luta de todas as mulheres.

O feminismo comunitário difere do feminismo ocidental, essencialmente, nas categorias analíticas baseadas na dicotomia binária: entender o patriarcado somente como a relação de dominação do homem sobre a mulher. Para o feminismo comunitário, há uma ruptura dessa dualidade, passando-se a defender um “feminismo útil para a luta dos povos, dos quais são parte constitutiva como mulheres”, ou seja, compreendendo estruturas de poder de forma muito mais complexa que os movimentos feministas comumente entendem. O patriarcado, para as feministas comunitárias, “é o sistema de TODAS as opressões que oprimem a todos que vivem no planeta e, então, a toda a humanidade (homens e mulheres e pessoas intersexuais) e a natureza”. (PAREDES, 2019, p. 35).

⁴⁵ 2003 foi o ano em que ocorreu o chamado “massacre do Gás” (massacre de outubro ou massacre negro), ato em que militares executaram, na cidade de El Alto, Bolívia, 63 pessoas, em virtude de manifestações civis. A turbulência foi desencadeada pela decisão do então presidente, Gonzalo Sánchez de Lozada, de exportar gás, quando havia, internamente, uma séria restrição ao acesso da população, sem um claro gerenciamento dos recursos. Mesmo após extensos julgamentos, não houve punição efetiva aos acusados.

No feminismo comunitário, importa a utilização de conceitos e definições que são capazes de serem entendidos pelas mulheres. Como o movimento é composto em grande parte por mulheres que foram impedidas ou tolhidas do acesso à educação formal, torna-se necessária a utilização de uma linguagem simplificada, usando ferramentas inspiradas na educação popular, especialmente, com o uso de símbolos, do próprio corpo, do teatro, da mímica, das pinturas, ou seja, tudo o que sirva para a compreensão de conceitos e situações que podem não ser identificados, à primeira vista, como de repressão patriarcal, racista e sexista.

Para esse movimento, parte-se do princípio de não enfrentar e nem construir a partir dos direitos individuais, mas, sim, coletivos; a partir da comunidade, que é lugar de identidade comum, de memória ancestral, de conjuntura particular que compara com um corpo que tem sua parte homem, sua parte mulher e sua parte transgênero.

A proposta epistêmica do feminismo comunitário parte da comunidade como princípio inclusivo que cuida da vida, como um lugar de identidade comum, onde mulher e homem se consideram irmãos, o que dá um sentido de igual dignidade e de horizontalidade como ponto de partida. A figura que usam é a da comparação da comunidade como um corpo, que não pode ser partido e colocado um pedaço frente ao outro. Uma parte do corpo corresponde aos homens e a outra às mulheres, cada um com as suas funções com uma concepção de paridade filosófica, frente ao mundo e frente ao sistema de dominação que oprime de diferentes maneiras, mas oprime tanto aos homens como às mulheres. (SACAVINO, 2016, p. 104).

Da mesma forma que a comunidade é elemento intrínseco para o feminismo comunitário, na pluralidade de sociedades, também, é considerada a diversidade de personagens (sujeitos) ligadas à comunidade. São mulheres indígenas, camponesas, tendentes a “desconstruir o imaginário estético racista, preconceituoso e discriminador gerado pelo colonialismo histórico e o colonialismo interno que fere cotidianamente os corpos especialmente das mulheres indígenas ou com origens indígenas”. (SACAVINO, 2016, p. 102). Toda essa diversidade considerada amplia a bandeira de lutas, para incorporar, de certo modo, todas as peculiaridades e particularidades.

Figura 1 - Eixos de ação do feminismo comunitário



Fonte: Paredes, 2014, p. 97.

A pauta do feminismo comunitário, segundo Paredes (2014), sustenta-se em 5 eixos de ação: 1 – corpo: valorização do corpo, a ser visto como unidade (sem separação do corpo e do espírito, sendo esta uma determinação colonial); 2 – espaço: um campo vital onde o corpo possa se desenvolver, onde a vida move-se e promove-se; 3 – tempo: precioso para os “nativos”, já que determina as condições de agricultura, também, aplica-se aos homens (o tempo “importante” – o patriarcado) e às mulheres (tempo “não importante” – cuidado da terra e afazeres domésticos); 4 – movimento: relação das mulheres na própria comunidade, com as outras comunidades e com outras instituições; e 5 – memória: o caminho já percorrido pelas antepassadas, para que a experiência delas não as faça repetir ações sem êxito, interiorizando a sua sabedoria.

Destacam-se na luta pelo feminismo comunitário, Julieta Paredes Carvajal (notadamente conhecida pela atuação no levante de 2003, na Bolívia), Adriana Guzmán, Lorena Cabnal, dentre outras. O feminismo comunitário encontra um lugar de desenvolvimento privilegiado na Bolívia, mas pode ser identificado, também, em

outros lugares, com uma maior atuação em comunidade, urbanas ou rurais, religiosas, esportivas, culturais, políticas, territoriais, educativas, de lazer, de bairro, de gerações, sexuais, agrícolas, escolares, etc.

3.4.3 O feminismo indígena

Na perspectiva do *feminismo indígena*⁴⁶, os movimentos a ele ligados percebem obstáculos ainda maiores, que são somados aos que os demais feminismos enfrentam: diversidade geográfica e étnica. A maior parte das associações ligadas ao meio indígena diz respeito a localidades, uma vez que representações regionais são percebidas com maior efetividade. Da mesma forma que o feminismo comunitário, as lutas iniciaram-se com a colonização, embora, no Brasil, causas indígenas estruturaram e organizaram movimentos somente a partir da década de 1980, os quais não se identificam, em sua maioria, com o feminismo, mas sim com *lutas de mulheres*. A diferença em relação à pauta indígena, no entender de Santos (2019), difere o movimento feminista, em geral, da luta das mulheres indígenas.

Muitas dessas diferenças justificam-se pelo fato de que as mulheres indígenas são grandes desconhecidas dos demais povos. Há uma enorme lacuna no que diz respeito ao conhecimento dos estudos antropológicos, história, costumes, etc., e foi estimulada pela colonialidade a permanecer à margem dos demais estudos sociais. Conforme Santos, M. (2012, p. 97), por “conta da vinculação das mulheres aos espaços domésticos, sendo estes vistos sempre como mais ‘tradicionais’, as mulheres são relacionadas a uma maior resistência à mudança e encarada como o elemento mais conservador dos grupos”.

Uma das primeiras organizações de mulheres indígenas a surgirem no Brasil foi a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), criada em 1984 e formalizada em 1987, com sede em Manaus. (DIAGNÓSTICO..., 2020, p. 42). Esse primeiro movimento impulsionou a organização de outros - Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e Articulação de Mulheres do Amazonas (AMA) -, que buscaram uma “nacionalização” do movimento, com vistas à melhor organização a nível local.

⁴⁶ As notas referentes ao feminismo indígena se referem, em grande parte, à relação entre indígenas e não indígenas, dentro das propostas do presente trabalho (perspectivas descoloniais), não se referindo (de forma excludente) às relações dentro das sociedades indígenas e nos grupos familiares.

Especificamente no caso de indígenas, já foram apontadas dificuldades de se estabelecerem vínculos entre as indígenas e os movimentos de mulheres e feministas urbanos. Ao contrário dos movimentos urbanos, as indígenas, principalmente aquelas que ainda vivem em suas tribos ou em outros espaços rurais, têm suas próprias demandas e formas organizativas e nem sempre se veem representadas por grupos feministas. As organizações formadas por indígenas, no Brasil, ainda têm tido pouco espaço no contexto do campo feminista e de gênero, mesmo em suas próprias comunidades. (DIAGNÓSTICO..., 2020).

Para o feminismo indígena, as condições indígena e de gênero somam-se, não só porque ser indígena é estar sujeito a uma forma múltipla de opressão: gênero e condição indígena são estruturas hierárquicas que atribuem aos indígenas e, principalmente, às mulheres indígenas, condição de submissão, não lhes permitindo a possibilidade de se reconhecerem positivamente em seus saberes. A luta das feministas indígenas soma-se à perspectiva de reconhecimento da cultura, questionando as perspectivas excludentes dos feminismos latino-americanos, evidenciando limitações em uma agenda que parte de perspectivas de liberdade e visões universalizantes de cidadania. (PINTO, A., 2010).

A pauta da luta feminista indígena inclui pautas que são da causa indigenista como um todo: contra a exclusão social, a pobreza e a migração, além da discriminação e da invisibilidade social, difundindo o pensamento do *bem-viver*⁴⁷. Em decorrência da colonialização, estão expostos à fome, exclusão política e econômica, falta de serviços básicos (incluindo saúde), negligência e exploração severas.

Dentro das comunidades, respeitadas as particularidades de sua cultura, as indígenas estão sujeitas à violência doméstica e sexual, com limitações de acesso à terra, limitação de organização e participação política, inseridas pela matriz patriarcal de colonização. Destacam-se, na literatura feminista indígena, escritoras como Graça Graúna e Eliane Potiguara. (CALIXTO, 2019).

⁴⁷ *Sumak Kawsaj*, na linguagem quechua, *Suma Qamaña*, em aymara, ou *Buen Vivir/Vivir Bien*, na tradução mais difundida, “representam uma cosmovisão construída por meio de muitos anos pelos povos altiplanos dos Andes, que se tornaram invisíveis frente ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo”. (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017, p. 234). Suas ideias centram-se no ideal de comunidade, buscando uma sociedade de viver bem, com comida, educação, sem acumulação de riquezas e destruindo relações machistas e de poder, com respeito às palavras das mulheres.

3.4.4 O feminismo camponês

O feminismo pode ser considerada uma teoria militante, porque denuncia vieses ilegítimos, que obscurecem o conhecimento, e pode ser, também, um instrumento para a mobilização social, abrindo espaço para que os grupos oprimidos (no caso, as mulheres) organizem-se em prol de mudanças sociais. Assim, também, as mulheres camponesas, como grupo oprimido e invisibilizado, podem produzir as mudanças, na busca de seus direitos, organizando-se na militância. (SILIPRANDI, 2009).

De acordo com Conte (2018, p. 12), as mulheres camponesas “percebem a necessidade de se articularem e de se fortalecerem em torno de pautas comuns a fim de superar opressão, exploração e afirmar suas identidades étnicas e/ou de luta ou ainda de categoria laboral”, mas esta articulação e este fortalecimento foram institutos que levaram muito tempo para se estabelecer, ainda que de forma precária. A distância e a dispersão geográfica dos povos camponeses, a pobreza e a pouca liberdade das mulheres em militar em movimento dificultaram e retardaram a organização de um movimento camponês, se comparado às trabalhadoras urbanas. (DAMIÁN, 2009). Conforme foram organizando-se na mobilização,

Las campesinas constataron su situación de pobres entre los pobres, reconocieron sus deficiencias alimentarias y múltiples problemas de salud, sus largas e intensas jornadas debido a la carencia de servicios básicos en sus hogares y comunidades; también en este caso sus reflexiones desbordaron el discurso económico, social y político que había ido construyendo el movimiento campesino; se descubrieron subordinadas en sus organizaciones rurales; sin voz ni voto en asambleas a pesar de participar codo a codo en las luchas agrarias; ningunedeas por todas las instituciones públicas peso a trabajar arduamente en la producción; con escaso acceso a la tenencia de la tierra; maltratadas por sus parejas y sin posibilidad real de decidir sobre su maternidad.⁴⁸ (DAMIÁN, 2009, p. 117).

A percepção da mulher como “não sujeito” dentro dos grupos majoritariamente formados por homens impulsionou e instigou a mobilização das camponesas em militar por bandeiras próprias. Lentamente, passaram a se estruturar em organizações

⁴⁸ Em livre tradução: As camponesas reconheceram sua situação de pobre entre os pobres, reconheceram suas carências nutricionais e múltiplos problemas de saúde, suas longas e intensas jornadas de trabalho pela falta de serviços básicos em suas casas e comunidades. Também, neste caso, suas reflexões transbordaram do discurso econômico, social e político que o movimento camponês vinha construindo; elas viram-se subordinadas em suas organizações rurais; sem voz ou voto nas assembleias, apesar de participar lado a lado nas lutas agrárias; não há necessidade de todas as instituições públicas trabalharem arduamente na produção; com pouco acesso à posse da terra; abusadas por seus parceiros e sem possibilidade real de decidir sobre sua maternidade.

que poderiam discutir seu caráter de subalternidade e invisibilidade. Nesta perspectiva, a articulação das mulheres ligadas ao meio rural, em um movimento estruturado, tem por pautas “a inclusão da discussão sobre questões de gênero atreladas às ruralidades, assim como do exercício de sua liderança por mulheres”, na tentativa de reestruturar um sistema social baseado em desigualdades. (CHEHAB; CARVALHO, 2020, p. 2).

Para Barbosa (2019, p. 206), o feminismo camponês partilha de ideais comuns ao feminismo comunitário, tais como a busca pela

inserção política das mulheres camponesas e indígenas no debate em torno da compreensão teórico-crítica do patriarcado, da opressão de gênero e dos caminhos para uma abordagem dos feminismos em uma perspectiva popular e articulada à emancipação humana, e o horizonte de luta de suas organizações.

A autora acrescenta que, conforme as mulheres tomam consciência de classe e condição de gênero, passam a perceber que podem, historicamente, contribuir para contestar o modelo capitalista e destruir o sistema patriarcal, que lhes têm submetido a imposição de comportamentos e o domínio de seu corpo. (BARBOSA, 2019).

Articula-se, assim, o comando das mulheres e o seu compartilhamento sobre o espaço de unidade produtivo, sob a égide de um feminismo camponês e popular, após muita luta árdua, em uma esfera predominantemente patriarcal nos costumes e tradições. Surgem conflitos, mas as mulheres, em posturas ousadas, avançam e demonstram serem feministas, na prática, ainda que ignorem a caminhada histórica, em sua teoria e em seus questionamentos acadêmicos (até então monopolizados pelos homens). Uma das primeiras lições a ser observada é que elas precisam sair de casa para, também, poder dividir tarefas do lar, bem como ter o seu trabalho reconhecido. Dessa forma, ressignificam-se frente a um novo lugar e tarefas que lhes são atribuídas. (CALAÇA, CONTE; CINELLI, 2018).

Fracari (2018) afirma que as mulheres camponesas, ao se organizarem, mostram múltiplas identidades que se originam de produtos sociais coletivos, sendo reveladoras do feminismo na seara política. Segundo Martins (1981), o feminismo camponês necessita de relações não capitalistas para se sustentar, pois se dimensiona em disputa e construção, reafirmando a releitura da relação sociedade e natureza, por meio da qual as mulheres camponesas efetivam seu trabalho e a valorização de uso. Essas relações dão-se a partir de outros movimentos feministas

que envolvem desde a conscientização do homem do lugar da mulher na sociedade, da luta pelo acesso à terra, pois, para as mulheres camponesas, as relações advêm da terra como lugar de existência e trabalho.

Chehab e Carvalho (2020) apresentam o feminismo camponês como uma proposta alternativa (e, portanto, revolucionária) ao feminismo liberal hegemônico, que se apresenta intimamente relacionado ao feminismo europeu. Essa proposta baseia-se na prática da vida cotidiana das mulheres camponesas, apropriando-se da interseccionalidade, na tentativa de compreender os diversos marcadores de opressão ligados à natureza capitalista. Na sua organização, a luta por dignidade de vida, com reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, documentação identificando-a como sujeito, acesso à educação e a direitos que lhes eram cerceados tornou-se a essência da agenda de reivindicações. (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020). De acordo com Esmeraldo (2010, p. 1),

a representação relacionada basicamente à vida familiar e conjugal não traz para o espaço público a percepção e o reconhecimento da presença e participação da mulher rural na luta pela terra e no processo produtivo junto à unidade agrícola familiar.

No caso da formação da sociedade brasileira, formas camponesas coexistem com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social das condições hierárquicas dominantes. Assim, a título de exemplo, ao lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de mobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, de membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe.

Dentre os escritores que se destacam no feminismo camponês, estão, conforme destaca Pereira (2004), Ricardo Abramovay e, conforme Neves (2005), Sônia Maria P. Bergamasco, Maria José Carneiro, José Graziano da Silva, José Roberto Moreira, Sérgio Schneider, Maristela Simões de Carvalho e Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

Esses modos de intersecção permeiam não apenas o feminismo camponês, como também as demais representações feministas. Veremos, nas próximas seções,

como essas formas interconectadas apresentam relevante situação de interdependência.

3.4.5 O feminismo descolonial

O adjetivo “decolonial” (que aqui optamos por descolonial) tem sido associado à recepção de estudos do grupo conhecido como Modernidade/Colonialidade, buscando a compreensão de um feminismo que contemple o contexto latino-americano no que se refere às questões de gênero e raça. Sua proposta baseia-se em uma nova perspectiva sobre fenômenos globais e de longa duração temporal, tendo como ideal político a libertação dos sujeitos subalternizados.

Para o feminismo descolonial, existe uma relação intrínseca entre a opressão de classe, gênero, raça e heterossexualidade e a questão da colonialidade e modernidade. “O não reconhecimento do sistema patriarcal no período pré-colonial é o pressuposto inaugural e diferencial, portanto, do feminismo decolonial”. (HOLANDA, 2020, p. 19). Pensando uma nova interpretação que abranja essa rede de sujeitos e suas lutas, imbricados em uma raiz colonial, Oliveira (2016) afirma que

com isso, pretende-se elaborar um pensamento que abra o caminho para o novo sem, todavia, recusar o diálogo com os conceitos e teorias em vigor, caminho que deve ser construído desde as localidades e temporalidades das lutas e pesquisas feministas, nas quais cada pesquisadora, cada uma à sua maneira, posiciona-se. (OLIVEIRA, 2016, p. 1024).

Por meio de uma ótica descolonial, a perspectiva de visão eurocêntrica seria substituída por um novo ponto de vista “nas mais diversas disciplinas preocupadas em tematizar o ‘outro’ em contraposição a um ‘mesmo’ europeu, tal como a história, a antropologia, a ciência política, etc.”. (FREITAS, 2018, p. 149).

Vergès destaca que essas perspectivas dentro do feminismo decolonial podem servir para uma outra compreensão dentro dos movimentos de mulheres.

Foi pensando nessas mulheres, em suas lutas e em suas vidas, que propus um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo ‘mulher’ designa uma posição social e política, não estritamente biológica. Um feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto a questionamentos, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias. (VERGÈS, (2020, p. 13).

Isto porque,

Considerando o grupo social mulheres, definido a partir das relações sociais de sexo, como uma subjetividade coletiva, que guarda um certo grau de centramento que o torna capaz de uma causalidade ativa, identifico que, entender-se como mulher, de forma crítica em relação ao que é definido socialmente como sendo uma mulher, é parte da construção da identidade feminista e também parte da identidade coletiva construída no movimento de mulheres, em especial, naquelas articulações movimentalistas de mulheres orientadas pelo feminismo. (SILVA, M., 2013, p. 294).

Para Vergès (2020), as políticas descoloniais traduzem-se em questões ligadas à terra de modo transversal e interseccional, inscrevendo-se em “um amplo movimento de reapropriação científica e filosófica que revisa a narrativa europeia do mundo”. (VERGÈS, 2020, p. 27). Dessa forma, o feminismo descolonial dedica-se ao estudo de como racismo, sexismo e etnicismo estão intrínsecos nas relações de dominação, mesmo que as relações coloniais não mais existam.

Esse também é o posicionamento de Hooks (2017, p. 70), quando afirma que “lo primero y más importante que haría una perspectiva feminista descolonizada sería investigar la relación entre las prácticas sexistas y los cuerpos de las mujeres a nivel global”. Para ela, fazer um estudo comparativo entre as práticas de racismo, sexismo e misoginia em outros locais (citando o caso da retirada forçada do clitóris nas mulheres africanas, o véu imposto às mulheres do Oriente Médio ou o assassinato de meninas na China), é necessário para que se entenda que tais práticas (como o culto à magreza ou a cirurgias plásticas estéticas), que também põe em risco a vida das mulheres, devem ser combatidas.

Analisando a importância do Estado na aplicação de políticas públicas que visem a elidir ou minimizar os efeitos das desigualdades sociais em grupos subalternizados, destacamos o posicionamento de Vergès:

Eu partilho da importância atribuída ao Estado e sou adepta de um feminismo que pensa conjuntamente patriarcado, Estado e capital, justiça reprodutiva, justiça ambiental e crítica da indústria farmacêutica, direito dos/as migrantes, dos/as refugiados/as e fim do feminicídio, luta contra o Antropoceno-Capitaloceno racial e luta contra a criminalização da solidariedade. Não se trata de reconectar elementos de modo sistemático e, no fim das contas, abstrato, mas de fazer o esforço de observar se existem conexões e quais são elas. Uma abordagem multidimensional permite evitar uma hierarquização das lutas fundada em uma escala de urgência cuja estrutura, via de regra, permanece ditada por preconceitos. (VERGÈS, 2020, p. 34).

Nesse sentido, Segato⁴⁹ (2012) entende que o Estado pode intervir nesta perspectiva descolonial, ao permitir que os sujeitos colonizados retomem a sua própria história e possam, por meio dela, “implementar seu próprio projeto histórico”. (SEGATO, 2012, p. 112). Dessa maneira, estaria promovendo a circulação do discurso igualitário da modernidade na vida comunitária, contribuindo para recuperar o que a colonialidade afastou, com o “restabelecimento de formas coletivistas com hierarquias e poderes menos autoritários e perversos do que os que resultaram da hibridação com a ordem colonial primeiro, e depois com a ordem republicana”. (SEGATO, 2012, p. 115).

Esse também é o posicionamento de Bittencourt, ao diferenciar o feminismo praticado na Europa daquele das Américas, tendo por base perspectivas descoloniais, defendendo que

Destarte, o feminismo latino-americano de modo algum pode equiparar-se ao feminismo eurocêntrico ou norte-americano, derivado de condições externas à realidade das colônias e dos países de capitalismo dependente. Deve-se pensar numa real descolonização do feminismo, para atingir as camadas populares de mulheres nas margens do sistema-mundo, reconhecendo as transversalidades de gênero, raça e classe. A centralidade das perspectivas de um feminismo descolonial, que parta de *nuestra América*, pretende concatenar uma estreita relação com o debate racial, da exterioridade das mulheres negras, indígenas e mestiças, questionando também uma colonização ‘embranquecedora’ do próprio feminismo e das teorias críticas. (BITTENCOURT, 2015, p. 204, grifo da autora).

Para Holanda (2020), do mesmo modo, o feminismo descolonial (privilegiando a contestação à colonialidade do saber) também aponta caminho de avanço político na sociedade latino-americana. Destacam-se, dentro do feminismo descolonial, Adriana Varejão, María Lugones, entre outras. (HOLANDA, 2020).

De tudo o que foi dito, objetivando um melhor entendimento sobre as faces do feminismo aqui apresentadas, montamos um quadro com autores de referência e algumas das pautas de cada categoria. Ressalte-se que a principal diferença entre as categorias feministas não se dá pelas pautas de luta, mas pelas condições e características do sujeito que as evoca.

⁴⁹ Rita Segato contrapõe-se aos escritos de María Lugones e Oyèrónké Oyěwùmí quanto ao entendimento de classificação de gênero na América Latina e em outras sociedades, entendendo que existiria um tipo de patriarcado, mas “de baixa intensidade”. Deixemos este debate para um estudo mais aprofundado.

Quadro 1 - Mapa conceitual dos feminismos

Categoria do Feminismo	Autores de referência	Pautas destacadas
Feminismo Negro	Grada Kilomba Lélia Gonzalez Sueli Carneiro Maria Beatriz Nascimento	Tem como sujeitos as mulheres negras. Luta contra o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, contra a violência racial, contra a divisão sexual do trabalho, por políticas de saúde que respeitem as populações quilombolas, pela inclusão e representação da mulher negra em sociedade e pela igualdade de oportunidades vivenciadas pelas mulheres brancas.
Feminismo Interseccional	Angela Davis Kimberlé Crenshaw Audre Lorde Bell Hooks Carla Akotirene	Possui a mesma pauta do feminismo negro, com a sobreposição de marcadores (gênero-raça-classe) que agravam sobremaneira a opressão.
Feminismo Comunitário	Julieta Paredes Carvajal Adriana Guzmán Lorena Cabnal	Tem como sujeito as mulheres camponesas/ de comunidades periféricas. Luta contra o patriarcado (sistema de todas as opressões, discriminações e violências que oprime a humanidade e a natureza, o machismo e o racismo – este, em especial, exercido contra as mulheres indígenas). Busca a desconstrução do imaginário estético- racista, preconceituoso e discriminador; a promoção de processos educativos; a intersecção entre natureza, medicina ancestral, cosmovisão; e destaca a perspectiva de vivência em comunidade, objetivando o bem-estar dentro da comunidade.
Feminismo Indígena	Graça Graúna Eliane Potiguara	Tem como sujeito as mulheres indígenas. Luta contra discriminação, invisibilidade social e racismo; contra a violência sexual, institucional, física e psicológica, além da racial, cometida contra as indígenas. Busca o respeito à cultura, crença e às tradições, a demarcação de terras e a promoção de saúde e educação que contemple a especificidade de seu povo.
Feminismo Camponês	Sônia Maria P. Bergamasco Maria José Carneiro Maristela Simões de Carvalho Maria de Nazareth Baudel Wanderley	Tem como sujeito as mulheres camponesas, abrangendo todas as configurações do campesinato. Promove um projeto popular de agricultura, com a ampliação dos direitos sociais; um projeto popular para o Brasil (soberania nacional na biodiversidade). Busca a participação política da mulher, a unidade na diversidade; enfrenta as violências; ressalta a importância da auto-organização.

Categoria do Feminismo	Autores de referência	Pautas destacadas
	Catiane Cinelli Isaura Conte Sirlei Antoninha Kroth Gasparetto	Defende um novo modelo de sociedade, em que haja respeito aos valores, a agroecologia como modo de vida.
Feminismo Descolonial	María Lugones Oyèrónké Oyěwùmí Adriana Varejão Françoise Vergès	Tem como sujeito as mulheres de populações nativas não ocidentais, que sofreram processos de colonização e tem íntima relação com a teoria feminista e queer. Há o rompimento da categoria “mulher”, abrangendo outros sujeitos com tal identificação; o abandono da classificação binária de gênero. Possui caráter pedagógico para orientar rupturas, transgressões, deslocamentos e inversões de conceitos e práticas impostas e herdadas da colonialidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Levando-se em consideração os vários contextos que envolvem as mulheres do campo, especialmente as que estão vinculadas ao objeto de estudo, o Movimento das Mulheres Camponesas, torna-se necessário o debate que o próprio feminismo apresenta. As mulheres camponesas, na contemporaneidade, estão interseccionadas por condições diversas: geográficas, culturais, étnicas, regionais, etc., que impactam o seu modo de agir dentro do movimento e, também, direcionam as ações pleiteadas.

Pensando na diversidade de agentes e de formas de representação camponesa, bem como nas ramificações que estão vinculadas ao movimento feminista, cabe uma indagação: podemos falar em um feminismo popular? Um feminismo em que as pautas são múltiplas e possam abranger categorias nem tão definidas quanto as que existem hoje?

Nas palavras de Silva, C. (2016, p. 281),

o feminismo possui um conjunto de conceitos possíveis de uso para estudar processos históricos de lutas de mulheres e também atitudes individuais, calcados em análises que não busquem ver identidades feministas onde elas não estão sendo ou não puderam ser afirmadas, mas interpretando os processos e as atitudes sob o ponto de vista do deslocamento da situação das mulheres da norma patriarcal, ou seja, do ponto de vista da resistência cotidiana e da luta feminista.

Com base no desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no meio rural, em que se percebem, também, características que são particulares das

mulheres que compõem este universo – o campo, tais como as conotações culturais, religiosas, raciais, étnicas, regionais e outras, as mulheres também refletem essas particularidades. As características dos movimentos camponeses sugerem “diferentes relações e influências recíprocas entre o campo e a cidade, a agricultura e a indústria, as classes sociais agrárias e urbanas, o camponês, o assalariado rural e o operário urbano”, de modo que a luta pela terra, a produção agrícola e sua comercialização são minadas de condições adversas. (IANINI, 1985, p. 29).

Essas condições traduzem-se em desigualdades econômicas, sociais, culturais e raciais, havendo perda de valores, padrões e laços de cunho comunitário, que os movimentos tentam, de alguma forma, elidir. O feminismo popular, portanto, configura-se e constitui-se a partir de uma multiplicidade de sujeitos que têm características diversas, mas que, ainda assim, compartilham de uma mesma condição de subalternidade, composta de duas premissas: em primeiro lugar, de gênero (por serem mulheres); em segundo lugar, por comporem setores marginalizados. Isso significa dizer que é possível analisar um processo como movimento social quando ele baseia-se em solidariedade entre pessoas e grupos (e aqui, em especial, grupos de mulheres), em conflitos com adversários (racismo, machismo, patriarcado), com ações que exigem, para ter os resultados desejáveis, objetivos de rupturas, em parte, pelo menos, com o sistema social no qual esse processo está inserido.

As pautas do feminismo não estão vinculadas apenas a mulheres: estas, ao perceberem que suas reivindicações não estavam nos objetivos dos movimentos a que estavam vinculadas, passaram a se estruturar de forma a tentar, por suas lutas, conquistar os direitos que não lhes eram alcançados (e que ainda não são, totalmente).

Ainda que o movimento de mulheres no Brasil seja considerado referência em certos temas feministas, no plano internacional, o feminismo desperta nas mulheres, a partir do lugar em que estão inseridas, “diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. (CARNEIRO, 2003, p. 119). Nesse sentido, as mulheres passam a perceber óticas particulares a partir de suas especificidades culturais, regionais, geográficas, de classe, étnicas ou mesmo raciais, que ampliam a concepção e o protagonismo feminista, problematizando as condições sócio-histórico-culturais, a partir de sua situação concreta.

Destacam-se, então, duas perguntas: a) o feminismo deve se pautar apenas na defesa dos direitos *das* mulheres?; e b) o feminismo é somente *de* mulheres?

Para a primeira questão, cabe destacar a atuação das mulheres em torno de pautas que são comuns a todas as pessoas (tais como o direito à vida, ao trabalho, à saúde e educação, a alimentos, saneamento básico, moradia digna, etc.) e aquelas que são próprias das mulheres (equivalentes condições de trabalho e salariais, aborto seguro e legalizado⁵⁰). Como forma de envolver todos esses aspectos, pautou-se uma organização de base feminista popular, que, não necessariamente, define-se como feminista e participa de organizações mistas. Trata-se de um movimento que se centra na proposta de uma educação popular e trabalha a dimensão de formação dos movimentos populares.

Uma dessas organizações de base feminista popular denomina-se *Pañuelos em rebeldía*, sendo uma de suas integrantes Claudia Korol, considerada referência na perspectiva feminista popular atualmente. Esse movimento não se autodefine como *movimento feminista* por incorporar, em sua formação, outras pautas que não são exclusivas de mulheres, traduzindo-se em uma *organização de formação popular* que trabalha a dimensão de formação de movimentos populares, abrangendo, não apenas, mas, também, as lutas feministas. (KOROL, 2015). Por outro lado, as ações que desenvolve contribuem para a criação de um espaço de luta que se pode designar como feminismo popular, visto que, hoje, suas lutas estão mais intimamente ligadas ao feminismo.

A organização trabalha em uma perspectiva de criação conjunta de conhecimentos, buscando uma reconstrução contra-hegemônica, como resistência ao sistema de repressão em que se encontram capitalismo, patriarcado e colonialismo.

Hablamos desde una práctica teórico-práctica: la educación popular, concebida como pedagogía de la resistencia y de las emancipaciones, de la rabia y la indignación frente a las injusticias, de la rebelión y de la revelación de los nuevos mundos que pugnan por crecer y por forjar relaciones políticas, culturales, sociales, económicas, de género, opuestas a las que reproducen y refuerzan la dominación. (KOROL, 2006, p. 199)⁵¹.

⁵⁰ Não apenas em casos em que ocorra a gestação decorrente de violência sexual, mas em que seja uma *opção* da mulher. Cabe uma pesquisa mais aprofundada em relação a esse aspecto.

⁵¹ Em livre tradução: Falamos a partir de uma prática teórico-prática: a educação popular, concebida como uma pedagogia da resistência e das emancipações, da raiva e da indignação diante das injustiças, da rebelião e da revelação de novos mundos que lutam para crescer e forjar relações políticas, culturais, sociais, econômicas e de gênero, opostas àquelas que reproduzem e reforçam a dominação.

Paula e Galhera (2019) destacam que, na pauta desse feminismo popular, estão o diálogo não hierárquico; a interação a partir dos níveis micro (pessoas, famílias e vizinhanças) e meso (comunidades, vilas, Estado), ainda que em diálogo com o nível macro (culturas civilizacionais, empresas multinacionais e outros organismos do global), e a universalidade de experiências.

Para a segunda questão, muito tem se questionado, tanto no meio acadêmico quanto dentro dos movimentos feministas, sobre a adoção de 'mulher' como uma categoria de análise, ao lhe imputar um caráter universalista e essencialista, ao que alguns movimentos têm optado pela nomenclatura "mulheres", como forma de reconhecer as múltiplas apresentações dessa categorização.

Necessário faz-se trazer o entendimento de Butler (2019, p. 40) sobre o tema, quando coloca em discussão *mulher*.

A 'unidade' é necessária para a ação política efetiva? Não será, precisamente, a insistência prematura no objetivo de unidade a causa da fragmentação cada vez maior e mais acirrada das fileiras? Certas formas aceitas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a unidade da categoria das mulheres não é nem pressuposta nem desejada. Não implica a 'unidade' uma norma excludente de solidariedade no âmbito da identidade, excluindo a possibilidade de um conjunto de ações que rompam as próprias fronteiras dos conceitos de identidade, ou que busquem precisamente efetuar essa ruptura como um objetivo político explícito? Sem a pressuposição ou o objetivo da 'unidade', sempre instituído no nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade.

Nos movimentos feministas, a unidade *mulheres* vem sendo construída não em torno de uma suposta identidade pré-existente, essencialista, mas em razão de momentos conjunturais, formulações propositivas e estratégias de luta comuns entre diferentes articulações, que, por sua vez, reivindicam para si distintas identidades referidas às mulheres, motivo pelo qual se mobilizam como movimentos de mulheres e/ou feministas. (SILVA, C., 2016). Nesse sentido, as lutas sociais acontecem quando grupos de pessoas que enfrentam situações de injustiça, dominação ou exploração atuam coletivamente com o propósito de mudar essa situação em um determinado contexto.

As lutas sociais são muito importantes para a constituição dos movimentos sociais, mas é importante saber que os movimentos sociais são muito mais que a soma de suas lutas. Eles são um processo contínuo de ações coletivas com algumas características que lhes são próprias: são ações de longa duração, feitas para resistir ou transformar uma situação econômica, cultural ou política e envolvem uma grande quantidade de pessoas que passam a atuar juntas durante muito tempo e de forma organizada, ou seja, realizam ações coletivas deliberadas e planejadas. (SILVA; CAMURÇA, 2013, p. 9).

Ao questionarmos um feminismo *de* mulheres, nos atemos à definição de mulher que foi feita por Butler (2019), pensando em outros sujeitos que, embora não biologicamente considerados *fêmeas*, tenham identificação com a construção do sujeito mulher.

Se alguém 'é' uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da 'pessoa' transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2019, p. 21).

Butler (2019) destaca que a divisão de gênero, comumente, agrupa os seres humanos em categorias, identificando-os como feminino ou masculino e, assim, esse tipo de divisão atribui às pessoas papéis e expectativas de comportamento diante da sociedade. O entendimento do que pressupõe a categoria *mulheres* ultrapassa o binarismo masculino/feminino. Para ela, a compreensão de um sujeito estático do feminismo, considerado como uma categoria *de mulheres*, não é possível.

Exemplo dessa impossibilidade de fixidez de categorias são os estudos *queer*⁵², considerados uma vertente dos movimentos homossexuais para caracterizar uma perspectiva de oposição e de contestação, colocando-se contra a normalização. (LOURO, 2001). Segundo Louro (2001, p. 547), a teoria *queer* “pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação”.

Teoria Queer corresponde à teoria sobre o gênero que afirma que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são o resultado de uma construção social e que, por isso, não existem papéis sexuais intrínsecos à natureza humana fundamental ou biologicamente, mas sim formas socialmente variáveis de desempenhar um ou mais de um desses papéis. (SILVA, 2018, p. 15).

Tomas Tadeu da Silva partilha da concepção de que tanto os estudos *queer*, como a teoria feminista, entendem que o gênero é uma construção social,

⁵² De acordo com Silva (1999), a teoria *queer* surgiu, nos Estados Unidos e na Inglaterra, como forma de unificação dos estudos gays e lésbicos. Em inglês, o termo tem um significado pejorativo, que os militantes utilizaram de forma a valorizar o movimento, autovalorizando-o, passando a compreendê-lo como estranho, incomum ou fora do normal.

acrescentando que, também, as formas vivenciadas da sexualidade traduzem-se em construções sociais. Para ele, a teoria *queer* busca o “livre trânsito entre as fronteiras da identidade”. (SILVA, 1999, p. 107). Butler (2019) apresenta o conceito de *performatividade*, que está diretamente ligado à teoria *queer*, enfatizando que a definição de identidade sexual não fica contida nos processos discursivos que buscam fixá-la. Para ela, “o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é”, complementando que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”. (BUTLER, 2019, p. 56, grifo da autora).

Embora refira-se de forma mais direta à homossexualidade, a teoria *queer* incentiva o pensamento *diferente*: “o homossexual é o *queer*, o estranho da sexualidade, mas essa estranheza é virada contra a cultura dominante, hegemônica, para penetrar em territórios proibidos de conhecimento e de identidade”. (SILVA, 1999, p. 107). Dessa forma, incentiva o pensar diferente, questionar, problematizar as formas de comportamento e de identidade. Não se trata somente de questionar o conhecimento socialmente construído, mas também de explorar o que ainda não foi construído.

A teoria *queer*, tal como a perspectiva descolonial, opta por não operar com dualismos, que acabam por manter uma lógica de subordinação. Conforme Louro (2001, p. 552), contrapõe-se, seguramente, à segregação e ao segredo experimentados pelos sujeitos ‘diferentes’, mas não propõe atividades para seu fortalecimento nem prescreve ações corretivas para aqueles que os hostilizam.

Talvez, essas (re)configurações tornem necessário repensar algumas lutas e travar novas. No próximo capítulo, analisamos de que forma o feminismo camponês, envolto nesta intercomunicação entre as apresentações do feminismo, expresso no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) inter-relaciona-se com o feminismo camponês e popular.

4 MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

“Ninguém vai nos libertar, a não ser nós mesmos, seja aqui, seja lá. Então nossa sobrevivência não está dissociada, embora os contextos sob os quais lutamos sejam diferentes.” (LORDE, 2020, p. 30-31).

4.1 PRIMEIROS ENSAIOS DE MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO E A CONSOLIDAÇÃO DO MMC

Muraro (2002) assinala que as novas relações de gênero sob a égide do feminismo inauguram um reconstruir humano que, até então, caracteriza um vivenciar feminino impregnado de opressão e desvalorização. Essas características são relacionadas, também, às mulheres do campo, que passaram a se organizar de forma mais estruturada. Silva (2011), analisando o caminho percorrido pela camponesa brasileira, esclarece que

A identidade camponesa é o reconhecimento do que o identifica, do que lhe é próprio. Ela é caracterizada pelo modo de viver, pelo modo de se relacionar com outros grupos sociais e com a natureza, através do uso que se faz dela, expressos pelos hábitos alimentares e comidas típicas, pela cultura, pela música, pelas danças, pela mística e religiosidade, pelo jeito de produzir e de cuidar da terra. Para o camponês e a camponesa, a terra é o lugar de reproduzir e cuidar da vida. (SILVA, 2011, p. 439).

Segundo Paulilo, no Brasil, “a valorização do trabalho feminino nos campos foi intensificada com o surgimento, no início da década de 1980, dos movimentos autônomos de mulheres rurais”. (PAULILO, 2004, p. 223). No Brasil, diversos movimentos regionais tiveram influência na estruturação do que, hoje, se denomina Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), por meio dos muitos anos de organização, formação e lutas, configurando-se no primeiro movimento autônomo de mulheres camponesas do Brasil. Veremos como os movimentos organizaram-se para que o MMC culminasse nesta expressiva representação no Brasil.

Os primeiros grupos de trabalhadores rurais começaram a se estruturar a partir da década de 50, quando, no Nordeste, surgiram as Ligas Camponesas, lutando contra o aumento dos dias de serviço, da conversão do foreiro em assalariado e das restrições à roça do morador da usina. (MARTINS, 1981). As Ligas, estimuladas pelo Partido Comunista do Brasil, são consideradas o principal marco da história da luta do campesinato brasileiro.

Segundo relato de Deere (2004), as origens das organizações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais apresentam ligação com as atividades dos comitês eclesiais de base, nos anos de 1960 e 1970. O levante inicial das mulheres foi instigado como repúdio à ditadura militar (no final da década de 70) que aqui havia se instalado. As classes reprimidas e perseguidas passaram a se mobilizar por meio de lutas que almejavam a redemocratização do país. Os trabalhadores de diversos segmentos - inclusive os trabalhadores rurais - passaram a se organizar na busca de suas pautas, e as mulheres rurais passaram a apoiar os maridos, visando à garantia da terra e ao incentivo do trabalho no campo.

Mais adiante, a década de 1980, conforme expõe Boni (2013), marcada por constantes mobilizações pela redemocratização do país, mostra o caminho de luta das mulheres camponesas, a fim de que fossem reconhecidas nos seus direitos de labor rural no que diz respeito à sindicalização, aposentadoria, licença-maternidade, entre outros.

Conforme Deere (2004), na década de 1980, a estruturação sindicalista alavancou organizações em Santa Catarina, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Muitos encontros de mulheres (com destaque para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) foram realizados, com vistas a discutir temas relativos aos direitos das mulheres camponesas na Constituinte. Registram-se, nesse sentido, grupos indo a Brasília para buscar a votação dos parlamentares em favor da sua luta quanto aos direitos dos trabalhadores rurais elencados na Constituição Federal de 1988 (nos quais as mulheres camponesas têm intensa participação).

De acordo com Lisboa e Lusa (2010), a luta para que houvesse o reconhecimento profissional e o direito à previdência social foi fundamental para que se articulassem os movimentos regionais, sendo que, para Salvaro, Lago e Wolff (2013), são decisivos para as articulações da identidade política das mulheres do campo, que vão desembocar nas recentes lutas do MMC.

Essa movimentação camponesa inicial liga-se, em 1993, à luta da Marcha Mundial das Mulheres, vindo, assim, a contribuir para que se sustentem metas mais diretamente ligadas às causas feministas. Criam-se estratégias de luta e combate ao machismo já estruturado, que se ordenam a partir da participação de mulheres representantes no Mecanismo da Sociedade Civil do Comitê Mundial de Segurança Alimentar. (VIA CAMPESINA, 2017). Embora a principal marca dos agrupamentos

mais intimamente ligados ao meio rural esteja na atividade agropecuária, este é somente um dos inúmeros questionamentos e objetivos do feminismo em âmbito rural.

Todas essas tentativas de mobilização de mulheres que, atualmente, compõem o MMC constituem-se de grupos que dizem respeito à mulher rural, camponesa, agricultora, extrativista, entre outras. (ALMEIDA, 2020). Seu agrupamento em torno de uma mesma luta de direitos e políticas específicas, sob a égide de um feminismo denominado de camponês (e que, neste estudo, analisa-se se existe, realmente, alguma afinidade), mostra suas capacidades e reivindicações frente a um cotidiano desafiador que é o campo. Para Silva, M. (2013, p. 94), a estrutura nacional que hoje compõe o MMC “foi fruto de uma articulação de várias organizações autônomas de mulheres camponesas do Brasil de caráter estadual”. Sobre a mobilização, relata Siliprandi que

As lutas de resistência em que essas mulheres estão envolvidas – por acesso à terra, ao crédito, à água, à assistência técnica; enfim, por mudanças tecnológicas e de infraestruturas no campo que ajudem a melhorar as condições de sobrevivência dos agricultores – apontam para um objetivo comum: a construção de um modelo de desenvolvimento que, no meio rural, apoiar-se-ia em outras relações de produção e de apropriação da natureza. Parte-se da avaliação de que o desenvolvimento do capitalismo no campo, baseado na concentração da propriedade e da renda, tem sido socialmente excludente, destruidor do meio-ambiente e gerador de dependência econômica perante grandes capitais transnacionais. Em contraposição, propõe-se um desenvolvimento baseado em pequenas propriedades organizadas em regime familiar, que produziriam alimentos e outros produtos por meio de tecnologias ambientalmente sustentáveis, o que permitiria todas as pessoas que trabalham na agricultura viver com dignidade e a realizarem-se pessoalmente. (SILIPRANDI, 2009, p. 242).

A resistência das mulheres rurais consolidou-se a partir das lutas concretas, dos processos de formação e da participação política nos movimentos populares, diante dos ataques do sistema capitalista, patriarcal, racista e misógino, que as tornava invisíveis, diariamente, apesar do papel fundamental que desempenham na alimentação, na luta contra a fome e na subsistência na vida dos povos do mundo.

Desde então, as mulheres perceberam que as lutas do campo, por mais que dissessem respeito às suas famílias, não abrangiam lutas que lhes eram pessoais, mas sim lutas que eram *das mulheres*. A estruturação de pequenos grupos, dentro das comunidades, levou as mulheres à organização e consolidação de um movimento nacional. Fundado como o primeiro movimento autônomo de mulheres camponesas do Brasil, o MMC torna-se classista e feminista e sustenta-se em um tripé estrutural: organização, formação e luta.

Foram os encontros regionais que levaram à estruturação e consolidação do MMC. No Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado de 25 a 28 de novembro de 1986, foram acordadas as diretrizes para atuação em âmbito nacional. Dentre todos os debates, foram elencadas como prioridades a luta por aposentadoria aos 45 anos, com salário integral, auxílio-natalidade para as trabalhadoras rurais, formação de lideranças, sindicalização, reconhecimento da mulher como trabalhadora rural, assistência médica, reforma agrária e fim da violência no campo. Cabe destacar que

Para as camponesas, as lutas de gênero, de classe e de etnia/raça são inseparáveis. Elas se entrelaçam e têm sido assumidas por nós mulheres camponesas em todos os momentos e espaços, tendo em vista a construção do projeto democrático e popular para o Brasil. Entendemos que é preciso transformar as relações sociais de gênero que oprimem e discriminam, que não reconhecem o trabalho produtivo das mulheres no campo e nem o valor do trabalho reprodutivo, fundamental para a manutenção do modo de vida camponês. É preciso transformar a sociedade, superar as relações capitalistas, patriarcais e racistas. (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 17).

No que diz respeito ao MMC, segundo Gadelha, Andrioli e Marques (2020), em setembro de 2003, ocorre um curso nacional com 50 representantes de movimentos autônomos de 14 estados brasileiros, o que marca a construção da identidade camponesa, bem como a confirmação desse Movimento, em março de 2004, no Congresso Nacional de Consolidação do MMC, em Brasília, a partir de grupos representantes de 19 estados, com a participação de aproximadamente 1400 mulheres.

Nesse congresso, conforme dados do MMC (2004), houve o reconhecimento de que as mulheres camponesas são as produtoras de alimentos, sendo garantidoras da subsistência familiar de lares com negras, brancas, pobres e nem tão pobres, pequenas agricultoras, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas.

Desde o ano de 2009, o MMC vem refletindo sobre como o feminismo começa a surgir no movimento, que elementos o compõe e que contribuições ele traz para a luta das camponesas. Um fator que contribuiu para o entendimento desse processo, culminou na realização de três edições do Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular, realizado pelo próprio MMC, todos em Luziânia (GO). A partir

desses encontros, em que passou a se debater de forma mais intensa o movimento com caráter feminista, foi elaborada a cartilha *Feminismo Camponês e Popular*, um dos textos selecionados para análise no presente trabalho, justamente por tratar do núcleo de discussão proposto.

De acordo com Pulga *et al.* (2018), de robusta significância foi o Encontro Nacional, realizado em 2013, que registrou a participação de mais de três mil mulheres, homens, jovens e crianças do campo, oriundos de 23 estados, no intuito de estimular e tornar mais forte a base do Movimento, compartilhando experiências e buscando tornar mais visível a produção das mulheres camponesas. Associado a isso, foram realizados debates concernentes ao dia a dia e labor das mulheres, com denúncias de violências sofridas e formas de enfrentamento.

O Quadro 2 traz um apanhado das ações articuladas pelas mulheres rurais ligadas ao Movimento de Mulheres Camponesas, no período de 1980 a 2017, após o período ditatorial, em que se permitiram mobilizar para a busca de direitos comuns.

Quadro 2 - Ações e movimentos articulados pelas mulheres rurais (1980-2017)

Período	Ações
Meados de 1980 (início)	Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AMMTR-SUL) nos estados do PR, SC, RS, MS e SP.
1983	Criação da Organização de Mulheres Agricultoras (OMA), no oeste de SC.
1984	08/03 - Dia da Mulher, 1ª Manifestação OMA, reuniu 500 mulheres, em Chapecó, SC.
1986	I Encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais, em SP. Consolidação ANMTR; Muda a nomenclatura: de AMMTR-SUL para AIMTR-SUL; Transição de OMA para Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA); 12/08 - 1ª Manifestação Pública MMA.
1988	II Encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais, SP. Coordenação Nacional de Trabalhadoras Rurais; Participação da ANMTR na elaboração da Constituição Brasileira, conquista de direitos previdenciários (com a inclusão na Constituição Federal).
Final dos anos 1980	ANMTR, juntamente com a CUT, institui a Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural.
1991	Campanha da ANMTR "Trabalhadora Rural Declare sua Profissão" para realização do Censo IBGE; Direito à aposentadoria rural conquistado na prática.
1992	1º Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras da CUT, SP; Direito ao benefício decorrente de acidente de trabalho na prática.
1994	Campanha da AIMTR-SUL de documentação "Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos"; Salário maternidade conquistado na prática;

Período	Ações
	MMA participa da 1ª reunião da CLOC, encaminha-se a formação da ANMTR.
1995	Criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), com participação das mulheres de movimentos mistos e autônomos.
2001	Campanha nacional “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos” da ANMTR.
2003	Curso Nacional, reunião de 50 mulheres, de 14 estados, originando-se a denominação MMC.
2004	Congresso Nacional de Consolidação do MMC, Brasília; MMA consolida-se como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no estado de Santa Catarina.
2006	Ação de 2 mil mulheres da Via Campesina contra a Aracruz Celulose, destruição de 1 milhão de mudas de eucalipto.
2007	Consolidação do Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPSS), Brasília, com participação dos movimentos de mulheres rurais; Lançamento da Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis (CNPAS).
2015	I Seminário Internacional com o tema: Feminismo Camponês e Popular, Luziânia, GO.
2016	II Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular, Luziânia, GO. Somam-se mulheres do Paraguai, Chile e Moçambique.
2017	III Seminário Feminismo Camponês Popular, Luziânia, GO.

Fonte: Adaptado de Santos e Zimmermann (2019).

Forma-se, então, uma intersecção Mulher e Camponesa, que incita reflexões imediatas que tangem ao campo e ao campesinato, bem como à mulher e ao feminismo. Nesse caráter reflexivo, desponta o MMC, em projeção política, que desvela o feminismo em uma batalha contra o sistema patriarcal e a agricultura camponesa, em contraponto ao formato capital-agrícola. (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017).

A organização do Movimento consolida-se como uma das primeiras da Via Campesina Internacional,⁵³ que se identifica como feminista (Calaça; Conte; Cinelli, 2018), e surge para trazer uma resposta às efetivas demandas das mulheres. Na percepção de Souza-Lobo, traduz-se de forma diferenciada, frente a outros

⁵³ A Via Campesina é um dos principais movimentos camponeses na atualidade e vem se destacando no cenário internacional com suas ações e propostas que confrontam os centros de decisão política na agricultura, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), o Banco Mundial, as empresas transnacionais (Monsanto, Syngenta...) e outras ONGs. Os temas abordados pelo movimento são: reforma agrária, soberania alimentar, questão de gênero, biodiversidade e recurso genéticos, direitos humanos e agricultura camponesa sustentável. (DESMARAIS, 2013).

movimentos sociais, devido à sua força de luta por direitos e reconhecimento. Nesse sentido, caracteriza-se

[...] pela formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas. [...] passam pela construção de uma ideia de direitos, pelo reconhecimento de sua coletividade. É desse processo que a análise de participação das mulheres nos movimentos pode ser reveladora. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 178).

Como movimento social, o MMC traz, no seu bojo, a conscientização feminina de que deve ser composto um novo ordenamento social, em que a militância da mulher tenha lugar e reconhecimento. Nesse sentido, Cisne (2018) lista alguns fatores militantes que podem ser considerados: primeiramente, apropriar-se de si e romper com o sentido de naturalização do sexo; sair do lar; identificar-se com outras pela condição de mulher; valorizar o grupo e a militância política no meio social; ter uma formação política agregada às lutas reais para reivindicar e enfrentar.

A militância, segundo Calaça, Conte e Cinelli (2018), pode ser observada como um desafio consignado ao próprio movimento, em um debate sobre como é esse feminismo e quais as ações para que se fortaleça. Nessa compreensão, o movimento constrói-se a partir do cotidiano da mulher que vive no campo, com acesso restrito à escolarização, a bens e direitos. Por isso, a denominação justificada do MMC como Feminismo Camponês e Popular, na busca do fortalecimento das mulheres que lutam.

De acordo com Santos e Zimmermann (2019), um dos indicadores para que ocorresse o deslocamento identificador de trabalhadoras rurais para camponesas foi o fator *salário*. A grande maioria das mulheres rurais não são assalariadas, por isso são dependentes daquilo que produzem para assegurar alimento saudável, por meio das plantas medicinais, do serviço doméstico, entre outros, que são garantias de sobrevivência familiar.

As práticas das camponesas assumem novo significado no decorrer do tempo, como, por exemplo, por meio do Projeto Popular de Agricultura Agroecológica, firmado pela cultura e reprodução de sementes crioulas, assim como pela forma de socializar o conhecimento entre essas mulheres sobre o plantio medicinal, para a alimentação saudável, em propostas de quintais produtivos em espaços menores e urbanos, no combate contra a violência física, psicológica, simbólica, verbal e patrimonial. A partir dessa significação, as ações voltam-se às mulheres, com o objetivo de trazer-lhes valor e participação em cargos diretivos em espaços decisivos, suleadas pela visão

feminista da vivência das camponesas e buscando ressignificar o que lhes foi ensinado e repassado de geração a geração.

Frente a essa concepção, a atenção volta-se, essencialmente, para a alimentação saudável dos membros familiares, o que determina o estilo de vida camponês, pelas funções que caracterizam a produção, o preparo e a finalização dos alimentos, que mostram competência histórica das mulheres. A camponesa passa a ter seu prestígio, também, pelo seu fator semelhante à condição da mulher da terra, que encerra uma visão ecofeminista⁵⁴, que une a produção de alimentos e a geração de vida.

Esta apresentação caracteriza-se como simbologia e legitima-se em ações agroecológicas de atenção à vida e à natureza, efetivadas tanto individualmente como em formato coletivo, ultrapassando as extremidades urbana e rural, uma vez que atinge a sociedade em geral. Nesse sentido, importante destacar o seminário Soberania Alimentar e o protagonismo das mulheres na construção da agroecologia, ocorrido na 17ª Jornada de Agroecologia, em junho de 2018, em Curitiba/Paraná. (SANTOS; ZIMMERMANN, 2019).

A maior visibilidade do MMC, a partir de suas movimentações, tem se sustentado por duas linhas, a de gênero e a de classe. Em gênero, devido aos movimentos embasarem-se, serem pensados, estruturados e tornarem-se concretos por mulheres oriundas do meio rural voltados às mulheres rurais. Já de classe, porque, ao encarar o patriarcado, enfrenta-se também o sistema capitalista, sustentador e perpetuador da cultura machista. Nessa perspectiva, dimensionam-se as trabalhadoras rurais, na sua luta pela igualdade, quando propõem uma mística⁵⁵

⁵⁴ Movimento que busca o equilíbrio entre o ser humano e a natureza, fomentando a colaboração ao invés da dominação e respeitando todas as formas de vida.

⁵⁵ Mezadri, Cima, Gaspareto e Pulga descrevem “mística”, dentro do MMC, como relacionada à prática, “fazeres” e vivências. São “compreensões, concepções e sentidos atribuídos por quem escreve a própria experiência”, abrindo-se às “múltiplas interpretações” do leitor. (MEZADRI; CIMA; GASPARETO; PULGA, 2020, p. 172). Para Taborda e Cinelli (2014), traduz-se na capacidade de questionar a realidade, abrindo caminhos para a busca da igualdade e da justiça, e, para o próprio MMC, em sua página, traduz-se em uma mística “de valorização e libertação da mulher camponesa; de defesa da classe trabalhadora; que leva o nosso movimento a apaixonar as mulheres pela causa da libertação, centrado no compromisso com a justiça, no compromisso com a vida dos pobres e no compromisso com a organização popular; de luta contra exploração, contra violência, contra discriminação e dominação; que desperta em nós a necessidade de lutar por nossa dignidade e nossos direitos; que cria em nós a necessidade de organização e de autonomia; que combate o machismo e desperta para a necessidade de construção de novas relações de igualdade; que respeita nossa história de luta, nossa diversidade cultural, nossas experiências construídas e nossos símbolos regionais e nacionais; de relação e de defesa da natureza, das sementes, da biodiversidade”. (MMC, 2021).

feminina, feminista e libertadora, que se manifesta no Feminismo Camponês Popular, cuja composição do MMC outorga-se a perceber as relações em sociedade sob nova roupagem, transformadora, para construir novas imbricações sociais de gênero. (SANTOS; ZIMMERMANN, 2019).

O MMC, em seus encontros congressistas, além de definir princípios, valores e propostas, mostra características próprias, de forma a conferir uma identidade particular da mulher que representa, por meio de uma bandeira única, chapéu de palha, cor e lenço lilases, reforçando a identidade visual do Movimento⁵⁶.

Figura 2 - Bandeira do MMC



Fonte: MMM ([2021?]).

Lugones (2008) assinala que a caminhada do MMC traz implícita, no seu discurso, percepções sobre o sexo feminino que vislumbram a mulher e a camponesa, que não se sobrepõem e não são hierárquicas, mostrando-se com relevância tanto para as projeções políticas como para as ações sociais. Configura-se, assim, uma intersecção, coexistindo e mostrando as diversidades que se escondem sob a alcunha de mulher.

⁵⁶ Embora julgasse importante descrever os elementos constantes na bandeira do MMC, não se logrou êxito em localizar documentos ou estudos sobre tal composição.

O entendimento do MMC quanto à categoria mulher é a *diversidade* que compreende a definição de *mulheres camponesas*: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas, indígenas, negras, descendentes de europeus. Não há exclusão para as camponesas do MMC, desde que se identifiquem com a luta feminista camponesa e pertençam à classe trabalhadora. Conforme Judith Butler (2019, p. 18), na teoria feminista, a construção de uma identidade definida, envolvendo a categoria mulheres como sujeito do feminismo, justifica-se no sentido de propiciar maior visibilidade às mulheres, considerando que suas vidas eram mal representadas ou não representadas. Trata-se de uma questão importante, porém, segundo a autora, foi, também, objeto de questionamento pelo próprio discurso feminista, pelo fato de o sujeito das mulheres não ser mais compreendido como permanente. E não há como fazer uma definição única em uma tão ampla concepção.

Nessa linha, trazem à tona o sentido político das Ligas Camponesas, bem como a função das unidades produtivas familiares e das mulheres no que compete à produção de alimentos saudáveis e diversificados, referindo que a produção da mulher camponesa encontra-se

[...] centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, mulher camponesa é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. (MMC, 2017, p. 2).

O feminismo camponês, em síntese, na concepção da militante Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto (e da qual partilho) expressa-se

pela preocupação da mulher camponesa com a continuidade da vida, com a vida da família, com o futuro das crianças, com a vida do meio ambiente e do ambiente como um todo. A viabilização da família camponesa está intimamente ligada com a terra, com a água, com as ervas medicinais, com os animais, com o alimento saudável. Há um cuidado para que a natureza continue viva e presente. E nessa preocupação, cuida-se então das sementes, do plantar, do colher e armazenar, relacionando essas práticas com os conhecimentos herdados dos antepassados, atribuindo aos mesmos novos sentidos e novos significados. (GASPARETO, 2017, p. 152).

É um feminismo que destaca a luta pela agroecologia, pela biodiversidade, pela produção de alimentos saudáveis, ou seja, o seu compromisso é com a própria vida. “Por isso mesmo é um feminismo camponês agroecológico, que incide no território e promove condições humanas, sociais e ambientais geradoras de uma convivência justa e sustentável”. (GASPARETO, 2017, p. 152). Para Táboas (2014, p. 80), o feminismo oriundo do MMC é “um feminismo capaz de respeitar as distintas culturas e realidades sociais – em especial, a camponesa – e compreender e lutar contra as opressões de maneira estrutural”.

Partindo dessas interpretações, pode-se destacar que, dentro do que o MMC entende como feminismo, há estreita relação com os feminismos de grupos subalternizados, que partilham de seus objetivos e suas acepções. A própria categoria *camponesa* traduz estes pontos de contato: no movimento feminista camponês, há espaço para as negras, para as indígenas, para as que compreendem o feminismo comunitário e o descolonial, convergindo para que um de seus elementos seja a sororidade. Para Táboas (2014), a sororidade consiste em uma dimensão ética, política e prática de alguns feminismos contemporâneos que têm entre seus objetivos “estabelecer relações de apoio e confiança entre as mulheres, buscando formas para concretizar o seu empoderamento, através da compreensão e transformação das relações sociais de gênero”. (TÁBOAS, 2014, p. 82).

Atualmente, o movimento está estruturado com sede na cidade de Brasília, organizado em dezoito estados brasileiros e a secretaria nacional está localizada na cidade de Passo Fundo (durante o período da realização do presente estudo, em tempos de pandemia, não foi possível o acesso físico aos documentos). Veremos, então, como o movimento relaciona-se com o feminismo, por meio da análise de documentos oficiais do MMC.

Para compor o estudo, foram consideradas duas fontes discursivas, que constituem parte da documentação oficial do Movimento de Mulheres Camponesas, disponíveis em seu canal virtual, www.mmcbrazil.com.br. As fontes discursivas escolhidas constam na aba “download” e estão disponíveis em formato *pdf*. A primeira, constituída pelo texto de base, publicado em 2007, e a segunda constante de uma cartilha, publicada em 2018: documento 01: Movimento de Mulheres Camponesas. Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação. ANMC: Passo Fundo, 2007; documento 02: Movimento de Mulheres Camponesas. Feminismo camponês e popular. ANMC: Passo Fundo, 2018.

A seleção do documento 01 tem como referência Silva, M. (2013), que destaca a auto-organização das mulheres como forma de realização do trabalho de base do MMC, culminando na elaboração da cartilha *Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação*, texto-base, elaborado em 2007. Boni (2013, p. 82), também, destaca a relevância desse documento, afirmando que o material é “também utilizado como referência para formação, se explicita o objetivo de divulgar o projeto de alimentação saudável e também de estimular a participação das mulheres no projeto político do MMC”.

A seleção do documento 02 tem como referência Santos (2019), que destaca constar na cartilha a necessidade de impressão de um caráter feminista na agroecologia e, por isso, têm relação íntima com o estudo deste trabalho.

Os dois documentos são apresentados, na íntegra, como anexos ao presente trabalho. O texto-base, publicado em 2008, teve apoio do Governo Federal na publicação, enquanto a cartilha, publicada em 2018, teve apoio somente de órgãos não governamentais. Como o objeto do presente trabalho é o estudo do grupo social invisibilizado mulheres camponesas, a escolha dos documentos em dois momentos políticos bastante distintos foi determinante na seleção dos textos oficiais.

4.2 ANÁLISE DO DISCURSO E DOCUMENTOS OFICIAIS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

4.2.1 Aproximações metodológicas

O discurso é um efeito de sentido entre locutores, e a linguagem é uma prática social constituída por sujeitos que produzem sentidos. (ORLANDI, 2009, p. 17). Deve-se considerar que, levando em conta a língua, a história e o sujeito, possuindo cada país uma língua e história próprias, esta prática não pode ser considerada *francesa*, ainda que seja oriunda (ou baseada) na Análise de Discurso (AD) proveniente da França, por meio do linguista Michel Pêcheux. Foi ele um dos fundadores dos estudos sobre o discurso, estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia.

Para Caregnato e Mutti (2006, p. 680), a análise do discurso trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, “um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o *corpus* da AD é constituído pela seguinte

formulação: ideologia + história + linguagem”. Aqui, a ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, ou seja, um sistema de ideias que constitui a representação.

De acordo com Orlandi (2009), há muitas maneiras de se estudar a linguagem e uma delas refere-se à prática chamada de Análise do Discurso. Como o próprio nome faz referência, ela traduz-se no estudo da *maneira de significar*. Embora esteja relacionada com a língua e a gramática, a análise do discurso concentra-se na linguagem em movimento, por meio da qual se pode compreender melhor “a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história”. (ORLANDI, 2009, p. 15). Para ela,

A Análise de Discurso que pratico leva a sério a afirmação de Saussure de que a língua é fato social. Pensamos a língua como fato e significamos o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente. (ORLANDI, 2009, p. 19).

Com base nessa metodologia, pode-se dizer que a forma como um discurso é produzido, proferido, recebido e interpretado está ligada a certo tipo de funcionamento discursivo. Para a AD, não há separação entre emissor e receptor, nem há linearidade ou sequência entre suas mensagens, e

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. [...]

Dessa maneira, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística. (ORLANDI, 2009, p. 16).

Partindo do princípio que a AD trabalha com o *sentido*, sendo o discurso heterogêneo marcado pela história e ideologia, a AD entende que não irá descobrir nada novo, apenas fará uma nova interpretação ou uma releitura; outro aspecto a ressaltar é que a AD mostra como o discurso funciona, não tendo a pretensão de dizer o que é certo, porque isso não está em julgamento. Tentamos destacar alguns desses sentidos em dois documentos oficiais do MMC, disponibilizados em meio digital.

4.2.2 Caracterização dos documentos oficiais do MMC selecionados

4.2.2.1 Texto de base - Movimento de Mulheres Camponesas: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação.

Figura 3 - Capa da cartilha Movimento de Mulheres Camponesas: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação.



Fonte: MMC (2007).

Impresso em 2007, publicado e elaborado pela Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC), o texto-base do documento apresenta-se como a primeira publicação oficial ligada ao Movimento, sendo, por esse motivo, mobilizado para o presente estudo. Conta com 36 páginas e, já na capa, percebe-se o destaque da cor de referência do MMC, lilás, além de três fotografias de eventos realizados, com a bandeira do Movimento no canto inferior direito. Constam, na capa, três fotos de diferentes interações entre as participantes de eventos: em plateia, ouvindo o que se imagina ser uma palestra; em uma passeata/desfile, carregando uma peneira com sementes e, em outra, participando de uma dinâmica em um dos encontros de mulheres. Em todas as imagens, percebe-se a simplicidade no vestir, a alegria na participação e mobilização, ilustrando a participação da unidade camponesa.

Em uma visão geral, a estruturação do documento (primeiro documento oficial impresso do Movimento) contém uma linguagem simples, já que se destina como

roteiro às líderes, constando os encaminhamentos dos encontros de forma pormenorizada. O Movimento nomeou o documento como cartilha, remetendo à ideia de *alfabetização*⁵⁷, interpretando-se essa cartilha como o início do processo de mobilização.

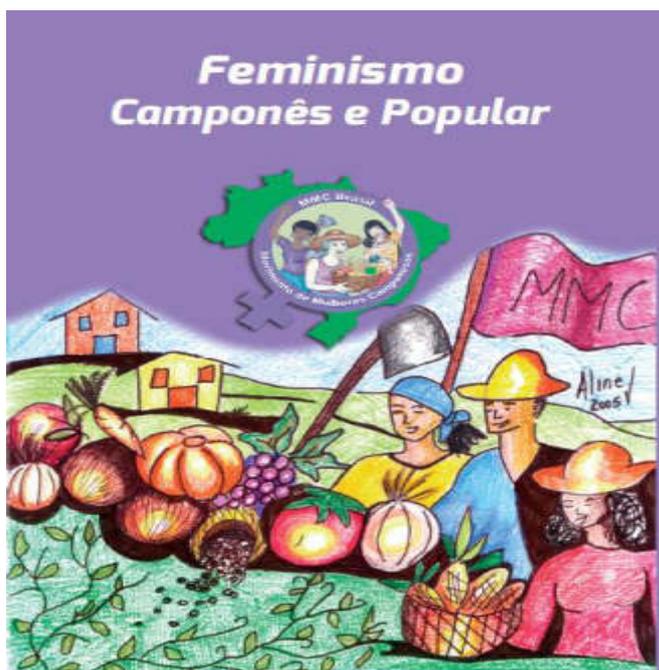
Para organização e estruturar um trabalho de base em relação ao Movimento, o texto recomenda três roteiros de condução de encontros. Em cada um deles, há envolvimento de todo o grupo na proposta, assim dividido: 1º Encontro: Mulher camponesa: resistência, sabedoria e defesa da vida; 2º Encontro: Produzir alimentos: uma missão camponesa; e, no 3º Encontro: Organização e trabalho de base: alicerce do MMC. Esses encontros são chamados pelo grupo de *mística* e estruturam-se por meio de falas direcionadas, alternadas com atividades a serem desenvolvidas pelo grupo. Todos eles incluem roteiros de simples execução, visto que são direcionados a mulheres que foram impedidas ou desestimuladas à busca da educação formal.

Ao final do documento, constam orientações metodológicas, que instruem a organização do MMC, orientando reuniões, místicas, coordenação. Tais práticas envolvem a mobilização do grupo para fortalecer e ampliar as condutas, tanto para a dirigente, quanto para as participantes.

4.2.2.2 Cartilha: Feminismo camponês e popular

⁵⁷ Para Freire (1983), a alfabetização é um ato criador, no qual o analfabeto apreende, criticamente, a necessidade de aprender a ler e a escrever, preparando-se para ser o agente dessa aprendizagem. E consegue fazê-lo à medida que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler, compreendendo, ainda, o entendimento do que se lê e se escreve.

Figura 4 - Capa da cartilha Feminismo Camponês e Popular



Fonte: MMC (2018).

Esta cartilha, produzida pela Associação Nacional de Mulheres Camponesas e publicada em 2018, apresenta características que, como o texto de base, remetem à identidade visual do Movimento: capa na cor lilás, a imagem da bandeira do Movimento e, abaixo, uma ilustração de camponesas com alimentos, ferramentas e sementes. São 40 páginas, divididas em três textos, que tratam da história do MMC, das suas lutas e do reconhecimento da organização como movimento feminista.

Cada texto é apresentado de forma a embasar dois encontros de mulheres camponesas, constando, em cada um, a temática a ser debatida (como as místicas apresentadas no documento analisado anteriormente). No primeiro texto, intitulado *Construindo feminismo camponês e popular: dos caminhos percorridos até sua afirmação*, há referências sobre o início do Movimento, apresentando, inicialmente, a situação na qual se encontravam as camponesas no período de mobilizações contra a ditadura militar.

O texto 2, *Práticas e lutas históricas das camponesas que dão vida ao feminismo camponês e popular*, apresenta o feminismo na concepção do MMC, com foco no combate à violência sofrida pelas mulheres do campo.

No texto 3, *Feminismo Camponês e Popular: uma construção orgânica e coletiva*, reafirma-se o caráter coletivo e orgânico desse feminismo, enfatizando-se

que ele não é algo novo, recente, mas já é, há muito tempo, vivenciado no cotidiano, na luta, na prática da agroecologia que as mulheres realizam.

Constam, na cartilha, diversas referências à importância da organização e mobilização das mulheres junto ao Movimento. Essa mobilização, a partir de processos concretos de lutas, organização, formação e construção de novas relações, traduz-se no que afirmam ser um feminismo camponês.

4.3 UMA INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO MMC

Na elaboração deste trabalho, não houve como considerar a crítica descolonial (e a perspectiva descolonial) sem apropriar-se de conceitos, epistemologias e compreensões de cada um dos feminismos relacionados: sua estrutura fundamental perpassa todas essas diferentes vivências. A proposta inicial foi verificar possíveis aspectos ou convergências entre o feminismo defendido pelo MMC (a partir da análise dos documentos selecionados) e o feminismo descolonial, tomando como premissa o entendimento de Oliveira (2016), partilhado pela pesquisadora e apropriado para a análise:

No entanto, mais do que construir uma crítica feminista fazendo uso das análises e das críticas epistemológicas tradicionalmente instituídas, uma prática descolonizadora, cuja finalidade seria instituir-se como epistemologia feminista, deve ter a pretensão de descentrar certezas e ampliar o pensamento para novas indagações, de modo a aprofundar o próprio horizonte feminista e suas propostas metodológicas. (OLIVEIRA, 2016, p. 1024).

Dessa forma, pode-se identificar perspectivas que são particulares de um tipo de feminismo, como outras que são partilháveis. Destacamos algumas tipologias em que foi possível destacar esta inter-relação.

a) Relação entre mulher e natureza

Durante anos, devido à contínua desacreditação do movimento feminista pelas sociedades patriarcais e machistas ocidentais, o campesinato não reconheceu como feminista a luta pela terra, a soberania alimentar ou a agroecologia. Do mesmo modo, a luta pelo direito das mulheres à terra e à produção de alimentos, a luta pela defesa das sementes e a luta contra a violência, por exemplo, também não foram identificadas como lutas feministas.

Para a camponesa, é parte de sua construção como integrante de um todo (seja a família, seja a comunidade) o modo como se relaciona com a natureza e com outros grupos sociais. Por meio da natureza, a camponesa pode expressar-se livremente: pela alimentação, pela cultura, pela música, pelas danças, pela religiosidade, mas, principalmente, pelo jeito de cuidar e produzir da terra. (SILVA, 2011).

Considerando este sujeito oriundo de setores subalternos e que se representa na diversidade que compõe a forma de apresentação atual dos povos originários, é parte indissociável da mulher camponesa uma relação próxima da natureza. É no aprendizado sobre ciclos naturais de plantação, épocas de chuva, escolha e cultivo de sementes e na diversidade de cultivos para o consumo familiar que a mulher camponesa manifesta sua autonomia e representatividade.

O que distingue os modos de vida camponeses dos modos guiados pela lógica de produção capitalista, é que o segundo possui um conjunto de práticas fundamentadas numa ideologia que prioriza o acúmulo de capital e as relações de competitividade. Enquanto o primeiro fundamenta-se na coletividade, cooperação e satisfação das necessidades familiares enquanto camponeses e cidadãos. Tais necessidades vão desde às alimentício-nutricionais, como ao direito de adquirir bens que proporcionem um bem-estar familiar. (SILVA, 2017, p. 5).

Nas palavras das componentes do Movimento, percebe-se esta relação íntima entre a mulher camponesa e a natureza, em que

O jeito feminista de tratar a saúde implica cuidar da vida, do conjunto das relações com a realidade circundante. Relações essas que passam pela higiene, pela alimentação, pelo ar que se respira, pela terra onde se planta e se vive, pela maneira como se organiza a casa, a vida e os espaços coletivos. Passa também pela forma como cada uma se situa dentro de um determinado espaço ecológico. Esse cuidado reforça a identidade como ser de relações, buscando um equilíbrio e visando a integralidade e a totalidade do ser humano. (AMTR-Sul, 2008, p. 43).

Para além do modelo burguês de agricultura, que se baseia na maior produção e, conseqüentemente, maior lucro (ocasionando insegurança alimentar, perda da diversidade produtiva, degradação de áreas agricultáveis e outros fatores que afetam toda a população a curto e longo prazo), o modo de cultivo camponês baseia-se na complexidade de relações ligadas ao ecossistema, com grande estímulo à biodiversidade, ao uso reduzido de químicos e à autossustentabilidade. (LIMA; PEREIRA, 2020). Nesse sentido,

Ao abordar a participação das mulheres na prática agroecológica, é possível observar que elas sempre estiveram à frente na busca pela qualidade da alimentação familiar e modificação das relações sociais e ambientais. Torna-se necessário, também, atentar-se para o fato de que na agroecologia as mulheres buscam mais reconhecimento enquanto camponesas e produtoras de alimentos e produtos sustentáveis. (SCHNEIDER; WEDIG; VARGAS, 2020, p. 258).

No texto de base (2007), está nítida esta percepção das mulheres camponesas sobre sua relação com a agricultura e a produção de alimentos:

A causa de tantos problemas é o modelo de agricultura capitalista. Se vamos perguntar para nossas avós sobre a produção de alimentos, elas vão dizer que, quando eram jovens, plantavam de tudo para o autossustento: arroz, trigo, feijão, milho, batata, verduras, frutas e criavam animais: porco, galinhas, vaca entre outros. O trabalho era pesado, mas a família produzia de tudo o que precisava para comer. Depois mudou. (MMC, 2007).

Talvez porque a noção de agricultura camponesa esteja mais estreitamente ligada à questão da agroecologia, as mulheres camponesas defendam a produção de alimentos orgânicos ou produzidos com a mínima quantidade de defensivos químicos, tendendo a valorizar o consumo e a produção de alimentos saudáveis, diretamente relacionados à questão do bem-estar. O monocultivo aumenta a dependência de aquisição de alimentos nos supermercados, os quais poderiam ser produzidos na propriedade rural, exigindo maior renda.

O significado dado à natureza pelos povos camponeses tradicionais diverge do significado dado à natureza pela lógica do modo de produção capitalista.

Sabemos que no rural brasileiro temos dois projetos de desenvolvimento da agricultura que além de disputar corações e mentes, eles representam oposição um ao outro. É a agricultura camponesa e o agronegócio. [...] Já agricultura camponesa tem um projeto de vida no campo, esse não é um projeto que possa ser caracterizado como um único padrão de vida, pois são diversas formas de viver, mas que tem em comum uma relação harmônica com a natureza, infelizmente as ideias do agronegócio também contaminaram parte da agricultura camponesa, [...] assim o campesinato tem passado a manejar suas áreas baseando-se nos princípios agroecológicos, resgatando conhecimentos dos seus antepassados, principalmente das mulheres que os preservam e reproduzem, associando um conhecimento acadêmico apropriado a realidade camponesa. (MMC, 2018, p. 23).

Além da produção de alimentos diversificados para o autossustento, as mulheres camponesas destacam-se no uso e cultivo de plantas medicinais. Dessa forma, estão menos dependentes da compra de remédios industrializados. O cultivo de sementes crioulas (mais resistentes e adaptadas à cada região) é estimulado por

meio da troca entre camponesas e do respeito às diferentes culturas e ao ambiente. (MMC, 2007).

b) Protagonismo político da mulher camponesa

A história de luta e organização política das mulheres (sejam elas camponesas ou não) vem se construindo e fortalecendo junto com a história da humanidade. Basta um olhar mais atento às guerras, às revoluções, à constituição das sociedades e à participação nas grandes epidemias e secas para perceber a importância da participação das mulheres (ainda que invisibilizada aos olhos da maior parte dos registros escritos históricos). Através dos tempos, a mulher buscou seu espaço na construção das sociedades, tendo papel fundamental na agricultura, tanto na força de trabalho quanto na preservação de sementes (o que lhe permitia uma nova safra), além de desempenhar tarefa vinculadas ao cuidado da casa e cuidado com os filhos.

As experiências de resistência e de enfrentamento das mulheres camponesas do MMC, diante do sistema capitalista e patriarcal, são constituidoras de novos aprendizados, e a construção de modos de vida, de forma que podemos afirmar que o Feminismo Camponês e Popular experienciado no MMC é pela Libertação da mulher, de forma individual e coletiva. (MMC, 2018, p. 28).

A organização social das mulheres ligadas ao meio rural permitiu-lhes representatividade para questionar, problematizar, opinar e contribuir, não somente dentro dos movimentos, mas na construção de toda a sociedade.

Os aprendizados vivenciados e construídos no coletivo das mulheres se consolidaram junto às **comissões e mutirões** onde elas **aprendiam a se posicionar, organizar, animar e gerenciar os grupos em defesa de seus direitos**. Igualmente, percebiam a importância de seu protagonismo na luta pela conquista da terra. Por essa atuação, enfrentavam o preconceito cultural machista. Mas **aprenderam que elas mesmas eram sujeitos das mudanças** que desejavam. E, assim, foram desconstruindo os rótulos existentes acerca da importância da luta dessas mulheres para se compreenderem enquanto ser e agente social modificador da realidade. (SILVA, C., 2016, p. 93, grifo da autora).

A organização política das camponesas, que, em 2003, estabeleceram o MMC como forma organizada de movimento de abrangência nacional - em que as pautas regionais foram agrupadas -, legitimou as políticas voltadas ao meio rural, especialmente,

a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza, (MMC, 2004, p. 5).

Boni (2018) destaca que, desde os primórdios da estruturação do MMC como movimento autônomo, quando ainda se estruturava apenas como MMA, as camponesas já se preocupavam com o debate de gênero mais abrangente, com crítica a relações desiguais na participação política. Desse modo, como organização de mulheres, trata-se de um espaço em que elas detêm o poder de decisão. No MMC, as mulheres acreditam na

[...] capacidade de nossa própria organização, no estudo e nas lutas em defesa da vida, rompendo com tudo o que nos impede de sair de nosso comodismo, vivenciando novas relações na família, na produção, na comunidade, na sociedade. Pois para nós TRABALHO DE BASE é o conjunto das ações organizadas pelas mulheres e pelo povo (reuniões, estudo, visitas, lutas, contatos pessoais, divulgação da luta pela vida, mutirões, atos de resistência e enfrentamento...). Essas ações possibilitam conhecer e entender a realidade para, a partir dos problemas vividos localmente, buscar, na prática-teoria uma nova prática social. Isso quer dizer que as lideranças populares têm a tarefa de ajudar o povo a encontrar soluções para seus problemas, possibilitando assim uma consciência nova enquanto mulher camponesa e feminista que descobriu o valor de sua própria libertação. (MMC, 2007, p. 31).

A partir do momento que as mulheres camponesas saíram do espaço privado de suas casas e passaram a participar de espaços públicos, iniciou-se um processo de construção do seu protagonismo, envolvendo tanto o âmbito familiar, como comunitário, social e político. Esse processo de conquista de autonomia e participação social foi acontecendo, gradativamente, enquanto construção do protagonismo das mulheres camponesas. E essas mudanças “internas” refletiram em suas condutas e vivências sociais.

A camponesa tem uma **consciência social**, orientada pelo **bem-estar coletivo**, ou seja, **consciência de classe**. E reitera o reconhecimento da importância da mulher em todas as esferas sociais, da sua luta na defesa de seus direitos, bem como da condição de agente modificador dos padrões e estereótipos sociais, criados e impostos pela ordem cultural majoritária, de gênero ou classe. (SILVA, C., 2016, p. 100, grifo da autora).

A partir de elementos pessoais de vida, de trabalho e de relações sociais, as mulheres apropriam-se das diretrizes e mobilizações do Movimento e, dessa forma,

criam seu próprio espaço, sua cultura, suas estratégias, seus princípios e valores. Essa consciência de alterar o mundo por meio da ação torna-se visível.

c) Autonomia doméstica

Boni (2018) destaca que, desde antes de o movimento se consolidar como MMC, já havia a preocupação das mulheres

de não dar continuidade a uma educação que reforça a divisão sexual rígida dos papéis definidos para homens e mulheres. As mulheres queriam também delegar aos filhos homens a responsabilidade na execução das tarefas domésticas, retirando esse fardo exclusivo dos ombros das filhas mulheres. (BONI, 2018, p. 128).

Antes que isso pudesse acontecer, entretanto, as mulheres precisariam se libertar, de alguma maneira, das múltiplas atribuições que lhes são designadas no âmbito familiar. As atividades domésticas, de cuidado com os filhos e outros familiares, de produção e comercialização, de cuidado de si e de descanso, realizadas por elas na vida cotidiana, geralmente, superam as 24 horas do dia. Isso significa que há uma sobreposição dessas atividades: ao mesmo tempo que o feijão está cozinhando, ela está ajudando os filhos com os deveres e lavando roupas. (MULHERES..., 2016). E essa disponibilidade permanente das mulheres para as necessidades das pessoas da família gera um sentimento até de impotência.

Neste processo histórico de naturalização deste padrão de violência encontram-se as influências religiosas, políticas, econômicas, culturais, antropológicas, sociológicas que dão lugar de propriedade a alguém, à terra, ao gado, à máquina, à mulher e que tem suas origens e fundamentos no patriarcado, que se entrelaçaram e/ou se fortaleceram especialmente nas sociedades de classes e de desigualdades sociais. (PULGA *et al*, 2018, p. 29).

A mulher camponesa enfrenta desafios na vida em sociedade (desafios esses enfrentados por outras mulheres também), bem como no âmbito doméstico. As mulheres camponesas ainda precisam deixar todo o trabalho doméstico pronto para, por exemplo, participarem de reuniões e outras atividades: o leite precisa ser tirado, os animais alimentados, a roupa lavada e a comida pronta. Os homens ainda compreendem, na maior parte das vezes, que o trabalho doméstico é “próprio” da mulher e apresentam certa resistência com divisões de tarefas. Como parte dessa reestruturação, as camponesas buscam a conscientização delas mesmas e, a partir dessa consciência, a mudança de paradigmas e condutas,

Por isso, nós do MMC buscamos trabalhar a partir de um tripé organizativo, onde juntas, organizadas em grupos (organização), as mulheres buscam conhecimento (formação) para transformar sua realidade e das companheiras (luta). Esse tripé possibilita à camponesa, primeiramente reconhecer as formas de violência que ela enfrenta, e nesse sentido, a organização, a formação e as lutas têm o papel fundamental de desnaturalização da violência. (MMC, 2018, p. 21).

A busca da autonomia da mulher camponesa tem relação com a produção agroecológica: a administração da lavoura cabe ao homem, e o plantio de miudezas, a hora e o cuidado dos animais é parte do trabalho da mulher. Partindo desse entendimento, a mulher camponesa alia saberes populares à produção de alimentos, que se destinam ao consumo familiar e à venda do excedente. Essa renda fortalece a capacidade de criar e recriar formas de sustentabilidade no campo.

Embora se perceba avanços significativos na compreensão das mulheres em relação à divisão sexual do trabalho, a leitura que fazem da realidade em que vivem, percebe-se também a sobrecarga de trabalho e as dificuldades enfrentadas na agricultura camponesa, pois alguns membros da família precisam trabalhar fora da unidade de produção camponesa para complementar a renda das famílias, e isso sobrecarrega ainda mais as mulheres. (PULGA *et al.*, 2018, p. 41).

De maneira geral, as mulheres tendem a ter maior autonomia em suas casas quando passam a produzir renda. Entretanto, quanto maior a renda produzida, geralmente, aquela atividade passa a ser gerenciada pelo marido. Assim, quando a lavoura de feijão, por exemplo, é somente destinada ao consumo familiar, é atributo da mulher. Se a colheita é excedente, ao homem cabe a comercialização (e, por conseguinte, o dinheiro). Dessa forma, as mulheres passam a ter relativa autonomia se, elas próprias, passam a ser titulares de renda, quando, por exemplo, passam a receber aposentadoria previdenciária, considerada como “o mínimo de reconhecimento ao trabalho duplicado realizado pelas mulheres e outros benefícios para as trabalhadoras e também para os trabalhadores rurais, uma das maiores conquistas para as camponesas até hoje. (MMC, 2018, p. 6).

Condutas de autonomia são percebidas entre as camponesas que militam no Movimento, especialmente no que se refere à percepção das relações entre homens e mulheres no âmbito familiar e a como a estrutura familiar é representada em sociedade, refletindo nas relações de classe.

É preciso recuperar nossa capacidade de indignação diante das injustiças, nosso potencial de nos organizarmos em grupos e no Movimento das

Mulheres Camponesas, nossos laços de solidariedade e companheirismo nos ajudando, nos apoiando, visitando vizinhos e amigos e dando novos significados aquilo que já era feito com nossos pais e avós como as rodas de conversa, os filós, os mutirões que reuniam a vizinhança para trabalhar e depois festejar, rodas de chimarrão, entre outras expressões da cultura camponesa, que com o avanço do capitalismo no campo foram substituídos pela televisão. (MMC, 2007, p. 12).

Por meio do feminismo ligado ao MMC, as mulheres camponesas podem compreender e lutar pela igualdade entre homens e mulheres, especialmente pelo fim da violência institucionalizada dentro das famílias, nas suas mais diferentes formas e apresentações.

d) Campesinato como resistência

Como já referido neste estudo, a ideia de camponês remonta às Ligas Camponesas, sendo associada à luta pela terra e mais a uma designação política do que a uma categoria de análise. Na década de 70, a modernização do campo alterou a conceituação: “o conceito de pequena produção foi sendo utilizado numa tentativa de substituir o do campesinato”. (BONI, 2013, p. 73).

Carvalho (2015) relata que, nas sociedades capitalistas, há uma certa tendência à discriminação do campesinato. Isso ocorre porque o modo de vida camponês diverge do modo de vida capitalista, enquanto ideologia e práxis. Dessa forma, gera-se preconceito a qualquer prática ou ideal que não esteja fundamentado para a expansão do capital no campo, símbolo da modernidade. A autonomia camponesa enfrenta o monopólio capitalista, em uma posição de inferioridade, uma vez que sua produção é primária, enquanto no capitalismo a industrialização agrega valor ao produto. Assim, o que o camponês necessita adquirir não guarda relação de valor com o que produz, reiterando a necessidade de ampliar a produção camponesa, almejando o autossustento dos núcleos familiares.

Assim tal desfecho vem para consolidar e expandir os processos de desigualdades sociais e degradação da natureza nos países latino-americanos. Os quais foram e continuam sendo gerados pelo latifúndio, pela não distribuição de renda, pela dicotomia sociedade-natureza advinda da modernidade-colonialidade e pelos conflitos por terra e território, que são protagonizados pelos povos camponeses e indígenas contra as oligarquias patronais neoliberais. (SILVA, 2017, p. 9).

Os produtos advindos da produção industrial monocultora não satisfazem a necessidade de alimentos da população, almejando apenas lucro por meio da geração de *commodities*, enquanto a produção de alimentos dos núcleos camponeses destina-

se a uma produção diversificada, com vistas à satisfação das necessidades, bem como à comercialização do excedente. (CORREIA, 2011).

Por essa razão consideramos a autonomia como resistência localmente construída que permite a recriação do campesinato pelos saberes acumulados de geração a geração, a saber: a) controle do processo de produção e da força de trabalho familiar; b) produção para o autoconsumo e para a comercialização de excedente; c) fabricação de alguns dos instrumentos e ferramentas de trabalho pelos próprios camponeses não dependendo dos equipamentos e máquinas sofisticadas produzidas pelas empresas capitalistas; d) a organização da produção e do trabalho pautada predominantemente no trabalho familiar e na diversificação de culturas alimentares; e) relação ambientalmente correta com a natureza resistindo ao consumo do agrotóxico, insumos industrializados, equipamentos e orientações técnicas provenientes da lógica capitalista da produção; f) as condições naturais de solo e clima determinam o calendário agrícola camponês e marca a dependência em relação à natureza. (CORREIA, 2011, p. 110).

Conforme Boni (2018), as mulheres já não se sentem intimidadas ao se assumirem como feministas, mas, da mesma forma que ressignificam o conceito de camponês, também adotam um feminismo com características particulares. Segundo palavras do próprio Movimento, “a partir da experiência vivida pessoal e coletivamente, nós mulheres camponesas construímos diariamente formas de resistência e enfrentamento aos modelos de sociedade e agricultura impostos”. (MMC, 2018, p. 27). Essas características, também, estão presentes na categoria *camponês* e representam, por si só, formas de resistência, porque representam um modo de viver que lhes é peculiar e que permeia as relações familiares, sociais e de produção.

Além de outras formas de resistências que extrapolam a dimensão econômica por meio de hábitos e valores localmente construídos no território camponês que se referem às dimensões culturais, sociais, ambientais e políticas, relacionadas entre si, tais como: a) as relações de vizinhanças que se estendem à produção agrícola por meio da ajuda mútua na troca de dias de serviços; b) a religiosidade marcando uma relação local em torno da igreja; c) os laços e ações comunitários centrados nas festividades, nas visitas aos vizinhos aos domingos que são caracterizados pelo prazer das conversas (sobre saúde, educação, produção agrícola) que estão além das relações políticas e ideológicas. (CORREIA, 2011, p. 111).

Complementa Medeiros que

Tal condição se materializa na luta por autonomia como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural (camponês) em um contexto não favorável. Os agricultores encontram-se em altos níveis de dependência inseridos num ambiente que lhes é hostil; essa condição de dependência que faz surgir a luta por autonomia e, conseqüentemente, a resistência. (MEDEIROS, 2015, p. 132).

Dessa maneira, o campesinato recria-se de modo contraditório no interior do modo de produção capitalista, por meio de formas híbridas desenvolvidas localmente, assegurando sua existência e permanência em um meio adverso. A resistência do campesinato traduz-se, portanto, no seu embate frente às condições impostas pelo capital, quer seja desterritorializando/proletarizando ou monopolizando o território camponês. (CAMACHO, 2014). As manifestações dos movimentos sociais e das lutas populares estão presentes em todas as regiões brasileiras, tendo como maior motivo a luta por uma sociedade justa e por melhores condições de vida.

e) Questão racial

As mulheres camponesas são donas de uma diversidade ímpar, impossibilitando uma classificação categórica. Os conflitos de classe, raça-etnia, geração, liberdade e orientação sexual apontam para um arcabouço maior, que reflete a marca das relações de exploração de gênero. “A diversidade étnica e racial que faz parte de nossa identidade camponesa precisa ser valorizada e reconhecida, mas sem perder de vista que somos todas mulheres da classe trabalhadora que é condição para nossa exploração e dominação”. (MMC, 2018, p. 35).

Pereira descreve que “o novo formato de racismo, elaborado com base nas diferenças culturais, possibilita a apropriação de tal discurso por interesses diversos, que se pautam nas diferenças culturais como justificativa para práticas racistas”. (PEREIRA, 2019, p. 69). Nesse sentido,

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2016, p. 71).

Pereira (2019) esclarece também que, diferente do racismo “novo” (que tem por base a ideia de raça), está configurado o racismo no conceito de etnia. Se há um caminho árduo a ser trilhado pelas mulheres camponesas, às negras camponesas esse caminho é ainda pior:

A interiorização da condição de inferioridade, que, em muitos casos, inibe a reação e a luta contra a violência sofrida, é um sintoma de que não é possível acabar com a opressão de gênero sem dar conta das relações sociais existentes com as questões de raça e classe, especialmente, por que não dá para enfrentar o racismo enquanto você ainda se odeia. (PACHECO; PEREIRA, 2017, p. 3).

Pensando a multiplicidade de diferenças culturais como justificativa de práticas racistas, cabe lembrar, como já tratado neste estudo, o modo como gênero, classe e raça produzem, conjuntamente, hierarquias que colocam as mulheres negras em posição de desvantagem. (DAVIS, 2016).

Para o MMC (2018, p. 20), há a necessidade de que seja construído um projeto de vida e de sociedade em que o “relacionamento com as pessoas e o ambiente seja pautado com base nos valores de vida e alegria, no respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, econômica, cultural, ecológica e de espiritualidade”. Desse modo, torna-se necessário criar novas relações sociais, supondo uma mudança de vida.

f) Subalternização das mulheres camponesas

No fim do período ditatorial brasileiro (proximidades da década de 80), os movimentos populares destacaram-se nas ações pela redemocratização do país. As mulheres passaram a compor a mobilização na política (por meio da participação nas campanhas) e nos sindicatos e movimentos populares (nas concentrações das mobilizações). Não havia, entretanto, espaço para elas nas decisões, apenas na produção, tornando-as personagens secundárias da história. (MMC, 2018).

Na redemocratização, as mulheres agricultoras encontram como instrumento de fortalecimento e independência aquilo que já vivenciavam em seu dia a dia: a produção de alimentos. Entretanto, é no desenvolver do processo que elas conscientizam-se da necessidade de questionar sua posição subordinada de gênero dentro das igrejas (independente da crença), sindicatos e movimentos sociais de que participam. (SCHUWENDLER, 2015).

Para Paulilo (2004, p. 234), salvo raras exceções, “são principalmente os filhos homens que herdaram a terra. O acesso das mulheres a esse bem se faz pelo casamento”. Mesmo trabalhando em igualdade de condições com os irmãos homens, as mulheres são preteridas na divisão das terras, recebendo, não raras vezes, apenas o enxoval quando do casamento. Embora essa seja uma situação frequente, não é entendida como justa pelas envolvidas, visto que “elas não apoiam suas reivindicações na igualdade de gênero, nem no fato de serem filhas legítimas de seus pais, mas no fato de terem trabalhado para manter e mesmo aumentar o patrimônio familiar”. (PAULILO, 2004, p. 234).

Enquanto, na América Latina, boa parte dos movimentos sociais, nos últimos anos, deu mais importância a pautas de identidade e reconhecimento, com ênfase nos direitos reprodutivos e fim da violência contra mulheres, questões como direitos

de propriedade e redistribuição de renda ficaram em segundo plano. (PAULILO, 2004). Não há dúvidas de que não ter renda própria ou não ter acesso direto à renda familiar concede às mulheres camponesas posição de inferioridade no grupo familiar. Nas palavras do MMC (2007, p. 21), “distribuir renda inclusive para as mulheres camponesas significa valorizar e reconhecer o trabalho da mulher na produção de alimentos diversificados e saudáveis”.

A exclusão das mulheres das decisões familiares e o menor acesso ao dinheiro não são problemas específicos do campo. A falta de renda própria ou o mínimo acesso à renda impacta, inclusive, na possibilidade de autonomia, já que grande parte do trabalho é realizada no âmbito doméstico – ou seja, não há renda direta gerada desse trabalho.

g) Feminismo das mulheres do campo x feminismo branco hegemônico

As mulheres camponesas, a partir de sua organização como movimento de classe, passaram a se assumir como feministas (não mais havendo receio em demonstrar que o Movimento tem base feminista), tendo esta afirmação vindo ao encontro das suas diretrizes.

A interface com o feminismo aparece claramente no discurso atual do MMC. Se no início houve receio em mostrar que o movimento era feminista, agora essa postura não só não é mais negada, como também é vista positivamente. A noção de feminismo vem associada ao modelo de agricultura camponesa proposta pelo movimento. É um modelo de feminismo que se adapta às necessidades que são sentidas pelas camponesas, de luta por espaço dentro da propriedade, nas relações sociais, um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres: almeja transformações de relações que vão além das diferenças de gênero. São transformações políticas. (BONI, 2018, p. 133).

Nesse sentido, o movimento feminista camponês é formado por mulheres que vivem na/da terra, que produzem e incentivam a produção de alimentos saudáveis, que buscam politizar temas vivenciados no cotidiano, além de buscar o fortalecimento das mulheres, para que se desvinculem de uma sociedade ainda machista e patriarcal.

Desde o princípio do Movimento, as camponesas desenvolvem iniciativas para fortalecer processos de emancipação e luta pelos direitos das mulheres, caracterizando as diferentes dimensões da sua identidade. Desse modo, vivenciam um feminismo ímpar, que não se refere somente à camponesa, mas dela em relação à família, à sociedade, ao trabalho, ao campo, à natureza.

Entendemos que é preciso valorizar a **cultura camponesa e feminista** entendida como um modo de ser, de se relacionar socialmente no campo, valorizando o apego à terra, o respeito e o cuidado com a biodiversidade e a defesa da vida. Além disso, também é importante o fortalecimento da arte e da cultura camponesa através de crenças, rezas, rituais, visitas, pratos típicos, mutirões de trabalho, danças, rodas de viola, mateadas, literatura de cordel, repente, trovas, festas típicas, cirandas, entre outras. (MMC, 2007, p. 20, grifo do autor).

As expressões sobre o feminismo idealizado pelas componentes do MMC estão presentes e reiteradas nos dois documentos selecionados, como nos excertos abaixo:

Conforme podemos perceber, para nós do MMC, trabalho de base é toda ação feminista e popular realizada pelas mulheres camponesas e pelo povo trabalhador, que parte de suas necessidades buscando as soluções de problemas e elevando o nível de consciência individual e coletiva rumo à libertação. (MMC, 2007, p. 30).

É neste momento que afirmamos explicitamente o caráter feminista de nossa luta, a qual anteriormente não assim denominada, mas que hoje sabemos já era a expressão de feminismo das mulheres camponesas. Sendo assim, para nós do MMC, o Feminismo Camponês e Popular é respeito a nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica, mas é também transformação, pois, busca construir as bases para uma sociedade sem classes, a sociedade socialista e feminista. (MMC, 2018, p. 11).

O feminismo ligado ao MMC, contudo, não é o mesmo feminismo branco hegemônico, embora ambos estejam relacionados à busca de igualdade de direitos, de gênero, de trabalho, na família. O feminismo camponês e popular é “refletido e construído a partir da própria realidade das mulheres do campo, pautado na identidade da luta dos seus movimentos sociais rurais”. (CHEHAB; CARVALHO, 2020, p. 158).

Assim, sobre o contexto histórico do movimento feminista, tem-se que o “feminismo hegemônico”, de matriz liberal, ou seja, aquele pautado em uma visão eurocêntrica, no qual o centro do movimento foi ocupado pela mulher branca, intelectual, de classe média, urbana, com suas respectivas pautas, constituiu-se como predominante na América Latina e, principalmente, no Brasil. “Tal feminismo guarda, portanto, raízes na prática da vida cotidiana das mulheres camponesas e se constitui como uma proposta alternativa – e revolucionária – à teoria construída pelo feminismo liberal hegemônico”. (CHEHAB; CARVALHO, 2020, p. 158).

O feminismo camponês e popular, por sua vez, não é antagônico ao feminismo branco hegemônico, apenas se distingue em relação a algumas pautas que lhe são particulares, defendendo “uma prática feminista fundamentada na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos”. (MMC, 2018, p. 12).

Para tanto, necessário ressaltar as especificidades do feminismo camponês e popular, que se destaca por meio da compreensão de como as mulheres camponesas organizadas politicamente – e neste trabalho destacamos o MMC -, têm procurado alternativas às desigualdades nas relações de gênero no meio rural e como têm pensado a construção do feminismo a partir de suas vivências no campo. Destacam-se duas problemáticas: primeiro, a própria identificação do termo *camponês* (ou camponesa), abrangendo, como já citado, uma rede de identidades que visa respeitar as particularidades de cada uma das mulheres que compõe o MMC. Segundo, a vinculação das questões de classe e gênero, abrangendo, portanto, o feminismo e a associação com os movimentos de classe. Santos e Betto destacam que “o feminismo camponês e popular vem sendo trabalhado entre as mulheres camponesas como algo em construção, com o objetivo de que elas próprias agreguem sentidos a esse termo”. (SANTOS; BETTO, 2021, p. 6).

O MMC destaca um modelo de agricultura que prioriza a vida e a participação das mulheres camponesas, sem, contudo, excluir a importância da participação e do trabalho dos homens da e na comunidade. O destaque maior das mulheres acontece pela valorização do trabalho da mulher camponesa por sua relação mais próxima com a terra, com as sementes crioulas, pela produção de alimentos para o autoconsumo. O feminismo é camponês

porque procura valorizar aspectos desse modo de vida, como os conhecimentos tradicionais e a sua importância para a segurança alimentar e a preservação da biodiversidade, nas quais a maneira de produzir evoca outra relação com a natureza, de forma contrária à produção de *commodities* do agronegócio. (SANTOS; BETTO, 2021, p. 10).

Dessa maneira, partilha de ideias, premissas, lutas e intersecções com os demais feminismos apresentados neste estudo. Se, por um lado, o feminismo camponês e popular tem o compromisso de demonstrar a importância da luta feminista para a transformação da sociedade, de outro, entoa a narrativa que afirma necessária uma aproximação entre luta feminista e luta de classes. (SANTOS; BETTO, 2021). É justamente na luta de classes que os feminismos negro, interseccional, indígena, popular e descolonial estreitam laços e ligam-se ao feminismo proposto pelo MMC.

Nesse sentido, o feminismo camponês e popular não é simplesmente uma luta para mulheres, mas uma luta de mulheres em defesa da vida, afinal, para elas, o avanço do capitalismo não leva ao desenvolvimento das forças produtivas, apenas à devastação da vida nas suas mais variadas formas. (SANTOS; BETTO, 2021, p. 11).

É por meio da interseccionalidade que se encontra o entrelaçamento com os demais feminismos. Compreender a luta das mulheres camponesas à luz da interseccionalidade (em que há o entrelace e a interlocução de marcadores sociais de raça, gênero, classe, etc.) e correlacionar esses marcadores com as pautas de outros movimentos feministas traz as convergências que objetivamos com o presente estudo.

Levar em conta a interseccionalidade entre mulher e camponesa é necessário porque essas duas categorias quando abordadas separadamente não as incluem. As mulheres camponesas apresentam peculiaridades em relação às urbanas e também quanto aos homens camponeses. (KEMPF; WEDIG, 2019, p. 2).

Tal qual o feminismo descolonial, o feminismo camponês insurge-se quanto às violências patriarcais no âmbito doméstico e “também a resistência em relação aos papéis de gênero impostos a elas, o que constitui uma modificação das relações sociais naturalizadas”. (KEMPF; WEDIG, 2019, p. 10). Talvez a forma mais feminista descolonial vivenciada e valorizada pela mulher camponesa é a tentativa de se colocar em igualdade com seu parceiro, participando da tomada de decisões, tanto dentro de casa quanto na administração da produção e dentro da comunidade. O entrelaçamento do feminismo descolonial com o feminismo camponês e popular é referido por Ballestrin (2020, p. 3).

É fonte de inspiração a heterogeneidade das mulheres no continente transamericano como um todo, inseridas em situações e relações de subalternidades diversas e comumente sobrepostas referentes à classe, raça, etnia, cultura, orientação sexual, nacionalidade, geografia. Pode-se então afirmar que o feminismo de(s)colonial participa e deriva tanto da história do feminismo pós-colonial quanto do feminismo latino-americano em sua diversidade, apresentando-se como uma espécie de síntese em termos simbólicos.

Partilha-se, por fim, excerto de Federici (2017, p. 27), que traduz, com maestria, a luta das mulheres, feministas ou não, brancas ou não: “Marx nunca poderia ter suposto que o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana se tivesse olhado sua história do ponto de vista das mulheres”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Es imprescindible descolonizarnos, descolonizar nuestros cuerpos, descolonizar nuestro tiempo, descolonizar nuestros imaginarios.” (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p. 61).

Chegar ao final desta pesquisa possibilita um sentimento de felicidade, porque, apesar das dificuldades enfrentadas no período de estudos e escrita (e não foram poucas!), foi possível alcançar os objetivos propostos, chegando, talvez, até além do que eu mesma imaginava. No entanto, seria leviano não reconhecer as múltiplas problemáticas que envolvem o tema aqui estudado, levantando outras questões que podem (e devem) servir de base para novas pesquisas.

Apresentamos, no início da pesquisa, a situação da mulher na estrutura capitalista, principalmente no que diz respeito à invisibilização do seu trabalho no processo de acúmulo de capital. Não considerar o trabalho feminino como fator vital da consolidação capitalista, com base na reprodução e no trabalho doméstico, impactou negativamente o papel da mulher no capitalismo. Assim, tornou-se fundamental entender a situação da mulher no processo de desenvolvimento capitalista, razão pela qual, em seguida, trouxemos uma discussão sobre as mulheres e o campo, pontuando algumas intersecções dessa relação.

Os fatores de restrição à autonomia crítica das mulheres estão relacionados à desigualdade estrutural de base material, compreendendo a intersecção de gênero, raça e classe, pois são constituídos pela divisão sexual do trabalho e pela trajetória de exploração pelo capital. Essa divisão sexual do trabalho pautou-se, inicialmente, no âmbito familiar, avançando, depois, para as demais relações sociais.

Na família, o sistema patriarcal, instituído nas sociedades ocidentais a partir da acumulação primitiva, ocultou o trabalho doméstico e permitiu que as mulheres enfrentassem – por não receberem salário – desigualdades e discriminações não só em função da falta de trabalho “remunerado”, mas também em relação à própria condição de ser “mulher”.

No campo, as mulheres detinham conhecimento sobre o cultivo de plantas, uso de ervas, mas não realizavam um trabalho *remunerado*. Assim, foram segregadas ao âmbito do lar, pois, para elas, não havia posição no trabalho capitalista (já que as funções que exerciam não eram remuneradas). A divisão sexual do trabalho, portanto, foi determinante para a mulher camponesa.

As várias configurações da mulher camponesa (e a maior parte delas deriva da relação com a propriedade rural e não da relação com o trabalho que desempenham) conferem a ela uma identidade multicultural. Foi necessário considerar a diversidade de relações decorrente das diferentes posições ocupadas pelos membros na hierarquia familiar, o que levou, portanto, à priorização do olhar para a mulher rural.

Estabeleceu-se a relação entre as diversas ramificações advindas do feminismo, objetivando uma melhor compreensão do contexto em que essa mulher está inserida. Para tanto, as diversas correntes que o feminismo originou, especialmente aquelas mais intimamente ligadas a classes populares e que possuem, por conseguinte, maior representatividade, foram fundamentais para o entendimento da condição da mulher camponesa. O feminismo descolonial, que orientou a análise, aporta uma visão específica das violências coloniais vivenciadas pelas mulheres camponesas – que se diferenciam de outros grupos de mulheres -, evidenciando a necessidade de análise ampla e conjunta dos elementos que ainda hoje sustentam e perpetuam esta situação.

Neste sentido, mostramos que o discurso feminista do MMC, defendido como um 'feminismo camponês', apresenta diferentes vieses; ora ressaltando o papel da mulher como a mãe e geradora de vida, sobre a qual recai de forma quase determinista a responsabilidade do cuidado com a família e com a natureza; ora incentivando o rompimento com a submissão e as violências historicamente impostas às mulheres. Embora estes discursos aparentemente contraditórios possam levar a alguma ambiguidade de interpretação, é importante ressaltar que é a defesa pela autodeterminação das mulheres que parece se revelar como fundamental. (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017, p. 700).

As mulheres camponesas têm trilhado seu caminho por lutas que passam por vezes despercebidas (ou irrelevantes) para outras categorias de mulheres e que dizem respeito às condições de vida, de trabalho e de redes de relacionamento, vinculadas a políticas públicas aplicadas ao campo. Como em outras categorias ligadas ao feminismo ou aos movimentos organizados de mulheres, há pautas que se referem à história cultural e estão ligadas a questões raciais e de classe, que impedem que o feminismo “caminhe” por uma estrada única. Além de demandas ligadas ao acesso à terra, a direitos trabalhistas e condições de vida dignas militam em questões ligadas a gênero, sexismo, violência doméstica, defesa do meio ambiente, produção de alimentos e saúde, com íntima relação entre o feminismo e a preservação da natureza e da cultura.

Entre as mulheres camponesas, pode-se perceber um processo de resistência às relações patriarcais opressivas dentro de casa – que se modificam sutilmente – e resistência em relação aos papéis de gênero impostos a elas, o que constitui uma modificação das relações sociais naturalizadas. (KEMPF; WEDIG, 2019).

Acerca das particularidades do movimento feminista camponês, destacam-se as palavras de Harding (1993, p. 24): “as lutas internas raciais, sexuais e de classe, bem como as diferenças de nossas histórias culturais [...] impedem nossa união em torno de objetivos comuns. Somente a história poderá resolver ou dissipar esse problema, não os nossos esforços analíticos”.

Os agrupamentos de mulheres camponesas lidam com muitas questões, simultaneamente, até mesmo pelas intersecções de distintos desafios que vão desde as questões de gênero até a problemática da produção de alimentos no contexto da agricultura capitalista. Os movimentos e as lutas sociais, especialmente o camponês, buscam ações que impactem diretamente na ordem econômica e política, enfrentando o atual modelo de produção capitalista. A trajetória de aproximação da luta camponesa com perspectivas descoloniais, sua valorização e consolidação da própria identidade, apresentada ao longo deste trabalho, mostra que as mulheres, constantemente, precisam lutar para evidenciar o valor e o impacto (social, econômico, etc.) do seu trabalho.

Os movimentos e as lutas sociais passaram a ser associados à compreensão da estrutura social e à possibilidade de mudança de interpretação e de políticas públicas. Essas resistências representaram mobilizações que foram estruturando-se e organizando-se de maneira formal. Diversos foram os agrupamentos que culminaram na fundação deste movimento que, hoje, se consolidou como Movimento de Mulheres Camponesas.

O MMC possui uma história de luta de quase quatro décadas. Nesse percurso, muitas foram as suas reivindicações e bandeiras de luta, como as militantes camponesas referem nos documentos selecionados para o presente estudo. Percebe-se, nesse espaço de tempo, conquistas importantes no campo dos direitos trabalhistas (como a inserção das mulheres camponesas como seguradas especiais da previdência social), sociais e econômicos.

A luta das mulheres do MMC possui um projeto político, que apresenta o feminismo como luta contra o patriarcado e a exploração capitalista, com base na agricultura camponesa como contrária ao modelo agrícola capitalista. Dessa forma,

objetivam não somente garantir um novo olhar sobre a mulher camponesa, mas, sobretudo, sobre as relações humanas e sociais, especialmente aquelas ligadas à natureza e defesa da vida. Não é tarefa fácil tentar alterar as estruturas sociais, políticas e econômicas que cercam as relações das mulheres camponesas (e que possuem objetivos muito diversos daqueles que desejam a manutenção da estrutura social patriarcal). No entanto, aceitar ou permitir que nada seja feito somente contribui para reforçar as relações de poder já existentes, inclusive no meio doméstico, em que, embora parte do excedente da produção seja oriundo do trabalho das mulheres, é comercializado pelos homens e o produto da venda também é administrado por eles. Ainda está muito presente a separação entre “chefe da família” e a “dona de casa”.

Nesses termos, torna-se imprescindível não apenas socializar os destaques e achados da presente pesquisa, mas também transformar as evidências empíricas teóricas em possibilidades de novos projetos, debates e diálogos permanentes entre as mulheres camponesas, suas famílias e a sociedade, acerca das práticas do Movimento e outras questões. Também, espera-se que essa contribuição possa problematizar as contradições e os possíveis caminhos de intervenção na ação do MMC. Este trabalho trouxe para o cerne da pesquisa o processo de base feminista e o papel das representações sociais das mulheres na construção deste movimento autônomo, de gênero, de classe, feminista e camponês.

Por fim, encerra-se esta pesquisa citando uma autora cujo trabalho é voltado aos estudos descoloniais e em cujo trecho, mais do que uma ideia-fim, remete-se ao campo de atuação feminista camponês e a todas as inter-relações que daí decorrem.

Foi pensando nessas mulheres, em suas lutas e em suas vidas, que propus um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo ‘mulher’ designa uma posição social e política, não estritamente biológica. Um feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto a questionamentos, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias. (VERGÊS, 2020, p. 76).

É parte do trabalho de todas. Sigamos!

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**. v. 15. Florianópolis: UFSC, 2016.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALCANTARA, Liliane Cristiane Schelmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem-viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 40, abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566> Acesso em: 23 jul. 2021.

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira. Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista. **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

AMORIM, Érika Oliveira; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v. 28, n. 1, jan./jun. 2015.

ANDRADE, Maristela de Paula. Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 445-451, Ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200011&lng=en&nrm=iso Acesso em: 05 jan 2021.

ARRUZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia_Arruza.pdf Acesso em: 10 out. de 2020.

ASSIS, Dayane N. Conceição de Assis. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, 2014.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *In*: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n72/11.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL (AMTR-SUL). **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Cartilha do MMC. Chapecó (SC), 2008.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras**. Recife: SOS Corpo, 2014.

BALESTIERI, Camille Roberta. **Tecnologia d(e) gênero**: vetores interseccionais para a análise das feminilidades brasileiras. Dissertação. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2017.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno latino-americano. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75304> Acesso em: 14 nov. 2021.

BARBOSA, Lia Pinheiro. NORUS. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, Pelotas, v. 7. n. 11, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/17048>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BATISTA, Wagner Vinhas. **Palavras sobre uma historiadora transatlântica**: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. Tese. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25958/1/TeseFinalizadaCDWagberVinhas.pdf> Acesso em 28 jul 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução *In Dossiê Economias Feministas*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, v. 1, n. 1, 1993. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1993, p. 31-67.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. As “ondas” dos movimentos feministas e o eurocentrismo da Europa. **Revista InSURgência**, Ano 1. v. 1. n. 1. Brasília, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/18804/17482/31620>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, n. 34-35. v. 22, 2013.

BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas, feminismo e segurança alimentar. In TEDESCO, J. C., SEMINOTTI, J. J., ROCHA, H. J., ed. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil**: questões contemporâneas. Chapecó: Editora UFFS, 2018, p. 124-144. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788564905764.0005>. Acesso em: 10 out. 2021.

BOSCHILIA, Roseli. Família camponesa, trabalho e relações de gênero (Curitiba 1940-1960). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne]*, **Colloques**, 01 fev. 2008, Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/22462> Acesso em: 04 jan.2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

BRANCALEONE, Cássio. **Teoria social, democracia e autonomia**: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11236.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRUMER, Anita; GIACCOBO, Elisa. A mulher na pequena agricultura modernizada no Rio Grande do Sul. **Trabalho apresentado no III Encontro Regional –Sul do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura**, Porto Alegre, 27 e 28 de setembro. Mimeo, 1990.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. *In*: PRESVELOU et al. (org.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: UFSM, 1996.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

BUARQUE, Cristina. Integração da perspectiva de gênero no setor da reforma agrária. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Brasília, p. 1-45, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 17.ed. trad Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CALAÇA, M. K. A. dos S.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 23 dez. 2018.

CALIXTO, Lunara Abadia Gonçalves. Vozes das mulheres indígenas em Eliane Potiguara e em Graça Graúna. **Revista Trama**, v. 15, n. 34, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rt.v15i36.22354>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2014. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/14/dr/rodrigo_camacho.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino, MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez. 2006.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar? *In*: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Associação PIPSA.

Anais do XVII Encontro Nacional. v. 1. Programa Pós-graduação Sociologia/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRS. Porto Alegre, 1995.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 06 mar. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero.** RJ: Rosa dos Ventos e SP: Fund. Carlos Chagas, 1992.

CHEHAB, Isabelle M. C. V.; CARVALHO, Giovana N. Feminismo camponês e popular: a voz que vem do campo. **Revista Ártemis**, vol. XXIX. n.1. jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/download/52385/30894/>. Acesso em: 30 set. 2021.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisiane de Fátima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Acadêmica**, n. 117, fev. p. 1-7, 2011.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CORDEIRO, Rosineide de Lurdes Meira. **Além das secas e das chuvas:** o uso da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão central de Pernambuco. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano.** Dissertação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil:** interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

CRUZ, Renilton. A Formação para o trabalho no âmbito da família camponesa e da escola de ensino médio rural. **Rev. Fac. Educ.**, v. 19, ano 11, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/4002/3208>. Acesso em: 21 jun. 2021.

DAMIÁN, Gisela Espinosa. **Quatro vertientes del feminismo em México: diversidade de lutas y cruce de caminos**. Universidad Autónoma Mexicana: Coyoacán, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan./abr. 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Unesp, 2009.

DIAGNÓSTICO de gênero no Amazonas: políticas públicas e inclusão de mulheres: lei estadual de serviços ambientais do Amazonas. Manaus: Fundação Amazonas Sustentável, 2020. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/novosite/wp-content/uploads/2020/12/diagnostico-de-genero-no-amazonas-politicas-publicas-e-inclusao-de-mulheres.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

DIETRISCH, Priscila Von;SEVERO, Cecília. A emergência do capitalismo e as mulheres: uma crítica feminista marxista. *In: Dossiê economia feminista*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. v. 1, n. 1, Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1993, p. 315-326.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas, GT 2 – 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Trad. Nelci Redina Candian. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Editora da Unicamp, 2008.

FERREIRA, Beth. Feminismo negro e o feminismo antirracista. Brasília: **CFEMEA**, 2019. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/feminismo_negro_feminismo_antirracista.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

FERREIRA, Jussara M. N. A participação da mulher no mercado de trabalho da Grande São Paulo. *In: FERREIRA, Jussara, M.N. Mercado de trabalho na Grande São Paulo*, 1985-87. São Paulo: SEADE /DIEESE, 1989.

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. Afetividade versus complementaridade. *In Alves, Margarida. Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA, IICA, 2006.

FOUCAULT. Michel. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FRANCISCHETT, Mafalda N. **O entendimento da interdisciplinaridade no cotidiano**. UNIOESTE – Cascavel, 2005. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 31 dez. 2020.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, v. 14, n. 2, Londrina, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1394/fraser.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Altieres Dias de. Notas sobre o contexto de trabalho do grupo Modernidade/Colonialidade: universidade, horizontes utópicos e desafios teóricos. **REALIS**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/241453>. Acesso em: 25 jul. 2021.

GADELHA, R. R.; ANDRIOLI, A. I.; MARQUES, S. A. Recampesinização e ressignificação do campesinato através da atuação do Movimento de Mulheres Campesinas do Paraná (MMC/PR). **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 13, 2020. DOI: 10.33240/rba.v15i2.22862. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/22862>. Acesso em: 23 maio 2021.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GARCIA JR., Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia. In: GODOIZ, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **A construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no oeste de Santa Catarina – Brasil**. Tese. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, UNISC, 2017.

GEBARA, Ivone. **Cultura e relações de gênero**. São Paulo: Cepis, 2002.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de Gênero: o feminismo decolonial de María Lugones. **VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 19-21 abr. 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/46.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990** (Questão Agrária, v. 6). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GOUVEIA, Taciana. **Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares**. Panorama brasileiro, observatório da cidadania. Rio de Janeiro: IBASE, 2003. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=267>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GUZMÁN, Adriana. Asamblea Feminismo Comunitario. **Geni**, n. 20, mar. 2015. Disponível em: <https://revistageni.org/03/asamblea-feminismo-comunitario/>. Acesso em: 29 maio 2021.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata; WOORTHMANN, Ellen F. (org.) Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006.

HIRATA, D., KERGOAT, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, Bell. **El feminismo es para todo el mundo**. Madrid, Traficantes de Sueños, 2017.

IANNI, Octávio. **Revoluções camponesas na América Latina**. In: Santos, José Vicente Tavares dos (Org.), *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone e Unicamp, 1985.

JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

JALIL, Laeticia Medeiros. **As flores e os frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KEMPF, Renata Borges; WEDIG, Josiane Carine. Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo Agrário**, v. 20, n. 43, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/845/84557997004/html/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

KERGOAT, Daniéle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceitualização. In: KARTCHEVSKY-BULPOT, Andree *et al.* (org.) **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

KOROL, Claudia. La educación popular como creación colectiva de saberes y de haceres. Polifonías. **Revista de Educación**, Año IV, n. 7, 2015. Disponível em: <https://xn--pauelosenrebeldia-gxb.com.ar/wp/wp-content/uploads/2020/05/Claudia-Korol-La-educacin-popular-como-creacin-colectiva-de-saberes-y-haceres.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

KOROL, Claudia. Pedagogía de la resistencia y de las emancipaciones. En publicacion: **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Sujetizando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. p. 199-221. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Claudia%20Korol.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

LANDER, Edgardo. Ciências/Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Trad. Luia Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Clara Regina Medeiros de; PEREIRA, Glaciene Vareiro. Agricultura camponesa e agronegócio: mulheres em resistência. *In*: **Feminismo Camponês Popular**: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LORDE, Audre *et al.* **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã**: escritos reunidos e inéditos. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LORENZONI, Carmem; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. **Movimento de Mulheres Camponesas**: veredas de muitas histórias. *In*: Feminismo camponês e popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Ano 9, fev. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2021.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=pt&nrm=iso Acesso em 07 dez. 2020.

MACHADO, Bárbara Araújo. Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo. **História Oral**. v. 17, n. 1, p. 243–265, 2014. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/343> Acesso em: 4 set. 2021.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**, v. 15, n. 2; jul. 2020.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. *In: Revista NERA*, Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, : jan./jun. 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova cultural, 1988.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Rev. Sociol. Polít.*, v. 18, n. 36, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/d3NZRM8zPZb49RYwdSPr5jQ/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 21 jul. 2021.

MENDES, Isabella; RETTORE, Mariana; SIQUEIRA, Bruno. **Campesinato e protagonismo feminino nas lutas anticapitalistas**. 2017. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Comunicacoes/138.pdf> Acesso em: 19 jun. 2021.

MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; PULGA, Vanderléia. **A mística feminista camponesa e popular no MMC**. Feminismo camponês e popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Conhecimento prudente para uma vida decente*: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-707. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4577896/modresource/content/1/MIGNOLO%20-%202004%20-%20Os%20esplendores%20e%20as%20mis%C3%A9rias%20da%20ci%C3%A9ncia.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MIGNOLO, Walter. **La idea de America Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Espanha: Editora Gedisa, 2007.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

Disponível em:

<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/mignolo-walter-desobediencia-epistoc3a9mica-buenos-aires-ediciones-del-signo-2010.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MIGNOLO, Walter. **Género y descolonialidad**. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MIGNOLO, Walter. Desafios descoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**, 1969. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1219?show=full> Acesso em: 24 jul. 2021.

MEDEIROS, Anamaria Melo. Campesinato em tempos de agronegócio – entraves para a reprodução camponesa e resistência frente à expansão do capitalismo no campo. **Revista de Geografia**, (UFPE), v. 32, n. 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229239/23611>. Acesso em: 12 out. 2021.

MONERAT, Julio Cesar Pereira. Relações contraditórias entre capitalismo e campesinato no Brasil: apontamentos para uma leitura dialética da relação entre camponeses e capital. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 12, n. 26, p. 48-69, abr., 2017.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Deliberações do MMC Brasil**. Brasília: MMC Brasil, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação**. ANMC: Passo Fundo, 2007. Cartilha. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_tbase2007.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**. ANMC: Passo Fundo, 2008. Cartilha. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sementes.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Feminismo camponês e popular**. ANMC: Passo Fundo, 2018. Cartilha. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). [S l.], [2021?]. www.mmcbrazil.com.br. Acesso em: 04 jan. 2021.

MULHERES do campo construindo autonomia: experiências de comercialização. **SOF Sempre Viva Organização Feminista**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2016. Disponível em:

<http://interactions.eldis.org/sites/interactions.eldis.org/files/webform/mulheres-do-campo-web-1.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

MUNARINI, Ana Elsa; CINELLI, Catiane; CORDEIRO, Rosangela Piovizani. A luta das mulheres camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direitos. In: **Feminismo camponês e popular**: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

NASCIMENTO, Márcio Santos. **O partido comunista brasileiro e o governo de João Goulart**. Tese. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016.

NEVES, Delma Pessanha. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. In **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7, jul./dez. 2005.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas tuteladas de condição camponesa. v. 1. São Paulo: Unesp, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: STEDILE, João P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Janaina Gomes de. Descolonizando nossos feminismos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 398, set./dez. 2016.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues; CASSAB, Latif Antonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PACHECO, Iris; PEREIRA, Roseneide. **A resistência negra brasileira também é mulher negra camponesa**. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Entrevista concedida a Rafael Soriano. MST, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/11/30/a-resistencia-negra-brasileira-tambem-e-mulher-negra-camponesa/>. Acesso em: 22 out. 2021.

PAREDES, Julieta Carvajal. **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. México: El Rebozo, 2014.

PAREDES, Julieta Carvajal; GUZMÁN, Adriana Arroyo. **¿Qué es el feminismo comunitario?** El tejido de la rebeldía. La Paz: Moreno Artes Gráficas, 2014.

PAREDES, Julieta Carvajal. **Julieta Paredes**: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. Entrevistadoras: Tereza Spyer, Mariana Malheiros e María Camila Ortiz. Tradução de Mariana Malheiros. *Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 2, p. 22-42, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/2465/2130/8658>. Acesso em: 28 jul. 2021.

PAULA, Thaís Vieira de; GALHERA, Katiúscia Morena. Feminismos plurais: a América Latina e a construção de um novo feminismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n260065/40758>. Acesso em: 28 jul. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. A questão agrária e o campesinato. In: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA)**, Gramado – RS, 2004.

PEREIRA, Maria Rosineide. **Patriarcado e raça na formação do campesinato nordestino**. Dissertação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 2019.

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. **A quarta onda do feminismo?** Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. 42º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, out. 2018. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt08-27/11177-a-quarta-onda-do-feminismo-reflexoes-sobre-movimentos-feministas-contemporaneos/file>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PERTILE, Kimberly Victória. Colonialidade do ser e saber: geopolítica do conhecimento e análise do sistema ONU. **Revista Perspectiva**. v. 13, n. 25, 2020.

PINILLA, Nara Nara. **Mulheres, feminismo e agroecologia**: um olhar sobre os quintais no Sertão do Pajeú-PE. Dissertação. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 555.

PINTO, Alejandra Aguilar. Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis** [Online], 31; 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/3749>. Acesso em: 21 jun. 2021.

PULGA, Vanderleia Laodete *et al.* **Mulheres camponesas**: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/mulheres-camponesas-pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 22 jun. 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 03, p. 57–76, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780>. Acesso em: 21 jul. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das letras, 2018.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista**: o fenômeno do ativismo digital. 2017. 137f. Dissertação Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISSINOS, São Leopoldo, 2017.

RODRIGUES, Paulo Jorge. *et al.* **O trabalho feminino durante a revolução industrial**. XII semana da mulher. São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino_paulo-jorge-rodriques.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

ROSA, Marcelo do Nascimento; STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. Luta pela permanência na terra: as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO). p. 369 - 384. In: **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**. v. 1. São Paulo: Blucher, 2015.

RUBBO, Deni Irineu Alfaro. Movimentos camponeses na América Latina e crítica da modernização dependente no campo: as fronteiras abertas do MST. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais, Araraquara/SP, n. 16, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7318>. Acesso em: 17 jul. 2021.

SACAVINO, Susana. Tecidos feministas em Abya Yala: feminismo comunitário, perspectiva decolonial e educação intercultural. **Uni-pluri/versidad**, v. 16. n. 2, 2016, p. 97-109. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/unip/article/download/328317/20785229/0>. Acesso em: 29 set. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALLES, Vânia. Quando falamos de família, de que família estamos falando? **Cad. CRH**, Salvador, v. 17, p. 106-140, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18811>. Acesso em: 04 jan. 2021.

SAMPEDRO, Rosario. **Gênero y ruralidad**. Las mujeres ante el reto de la desagrarización. Instituto de la Mujer. Madrid: Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales, 1996.

SAMPER-ERICE, Adriana; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, 25(2), maio/ago. 2017 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hTrZW9s88WnzkRgV7TwP9Xh/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Fabiane. Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. **Revista EDUCAmazônia**, Ano 5, v. VIII, jan./jun. 2012.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaína. Movimentos sociais rurais e feminismo: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno CRH**, v. 34, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/XH3fDfSdG7g6dfpNTv5YcRt/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SANTOS, Laís dos. Existe feminismo indígena? Seis mulheres dizem pelo que lutam. Entrevista concedida a Isabela Alexio. **O Globo**, 02 maio 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/existe-feminismo-indigena-seis-mulheres-dizem-pelo-que-lutam-23619526>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SANTOS, Michela Katiúscia Calaça Alves dos. **Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e questões de gênero**. 2012. 185f. Dissertação Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, 2012.

SANTOS, Nilma Angelica. **A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re) produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 24 a 28 jan. 2016. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/o-trabalho-das->

mulheres-da-agricultura-familiar-a-industria-capitalista-contemporanea.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

SANTOS, D. F.; ZIMMERMANN, S. A. O movimento de mulheres camponesas na construção do feminismo camponês popular. **Norus**, Pelotas, v. 7, n. 11, p. 269-299, 2019.

SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 264, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QVNKzsbHFngG9MbWCFPPCv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SCHNEIDER, Clair Odete; WEDIG, Josiane Carine; VARGAS, Thiago de Oliveira. Mulheres camponesas e agroecologia em contexto de reforma agrária: experiências do acampamento herdeiros da terra. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 242-268, 2020. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/398> Acesso em: 14 nov. 2021.

SCHUWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. Dossiê – Educação do Campo e Movimentos sociais: saberes, práticas e políticas. Educ. ver. 55, mar. 2015.

SCHUWENDLER, Sônia Fátima. **Educar em Revista**. Dossiê - Educação do Campo e Movimentos Sociais: Saberes, Práticas e Políticas. v. 31. n. 55. mar. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/39866> Acesso em: 17 jul. 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. 2. ed. Tradução de, Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995. Disponível em: <http://www.edisciplinas.usp.br/mod/resource/view>. Acesso em: 20 out. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. **E-cadernos CES**, n.º 18, Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, 2012. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/1f33/fec944190f8ca2534edbd3218c26784f6004.pdf?_ga=2.167158972.320283026.1627307401-934685277.1627307401. Acesso em: 26 jul 2021.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *In*: **Revista NERA**, Ano 8, n. 7, Jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/07/Shanin.PDF>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n. 3, dec. 2009. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.aba->

agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9622 Acesso em: 24 abr. 2021

SILVA, Carmen Silvia Maria da; CAMURÇA, Silvia. Feminismo e movimentos de mulheres. **SOS Corpo**, Recife, 2013. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920041351/pdf_950.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. **Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares**: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. 2016. 361f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Isabela Costa da. **Movimento das Mulheres Camponesas na trajetória feminista brasileira**: uma experiência de luta por direitos e liberdade. 2013. 153f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SILVA, Ivanilson Batista da. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. 2016. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SILVA, Izabela Cristina Gomes da. Estratégias camponesas e suas relações com a natureza. **Breves contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos**. Tucumán, n. 28, 2017, p. 3-19. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7322893>. Acesso em: 09 out. 2021.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo e identidade de gênero**: considerações com base no pensamento de Judith Butler. Recife: Independently published, 2018.

SILVA, Marciano Toledo da. Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. *In*: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (org.). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Camponesas, Fiandeiras, Tecelãs, Oleiras. *In* NEVES, Delma Peçanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.) **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, José Ribamar Gomes de. Nas linhas do território: entre o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário – a inserção do PAA como mecanismo articulador do território na construção da territorialidade camponesa. **Boletim DATALUTA**, n. 111, p. 1-12, mar. 2017. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2017.pdf. Acesso em: 16 jul. 2021.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/10969>. Acesso em: 30 out. 2020.

SUÁREZ, Mireya; TEIXEIRA, Zuleide Araújo; CARVALHO, Helena Mussi. Perspectiva de gênero na produção rural. **Estudos de Política Agrícola**, Brasília, v. 22, p. 1-85, 1994.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. **Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas**. Dissertação. Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

TABORDA, Noeli Welter; CINELLI, Catiane. **Mulheres construindo autonomia**. In: 8 de março dia de luta e resistência das mulheres trabalhadoras. Movimento de Mulheres Camponesas MMC Brasil – Ano 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. v. 3, p. 21-55, 1996. Disponível em: http://www.academia.edu/download/36287495/AGRICULTURA_FAMILIAR_ARTG.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Out. 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf> Acesso em: 04 jan. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: Um ator social da construção do futuro. In PETERSEN, Paulo. Apoios: **Agricultura Familiar Camponesa na construção do Futuro**. Rio de Janeiro: ASP-TA, 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-7.pdf> Acesso em: 19 jul. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 jan. 2021.

ANEXO A - Movimento de Mulheres Camponesas: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação

Movimento de Mulheres Camponesas

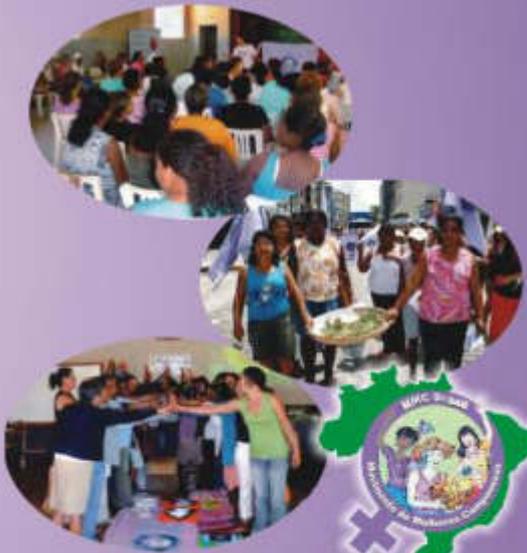
*Organizar a base,
produzir alimentos saudáveis,
construir caminhos de libertação*

Missão do MMC

A missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza.

*Organizar a base,
produzir alimentos saudáveis,
construir caminhos de libertação*

www.mmcbrasil.com.br



Movimento de Mulheres Camponesas

Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação



Publicação da
Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC)

Elaboração:
ANMC

Fotos e ilustrações:
Arquivo ANMC

Projeto gráfico e capa:
MDA Comunicação Integrada

Impressão:
Gráfica Passográfico

Apoio:

Ministério da
Desenvolvimento Agrário

Secretaria Nacional da ANMC

Rua Uruguai, 905 - Apto. 21 - Centro
99010-110 - Passo Fundo/RS
Fone/Fax: (54) 3312 9083
secretaria@mmcbrasil.com.br
www.mmcbrasil.com.br

Apresentação

*A libertação das mulheres será obra das
próprias mulheres e fruto da ação organizada
e coletiva, ou não haverá libertação!*

Esta cartilha "MMC: Organizar a base, produzir alimentos saudáveis e construir caminhos de libertação", é resultado de um processo coletivo de estudo e prática que as mulheres camponesas vêm realizando através de seminários, encontros e atividades relacionadas ao TRABALHO DE BASE no MMC. Foi produzido pelo Movimento de Mulheres Camponesas para qualificar a reflexão do movimento nas várias formas de organização de base deste movimento.

A cartilha consta de três encontros de base, que visam debater e aprofundar alguns elementos sobre a importância da ORGANIZAÇÃO e TRABALHO DE BASE do MMC, articulados com o eixo da produção de alimentos saudáveis e à missão de luta pela libertação das mulheres e do povo e a transformação da sociedade, sendo assim organizados:

- I Encontro: **Mulher camponesa: resistência, sabedoria e defesa da vida!**
- II Encontro: **Produzir alimentos: uma missão camponesa.**
- III Encontro: **Organização e trabalho de base: alicerce do MMC.**

No final da cartilha você encontrará ORIENTAÇÕES POLÍTICAS E METODOLÓGICAS para a realização de um bom trabalho de base junto com as mulheres camponesas.

É importante que o estudo seja desenvolvido no grupo para ajudar no entendimento do conteúdo e também buscar formas criativas de estudar com as famílias, organizando e fortalecendo nosso Movimento.

Esperamos que o conteúdo desta cartilha possa motivar e animar nossos grupos de base bem como, fortalecer a luta na construção de um novo projeto popular em nosso país.

Fortalecer a luta em defesa da vida! Todos os dias!

Coordenação Nacional do MMC
Setembro, 2007.

Dedicatória

**À memória das mulheres
para quem
o medo foi mais forte
que a própria vida...**

**Às que não gritam
e se tornam loucas**

**Às mulheres
que estão na luta,
porque venceram o medo**

**Todo medo do mundo
É infinitamente menor
que a nossa força.**

(Conceição Lima)



1º Encontro

Mulher camponesa: resistência, sabedoria e defesa da vida!



Ambiente: Preparar antes do encontro um ambiente acolhedor, com a Bandeira do MMC, cimentos, alimentos, frutas, flores, mudas (que podem ser trazidas pelas mulheres), símbolos e materiais do Movimento e da luta e um pote de barro. Também é necessário providenciar papel pardo ou cartolina, fitas, pedaços de papel e fita adesiva.

Acolhida: Uma ou mais companheiras fazem a acolhida ao grupo, de forma bem alegre e descontraída e dando as boas vindas a cada uma que está presente. Em seguida coordena a Roda do Acolhimento a fim de que cada companheira se apresente e sinta-se acolhida e integrante do grupo e do encontro. A roda do acolhimento consiste numa roda onde todas ficam de mãos dadas e cada companheira entra no centro e diz: "Meu nome é _____, vim para este encontro para..." Todas juntas repetem em voz alta o nome da companheira que se apresentou. "Fulana nós te acolhemos (dando um passo para dentro da roda), te damos espaço (voltando para trás) e seguimos em frente" (dando um passo em frente pela esquerda).

Música: Já ter no espaço um ambiente que traga presente a nossa realidade, nosso dia a dia de mulheres camponesas e do Movimento de Mulheres Camponesas e um pote, se for de barro melhor. Com um fundo musical, cada companheira vai observando os símbolos, pega o pote e vai fazendo de conta que dentro daquele pote tem a sua vida. Assim cada uma, ao pegar o pote na mão, vai falando: Quem é, e como se sente sendo camponesa, o que gosta, o que não gosta, que idade tem, e o que mais

Organizar e ler, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação 7

Em seguida, vamos representar nossa rotina diária, descrevendo as atividades realizadas durante as 24 horas do dia, através de palavras dentro de um relógio desenhado num papel pardo ou cartolina com pincel colorido, conforme o exemplo ao lado.

Deixar o grupo em torno de 15 minutos para fazer esta atividade e retomar em plenária onde cada grupo vai apresentar a construção feita.

Após a apresentação de todos os grupos, vamos aprofundar um pouco mais sobre nosso dia-a-dia de mulher camponesa.

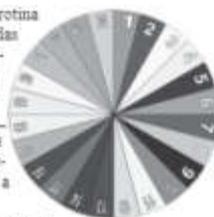
Leitora 1: Um dos instrumentos para refletir a rotina diária é o relógio que desenhamos e colocamos as atividades do dia-a-dia dentro das 24 horas. Se fôssemos observar um relógio destes, feito pela rotina dos homens o relógio seria igual ou diferente? Por quê?

Dirigente: Observando o conjunto das tarefas que assumimos na rotina diária, identificamos o quê? (*deixar falar*)

Leitora 4: Nosso dia-a-dia é marcado pela sobrecarga de trabalho, de tarefas e de responsabilidades, que, muitas vezes, são causa de adoecimento nosso e de várias companheiras, por conta do excesso de trabalho.

Leitora 1: Assim, um dos traços mais marcantes de nossas vidas é o TRABALHO. Muito cedo começamos a trabalhar em casa, nas tarefas cotidianas, na roça e no cuidado com as plantas, horta e animais.

Leitora 2: Somos camponesas porque com o nosso trabalho produzimos comida saudável para alimentar a população. Ao longo da história somos nós, mulheres camponesas, indígenas, negras e da floresta que estamos preservando as sementes e produzindo alimentos e cuidando da natureza. Somos nós que ainda resistimos e enfrentamos no dia-a-dia este sistema capitalista que quer transformar a agricultura num negócio para gerar mais lucros para algumas grandes empresas transnacionais (Monsanto, Cargil, Bunge, Stora Enso, Aracruz Celulose, Sadia, Perdigão, Nestlé,



6 Movimento de Mulheres Camponesas

marca o dia-a-dia de mulher camponesa. Enquanto cada companheira fala, alguém vai escrevendo o nome das companheiras, que no final ficará ao lado do pote.

Após a fala de todas as companheiras, fica um cenário com o nome das várias companheiras no chão, o pote, histórias de luta, resistência e libertação das mulheres camponesas.

Dirigente: Vamos ler juntas companheiras!

Toma teu pote

Cacilda Mendes Perazzo

Mulher, toma teu pote e vai!

Não te prendas nas marcas deixadas em ti.

Lembra-te de tuas entranhas geradoras que rompem as teias da morte

E te lançam no espaço da vida.

Toma teu pote e vai. Não te permitas a anestesia

Que rouba a vontade de lutar, resistir e sonhar.

Tomando teu pote enche o mundo de afeto e ternura.

Faz exalar o perfume da vida que só tu podes provocar.

Dança, dança a canção da liberdade,

Dança a música da saúde,

Dança a dor que suavizou e a harmonia que se criou.

Apanha o teu pote, o meu, o nosso pote

Diz ao mundo que és forte,

Mostra que és mulher!

Canto: Mulher da Roça (Antônio Gringo) ou outro próprio de cada região.

O cotidiano da mulher camponesa

Dirigente: Companheiras! Neste encontro vamos lembrar a história de vida de cada uma de nós. Como é nosso dia-a-dia de trabalho em casa e na roça. Vamos pensar sobre nossa vida cotidiana, ou seja, a rotina e dinâmica que vai se estabelecendo em nossa vida no dia-a-dia.

Em pequenos grupos, por proximidade, vamos nos unir e conversar sobre a vida de cada uma de nós: um pouco da nossa história de vida ou os fatos que mais marcaram nossas vidas.

8 Movimento de Mulheres Camponesas

Bayer, Syngenta, entre outras) continuarem acumulando riqueza e expulsando os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Leitora 3: Entretanto, tudo isso também tem significado sobrecarga de trabalho não reconhecido, nem valorizado para as mulheres camponesas e muito menos calculado em dinheiro o que esse trabalho representa no sustento da família. Assim, vamos sendo exploradas, desvalorizadas, discriminadas e sofrendo a violência cotidiana.

Toda: O MMC vem construir junto com as mulheres camponesas o sentido político da resistência organizada, da resistência oculta, do cotidiano das mulheres camponesas marcado pela resistência e pela luta permanente em defesa da vida. Como as mulheres foram tábias ao longo da história! Sabem muito bem a importância, o mistério e os segredos relacionados à vida! Por isso, mantêm este poder da resistência, o poder que vem de dentro, de base, de organização, de um projeto de vida e de luta por uma nova sociedade.

Leitora 4: Na luta, nós camponesas estamos buscando o reconhecimento e valorização de nosso trabalho, da profissão de trabalhadora rural e a garantia de direitos às mulheres, aos filhos e para todos. Exemplo disso foi a luta pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural que desde 1988 é um direito de toda e qualquer camponesa no Brasil; o direito ao Salário Maternidade a todas as mulheres agricultoras e o direito à Aposentadoria e Previdência Social para homens e mulheres.

Canto / refrão: Entrei na luta, da luta eu não fujo,
Pelo direitos, da luta eu não fujo,
Pela igualdade, da luta eu não fujo,
Pra construir uma nova sociedade.

Leitora 1: A resistência também se revela quando uma companheira vai à luta e outra fica para tirar leite das vacas, atender as crianças, entre outras tarefas... porque descobrimos o valor da solidariedade, da luta e da organização das mulheres do MMC.

Leitora 2: Outro traço marcante nas nossas vidas é o casamento, ou quando nos unimos com outra pessoa por laços de afeto e amor. A maioria das mulheres, passam a gerar os filhos e tem que assumir praticamente sozinha

Organizar e fazer, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação 9

o trabalho e responsabilidades cotidianas de cuidado, proteção e educação das crianças e da família como um todo, cuidando dos doentes e idosos. Além do trabalho doméstico, cabe a nós camponesas o trato e cuidado com os animais, plantas, pomar, horta e o trabalho na agricultura. Na verdade, nossa trajetória de vida vem sendo de muito trabalho, cuidado e resistência.

Leitora 3: Normalmente quando se pergunta a uma mulher que prioriza a atuação em casa se ela trabalha, sua resposta é não. Fomos educadas para entender que o trabalho doméstico não é trabalho e assim, passou a ser natural que determinados serviços pertençam à mulher. Por isso muitas de nossas companheiras ainda se caracterizam como "do lar" e não têm, inclusive, acesso aos direitos sociais e previdenciários.

Todas: Precisamos mudar o olhar para dentro de casa!

Leitora 4: Na verdade, o trabalho realizado dentro de casa (comida, limpeza da casa e das roupas...), cuidado com as crianças, doentes e idosos; e, no caso nosso das camponesas, nos arredores da casa (limpeza do pátio, cuidado com os animais, a horta, as flores, o pomar...) também é interpretado como NÃO TRABALHO. Quem se beneficia com isso? A quem interessa isso? O que isso significa no relacionamento entre mulher e homem?

Dirigente - Companheiras! Sabemos que cada país e o mundo tem um sistema ou o modo pelo qual a sociedade se estrutura para produzir e comercializar os bens, no âmbito da economia, para organizar as relações de poder e para estruturar a produção e a socialização do saber e do conhecimento. Nem sempre foi do modo como é hoje e nem sempre será, pois a história é feita e construída pela ação humana.

Leitora 1: Já entendi! Nesses dias a gente estava estudando e debatendo sobre a sociedade atual e nos indignando com a realidade em que vivemos. O sistema que domina nossa sociedade é o capitalismo que significa nada mais, nada menos que uma sociedade onde o centro é o capital, ou a riqueza que pode ser em bens ou em dinheiro. No capitalismo o lucro e o acúmulo das riquezas está concentrado nas mãos de um pequeno grupo que se apropria do trabalho não pago. Um desses trabalhos não pagos, menos visível, é o trabalho realizado em casa, principalmente pela mulher, o chamado trabalho doméstico.

Organizar e fazer, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação 11

que o cuidado foi atribuído à mulher? É um jeito sutil de revestir a exploração com uma roupagem de "elogio" e, assim, sobrecarregar a mulher de atribuições.

Leitora 2: O cuidado, que está profundamente relacionado com a identidade do ser humano, desaparece dentro de uma economia capitalista de mercado, onde o padrão de relação humana passa a ser mercantilizado, ou seja, as relações de cuidado passam a ser tratadas como se trata uma mercadoria: quem tem dinheiro compra e quem não tem, fica excluído do acesso. Só que neste caso, não é um objeto, é o cuidado com a vida, o outro ser humano, a natureza e sua biodiversidade que ficam reféns dos interesses do poder econômico.

Leitora 3: A partir disso, é necessário ressaltar que a dominação da mulher não se limita às formas tradicionalistas ou conservadoras da vida cotidiana. Essa dominação, bem como a discriminação étnica, religiosa, geracional, sexual... encontra-se especialmente no coração do sistema e da reprodução capitalista.

Leitora 4: O capitalismo é um sistema que se alimenta de diversas dominações justapostas e combinadas. A dupla exploração das mulheres é um dos instrumentos para a reprodução do capital. E, para manter-se, precisa justificar esses papéis sociais como algo natural e normal. Por isso, não pode haver emancipação real da mulher - dos negros, dos anciãos... - sem lutar contra o sistema capitalista. Entendemos porque o MWC luta pela libertação da mulher e a transformação da sociedade.

Leitora 1: Assim, nós mulheres camponesas que nos organizamos no MWC, assumimos a luta feminista contra o machismo e o patriarcalismo, em defesa da vida, contra toda forma de destruição sistemática da natureza, e contra qualquer tipo de exploração e exclusão, base do capitalismo.

Leitora 2: E nunca se pode esquecer que homens e mulheres, capitalistas e trabalhadores, constituem classes sociais que se definem pela posse ou não dos meios de produção, bem como por sua experiência de luta e consciência de classe. Porém, trabalhadores e trabalhadoras se constituem como classe em si quando tomam consciência desta condição. Isso exige que a gente perceba que é no conflito e no enfrentamento com os donos do

10 Movimento de Mulheres Camponesas

Leitora 2: Além disso, esta sociedade tem uma cultura machista e patriarcal, onde as relações humanas são de dominação dos homens sobre as mulheres e não de respeito e reciprocidade. Esse trabalho doméstico é, basicamente, realizado pelas mulheres e sem valor e reconhecimento. O trabalho que nós camponesas realizamos na produção e no sustento da família também não é reconhecido e fica colocado de forma invisível na agricultura.

Leitora 3: O capitalista apropria-se do trabalho doméstico de forma gratuita - não entra no cálculo do salário - e sequer o reconhece como trabalho. A exploração aparece misturada a diversos mecanismos vinculados à cultura, às tradições etc., com a aparência de puro afeto (aos filhos e ao marido). Na família, o afeto existe, mas ligado à necessidade de reprodução social capitalista, que nada tem a ver com a afeição, mas sim com a exploração. Se o valor do salário incluísse o custo do trabalho doméstico, o lucro empresarial se reduziria muito e o salário de quem trabalha aumentaria de forma inversamente proporcional.

Leitora 4: Precisamos dar nome, fazendo uma lista das tarefas e atividades cotidianas feitas pelas mulheres a fim de mostrar que isso é trabalho. Assim fazemos uma opção política e ideológica provocando o reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres no campo, sempre invisibilizado pela sociedade capitalista e patriarcal. Pois este trabalho não é calculado no preço mínimo dos produtos para serem comercializados, nem nos sistemas de crédito e financiamento agrícola e nem nas políticas públicas para o campo.

Dirigente - É companheiras! A exploração do trabalho doméstico é vital para o sistema capitalista! Assim como a exploração do trabalho da mulher camponesa, não reconhecido e nem valorizado tanto na roça como em casa e arredores.

Leitora 1: Outro elemento fundamental para refletir o nosso dia-a-dia é o jeito como este sistema vem impondo um outro padrão de "cuidado". O cuidado faz parte da natureza humana. É uma maneira de o próprio ser se estruturar e dar-se a conhecer. Todos somos cuidado, na verdade. Sem cuidado deixamos de ser humanos. O que precisamos nos perguntar é por

12 Movimento de Mulheres Camponesas

capital que essas contradições de classe já existente na sociedade, aparecem publicamente. Pela luta de enfrentamento vamos identificando como os poderosos vão tirando nossos direitos e percebendo que seus interesses são contrários dos interesses da classe trabalhadora. É também nessa luta que vamos percebendo nosso potencial, nossa força e nossa capacidade de organização. Por isso falamos que existe a luta de classes.

Leitora 3: Não podemos esquecer de outro marcador central na vida de muitas de nós camponesas que é a violência. Quem de nós não lembra de alguma situação que viveu ou viu outra mulher em situação de violência? Há várias formas de violência: física, psicológica, pela sobrecarga de trabalho, pela discriminação... São tantas mulheres sofrendo... É preciso mudar esta realidade!

Leitora 4: Além da violência específica sofrida pelas mulheres, existe a violência feita contra as mulheres e homens que lutam por direitos e em defesa da vida e, por isso sofrem regressão, às vezes até morte, por estar na luta. Vamos lembrar alguns lutadores e lutadoras do povo que foram assassinados. (Lembrar e falar alguns nomes) Que seu testemunho de coragem e vida fortaleça nossa luta!

Leitora 1: Por isso, não há saídas individuais. Nós precisamos umas das outras, ninguém se salva sozinha neste sistema onde o que vale é o capital. É preciso recuperar nossa capacidade de indignação diante das injustiças, nosso potencial de nos organizar em grupos e no Movimento de Mulheres Camponesas, nossos laços de solidariedade e companheirismo nos ajudando, nos apoiando, visitando vizinhos e amigos e dando novos significados aquilo que já era feito com nossos pais e avós como as rodas de conversa, os filões, os mutirões que reusam a vizinhança para trabalhar e depois festejar, rodas de chimarrão, entre outras expressões da cultura camponesa, que com o avanço do capitalismo no campo foram substituídos pela televisão.

Dirigente: Diante disto nos perguntamos:

- Qual é a saída?
- Como ir mudando esta rotina pesada das mulheres?
- Como transformar a indignação em organização das mulheres camponesas?

Conversar um pouco sobre estas questões.

Organizar e beto, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação. 13

Canto / refrão: *Entre na luta, da luta eu não fujo.
Pelos direitos, da luta eu não fujo.
Pela igualdade, da luta eu não fujo.
Pra construir uma nova sociedade.*

Gesto concreto

Dirigente - Agora vamos pensar e dizer nosso gesto concreto para transformar a realidade e fortalecer a organização do MDC neste local. (Deixar falar)

Depois de várias falas, combinar o que será o gesto concreto além de cada companheira trazer mais uma mulher para participar do próximo encontro que será no dia...

Dirigente - Estamos agora encerrando nosso encontro de hoje e já vamos nos preparando para o nosso próximo, onde vamos conversar sobre a importância de mudar esta realidade e construir um Projeto de Agricultura Camponesa. Vamos continuar animadas e acreditando em nossa capacidade de re-criar a vida, rompendo com o patriarcado e o capitalismo, apontando e vivenciando novas relações, alimentando a utopia de que um outro mundo é possível.

Por isso dizemos: **Da luta não fujo! Na luta continuaremos!**

Vamos ler juntas o poema:

Falando de nós mesmas! (Sander Sanchez)

*"Onde pisa uma mulher há sentimento,
Onde pisam duas mulheres, há determinação;
Onde pisam três mulheres, a organização nasce
Mas quando muitas mulheres se juntam
E pisam em terra firme,
Germinal a esperança
Já é possível planejar
A colheita da safra de um mundo novo.
Que o fruto de nosso trabalho transformado em alimento.*

2º Encontro

Produzir alimentos: uma missão camponesa!



Ambiente: Preparar com antecedência o local tornando-o acolhedor. Providenciar alimentos, bandeira do MDC e uma peneira com flores, plantas medicinais, sementes.

Música - Uma companheira pega a peneira com flores, sementes e plantas medicinais bem diversificadas e vai passando para que cada participante escolha uma. Em seguida, cada uma pode dizer porque escolheu aquela flor, sementes ou planta medicinal. Quando todas falarem uma lê a mensagem:

As Plantas medicinais, flores, sementes acompanham o ser humano e os animais desde sua origem. Elas serviram de base alimentar e de remédio. As mulheres foram as que mais entenderam o mistério da vida presente na diversidade de plantas. Elas souberam repartir a sabedoria, o conhecimento, a arte da cura e do alimento do corpo.

Arte herdada de nossos ancestrais, curandeiras, benzedoras que vem sendo preservada e multiplicada no cotidiano de nossas vidas.

Agora é nosso tempo de preservar, cuidar a biodiversidade como garantia de continuidade da vida.

Vamos abraçar nossa companheira desejando as boas vindas.

Música: Eu creio na semente

Dirigente - É uma alegria encontrar cada companheira, sua presença nos anima e nos dá força. No encontro passado conversamos sobre a vida de

14 Movimento de Mulheres Camponesas

*Faça de nós mulheres
corajosas na luta de preservação do ambiente
Que ao redor de nossas casas floresça a biodiversidade
Que nós, nossas filhas (as) e netas (as) possamos crescer e nos desenvolver
Como verdadeiras cidadãs e cidadãs.
Com direito ao trabalho, terra boa, água e alimento saudável!
Com direito de viver bem, em paz, alegre porque cultivamos a vida,
o amor e a justiça.
Que o perfume das flores, a luz do sol
Oriente nossas ações de libertação
Quaremos conviver em harmonia
Com a família e com o universo, casa de todos."*

Dirigente - Por fim, vamos dizer numa palavra ou frase, o que estamos levando deste encontro.

16 Movimento de Mulheres Camponesas

mulheres e hoje vamos trocar umas ideias sobre a missão das camponesas e camponeses na produção de alimentos.

Leitora 1: Nós precisamos entender melhor esta missão de produzir alimentos, pois, está cada vez mais difícil viver na agricultura. As sementes híbridas são caras, os bichinhos atacam e destroem tudo. As vezes não chove quando a planta precisa. A gente tem vontade de desamarrar da roça.

Dirigente - Você tem razão. Mas precisamos pensar: Por que tem esses problemas na agricultura camponesa? Qual é a causa de tantas dificuldades? (deixar falar)

Dirigente - A causa de tantos problemas é o modelo de agricultura capitalista. Se vamos perguntar para nossas avós sobre a produção de alimentos, elas vão dizer que, quando eram jovens, plantavam de tudo para o auto-sustento: arroz, trigo, feijão, milho, batata, verduras, frutas e criavam animais: porco, galinhas, vaca entre outros. O trabalho era pesado, mas a família produzia de tudo o que precisava para comer. Depois mudou.

Leitora 2: Mudou sim. Por volta do ano 1960, os ricos, donos do capital vieram com a modernização do campo também chamada de "revolução verde", trazendo a ideia de que seria mais fácil produzir, sem precisar trabalhar tanto. Aos poucos, fomos quase sem perceber, trocando nossas plantações de alimentos pelos monocultivos de soja, milho, fumo, depois as sementes transgênicas e agora, até nos oferecem plantações de eucalipto, sempre dizendo que vamos melhorar nossa vida.

Leitora 3: Com a implantação deste modelo de agricultura, vocês sabem o que aconteceu? Muitos agricultores começaram a fazer financiamentos para comprar máquinas, sementes híbridas, venenos e encher a roça de soja.

Leitora 4: Mais tarde veio o sistema de integração a agroindústria de suínos, fumo, frango, cana de açúcar... As consequências foram graves e muitas famílias foram obrigadas a vender a terra para pagar as dívidas. Aumentou o trabalho da família especialmente das mulheres que não têm mais tempo de participar da comunidade, do Movimento e nem de visitar as amigas(ões). Também o solo está doente pelo uso dos agrotóxicos e monocultivos. Assim perdemos muitas variedades de espécies e ficamos dependentes do supermercado e das grandes indústrias.

Organizar e fazer, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação 17

Dirigente - É o pior, muitas mulheres se iludiram pensando que as máquinas, os venenos, os monocultivos iriam resolver os problemas do campo. Mas não foi bem assim. Em muitos municípios os donos das grandes empresas transnacionais utilizaram da assistência técnica e da assistência social envolvendo, em várias comunidades rurais as mulheres em clubes e outras formas para que não refletissem sobre sua realidade. A consequência disso foi a desvalorização da missão de produzir alimentos saudáveis. O mesmo ocorreu com a juventude que era incentivada a deixar a profissão, a roça, passando a idéia de que agricultura é coisa ultrapassada e, por isso, criou na juventude a vergonha de se dizer agricultor (a). Assim, foram induzidos a consumir produtos industrializados e ignorar a arte, a música e a cultura camponesa incorporando o estilo de vida norte-americano.

Leitora 1: Como é importante a gente estar aqui para conversar. Agora estou entendendo a maldade do modelo capitalista que chega até nós de vários jeitos: na fala do técnico dizendo que para ficar rico tínhamos que investir na produção para exportação e usar o pacote de venenos e adubos químicos. Também fomos perdendo o costume de plantar alimentos diversificados, ao mesmo tempo, aumentou a necessidade de comprar no supermercado produtos que poderíamos ter em casa. Foram nos convencendo em nome da facilidade e da aparência. Quando recebíamos visita ficávamos envergonhadas de pôr açúcar mascavo na mesa. O bonito era pôr na mesa margarina, açúcar branco, o pão branco e o refrigerante.

Música: O alimento deve ser...

Dirigente - Pois é. No dia 5 de março de 2007, o Movimento de Mulheres Camponesas lançou a campanha pela produção de alimentos saudáveis, como proposta contrária ao agronegócio e aos monocultivos. Na mobilização foi falado que os alimentos industrializados têm muitos conservantes e corantes que prejudicam a saúde. Além disso, no mercado a gente encontra os mesmos produtos de norte a sul do Brasil. Isso se chama padronização dos alimentos. O grande problema disso é que vamos perdendo muitas variedades de espécies de alimentos, receitas, ... Vamos abandonando o conhecimento de fazer doces, cuscuz, bolacha, pão, sucos, entre outros maravilhosos sabores e saberes que nosso povo,

Organizar e fazer, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação 19

Leitora 2: Diante disso, precisamos nos unir e nos organizar no Movimento de Mulheres Camponesas. Juntas vamos somar força na luta pela construção de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, fundamentado nos princípios da agroecologia. Todo o ser humano tem o direito de se alimentar, de produzir seus próprios alimentos, respeitando as diferentes culturas, o ambiente. ... Enfim, para vivermos com dignidade precisamos de soberania alimentar.

Música: Note Ecológico

Dirigente - O Movimento de Mulheres Camponesas defende e luta pela construção de um projeto de agricultura camponesa agroecológica que garanta: a preservação do ambiente, do trabalho, de novas relações sociais, produção camponesa, políticas públicas voltadas aos camponeses e às camponesas, cultura camponesa e feminista, valorização e participação das mulheres. Agora, vamos entender melhor estes pontos do Projeto de Agricultura Camponesa.

Leitora 2: Entendemos a preservação do ambiente como o conjunto de espaços onde se estabelecem relações sociais. Por isso, deve haver cuidado, respeito para garantir a continuidade de todas as formas de vida. Os recursos naturais são bens comuns, por isso patrimônio da humanidade. Precisamos preservar as nascentes de água, rios e fontes e reaproveitar a água da chuva, através da utilização de cisternas.

Leitora 1: Pois é companheiras, precisamos garantir a produção e economia camponesa agroecológica, que venha proporcionar a autonomia das famílias no auto-sustento e renda integrando campo e cidade. Para isso é preciso buscar formas alternativas de energia, o acesso e controle dos meios de produção (terra, equipamentos, tecnologia). Distribuir renda inclusive para as mulheres camponesas significa valorizar e reconhecer o trabalho da mulher na produção de alimentos diversificados e saudáveis.

Leitora 2: Outro ponto relevante é o trabalho que torna as pessoas humanas. Somos os únicos seres capazes de projetar e refletir sobre o que fazemos e porque fazemos. O trabalho pode possibilitar nossa humanização, ou a nossa desumanização. É o trabalho que gera toda a riqueza e que os poderosos

18 Movimento de Mulheres Camponesas

especialmente as mulheres, tem na culinária. Aos poucos, vamos ficando dependentes daquilo que a indústria produz e vamos perdendo nossa cultura alimentar.

Leitora 2: - Sabe que isso acontece também no trabalho da roça. Com essa ilusão de comprar tudo, a gente está perdendo o conhecimento de reproduzir as sementes crioulas, de utilizar as plantas medicinais, o jeito de criar animais e produzir a diversidade de alimentos... E o pior, vamos perdendo a sabedoria de nossos antepassados de entender a natureza: os ciclos da lua, os períodos de descanso da terra, a rotação de culturas, entre outros segredos e a sabedoria popular de cuidar da vida como um todo.

Dirigente - É a gente nem percebe que são as mesmas empresas que defendem o que temos que produzir, o que usar na produção, onde vender. Que tipo de alimento consumir. Essas mesmas empresas transnacionais norte-americanas também produzem os venenos, as sementes e os medicamentos químicos utilizados para tratar das doenças.

Leitora 2: Mas eu acredito que é possível mudar. Às vezes parece que está tudo destruído. Mas as mulheres camponesas são espertas e nem todas se iludiram e seguiram a propaganda da revolução verde do modelo capitalista. Eu conheço mulheres que produzem alimentos saudáveis. Plantam de tudo para o consumo da família e também para a comercialização, como batatinha, amendoim, pipoca, plantas medicinais, verduras, frutas. Essas mulheres nunca abandonaram o seu roçado e continuam resistindo à interferência do modelo capitalista.

Dirigente - Eu também conheço mulheres camponesas que têm muitas sementes crioulas e outras que estão fazendo a recuperação de plantas medicinais, flores, pequenos animais. Elas se encontram, estudam, trocam, vão conhecer outras experiências. Uma amiga que sempre participa me disse que essas variedades crioulas são mais resistentes e adaptadas à região. Então eu percebi o valor do trabalho da mulher na produção de alimentos. É ela que tem, ao longo da história, preservado e conservado uma grande variedade de espécies. Ela tem em suas mãos o controle e o conhecimento das sementes.

20 Movimento de Mulheres Camponesas

sempre se apropriaram do trabalho dos povos e especialmente das mulheres e dos jovens para enriquecer. Por isso, precisamos enfrentar o grande desafio de ressignificar o trabalho como identidade e crescimento de mulheres e homens. É necessário desenvolver tecnologias adequadas que tornem o trabalho no campo menos penoso, mais leve e gratificante. É pelo trabalho que realizamos a solidariedade, entre-ajuda, seja na produção, na organização da casa, na busca do conhecimento no cuidado dos filhos e filhas, no embelezamento da casa, enfim, em todas as dimensões que envolvem a vida.

Leitora 1: Precisamos construir nosso projeto de vida e de sociedade onde nosso relacionamento com as pessoas e com o ambiente seja pautado com base os valores de vida e alegria, no respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, econômica, cultural, ecológica e de espiritualidade, valorizando a juventude, idosos e crianças. Isso significa criar novas relações sociais, o que supõe mudança de vida.

Leitora 1: Entendemos que é preciso valorizar a cultura camponesa e feminista entendida como um modo de ser, de se relacionar socialmente no campo, valorizando o apego à terra, o respeito e o cuidado com a biodiversidade e a defesa da vida. Além disso, também é importante o fortalecimento da arte e da cultura camponesa através de crenças, rezas, rituais, visitas, pratos típicos, mutirões de trabalho, danças, rodas de viola, mateadas, literatura de cordel, repente, trovas, festas típicas, cirandas, entre outras.

Leitora 1: Não podemos esquecer da participação das mulheres como protagonistas na produção de alimentos fortalecendo a participação efetiva das mesmas em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, o dinheiro, as relações humanas, políticas e comunitárias, de maneira a garantir a manutenção e o avanço do campesinato.

Leitora 2: Outro aspecto importante para a construção do projeto de agricultura camponesa são as Políticas Públicas que devem servir para viabilizar, potencializar, facilitar, ampliar e garantir os direitos das trabalhadoras e trabalhadores.

Leitora 1: É por isso que nós do MNC, queremos e lutamos por:

- Reforma Agrária com o acesso à terra e produção de alimentos; educação do campo com o princípio da construção da consciência emancipatória, valorizando e incentivando o saber popular.
- Previdência Pública Universal e Solidária com a garantia da condição de seguradas especiais e dos direitos adquiridos (salário maternidade, aposentadoria, auxílio doença, acidente de trabalho, auxílio reclusão), bem como, sua ampliação.
- Saúde pública, integral com qualidade para as mulheres e as famílias do campo com efetiva participação popular.
- Subsídio público para investimento na agricultura camponesa, garantido o acesso às mulheres, com autonomia na administração desse recurso e seguro agrícola que garanta reposição nas perdas dos produtos atingidos.
- Documentação, a fim de facilitar o acesso de documentos pessoais e profissionais a camponesas e camponeses.
- Garantia de moradia digna, saneamento, luz e estradas para facilitar as condições de vida no campo, bem como lazer, com direito ao acesso de atividades culturais nas comunidades rurais (cinema, teatro esportes...).
- Investimento público na pesquisa, ciência e tecnologias a serviço da vida, adequadas às necessidades da agricultura camponesa agroecológica e que facilitem o trabalho humano.
- Garantia de políticas públicas de combate à violência e proteção de mulheres e crianças.
- Política de comercialização e aquisição direta de alimentos e produtos da agricultura camponesa, para os trabalhadores da cidade e entidades públicas (escolas, creches, hospitais...).

Leitora 2: Todas nós sabemos que para melhorar a vida no campo é necessário investimento público, com recursos e políticas adequadas, que até agora a maior parte do dinheiro público é destinado ao latifúndio e agronegócio. Por isso eles crescem cada vez mais. Daí que precisamos nos organizar e lutar para que o dinheiro público seja investido na produção de alimentos saudáveis e não para enriquecer algumas empresas transnacionais.

3º Encontro

Organização e trabalho de base: alicerce do MMC



Ambiente: Preparar o lugar e as pessoas que vão coordenar o encontro. Organizar a bandeira do MMC, flores, alimentos, receitas, plantas medicinais, material necessário, etc.

Acolhida: Combinar com a família onde se fará o encontro, ou se é na comunidade, alguém do MMC acolhe as mulheres, dizendo da importância e da alegria de receber a todas as mulheres para mais um encontro que nos ajudará a entender melhor como podemos superar nossos problemas e juntos nos organizar para conquistar os direitos e uma vida melhor.

Música: Fazer um círculo e passar a bandeira do MMC na mão de cada companheira. Ao receber a Bandeira, dizer em poucas palavras o que a Bandeira e o MMC representam na sua vida e na vida das mulheres camponesas.

Música: Nossa história a gente faz

Dirigente: Como é importante a gente se encontrar para estudar e conhecer mais sobre nossa vida. No primeiro encontro, nós conversamos e ficamos conhecendo melhor como é nossa vida de mulheres camponesas do Brasil. No segundo Encontro, aprofundamos nossa missão de produzir alimentos e o projeto de agricultura que estamos construindo.

No encontro de hoje vamos perceber que o caminho de libertação da mulher e de transformação da sociedade se dá quando as mulheres e o povo trabalhador se organizam, estudam a realidade, lutam pelos direitos e propõem um novo projeto de sociedade, baseado em condições dignas de

Dirigente: Para nós, que sempre lutamos para garantir nossos direitos, a situação em que vivemos nos convida a fortalecer nosso Movimento. Precisamos organizar cada vez mais as mulheres e a classe trabalhadora, buscando o estudo, o auto-sustento, resgatando os valores da solidariedade, da ética, do companheirismo, da honestidade e da transparência, e continuar construindo o projeto de sociedade que sonhamos.

Leitora 1: Com este estudo vimos que o campo não é o lugar de quem não teve oportunidade. Quem está no campo tem a importante missão de produzir alimentos saudáveis. Cuidar e proteger a vida e acima de tudo construir um projeto de vida de família e de sociedade. Assumir a agricultura agroecológica exige uma opção de vida e compromisso.

Gesto concreto

Dirigente: Trazer variedades de sementes, alimentos, flores, plantas medicinais e receitas para partilhar e trocar com as companheiras no próximo encontro. Para concluir este nosso encontro de hoje vamos cantar juntas:

Biomat brasileiros – a riqueza natural (melodia Olé mulher rendeira)

(Marta Cintrone e Anisa Claret)

<i>Olé você daqui</i>	<i>O campo é um bioma</i>
<i>Olé você de lá</i>	<i>Que está sendo invadido</i>
<i>O Bioma é a riqueza</i>	<i>Pro plantar o eucalipto</i>
<i>para gente preservar</i>	<i>O solo é destruído</i>
<i>O pantanal é um bioma,</i>	<i>Nosso povo luta tanto</i>
<i>De riqueza muito lindo</i>	<i>Para a vida melhorar</i>
<i>Por não ser bem cuidado</i>	<i>Mas a burguesia está aí</i>
<i>Está sendo destruído</i>	<i>Para nos escravizar</i>
<i>A caatinga e o cerrado</i>	<i>Mas a gente é resistente</i>
<i>Tem a fama de ser quente</i>	<i>Não vamos se entregar</i>
<i>Mesmo com tanta agressão</i>	<i>Vamos dar as nossas mãos</i>
<i>O seu povo é resistente</i>	<i>E a luta organizar</i>
<i>A Amazônia e a Mata atlântica</i>	<i>Nosso povo é diferente</i>
<i>São riquezas naturais</i>	<i>Cada um de um local</i>
<i>Mas estão sendo destruídas</i>	<i>A nossa diversidade</i>
<i>Peles multinacionais</i>	<i>Por aí não tem igual</i>

viver. É o que chamamos de organização e TRABALHO DE BASE. Queremos, através deste encontro conversar e entender melhor o que é TRABALHO DE BASE, quem faz, como fazer e para que fazer trabalho de Base, bem como perceber qual é a sua importância para o fortalecimento do MMC.

Companheiras! Mais uma vez sejam bem vindas e vamos participar deste nosso Encontro, dando nossa opinião, cantando juntas animando-nos e nos encorajando mutuamente.

Música: *Olé mulher rendeira, olé mulher renda, tu me ensina a fazer renda, que eu te ensino a reclamar... Tu me ensina a fazer renda que eu te ensino a organizar...*

Leitora 1: Era uma vez, em Santa Luzia, comunidade camponesa de um município essencialmente agrícola, existia um povo caloroso e acolhedor. Nesta comunidade as famílias se envolveram no monocultivo, aos poucos a maioria das famílias não produziam mais nada para o auto-sustento. Tudo era comprado e as condições de vida estavam cada vez mais difíceis. Morava nesse lugarejo, Verônica e Alice. Eram duas parceiras que conheciam sua comunidade de ponta a ponta. Estavam *esvaziadas na vida daquela população*. Animavam as famílias, encorajavam as mães, ajudavam a fazer remédios com as plantas medicinais, a recuperar as sementes crioulas e reuniam a juventude. Aos poucos sentiram a necessidade de organizar as mulheres camponesas, para juntas buscar solução para seus problemas.

Música: *Tem mulher, vem se organizar, vem mulher, vem se libertar. Tem mulher, vamos construir nova vida com nosso agir. Nesta assembleia se renova a vontade que a gente quer, ser na luta sempre mulher, ser na luta sempre mulher.*

Leitora 2: Verônica e Alice indignadas com a realidade pensaram em fazer alguma coisa. Depois de muita troca de ideias entre elas, decidiram que ao encontrar uma mulher ou visitar uma família prestariam atenção nas preocupações, nas dificuldades daquelas famílias. Também observariam o que animava as famílias, o que mais gostavam e o que sabiam fazer.

Leitora 3: Depois de um mês, se reuniram e conversaram sobre o que tinham ouvido e, a partir disso, começaram a traçar algumas ideias para as

Organizar e lutar, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação 25

novas ações. Realizaram, então, um grande mutirão de solidariedade com as mulheres de sua comunidade. De duas a duas as mulheres foram visitar as famílias mais necessitadas para *conhecer* melhor a realidade onde viviam e juntas buscar soluções para os problemas. No retorno desse mutirão as mulheres passaram a repartir os alimentos entre si, o conhecimento, as preocupações e as esperanças. Através das visitas, dos contatos realizados, começaram a *perceber* muitas injustiças que estavam acontecendo e viram que juntando suas forças se tornavam vitoriosas! Estavam convictas de que Santa Luzia podia se tornar uma comunidade nova.

Música: *A vida que a gente vive é cheia de divisão, mas Deus não quer isso não, mas Deus não quer isso não.*

Leitora 1: Não demorou muito para que um grupo bem maior de mulheres envolvendo suas famílias, começasse a notar que uma sociedade onde a maioria do povo que trabalha passa fome e um pequeno grupo que manda, não trabalha e detém a maior parte da riqueza, é uma sociedade dominadora que precisa ser transformada.

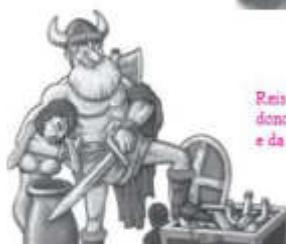
Música: *Na terra dos homens, parada em pirâmide os poucos de cima esmagam a base, os poucos de cima esmagam a base.*

Leitora 2: Foram nascendo novas lideranças, aumentou o círculo de amizades, e as mulheres resolveram assumir a luta para que todas as famílias tivessem um pedacinho de terra e sua casa própria, sua moradia e seu roçado para a produção de alimentos. Se reuniram muitas vezes, estudaram bem sua realidade, planejaram suas ações, fizeram um projeto de diversificar a produção de forma ecológica. Jovens, mulheres, homens e crianças foram redescobrimo seu poder, sua identidade e sua capacidade de produzir a diversidade de alimentos saudáveis. Também começaram a pensar formas de livrar-se do domínio das transnacionais presentes no município através dos monocultivos, dos agrotóxicos, dos transgênicos, do latifúndio.

Leitora 3: Verônica e Alice, junto com as mulheres organizadas descobriram que é o povo consciente e organizado que pode mudar a sociedade. Não demorou muito para que mais mulheres de outras comunidades iniciassem a organização do Movimento de Mulheres.

Organizar e lutar, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação 27

O Brasil nasceu como colônia dos países ricos.



Reis e rainhas tornaram-se dono(a)s das terras, das riquezas e da vida das pessoas.

Quem resistiu foi perseguido(a) e, muitas vezes, destruído(a).



26 Movimento de Mulheres Camponesas

Leitora 4: Aos poucos foram descobrindo que somente a luta e a organização popular, pode tirar a cegueira do povo dominado. A luta pela Vida é uma luta cotidiana que busca superar os problemas da população, exige convicção pessoal, dedicação, tempo, pessoas dispostas a lutar e organicidade como: um forte trabalho de base; autonomia política, financeira, ideológica (...) que possibilita as mulheres se deslocar de suas casas para as atividades, condições concretas para o acesso ao estudo, ao atendimento digno na saúde, à valorização de sua produção e de suas ideias, entre outros.

Música: *Entre na luta, da luta eu não fujo. Pelos direitos da luta eu não fujo. Pela igualdade, da luta eu não fujo. Pra construir uma nova sociedade.*

Leitora 1: O trabalho de Verônica e de Alice foi realizado com um sentimento de amor profundo dedicado àquele povo que permanecia calado. Foi a convicção profunda de que aquela situação tinha jeito e podia mudar. Era possível realizar também outros mutirões de luta por terra, moradia, previdência, saúde pública, garantindo maior felicidade ao seu povo.

Leitora 2: Aos poucos a comunidade de Santa Luzia percebeu que não é o prefeito, o padre, o marido, o comerciante, o vereador... que vai resolver seus problemas, mas a organização do povo. As mulheres e o povo de Santa Luzia abraçaram a ideia de construir sua própria identidade, buscar direção nova para sua vida e formas para mudar a própria realidade. Marcaram uma reunião de base, convidaram as famílias com o objetivo de entender algo mais sobre a história do Brasil para compreender porque o povo de Santa Luzia vivia dominado, explorado e não reagia frente a situação vivida.

Música: *Ninguém se engana, ninguém se engana, que a nossa história já começou decumana, ninguém se engana, ninguém se engana, que a nossa história continua decumana.*

Leitora 2: No dia da reunião viram que:

28 Movimento de Mulheres Camponesas



O povo brasileiro aprendeu a receber ordens e obedecer.



Mesmo assim sempre resistiu e se organizou. Quilombo dos Palmares, Caldeirão, Camudos, Contestado, Ligas Camponesas...

Ditadura de Vargas - Pai dos pobres e mãe dos ricos (1933 a 1945) - povo aprendeu a punir o saco dos grandes, dos políticos.



Anos 60 - participação popular. 1964 - voto a ditadura militar. Prisão, morte, tortura.

Organizar e fazer, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação - 29

Música: *Camêlhanho e cantanhô e segunhô a câmpô, somos todos iguais, braços abertos ou não nas escolas, nas ruas, campos, construções, camêlhanho e cantanhô e segunhô a câmpô. Nem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer, nem vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer.*



Anos 70 -
Povo se organiza em
Movimentos Sociais e
retoma com mais força o
trabalho de Educação
Popular.

Anos 80 - Conquista e direitos na Constituição Federal de 1988. Surgimento dos movimentos de mulheres autônomos. Luta e conquista dos direitos previdenciários.



Anos 90 - Neoliberalismo e grandes incentivos ao agronegócio.

Organizar e fazer, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação - 31

Leitora 2: No exemplo de liderança de Verônica e Alice vimos que fazer o trabalho de base traz consigo o desejo de mudança e a vontade de libertação. Qualquer pessoa pode assumir este caminho novo. Um caminho que leva a passagem da passividade para ação consciente e transformadora da realidade e das relações.

Leitora 3: Isso exige participação, esforço e dedicação. Fizemos trabalho de base porque acreditamos que somente o povo consciente de seu valor pode se libertar.

Música: *Eu quero ver, eu quero ver acontecer, um sonho bom, sonho de muitos acontecer.*

Dirigente: Vamos trocar umas ideias sobre o que nós ouvimos, o que entendemos e que nós pensamos sobre o TRABALHO DE BASE no MMC.

1. Qual o papel que Verônica e Alice exerceram na vida daquela comunidade?
2. Em nossa realidade, de que forma vamos resolver nossos problemas?
3. A partir deste encontro, como vamos dar continuidade para a organização de nosso grupo?

Dirigente: Nós do Movimento de Mulheres Camponesas acreditamos na capacidade de nossa própria organização, no estudo e nas lutas em defesa da vida, rompendo com tudo o que nos impede de sair de nosso comodismo, vivenciando novas relações na família, na produção, na comunidade, na sociedade.

Pois para nós TRABALHO DE BASE é o conjunto das ações organizadas pelas mulheres e pelo povo (reuniões, estudo, visitas, lutas, contatos pessoais, divulgação da luta pela vida, mutirões, atos de resistência e enfrentamento...). Essas ações possibilitam conhecer e entender a realidade para, a partir dos problemas vividos localmente, buscar, na prática-teoria uma nova prática social. Isso quer dizer que as lideranças populares têm a tarefa de ajudar o povo a encontrar soluções para seus problemas, possibilitando assim uma consciência nova enquanto mulher camponesa e feminista que descobriu o valor de sua própria libertação.

Fazer TRABALHO DE BASE é seguramente encontrar o farol que nos conduzirá às grandes mudanças, tanto das relações de gênero, de raça, etnia..., bem como, a mudança da estrutura social capitalista e patriarcal.

30 Movimento de Mulheres Camponesas



No ano 2000 o povo elege LULA pensando na mudança. Luta de enfrentamento ao agronegócio, aos monocultivos e à cultura machista e patriarcal.

Música: *Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher.*

Leitora 1: Depois de participar de várias ações organizadas, Verônica, Alice e muitas companheiras perceberam a importância da organização do Movimento de Mulheres Camponesas e do trabalho de base, para o povo e as mulheres erguerem a cabeça e saírem da dominação.

Leitora 2: Para o MMC, a base são todas as mulheres camponesas que se organizam e assumem a proposta do movimento, que perpassa especialmente pela formação, lutas de resistência e enfrentamento ao capitalismo e ao patriarcado.

Leitora 3: Conforme podemos perceber, para nós do MMC, *trabalho de base* é toda ação feminista e popular realizada pelas mulheres camponesas e pelo povo trabalhador, que parte de suas necessidades buscando as soluções de problemas e elevando o nível de consciência individual e coletiva rumo à libertação.

Leitora 1: O trabalho de base para o MMC é fundamental principalmente porque, é através destas ações organizadas que as camponesas vão concretizando o processo de libertação da mulher e, na luta contribuem para a transformação da sociedade que vai sendo construída na prática de novos valores feministas, populares na perspectiva socialista.

Música: *Vamos construir, uma ponte em nós, vamos construir, pra ligar seu coração ao meu, o amor que existe em nós.*

32 Movimento de Mulheres Camponesas

À medida que avançamos na capacidade de FAZER TRABALHO DE BASE, mais mulheres camponesas vão encontrando o rumo da libertação, deixando de ser objeto dos homens e do capitalismo, realizando-se como sujeitos sociais constituídos de dignidade.

Assim, nosso Movimento cresce e a luta da Classe Trabalhadora se FORTALECE!

O TRABALHO DE BASE é o ALICERCE de nosso MOVIMENTO.

Por isso dizemos: **A única luta que a gente perde é aquela que a gente abandona.** (*Mães da Praça de Maio, Argentina*)

Gesto concreto

* Que tal o nosso grupo de mulheres organizar uma festa ou um almoço recuperando a cultura camponesa: pratos típicos, apresentações de músicas, trovas, repente, cordel, enfim aquilo que o povo e sua comunidade se identificam e gostam. Vamos usar a criatividade.

Orientações metodológicas:

O MMC existe para construir a libertação da mulher, produzir alimentos saudáveis e lutar pela transformação da sociedade para ter uma vida mais feliz para todas (os) com igualdade e dignidade.

1. Como podemos organizar o movimento de mulheres camponesas?

- O nosso Movimento de Mulheres Camponesas começa sempre com um grupo de mulheres camponesas que querem melhorar sua vida e da família. Por isso, formam um grupo na comunidade que nós chamamos de grupo de base. Ali as mulheres se reúnem para conversar sobre suas vidas, seus interesses, suas dificuldades e como organizar-se para resolver os problemas e conquistar aquilo que as mulheres camponesas precisam.

Organizar e fazer, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação 33

- No MMC temos também mulheres camponesas, militantes lutadoras, que nem sempre participam de um grupo de base específico, mas assumem a causa do movimento em diferentes espaços, buscando responder aos desafios colocados para as camponesas e para nosso movimento.
- Essa situação é nova no MMC. Entretanto reafirmamos que o grupo de base continua sendo o alicerce do MMC.

2. Como reunir um grupo de base?

- Convide todas as mulheres camponesas de sua comunidade para uma reunião. O convite pode ser feito de diversos maneiras, na comunidade, na escola, no grupo de reflexão, convite pessoal e outros meios de comunicação da comunidade. O convite verbal ou escrito deve deixar claro a data, o horário, o local e o assunto que vão conversar.

3. Como preparar uma reunião?

A reunião deve ser bem preparada para que as mulheres que participam se sintam bem. É importante que a dirigente que convocou a reunião observe as orientações a seguir:

- A dirigente precisa providenciar o local, deixando-o bem acolhedor. Por isso, deve ser a primeira a chegar no local da reunião. Usar de criatividade e simbologia como: cartaz de boas vindas, vaso de flor, material do MMC, sementes, alguns símbolos do trabalho das mulheres, entre outros.
- Escolher uma mensagem que combine com o assunto que irá ser tratado, bem como, cantos ou músicas que as mulheres conhecem. Também é importante ter momentos de descontração usando dinâmicas, exercícios, brincadeiras envolvendo o grupo.
- A dirigente do MMC precisa se preparar bem. Combinar com quem vai coordenar a reunião e quem vai escrever o que se conversa. Para isso é fundamental organizar um caderno para assinar a presença nas reuniões e outro para escrever o debate feito e as decisões tomadas.

Organizar e fazer, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação 35

- A dirigente precisa saber passar a palavra para que todas possam falar. Evitar para que sempre as mesmas falem e decidam. Encorajar de um jeito animando para as mais tímidas dizerem o que pensam. Cuidar para que a discussão do grupo permaneça nos assuntos da reunião. Combinar com o grupo que todas precisam ouvir o que está sendo discutido, portanto precisa evitar as conversas paralelas.
- A dirigente precisa ir para a reunião animada, alegre e com esperança para as mulheres sentirem-se bem na reunião. Por mais dificuldades, conflitos que possam aparecer na reunião procurar manter o equilíbrio e um clima agradável. É comum ter no grupo de base opiniões e idéias diferentes. A tarefa das dirigentes é mostrar a proposta do *Movimento de Mulheres Camponesas - MMC*, reafirmando que a libertação das mulheres precisa de organização e lutas coletivas. Nós já sabemos que a libertação nunca foi nem será dada de presente, mas será obra do esforço e da organização coletiva.
- A dirigente deve lembrar que o grupo de base é o alicerce do Movimento de Mulheres Camponesas. Portanto somos parte do movimento nacional. Assim é fundamental que as dirigentes e o nosso grupo participem das atividades de lutas e formação no município, estado e em nível nacional.
- O grupo de base do MMC vai se firmando e crescendo pelo envolvimento de todas. As tarefas devem ser distribuídas com o grupo para não sobrecarregar a dirigente. Na próxima reunião as dirigentes precisam cobrar as tarefas assumidas anteriormente, ver se todas conseguiram fazer e avaliar o resultado.

5. Na reunião as participantes do grupo de base precisam:

- Cooperar com a dirigente para não criar tumultos e desvio do assunto a ser tratado.
- Esperar sua vez para falar, nunca falando duas ao mesmo tempo ou com a vizinha sentada ao lado. A opinião de cada uma é importante e por isso merece ser ouvida.

34 Movimento de Mulheres Camponesas

- Ao iniciar a reunião desejar as boas vindas. Fazer uma música ou canto, mensagem. Em seguida fazer a apresentação. Só se dispensa a apresentação quando todas se conhecem. Se houver apenas uma pessoa nova no grupo todas devem se apresentar.
- Falar do assunto da reunião e ver se o grupo tem outros assuntos que precisam ser discutidos. Se houver, combinar com o grupo a sequência dos assuntos e definir o tempo de duração da reunião e o tempo que será gasto para cada assunto. É muito importante que todas estejam na reunião até o encerramento.
- Ter o cuidado para que todas possam expor as idéias, respeitar a opinião, aprofundar, esclarecer as questões. Na hora de decidir precisa ter presente que o MMC luta pela libertação da mulher e pela transformação da sociedade. Diante do debate, das questões, avaliar os problemas que apareceram combinar com o grupo o que fazer e juntas buscar as soluções para nossas dificuldades ou problemas. Quem vai fazer? Como? Até quando?
- Sempre é bom fazer uma avaliação rápida da reunião. Dizer: O que foi bom? O que precisa melhorar? Sugestões para as próximas reuniões?
- Marcar a próxima reunião, data, local, horário e assunto.

4. Para coordenar/conduzir bem uma reunião a dirigente precisa:

- Se preparar bem. Conhecer o assunto. Respeitar o tempo estabelecido. Ter pontualidade, ou seja, horário marcado para início e fim da reunião. Ela deve ser exemplo.
- Estar bem atenta para a distribuição das tarefas para que todas possam ser realizadas.
- A dirigente precisa expor o assunto. Não impor sua opinião. Primeiro ouvir a opinião de todas, depois dar sua opinião e na hora de decidir ir pela opinião da maioria e não pela sua opinião. Porém, a dirigente deve ter firmeza e ser coerente com a proposta do MMC.

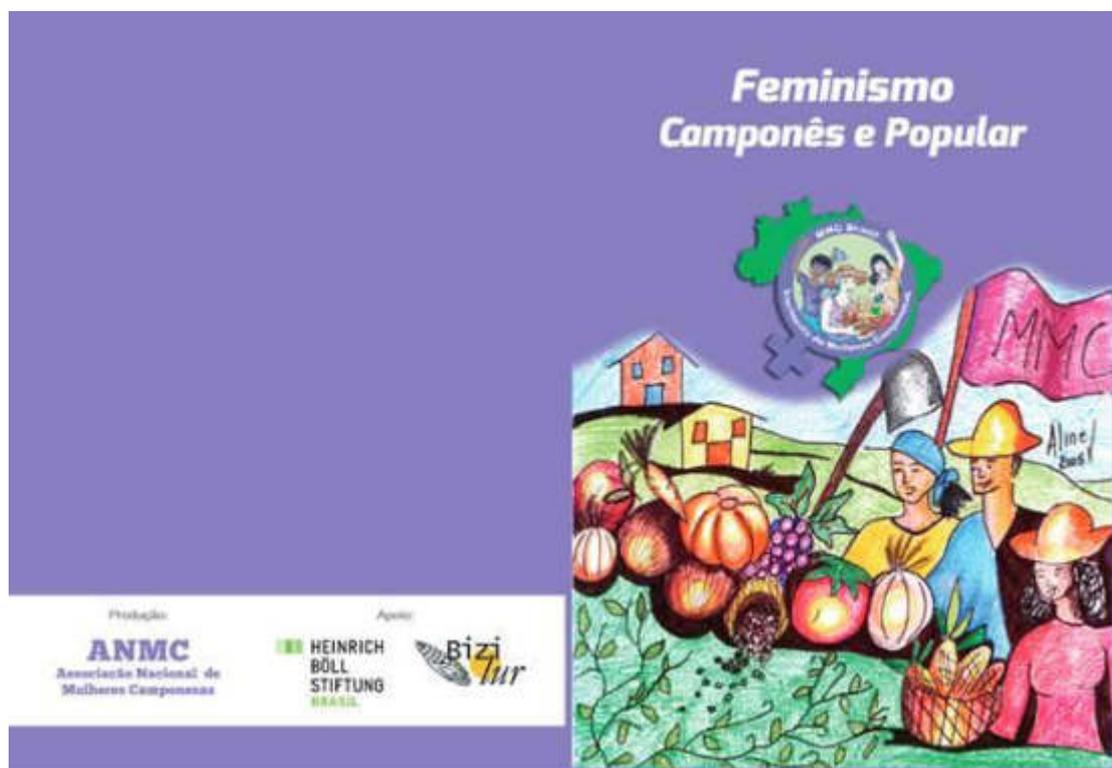
36 Movimento de Mulheres Camponesas

- Colocar as idéias sem medo e sem vergonha.
- Fazer crítica e dar sua opinião na reunião e nunca sair falando depois. Falar depois da reunião é dar remédio para defunto.
- Cooperar, contribuir, somar e multiplicar as idéias acreditando sempre na força da unidade e organização do grupo.
- Contribuir na organização de promoções a fim de arrecadar recursos para as despesas necessárias e ter um caixa de reserva para poder dar continuidade às atividades do grupo de base.
- Pensar juntas uma forma agradável para o cuidado e atenção das crianças enquanto as mães estão na reunião.
- Sugerir momentos de festas, pique-niques, brincadeiras... isso ajuda crescer na amizade e faz bem para a saúde.

6. Celebrar é preciso!

- Na vida do Movimento de Mulheres Camponesas temos algumas datas importantes que são lembradas pelas mulheres lutadoras de forma celebrativa, de formação, de lutas para garantir os direitos, por exemplo:

8 de março – Dia Internacional da Mulher Trabalhadora e Lutadora,
28 de maio – Dia Nacional de Luta pela saúde da Mulher,
12 de agosto – Dia Nacional de Luta Contra a Violência no Campo, pela Reforma Agrária,
25 de novembro – Dia de Luta pelo Fim da Violência Contra a Mulher, entre outras.

ANEXO B - Feminismo camponês e popular

Feminismo Camponês e Popular

ANMC
Associação Nacional de
Mulheres Camponesas

2018

FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

Produção:
Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil

Diagramação:
MDA Comunicação Integrada

Impressão:
Passografic

Outubro de 2018

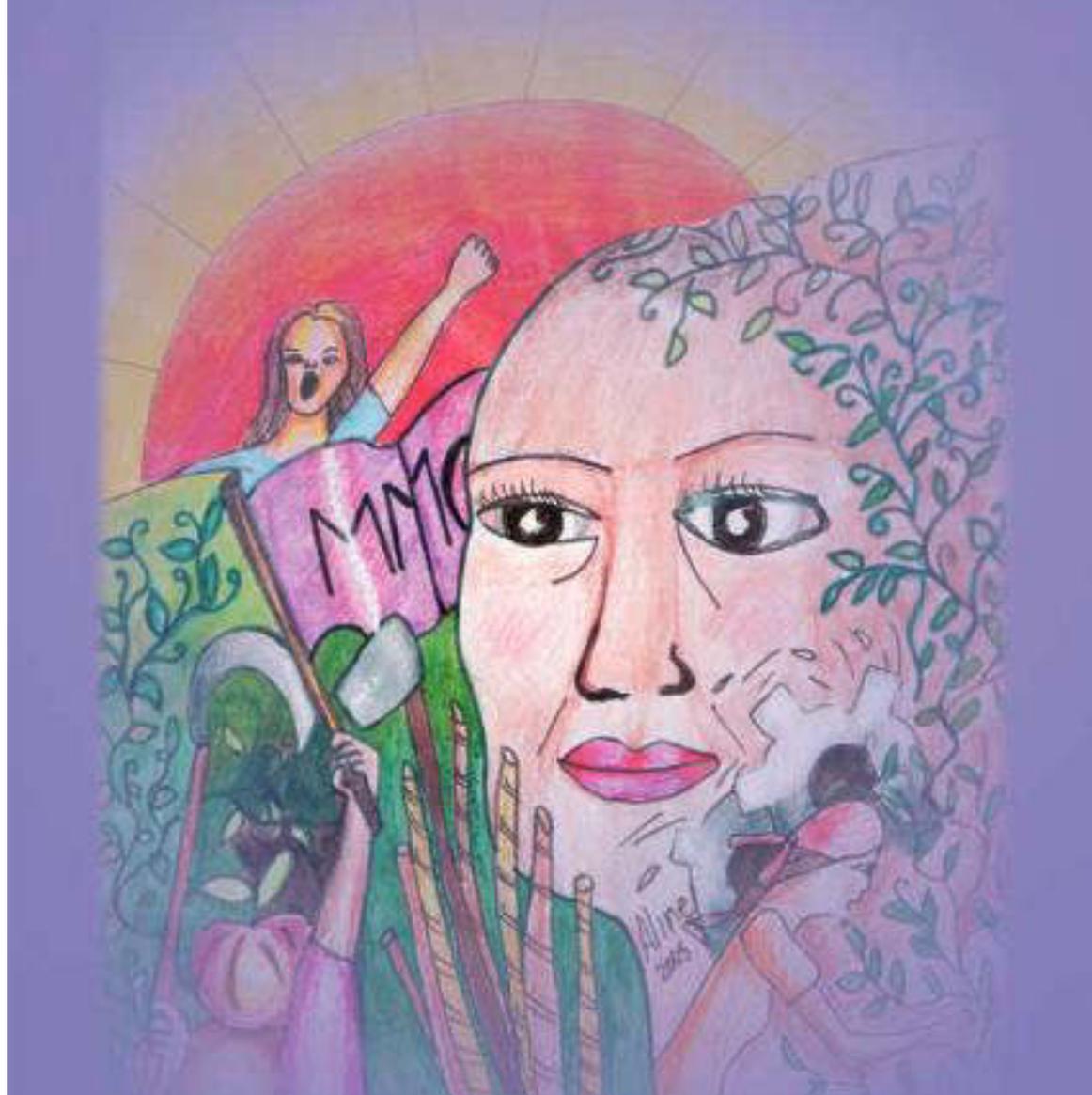
Produção: 

Apoio: 



Associação Nacional de Mulheres Camponesas
secretariammc@gmail.com | escritoriommc@gmail.com
www.mmcbrasil.com.br

**CONSTRUINDO FEMINISMO
CAMPONÊS E POPULAR:
DOS CAMINHOS PERCORRIDOS
ATÉ SUA AFIRMAÇÃO**



A luta por participação política e por direitos das mulheres camponesas

No final da década de 1970 inicia-se no Brasil um processo de efervescência das lutas de massa contra a Ditadura Militar e pela redemocratização do país. Esta ampla mobilização social é aglutinada em diversas ferramentas de luta, que se constituem em movimentos populares, sindicatos combativos e partidos políticos de bases populares.

Contudo, ainda que as mulheres participassem amplamente desse processo de luta contra a ditadura e pela democracia, devido as relações capitalistas, racista e patriarcais, a participação das mulheres foi invisibilizada. Segundo afirmação das mulheres camponesas no I Encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais em 1986, *na política elas estavam presentes só na campanha, nos sindicatos e movimentos populares, apenas nas concentrações das mobilizações, não tinham espaço nas decisões, apenas na produção, o espaço das mulheres era secundário - no sindicato, na igreja e na produção* (ANTR, 1986).

Segundo Pañuelos, em *Rebeldia* (2007 apud CONTE; MARTINS; DARON, 2009), na América Latina, no auge da luta contra os regimes ditatoriais, as pautas das mulheres eram colocadas como divisoras da luta de classes, não cabiam nas organizações populares e da esquerda ou se resolveriam automaticamente com a transformação da sociedade capitalista.

As mulheres não encontravam espaço de participação em pé de igualdade nas ferramentas de luta populares existentes, entenderam que a luta pela igualdade de participação política e por

direitos das mulheres deve ser protagonizada pelas próprias mulheres e deve ser realizado junto com a luta de classes, no enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista. Por isso, elas percebem que precisam se organizar em movimentos autônomos de mulheres camponesas, essa compreensão política brota por todo o país na década de 1980, e assim se organizam vários grupos, associações, organizações, grupos e/ou círculos bíblicos de mulheres camponesas.

Estes grupos e movimentos de mulheres se organizam com o apoio e formação política ideológica do pensamento da Teologia da Libertação, através de setores da Igreja Católica e Luterana que assumiram a opção pelos pobres, pelos excluído/as, os mais necessitados/as, intensificam um trabalho de formação e organização popular nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que dará origem no meio rural a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ambas foram promotores da organização de grupos de mulheres rurais, discutindo a necessidade de transformação da sociedade a luz da bíblia e percebendo-se como sujeitos específicos de discriminação e opressão na sociedade patriarcal e capitalista (MMC/SC, 2008).

A partir desse processo de organização nos estados, em 1986 é realizado em São Paulo o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com mulheres de 16 estados, para discutir a realidade das mulheres camponesas em todo o país e as lutas em comum. Deste encontro histórico são tiradas linhas de atuação conjunta, como a luta pela participação política das mulheres, luta contra toda forma de opressão e discriminação, colocar as demandas das mulheres dentro da luta da classe trabalhadora e a sindicalização e organização de mulheres dentro dos sindicatos. Outro ponto



de atuação conjunta naquele período, foi a luta pelos direitos das mulheres, elas apresentaram propostas a nova constituição e com muita organização das mulheres camponesas e a pressão por meio de caravanas à Brasília junto aos parlamentares constituintes garantiram o Reconhecimento da Profissão de Trabalhadora Rural na Constituição Cidadã de 1988, assim garantindo o direito a aposentadoria rural, na condição de seguradas especiais aos 55 anos de idade, garantindo o mínimo de reconhecimento ao trabalho duplicado realizado pelas mulheres e outros benefícios para as trabalhadoras e também para os trabalhadores rurais, uma das maiores conquistas para as camponesas até hoje.

Após a conquista dos direitos previdenciários, no momento do acesso aos benefícios as mulheres se deparam com uma realidade cruel, que camponesas não conseguem comprovar sua profissão por não terem documentos pessoais e profissionais, como um documento básico de identificação perante o Estado, a certidão de nascimento ou Registro de Identidade - RG, sem os quais não podem emitir os demais documentos e acessar os direitos civis que lhe cabem, assim os movimentos autônomos promovem nos estados a *Campanha Nacional: "Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos"*, garantindo o direito à cidadania para as mulheres camponesas.

É importante ressaltar que o caráter da luta dos movimentos de mulheres camponesas estava assentado sobre a luta de classes e de gênero. Para as camponesas as lutas de gênero, classe e raça são inseparáveis, se entrelaçam e devem ser assumidas por mulheres e homens em todos os momentos e espaços, em vista da construção do projeto democrático e popular. É preciso transformar as relações sociais de gênero que oprimem e discriminam as mulheres, e que não reconhecem seu trabalho produtivo no campo, além de desvalorizar e so-

brecarrega-las com o trabalho reprodutivo que é fundamental para a manutenção do modo de vida camponês. Mas também afirmamos que é preciso transformar a sociedade capitalista, superar todas as formas de dominação e exploração da sociedade patriarcal, capitalista e racista. Essas são mudanças totalmente interligadas, uma não acontece de forma completa sem a outra.

As mulheres seguem se organizando e fortalecendo suas organizações e movimentos a nível estadual e também regional, assim em 1988 surgem as Articulações de Movimentos de Mulheres trabalhadoras do Campo da região Sul e da região Nordeste. No início dos anos 1990, lutam por saúde pública e integral de qualidade e para todos, ou seja, pelo SUS, pela regulamentação dos direitos previdenciários conquistados nas lutas durante a constituinte. Neste sentido, travam uma grande batalha pela aprovação e regulamentação do salário maternidade para as mulheres do campo, realizando caravanas rumo a Brasília com abaixo assinados, e deslocamento de dirigentes para fortalecer e ampliar a mobilização por todo o país para mais mulheres se somarem na luta por mais este direito, e com a mobilização, pressão e organização das camponesas, conquistamos em 1994 o direito ao Salário maternidade para as camponesas.

Neste mesmo ano as mulheres camponesas do Brasil, participam do I Congresso da CLOC (Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo), uma articulação continental de movimentos de camponeses/as, indígenas e negros/as, e nele as mulheres perceberam que tinham um grande desafio de fortalecer a organização de mulheres nos países para fortalecer sua participação política na CLOC. Assim desta necessidade apresentada, e das experiências



vividas e intercambiadas na luta pelo salário maternidade, as mulheres dos movimentos autônomos junto às mulheres de movimentos mistos do campo organizam a luta das mulheres camponesas por meio da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR, constituída em 1995. O I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais realizado em São Paulo (mas que depois com a retomada da história dos 2 encontros anteriores, este passou a ser considerado como o III Encontro Nacional), contou com a participação de 16 estados do Brasil, havendo movimento autônomo de mulheres na maioria deles.

As mulheres fortalecendo a luta e a articulação nacional

A ANMTR amplia a articulação das mulheres trabalhadoras rurais a nível nacional e reafirma os eixos centrais de luta: *Gênero e Classe, definindo-se como mulheres que lutam pela igualdade nas relações e pertencem à classe das trabalhadoras e trabalhadores* (MMC, 2004). Para elas estes dois eixos são indissociáveis para a libertação das opressões, dominações e explorações a que são submetidas histórica e socialmente em seu cotidiano. A ANMTR tem seu auge de luta na realização dos acampamentos nacionais nos anos 2000, 2001 e 2002 no enfrentamento às políticas neoliberais que atingiam o povo brasileiro naquele momento. No 1º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, na entrada dos 500 anos, as mulheres foram ao centro do poder neoliberal para gritar *“Aqui são outros 500, as mulheres fazem sua história”*, momento em que a luta girava em torno da *defesa da Saúde pública de boa qualidade para todos (SUS)*;

Previdência Pública, universal e solidária, a garantia dos direitos das mulheres camponesas; a construção de um Projeto Popular para o Brasil para nós e para as futuras gerações (ANMTR, 2000). Com este acampamento as mulheres derrubaram a proposta de reforma da previdência que acabaria com este direito para as camponesas/es.

**A LUTA DAS CAMPONESAS SEMPRE FOI
POR MELHORIAS PARA A VIDA DAS MULHERES,
MAS AS CONQUISTAS MELHORAM A VIDA
DE TODA A CLASSE TRABALHADORA.**

Nos acampamentos seguintes a luta foi pelo rompimento do acordo do Brasil com o FMI e pela soberania nacional, por um Brasil livre de transgênicos, agrotóxicos e pela agricultura agroecológica, contra a política de importação de alimentos, por uma política de soberania e segurança alimentar e proteção nacional, suspensão do pagamento dos juros da dívida interna e externa e por um Brasil fora da ALCA (Área de Livre Comercio das Américas), para isso se realizou um grande plebiscito popular contra a ALCA. E esta última foi derrotada por meio da ampla e massiva organização, mobilização e participação no plebiscito e da pressão popular sobre o governo no Brasil e na América Latina.

A afirmação de muitas histórias

A articulação a nível nacional durante este período fortaleceu nas mulheres camponesas a compreensão política de que era necessário dar um passo a mais em sua história de organização e





luta, construindo um movimento autônomo de caráter nacional, assim em 2004 num grande Congresso Nacional se consolida o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. Segundo documentos do MMC (2004), o movimento autônomo de mulheres camponesas assume ***a missão de libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implantação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutar por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza.*** Sendo considerado um grande avanço na organização e luta das mulheres, um movimento nacional autônomo de mulheres camponesas no Brasil. Afirmar seu caráter autônomo, de base, de classe, socialista é afirmar baseada na análise de sua história a sua identidade feminista, camponesa e popular.

Sendo assim um movimento:

- **Autônomo** porque são as mulheres camponesas que decidem os rumos do movimento, suas ações e estratégias.
- **De base** porque o núcleo central onde se concretiza a organização das mulheres são os grupos de base nas comunidades rurais,
- **De classe** porque nos assumimos como parte da classe trabalhadora,
- **Feminista** porque lutamos pela liberdade, autonomia das mulheres e pelo fim das desigualdades,
- **Camponês** porque o sujeito principal da nossa organização são as camponesas, são essas mulheres que tem sua vida ligada ao rural em suas diversas formas de ser, que compõe o MMC. E assim somos sujeito da luta por um projeto de agricultura popular, camponesa e agroecológica com perspectiva feminista,
- **Popular** porque assumimos a construção de um projeto popular de país, para a construção de uma **sociedade socialista**.

É neste momento que afirmamos explicitamente o caráter feminista de nossa luta, a qual anteriormente não assim denominada, mas que hoje sabemos já era a expressão de feminismo das mulheres camponesas. Sendo assim, para nós do MMC o Feminismo Camponês e Popular é respeito a nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica, mas é também transformação, pois, busca construir as bases para uma sociedade sem classes, a sociedade socialista e feminista.



A luta de enfrentamento cotidiana contra o capitalismo e o patriarcado no campo

Uma das principais bandeiras de luta, ação e de formulação política do MMC, após sua consolidação nacional, é a afirmação e *defesa de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, que parte de uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos* (MMC, 2004). A vida entendida pelas camponesas, como o direito a uma vida sem violência para as mulheres, a vida humana, dos animais e da natureza, como bem maior por sobre o lucro e a exploração capitalista.

No Projeto de Agricultura Camponesa defendemos a produção de alimentos saudáveis, de qualidade e diversificados para a mesa das famílias camponesas e para toda a sociedade, não como uma novidade ou como uma moda, mas como o resgate do nosso modo de vida, preservando a cultura e a identidade do campesinato que o modelo do agronegócio tem negado, desvalorizado e tentado acabar.

Ressaltamos o papel e a importância das mulheres em todo o histórico da agricultura no mundo desde sua origem e na atualidade; identificando a reprodução de relações patriarcais e machistas na família e nas comunidades camponesas, as quais invisibilizam, negam e inferiorizam o trabalho da mulher camponesa, o conhecimento delas, sobrecarregam com os trabalhos domésticos e praticam as diversas formas de violência contra as mulheres. Por isso, nós camponesas lutamos para que estas relações sejam discutidas e superadas, desta forma, o Projeto Popular de Agricultura Camponesa e agroecológica vem ressignificar a compreensão de

campesinato, colocando para o debate as relações de gênero dentro desta fração da classe trabalhadora, imprimindo uma perspectiva feminista sobre a categoria do campesinato. Esse é um elemento importante da contribuição política e teórica do feminismo camponês e popular.

NOSSA LUTA SEMPRE FOI LUTA DE CLASSES!

Com o aprofundamento do debate do Projeto Popular de Agricultura Camponesa, agroecológica e feminista, compreendemos que necessitávamos realizar uma ação contundente para denunciar o modelo de produção do agronegócio. Assim, na madrugada do 8 de março de 2006 mulheres com rostos cansados, queimados do sol, mãos calejadas do trabalho diário na roça realizam o que será um marco nacional, mas também mundial da ação das mulheres do campo. Mulheres da Via Campesina Brasil ocuparam o laboratório de experimentos da empresa Aracruz Celulose, destruindo os experimentos e as mudas de eucalipto ali produzidas, denunciando as consequências do monocultivo de eucalipto, dos desertos verdes, onde nada mais nasce e sobrevive. Denunciaram a toda a sociedade brasileira e internacional os impactos negativos do modelo de agricultura do capital no campo, que destrói a vida, expulsa camponesas e camponeses. Dizemos não a violência social, econômica e ambiental promovida conscientemente pelas empresas da celulose (CARLOS; CONTE, 2009).

Esta ação marcou a história de luta das mulheres camponesas, para o MMC (2006) a luta das mulheres foi um marco da luta de classes, com recorte de gênero, da classe trabalhadora no confronto com o capital. Foi uma mostra de organização, disciplina,



segurança, solidariedade e resistência, de rompimento com a passividade e o caráter secundário que costumeiramente se dá para a presença das mulheres nas lutas. Foi uma ação que demonstrou claramente como o feminismo camponês e popular se coloca na luta feminista a partir de uma perspectiva de classe.

Foi uma ação inesperada para a empresa, mas também para a mídia e para as pessoas conservadoras, que não aceitavam uma ação de enfrentamento direto organizada e realizada pelas mulheres, uma ação que foi tratada como “vandalismo”, como “ação violenta”, mas parecia que a surpresa maior era o fato de ter sido realizada por mulheres, a quem a sociedade patriarcal atribui como características essenciais a “delicadeza” e a “docilidade”, características que seriam da natureza feminina. Chegou-se a dizer até que elas foram usadas, que essa ação foi pensada por homens de outros movimentos sociais e pessoas de outros países.

Esta ação organizada, pensada e realizada pelas mulheres colocou em outro patamar a organização autônoma das mulheres camponesas no Brasil, pairavam no ar muitas dúvidas sobre a capacidade das mulheres de realizar uma ação de tal envergadura, mas não restou dúvida da capacidade de luta e de organização das mulheres camponesas após a ação praticada naquele 8 de março de 2006. Este também é o marco de reafirmação para o MMC da construção da luta feminista e camponesa.

As mulheres camponesas não tiveram dúvida da importância de seu ato e da necessidade da realização do mesmo, ele abriu caminho para as próximas jornadas de organização e luta no marco do 08 de março, imprimindo a cara, a voz e a coragem das camponesas neste dia de luta das mulheres trabalhadoras

e a certeza de que todas as ações planejadas em defesa da soberania da nação, contra o capital e contra o patriarcado, são ações que colocam a vida acima do lucro!

As futuras gerações e todo o planeta dependem desses gestos. Esta ação contribui para *construir outra visão dentro da classe trabalhadora sobre a organização e lutas das mulheres, a importância de enfrentar o capitalismo e o patriarcado conjuntamente*, pois são um mesmo sistema que precisa ser enfrentado e superado concomitantemente, e com o protagonismo das mulheres na construção dos processos de enfrentamento. (CARLOS; CONTE, 2009)

Em 2007, além da denúncia dos prejuízos do modelo do capital, nós apresentamos a sociedade a proposta do modo de produção e de vida para o campo que as camponesas constroem cotidianamente na prática e nos debates e formulações políticas, e assim, a partir do Projeto Popular de Agricultura Camponesa, lançamos a Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis – CNPAS, com objetivo de sensibilizar toda a sociedade para a importância do campesinato na produção dos alimentos saudáveis, diversificados e de qualidade que chegam à mesa dos brasileiros/as, ressaltando o papel das mulheres neste trabalho, além de dialogar sobre a importância da preservação da natureza, da água, das sementes e da biodiversidade, dialogando com a sociedade sobre os impactos do modelo de produção promovido para o desenvolvimento do campo nos aspectos ambientais, climáticos, sociais e econômicos. Ou seja, a ação de denúncia do agro-negócio é uma parte importante da ação, mas a outra parte é demonstrar que existe outras formas de lidar com a natureza e de produzir para a vida e não para a morte.



**PRODUZIR E LUTAR POR ALIMENTOS SAUDÁVEIS
NESSE SISTEMA QUE SÓ PENSA EM LUCRO
É REVOLUCIONÁRIO!**

O Movimento de Mulheres Camponesas pauta sua história na luta pela libertação das mulheres de todas as formas de exploração, na transformação da sociedade capitalista para uma sociedade socialista, entendendo que a libertação das mulheres se dá por obra e protagonismo das mesmas. Reafirmamos diariamente a luta por vida digna, o que só acontece com a construção de novas relações de igualdade entre homens e mulheres, o trabalho na perspectiva da valorização das mulheres camponesas, a construção da sua própria história e a conquista de direitos. A importância da participação das mulheres nas decisões da família e na sociedade. Elementos da construção histórica do movimento que consideramos ser a gênese, a origem da construção da luta feminista, camponesa e popular.

Em 2013 realizamos nosso I Encontro Nacional das Mulheres Camponesas em que reafirmamos a importância e a necessidade do Movimento de Mulheres Camponesas, de nosso caráter de movimento autônomo, feminista, camponês e socialista. O Encontro confirmou a missão do MMC de lutar pela emancipação das mulheres camponesas e da classe trabalhadora de qualquer tipo de opressão, exploração e discriminação, a construção do projeto de agricultura camponesa, feminista e agroecológico e a luta pela transformação da sociedade.



Sugerimos que os grupos utilizem o conteúdo deste capítulo para organizar uma reunião, debatendo sobre a construção do Feminismo Camponês e Popular.

PRÁTICAS E LUTAS HISTÓRICAS DAS CAMPONESAS QUE DÃO VIDA AO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR



Ao romper o silêncio da violência praticada contra as mulheres camponesas

O Feminismo Camponês e Popular no MMC se expressa em suas diferentes ações e lutas, sendo uma delas o enfrentamento da violência contra as mulheres. Compreendemos o feminismo como uma luta pela igualdade na diversidade entre homens e mulheres, a partir da liberdade e autonomia das mulheres, por isso, construímos a luta pelo fim da violência contra as mulheres em suas diferentes expressões e formas.

Para debater a violência precisamos pensar de onde ela nasce; porque existe na sociedade violências que são praticadas contra nós mulheres, pelo simples fato de sermos mulheres?

Para nós camponesas, partimos da compreensão de que a violência contra as mulheres foi construída historicamente com o processo de surgimento da propriedade privada e da descoberta de que os homens tinham um papel na reprodução da humanidade. Assim foi que surgiu o patriarcado, sistema de dominação que atribui ao homem o poder sobre a vida das mulheres, das crianças e dos jovens. Parece que estamos falando de algo antigo, ultrapassado, mas ainda hoje nós mulheres morremos e somos violentadas a partir da lógica do patriarcado. A violência, a discriminação das mulheres não é algo natural, foi naturalizado pelos processos históricos e pelas relações sociais, portanto, precisa ser desnaturalizado e pode e deve ser superado.

Vale salientar que essa dominação não se deu de forma fácil e rápida, foram muitos séculos para a constituição do patriarcado, foram muitas gerações para que os homens

proprietários conseguissem colocar na invisibilidade o trabalho e a importância das mulheres para humanidade, sendo o ponto alto dessa trajetória o advento do capitalismo. E este processo não se deu sem a resistência e luta das mulheres contra sua submissão e inferioridade frente aos homens.

É no capitalismo que a dominação violenta se transforma em exploração e apropriação da vida e do corpo das mulheres de forma mais ampla. Pois o capitalismo como um sistema que vive da exploração do trabalho de homens e mulheres livres, ou seja, não mais escravos, precisava que parte do seu exército industrial de reserva, ficasse com o dever de realizar o trabalho considerado reprodutivo (cozinhar, lavar roupa, cuidar das crianças e idosos, etc), como um “dever natural” e que seria realizado “por amor”. Nesse momento, o capitalismo e o patriarcado estabelecem uma aliança em nome do lucro e do fortalecimento do poder do homem na sociedade.

**A CLASSE TRABALHADORA TEM SEXO E RAÇA:
ISSO NÃO NOS DIVIDE, MAS NOS COLOCA
EM CONDIÇÕES DESIGUAIS, SÓ RECONHECENDO
ESSA REALIDADE PODEMOS NOS LIBERTAR.**

Não podemos esquecer o outro pé desse sistema que também se sustenta na exploração do trabalho e na violência, que é o racismo. O racismo atribui aos brancos a superioridade em relação às diversas outras etnias/raças, principalmente negros e indígenas, atribuindo a essas pessoas, características negativas e depreciativas que servem para justificar a exploração do seu trabalho e a dominação de um povo sobre outro. O racismo atinge toda a população negra e indígena de modo que



existe hoje um extermínio da juventude negra sendo ela a que mais morre em nosso país. Assim, como também há um extermínio dos povos indígenas e expulsão de seus territórios, os quais são de grande interesse das empresas do capital transnacional. As condições de vida da população negra e indígena são as piores, pois são as que menos têm acesso a escola, saúde e oportunidade de trabalho digno, e sobre as mulheres negras e indígenas pesa ainda mais a responsabilidade não assumida pelo Estado e os estigmas sociais, sendo assim inegável que nesse sistema capitalista, patriarcal e racista são as mulheres negras e indígenas as mais atingidas, as mais violentadas.

O que queremos dizer com isso? Queremos deixar evidente que a violência não é apenas um fenômeno isolado, de pessoas que são ruins ou mesmo doentes, mas que ela é fruto de um sistema **CAPITALISTA, PATRIARCAL E RACISTA**, que precisa, em nome do lucro, criar desigualdades, subalteridades e usa o convencimento e/ou a violência como formas de se legitimar. Isso não tira as responsabilidades individuais de quem comete violência, mas nos coloca a certeza que o enfrentamento dela passa pela questão de punir os violentadores e agressores, mas também por mudança no modo de produção, que resulta nessa forma desigual de organização da vida social e na mudança das relações sociais entre homens e mulheres, eliminando toda forma de relação de exploração, subordinação, discriminação, submissão e violência.

Nós mulheres, enfrentamos diversas dificuldades para sair dessa situação, pois a dependência econômica e emocional, como também o medo e insegurança, nos coloca em circunstância de tamanha desigualdade que temos dificuldade de encontrar saídas para as situações de violência. Quando a violência se expressa no campo, as dificuldades se ampliam,

pois, no campo, muitas vezes não temos vizinhos próximos, as estruturas do Estado de abrigo e acolhimento as mulheres vítimas de violência estão nas capitais, longe do nosso lugar e persiste um enorme desconhecimento das leis que asseguram a mulher o direito de viver sem violência, como também as leis que preservam nossos bens e direitos econômicos em caso de separação do agressor.

Por isso, nós do MMC buscamos trabalhar a partir de um tripé organizativo, onde juntas, organizadas em grupos (organização), as mulheres buscam conhecimento (formação) para transformar sua realidade e das companheiras (luta). Esse tripé possibilita a camponesa, primeiramente reconhecer as formas de violência que ela enfrenta, e nesse sentido, a organização, a formação e as lutas tem o papel fundamental de desnaturalização da violência.

Entendemos que são vários tipos de violências que ocorrem contra as mulheres e cada uma delas atinge de forma diferenciada a dignidade da mulher. As violências podem ser físicas, sexual, moral, patrimonial, verbal, psicológica, e, na maioria das vezes elas ocorrem de forma conjunta.

No rural, uma forma de violência que é muito naturalizada é a sobrecarga de trabalho, todos trabalham na roça, todos lidam com os animais e o trabalho produtivo que existir na unidade de produção da família, mas, na maioria das vezes, apenas as mulheres realizam o trabalho reprodutivo e de cuidados, o que coloca sobre ela uma enorme sobrecarga de trabalho.



O MMC tem o compromisso de romper o silêncio sobre esta luta e levar para o conjunto dos movimentos do campo a assumir o enfrentamento a violência contra a mulher, contribuiu na constituição da Campanha Basta de Violência Contra a Mulher da Via Campesina Internacional. Pois, acreditamos que o enfrentamento a violência contra a mulher é tarefa de todos os seres humanos e de todas as organizações que pretendem transformar a sociedade em um mundo de pessoas livres e iguais. Quem luta pela transformação da sociedade não pode concordar com a violência contra a mulher, bem como o Estado deve criar mecanismo reais e concretos de enfrentamento a violência no campo e na cidade.

Ao mesmo tempo em que travamos a luta pelo fim da violência praticada contra as mulheres, vamos exigindo e construindo a participação política da mulher na sociedade, para garantir a participação em todos os espaços, principalmente na luta. Quando dizemos “*basta de violência contra a mulher*”, dizemos que queremos autonomia, com cursos de formação, com a luta e mobilização denunciando a violência e na organização, construindo a nova sociedade, justa e igualitária.

Organizadas podemos contribuir para a superação desse sistema capitalista, patriarcal e racista, pois apenas coletivamente, na construção de uma nova sociedade podemos conseguir chegar a uma sociedade realmente justa e igual, mas até lá, seguimos nos organizando para denunciar a violência, exigir políticas públicas de combate a violência no campo, políticas públicas de construção de autonomia econômica e social das mulheres, também como formas de enfrentamento a situação de desigualdade.

Na construção do projeto popular de agricultura camponesa, agroecológica e feminista

Defendemos a agroecologia e construímos o projeto de agricultura camponesa agroecológica e feminista, em contraposição ao modelo do agronegócio, a partir das construções de experiência das camponesas. Sabemos que no rural brasileiro temos dois projetos de desenvolvimento da agricultura que além de disputar corações e mentes, eles representam oposição um ao outro. É a agricultura camponesa e o agronegócio.

O agronegócio se caracteriza por uma exploração agrícola e pecuária voltada para o lucro, em que a natureza e as pessoas são apenas meio de ganhar mais dinheiro. Ele é responsável hoje pelo alto consumo de venenos na agricultura e tem tomado terras camponesas e tradicionais por todo o país. Esse modelo não é voltado à produção de alimentos, assim perde-se soberania alimentar, recebe um grande volume de investimentos públicos, sendo responsáveis pela utilização de mais de 60% do volume de recursos públicos da agricultura e pecuária no Brasil, sem falar em suas isenções de impostos, pois não pagam imposto sobre os lucros de exportação e nem do veneno que coloca na natureza.

Já agricultura camponesa tem um projeto de vida no campo, esse não é um projeto que possa ser caracterizado como um único padrão de vida, pois são diversas formas de viver, mas que tem em comum uma relação harmônica com a natureza, infelizmente as ideias do agronegócio também contamina-



ram parte da agricultura camponesa, mas muitas organizações de camponeses e os próprios camponeses e as camponesas tem se organizado para se livrarem dessa influência, que já deixou evidente que só traz prejuízos para natureza e para família camponesa, assim o campesinato tem passado a manejar suas áreas baseando-se nos princípios agroecológicos, resgatando conhecimentos dos seus antepassados, principalmente das mulheres que os preservam e reproduzem, associando um conhecimento acadêmico apropriado a realidade camponesa.

Para nós no MMC, a agroecologia é um modo de vida que respeita as tradições de cultivo, de forma de criar os animais, os cuidados com o solo, com a água, ou seja, pensa a vida no campo a partir de uma relação de cuidado com a natureza, buscando entender e respeitá-la. Mas tem aspectos da cultura camponesa que devem ser transformados, o MACHISMO existe na nossa cultura e precisa ser enfrentado e superado, essa também é uma tarefa da Agroecologia, pois sem respeito e valorização do trabalho de homens e mulheres não tem como existir uma relação de integração com a natureza de forma agroecológica, por isso dizemos: Sem Feminismo não há Agroecologia.

Para nós, a agroecologia não é apenas uma ideia, é um modo de vida, é concreto, faz parte da nossa realidade, é ciência construída com nossa experiência e dizer isso significa que construímos ela no dia a dia.

Temos trabalhado com a preservação de sementes crioulas desde muito tempo, foram as camponesas que, muitas vezes, enfrentando os maridos e os técnicos da extensão rural escondiam as sementes que hoje podemos resgatar. O uso das plantas como remédio sempre foi uma estratégia das

mulheres camponesas para combater as doenças que afetavam sua família. Também podemos citar experiências com plantas ornamentais, condimentares e hortaliças que nós mulheres desenvolvemos nos espaços entorno da casa

Por isso, dizemos que na agroecologia tem diversidade, tem a agricultura, as pequenas agroindústrias, a pesca artesanal, extrativismo, artesanato, e muitas outras coisas em harmonia com a natureza. Nós camponesas desenvolvemos atividades agrícolas desde a produção de sementes crioulas até grãos para comercializar, juntamente com a família, trabalhamos com a venda direta aos trabalhadores (as) da cidade em feiras ou através de programas institucionais de compra de alimentos. É nessas experiências ligadas a produção, em que muitas vezes precisamos “disputar” espaço com o marido e os filhos para a ampliação da produção agroecológica para toda a Unidade de Produção. Mesmo quando filhos e marido não aceitam a agroecologia, as mulheres constroem barreiras vegetais e aos poucos vão construindo um espaço maior de autonomia na produção.

Nós, como camponesas vamos inventando formas de melhorar a vida no campo, exigindo políticas públicas para a produção agroecológica e construindo o projeto de agricultura camponesa e feminista. O que temos certeza é que a luta e a organização que estiveram presentes em momentos muito difíceis da história, continuam nesse momento e continuarão exigindo direito a uma vida digna e a transformação com autonomia camponesa.

É importante destacar que a agroecologia é a ferramenta de transformação que desenvolvemos para garantir o modo de vida camponês,



mas mesmo no movimento agroecológico o machismo se expressa e se faz necessário lutar para dar visibilidade as experiências das mulheres cotidianamente.

A CAMPANHA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, conforme já mencionamos foi nossa forma de demonstrar a necessidade de sair da lógica do agronegócio e buscar a agroecológica. Essa campanha buscou mostrar que a produção das camponesas é saudável, diversificada, livre de venenos e transgênicos, gera saúde e vida de quem consome e produz, ou seja, as camponesas usam suas mãos e seus conhecimentos (científicos e milenar) sobre a natureza para produzir alimentos que garantem, produzem e geram saúde e vida.

Nós não nos consideramos responsáveis por salvar o mundo que as empresas capitalistas/multinacionais em busca de lucro, destruíram, mas sabemos que temos experiências de produção e cuidado com a vida, com a saúde e com a natureza para contribuir nesse processo. No entanto, essa precisa ser uma responsabilidade coletiva de homens e mulheres que buscam construir uma nova forma de organizar a sociedade. Nosso projeto de agricultura camponesa é um projeto de vida, é necessariamente agroecológica e feminista.

Essas experiências de produção e de construção da autonomia na família, na comunidade, na sociedade podem ser lentas, pois vivemos séculos de opressão patriarcal. A mudança pode demorar de uma produção convencional para outra agroecológica. É preciso mudar o jeito de pensar, o que só é possível no coletivo, com formação e capacitação, pois agroecologia é um modo de vida, é muito mais do que um modelo de produção.

A agroecologia também tem se desenvolvido como um campo do conhecimento científico e muitas de nós mulheres despertamos para o estudo a partir da experiência de produção, que fortalecida pela experiência feminista se dão via estudo formal e não formal. A conquista a educação na escola e na universidade é de muita importância para nós, pois nos foi negada historicamente como camponesas, e, buscamos acessá-la para fortalecer a luta camponesa. A educação pública e de qualidade é um direito de todas/os, um direito das mulheres camponesas, que foi uma luta histórica para conquistar esse direito e o espaço na escola e na universidade.

As experiências se dão em diferentes estados nos grupos organizados pelo MMC e em parceria com outras entidades, onde as camponesas passam a fazer parte da gestão dos processos educativos formais também. Como, cursos de derivados de mandioca em algumas regiões, curso de agroecologia, discutindo sobre a soberania e reeducação alimentar, plantas medicinais e saúde. A partir da experiência vivida pessoal e coletivamente, nós mulheres camponesas construímos diariamente formas de resistência e enfrentamento aos modelos de sociedade e de agricultura impostos.

O movimento de mulheres camponesas tem mulheres de todas as idades, temos nos últimos anos passado por uma renovação de quadros. Nós jovens camponesas nos envolvemos na luta feminista e camponesa, pois sonhamos com uma sociedade transformada, justa, onde possamos nos expressar. Nossa prática feminista se dá com a cultura, a arte, a formação e também afirmamos que queremos continuar produzindo alimentos saudáveis, queremos continuar no campo,



mas para isso precisamos transformá-lo, pois no agronegócio não há lugar para jovens camponesas. Queremos um campo com vida, com alegria, com educação liberdade e autonomia para as mulheres.

As experiências de resistência e de enfrentamento das mulheres camponesas do MMC, diante do sistema capitalista e patriarcal, são constituidoras de novos aprendizados, e a construção de modos de vida, de forma que podemos afirmar que o Feminismo Camponês e Popular experienciado no MMC é pela Libertação da mulher, de forma individual e coletiva.

Entendemos que o que faz a organização são suas ações e as lutas que travamos diária e historicamente, nossa luta é de classe, é antirracista e feminista, somos nós camponesas que fazemos em nossas ações práticas e concretas de transformação diária da vida das mulheres e homens do campo a luta feminista, camponesa e popular.



Sugerimos que os grupos utilizem o conteúdo deste capítulo para organizar duas reuniões, aprofundando os temas:

- 1. O Feminismo Camponês e Popular e o enfrentamento da violência contra as mulheres.*
- 2. O Projeto popular de agricultura camponesa, agroecológica e feminista.*

**FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR:
UMA CONSTRUÇÃO ORGÂNICA
E COLETIVA**



O descobrir-se feminista das mulheres camponesas

Como já vimos no início dessa cartilha o MMC é fruto da *afirmação de muitas histórias* e dessa forma, foi construído em vários lugares do país, a partir de estratégias diferentes, mas com uma luta comum, **a luta pela libertação das mulheres que vivem na roça**, com a luta pelo reconhecimento das camponesas como trabalhadoras rurais, a luta por demonstrar que nós camponesas temos valor e **temos o direito a ter direitos**. Essa construção não inicia usando o nome feminismo, como já dissemos, se falava em gênero e classe, mas olhando hoje para o que construímos na nossa história, éramos parte dessa luta feminista com certeza.

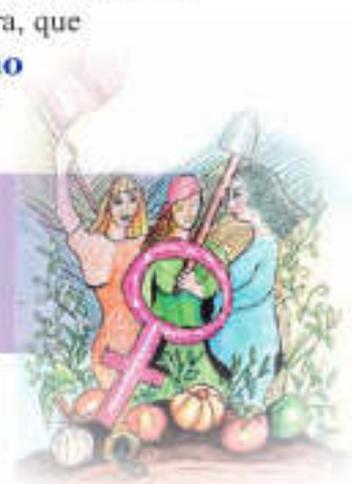
Luta feminista, aqui entendida, como aquela luta pela liberdade e autonomia das mulheres que será fruto da obra das mulheres, nesse caso das mulheres camponesas, rumo a transformação da sociedade.

Nesse sentido, discutir como se dá a construção do feminismo no MMC se faz a partir do resgate da nossa identidade enquanto movimento, o **Feminismo Camponês e Popular é a expressão da história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas**, pois é nele que as mulheres do campo se percebem como sujeitos, portadoras de direitos e capazes de transformar a realidade. É não aceitar a sociedade que nos diz que é assim mesmo a vida das mulheres, é normal viver violência, ser discriminada, ser excluída e que não há como mudar esta situação. As camponesas em luta e organização demonstraram que sim é possível transformar a realidade,

ser autônomas para fazer as escolhas sobre sua vida, decidir como produzir alimentos no campo e como viver nele, que é possível construir novas relações entre mulheres e homens, relações de igualdade, e novas relações entre os seres humanos sem exploração de classes, de raça e de gênero.

As práticas feministas das mulheres camponesas se dão em diversos âmbitos, na luta, organização, formação e nas experiências de produção no campo. O **Feminismo Camponês e Popular** afirma que o primeiro passo e importante conquista das mulheres camponesas foi o **SAIR DE CASA**, conforme já citado nessa cartilha, **serem visibilizadas e reconhecidas como gente, como sujeito de direito**, com capacidade de tomar decisões e como trabalhadoras, ações que são uma pequena revolução na vida das mulheres camponesas, que em uma sociedade machista e patriarcal tem suas vidas submetidas a decisões, permissões e controle de terceiros.

Ao sair de casa para ir a uma reunião, curso, formação, encontro e luta do MMC, nós camponesas nos encontramos com outras camponesas e percebemos que a nossa vida tem coisas em comum, que têm dificuldades, desafios, mas também sonhos que são individuais e também podem ser coletivos, desse jeito nos reconhecemos na outra, passamos a nos sentir nas dores e nas conquistas das outras, do grupo, do coletivo, do movimento. É nos reconhecendo na outra, que nós mulheres, **coletivamente organizadas no MMC**, nos damos conta que vivemos numa sociedade capitalista, racista e patriarcal que nos oprime, domina e explora. **Assim nós camponesas organizadas construímos experiências de libertação anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.**



Como já dissemos, é possível perceber que a discussão sobre o feminismo sempre esteve presente, independente a denominação que se usasse e sim, se trabalhava a luta pela igualdade de gênero, os diferentes elementos da vida das mulheres, como sexualidade, gênero, participação política, foram elementos que sempre estiveram presentes nos movimentos autônomos de mulheres desde os anos 1980 e que em 2004 avançaram na organização e luta das camponesas consolidando o movimento autônomo de caráter nacional. É importante frisar que o que pode nos diferenciar de alguns “feminismos” é que nunca achamos que é possível mudar apenas a vida das mulheres, sabemos que é preciso mudar o sistema capitalista que amplia e cria novas desigualdades a cada dia.

É neste momento de reafirmação da importância e luta das camponesas pela libertação das mulheres e pela transformação da sociedade, a partir da identidade camponesa e da proposta de um projeto popular de agricultura camponesa e agroecológica e de um projeto popular para o Brasil, com participação e igualdade entre as pessoas, que as camponesas entendem que sua luta é uma luta feminista, e assim, se descobrem e afirmam como um movimento feminista, tornando explícita a Luta histórica em favor das mulheres camponesas como uma luta feminista, camponesa e popular.

Para o Movimento de Mulheres Camponesas, só o debate de gênero, classe, combate a violência contra a mulher, pela produção de alimentos saudáveis, já não era suficiente para dar corpo e visibilidade à nossa prática feminista, mas era necessário se auto afirmar enquanto movimento feminista para manter em pauta e garantir a luta de transformação necessária para a libertação de mulheres e homens e construir uma nova

sociedade Socialista. E, como feminista, o movimento afirma a luta histórica das mulheres da classe trabalhadora é a nossa grande referência de feminismo, é instrumento de luta por direitos, comprometido com a transformação das relações sociais de gênero e classe.

Nessa perspectiva o **Feminismo Camponês e Popular é forjado na LUTA cotidiana de resistência e enfrentamento ao capitalismo**, particularmente em sua expressão no campo. Construimos a partir da luta contra o agronegócio na defesa da natureza, dos bens naturais, contra os agrotóxicos e os transgênicos, contra o roubo e saque de nossos territórios e terras. É assim que as ações de lutas das mulheres contra os latifundiários, contra as empresas do agronegócio, de enfrentamento ao Estado e contra sua repressão e criminalização da luta das mulheres camponesas faz parte da história e da formação da luta feminista camponesa e popular. Essa ação enfrenta muitos inimigos, o agronegócio que destrói a natureza e a vida das mulheres, mas também o patriarcado que coloca a mulher restrita ao espaço privado, pois, mais uma vez, se coloca a importância da visibilidade das lutas e o trabalho das mulheres, como **sujeitas concretas de transformação da sociedade**, ressaltando o **caráter de LUTA contra o capitalismo e o patriarcado do Feminismo Camponês e Popular**.

É a partir dos processos concretos de **lutas, organização, formação e construção de novas relações** entre mulheres e homens e entre as pessoas e a natureza, que nos compreendemos como feministas e afirmamos o **Feminismo Camponês e Popular**.

Feminismo Camponês e Popular | 33 |



Elementos que se entrelaçam e se complementam

A partir destas reflexões políticas e das lutas concretas ao longo dos 35 anos de organização e luta das camponesas no Brasil, afirmamos que o Feminismo Camponês e Popular não é algo novo, que vem de fora para dentro, mas é a prática cotidiana de vida, luta e organização das mulheres do campo, mesmo quando ainda não o entendíamos desta forma. Com o Feminismo Camponês e Popular damos nome a nossa luta histórica pela libertação e igualdade entre mulheres e homens e pela transformação da sociedade, por uma sociedade Socialista onde mulheres e homens sejam emancipados/as, sem dominações e explorações de classe, raça/etnia e de gênero.

Neste processo de aprofundamento e avanço orgânico e coletivo na construção e afirmação do Feminismo Camponês e Popular, identificamos alguns elementos que consideramos são consensos neste processo constante e permanente de construção, que apresentaremos a seguir.

Quando a mulher constrói sua liberdade de **DECIDIR** sobre sua vida, sobre seu corpo e sobre suas formas de luta e organização política, buscando na militância política e na **AUTO-ORGANIZAÇÃO** das mulheres a condição para avançar na **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES** camponesas no sindicato, nos movimentos populares e nos partidos, transformando as formas de fazer política com a participação das mulheres.

Quando a mulher conquista sua **AUTONOMIA** para decidir sobre os seus atos, sobre seus sentimentos e sobre suas

lutas e, assim, também a força para decidir enfrentar e sair de situações de violência. Para o Feminismo Camponês e Popular a **LUTA PELO FIM DE TODA FORMA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER** é luta histórica e cotidiana e eixo central de sua ação.

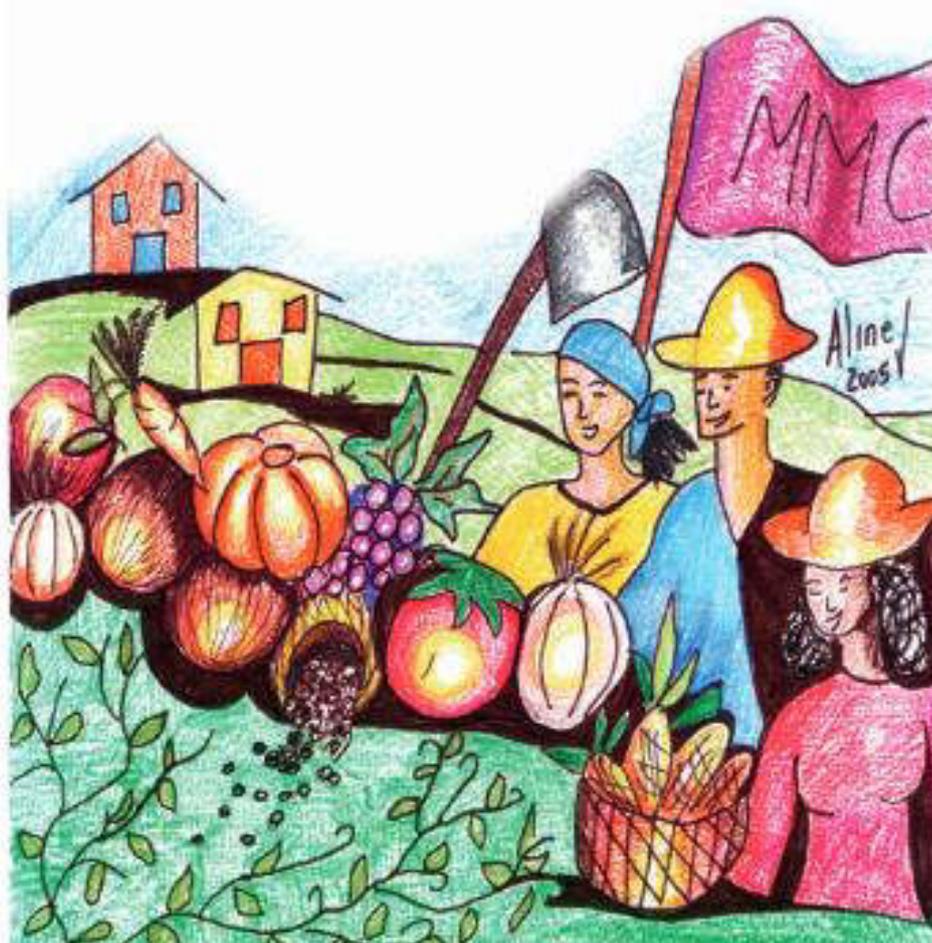
Quando a mulher assume o **COMPROMISSO** coletivo com todas as mulheres que não conseguiram acompanhar o processo de autonomia e emancipação e com elas constrói **COLETIVAMENTE**. Entendemos que o Feminismo Camponês e Popular é uma construção coletiva, expressando o acúmulo político das mulheres camponesas organizadas em movimento e articuladas com outros movimentos populares do campo e da cidade. É uma construção coletiva das mulheres da CLOC/Via Campesina, concretizada nas ações das organizações que a compõe nos processos de formação, luta e organização. Mulheres que representam a diversidade de formas de se organizar, de viver e de produzir alimentos. A diversidade étnica e racial que faz parte de nossa identidade camponesa que precisa ser valorizada e reconhecida, mas sem perder de vista que todas somos mulheres da classe trabalhadora que é condição para nossa exploração e dominação. Portanto juntas, organizadas e em luta devemos enfrentar nossos inimigos para superá-los.

Quando a mulher participa da ocupação do espaço coletivamente, sendo a **TERRA** parte de nossa vida e nossa vida parte da Terra, de onde produzimos nossos **ALIMENTOS SAUDÁVEIS** e nossa **LIBERTAÇÃO**, por meio da luta pela **VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DAS CAMPONESAS** a partir do **PROJETO POPULAR DE AGRICULTURA CAMPONESA**,

Feminismo Camponês e Popular | 35 |



estão enfrentando aquele que aliado **AO PATRIARCADO E AO RACISMO**, as violentam, as discriminam e as exploram. E assim todos os dias, vão transformando relações entre homens e mulheres, entre seres humanos e natureza e construindo as bases para uma **SOCIEDADE SOCIALISTA** onde não persista nenhuma forma de opressão, dominação e exploração. O feminismo camponês e popular é parte fundante da **LUTA DA CLASSE TRABALHADORA** por transformação social, ela é sua expressão construída pelas camponesas.



*Feminismo Camponês e Popular
Já ouvi, já vivi e eu quero falar*

*A História já nos mostra
Desde a santa inquisição
Somos Bruxas, Zapatistas
Tecendo a Revolução*

*Defendendo a Natureza
Bem do povo e da nação
Tamo na luta, todo dia
Violência digo não*

*Camponesa se organize
A luta é seu lugar
Construir Sabedoria
No projeto popular!*

*Feminismo é a semente
Que brota no coração
Das mulheres camponesas
Com sede de libertação.*

(Paródia construída por participantes
do III Seminário Internacional
Feminismo Camponês e Popular)



*Sugerimos que os grupos utilizem o conteúdo
deste capítulo para organizar duas reuniões,
aprofundando os temas:*

- 1. O Feminismo Camponês e Popular.*
- 2. Elementos que se entrelaçam e se complementam.*

Referências bibliográficas

- ANMTR, Cartilha Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Dia Internacional da Mulher, Mulheres Trabalhadoras Rurais construindo um novo Brasil, [Cartilha], Passo Fundo/RS, 2000.
- ANTR, Documento final I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Barueri – São Paulo, 1986.
- ANTR, Relatório I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Barueri – São Paulo, 1986.
- CARLOS, Daiane dos Santos; CONTE, Isaura Isabel, Oito de março de 2006: Em defesa da vida, mais um marco na luta das mulheres camponesas, In. Mulheres resistência e luta em defesa da vida, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 133-167.
- CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga, Movimento de Mulheres Camponesas: Na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa, In. Mulheres resistência e luta em defesa da vida, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 86-132.

- MMC, *Historia*. 2004. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>, Acesso em 19 de out. de 2017.
- MMC, *Mulheres camponesas: caminhando rumo à superação da violência*. [Cartilha], Passo Fundo, 2008.
- MMC, *Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida*, [Cartilha], Chapecó, 2008.
- MMC, *Mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência*. [Cartilha], Passo Fundo - 2ª ed. 2005.
- MMC, *Relatório do I Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular*, Luziânia. 2015.
- MMC, *Relatório do II Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular*, Luziânia. 2017.
- MMC, *Relatório do III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular*, Luziânia. 2017.